

BIBLIOTHECA
IBERO-AMERICANA

VERVUERT

Gerd Kohlhepp (coord.)

Brasil: Modernização e Globalização



Gerd Kohlhepp (coord.):
Brasil: Modernização e Globalização



BIBLIOTHECA IBERO-AMERICANA

Publicações do Instituto Ibero-Americano

Patrimônio Cultural Prussiano

Vol. 80

BIBLIOTHECA IBERO-AMERICANA

Gerd Kohlhepp (coord.)

Em colaboração com Karl Kohut, Andreas Boeckh,
Achim Schrader, Hartmut Sangmeister e Rafael Sevilla

Brasil:
Modernização e Globalização

VERVUERT · IBEROAMERICANA · 2001

Die Deutsche Bibliothek - CIP-Einheitsaufnahme

Brasil: Modernização e Globalização :

Gerd Kohlhepp (coord.) -

Madrid : Iberoamericana ; Frankfurt am Main : Vervuert, 2001

(Bibliotheca Ibero-Americana ; Vol. 80)

ISSN 0067-8015

ISBN 84-8489-022-8 (Iberoamericana)

ISBN 3-89354-580-8 (Vervuert)

Depósito Legal: M. 28.428-2001

© Iberoamericana, Madrid 2001

© Vervuert Verlag, Frankfurt am Main 2001

Todos os direitos reservados

Capa: Michael Ackermann

Ilustração: Fotografias de Gerd Kohlhepp

Composição: Anneliese Seibt, Instituto Ibero-Americano

Este livro foi impresso inteiramente em papel
ecológico branqueado sem cloro.

Impresso na Espanha.

Imprime: Imprenta Fareso S.A.

Índice

Gerd Kohlhepp: <i>Prefácio</i>	7
--------------------------------------	---

I

500 Anos de Brasil: Formação da Cultura e do Estado Nacional

Bella Jozef: <i>Formação da Cultura Brasileira</i>	13
Vamireh Chacon: <i>Federalismo no Brasil: Balanço de Poderes e Idéias</i>	35

II

Integração Supranacional e Identidade Regional

René Armand Dreifuss: <i>Globalização e Opções Políticas de Desenvolvimento para o Brasil</i>	53
Hartmut Sangmeister: <i>O Mercosul no Caminho do Mercado Mundial</i>	75
Ligia Chiappini Moraes Leite: <i>Identidade Nacional, Questão Regional e Cultura</i>	91
Christiano German: <i>O Brasil e a Sociedade de Informação Global</i>	107

III

Habitat Urbano – Questão Urbana

Marcelo Lopes de Souza: <i>Involução Metropolitana e Desmetropolização: Sobre a Urbanização Brasileira nas Décadas de 80 e 90</i>	121
Cleon Ricardo dos Santos: <i>Ecologia e Desenvolvimento Urbano: O Caso de Curitiba</i>	147
Berlindes Astrid Küchemann: <i>Estratégias de Sobrevivência de Mulheres no Setor Informal Urbano</i>	155
Barbara Freitag-Rouanet: <i>A Cidade Brasileira como Espaço Cultural</i>	175

IV

Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional

Bertha K. Becker: <i>Construindo a Política Brasileira de Meio Ambiente para a Amazônia: Atores, Estratégias e Práticas</i>	197
Gerd Kohlhepp: <i>Estratégias da Política Ambiental e Regional para a Proteção das Florestas Tropicais no Brasil. O Programa Piloto Internacional e seus Atores em Direção ao Desenvolvimento Sustentável?</i>	209
Eugênio Lagemann: <i>O Rio Grande do Sul Frente à Integração Regional e à Globalização</i>	235
Martin Coy: <i>Entre a Globalização e a Regionalização. Efeitos da Modernização, Conflitos de Interesse e Fatores Determinantes do Desenvolvimento Regional Sustentável no Espaço Rural Brasileiro</i>	259
Os Autores	275

Prefácio

O presente volume apresenta contribuições de cientistas brasileiros e alemães, proferidas durante o Congresso da Associação Alemã de Pesquisas sobre a América Latina (ADLAF), de 7 a 9 de outubro de 1998, na Universidade de Tübingen.

O objetivo principal do Congresso «Brasil: Modernização e Globalização», focalizando o Brasil na véspera dos 500 anos da conquista, pelos portugueses, da parte leste da América Latina, foi analisar, sob o ponto de vista de diversas disciplinas específicas, os processos de modernização e globalização nesse país tão importante para a América Latina e para o chamado Terceiro Mundo.

A globalização compreende a nova organização, além das fronteiras territoriais ou nacionais, de correntes de produtos e capitais sob a supremacia de atores transnacionais agindo de forma global. O processo de globalização tem que ser compreendido na sua complexidade, a qual inclui processos econômicos, políticos e culturais e conduz à formação de normas e modelos supranacionais. No âmbito das ações dos Estados nacionais isto significa uma diminuição da possibilidade de prognosticar o desenvolvimento econômico e social como também das condições gerais em rápida transformação e, que novas estratégias tem que ser elaboradas para que se possa arcar com os desafios de modernização e globalização. No Brasil há um debate, nos meios políticos e acadêmicos desde o final dos anos 80 e mais intensamente na última década, sobre os desafios que se refletem sobre o país, consequentes dos processos de globalização da economia.

Até o final dos anos 80 havia tendências predominantes que, apesar da crise de dívidas e da difícil situação econômica - com referência ao grande mercado interno -, não desistiam do modelo de desenvolvimento de até então. Entretanto, havia um começo, mesmo que hesitante e pouco coerente com vistas à abertura, de provocar pressão de modernização sobre a economia nacional.

A discussão das tendências da globalização concentrou-se em três pontos temáticos principais:

- As necessidades de modernização que resultam da globalização para a economia e a política.

- As opções políticas que resultam para o Brasil e que dependem da capacidade de reforma da sociedade brasileira e seus principais atores, como da capacidade de concorrência nos mercados internacionais no campo da indústria e tecnologia.
- A correlação da globalização e regionalização. Daí a questão, até que ponto esforços para uma integração regional, podem ser vistos como primeiro passo para uma abertura para o mercado mundial e se o Mercosul deve ser visto como um anti-projeto sulamericano contra a NAFTA.

A temática geral é tratada em quatro grupos:

1. 500 anos de Brasil, Formação da Cultura e do Estado Nacional
2. Integração Supranacional e Identidade Regional
3. Habitat Urbano – Questão Urbana
4. Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional

Enquanto que o primeiro grupo temático se dedica às condições do estabelecimento da cultura brasileira, que acompanha o desenvolvimento do Estado Nacional e onde também é abordada a estrutura do federalismo, o segundo grupo se dedica à problemática da integração supranacional como também ao significado da cultura nacional e da identidade nacional e regional.

O processo da globalização crescente, isto é, uma rede mundial de atividades econômicas, políticas e culturais exige, também no Brasil, adaptação e mudança do modo de conduta tradicional. Relações econômicas internacionais e dimensões globais adquirem significância. É então levantada a questão do conceito fundamental, marcante para a percepção da globalização e a questão das opções políticas, que surgem desse processo para o Brasil. A integração regional e a função de mercados regionais mais extensos são analisadas em seu desempenho como passo intermediário no caminho para o mercado mundial. As novas formas de comunicação atuam com grande influência no auto-conceito da sociedade brasileira.

A terceira parte do presente volume dedica-se à estrutura e problemas de desenvolvimento da cidade brasileira. O Brasil, nas últimas décadas passou por processo de urbanização muito rápido com forte concentração na metropolização. No processo de globalização, as cidades assumem posição decisiva como mediadores entre espaço de ação global e

nível local. Como entroncamento a nível global, o seu contexto regional é cada vez menor e a sua posição central é aumentada prioritariamente nas redes dos espaços funcionais globais.

Processos de desmetropolização relativa e o novo modelo de desenvolvimento urbano sustentável - no exemplo da metrópole urbana de Curitiba - estratégias de sobrevivência de mulheres em espaços urbanos de conflito e a cidade cada vez mais intensamente como fator dominante na literatura brasileira e como espaço cultural são temas desse capítulo.

A quarta parte trata da política de meio ambiente e desenvolvimento regional na interação entre globalização e regionalização. O Brasil empreendeu, na década de 90, múltiplos esforços no sentido de colocar em prática conceitos básicos da política de meio ambiente, apesar das difíceis condições iniciais. Este fato é apresentado no exemplo da região da Amazônia. Nesta região, as atividades políticas de meio ambiente do governo federal e dos atores regionais e locais são postas em prática com o apoio dos países do G7 dentro do «Programa Piloto para proteção das florestas tropicais do Brasil» com vistas a um desenvolvimento regional sustentável, embora haja ainda muitos obstáculos devido a conflitos de interesse. A questão de como outras regiões do Brasil reagem aos novos desafios é discutido com base no exemplo do Rio Grande do Sul. Finalmente é analisada a situação do espaço rural entre globalização e regionalização tendo em vista o objetivo do desenvolvimento regional sustentável e as consequências da modernização e dos conflitos de interesse omnipresentes.

A concepção do Congresso foi elaborada por uma Comissão Preparatória da ADLAF, sob a direção de Gerd Kohlhepp (Geografia Econômica e Social, Tübingen) e os colegas Karl Kohut (Ciências Literárias, Eichstätt), naquele tempo Presidente da ADLAF, Andreas Boeckh (Ciências Políticas, Tübingen), Hartmut Sangmeister (Ciências Econômicas, Heidelberg), Achim Schrader (Sociologia, Münster) e Rafael Sevilla (Instituto de Cooperação Científica, Tübingen).

O presente volume trata a temática sob o ponto de vista multi e interdisciplinar. Infelizmente nem todos os conferencistas convidados colocaram os manuscritos de suas palestras à disposição, conforme responsabilidade assumida anteriormente. Isto causou enorme demora na impressão deste volume. Agradeço aos autores presentes nesta obra pela sua contribuição.

O financiamento básico do Congresso foi assumido pela «Deutsche Forschungsgemeinschaft» (DFG), a quem muito agradecemos. Mas, sem

Brasil, Siemens, BASF, Degussa, Schlumberger e VARIG o Congresso não poderia ter sido realizado. Um agradecimento especial ao Excelentíssimo Senhor Embaixador Roberto Abdenur e a Senhora Ursula Reich a qual coordenou o trabalho de patrocínios, tendo sido o Congresso um Projeto Especial. A todos os patrocinadores um especial agradecimento. O Ministério de Ciência, Pesquisa e Artes do Estado de Baden-Württemberg e a Universidade de Tübingen contribuíram igualmente para o sucesso do evento.

O Congresso foi preparado e realizado pelo Centro de Pesquisas sobre a América Latina do Instituto de Geografia da Universidade de Tübingen. A todos os meus colaboradores científicos, especialmente ao Dr. Martin Friedrich, e aos estudantes que nos assistiram durante o Congresso, agradeço pela eficiente colaboração. Meu agradecimento também é dirigido a Rogério Mororó, que contribuiu intensamente para a preparação da impressão do presente volume.

A impressão foi realizada com meios financeiros da ADLAF.

Tübingen, julho de 2000

Gerd Kohlhepp

I

500 Anos de Brasil: Formação da Cultura e do Estado Nacional

Bella Jozef

Formação da Cultura Brasileira*

«A América Latina é uma cultura. Não é fácil defini-la nem sequer descrevê-la. Os escritores foram os que expressaram melhor essa realidade fugidia. Mas nenhum desses poemas e romances é, nem pode ser, um retrato realista; todas essas obras são imagens ou, mais exatamente, imaginações do que somos.»

Octavio Paz (Paz 1993)

«É tempo do Brasil despegar-se das fórmulas vagas, procurando ver e observar os seus problemas, em vez de ater-se ao que está escrito nos livros estrangeiros.»

Gilberto Freyre¹

Cabe-nos reavaliar certos mitos fundacionais, cuja análise tem sido prejudicada por idéias preconcebidas para compreender melhor nossas perspectivas para o futuro. Aqui - num tempo de incertezas e desafios - viemos exercitar o conhecimento das origens, reler a tradição em busca do diálogo para compartilhar o trajeto.

Nosso objetivo é repensar o processo de formação da cultura brasileira, analisar como decorreu sua gênese e seu percurso, numa ótica transdisciplinar (que Edgar Morin denomina de «pensamento multidimensional»).

* Desejo agradecer aos organizadores do Congresso: «Brasil- modernização e globalização» promovido pela Associação Alemã de Pesquisas sobre a América Latina (ADLAF) e presidido pelo Professor Gerd Kohlhepp e sua equipe e, especialmente, a seu Diretor, o Professor Karl Kohut, Titular de Filologia Românica da Universidade Católica de Eichstätt, o convite para participar deste evento tão importante. Seu oportuno planejamento em promover e divulgar o pensamento crítico sobre o Brasil fazendo-nos ver o Brasil através do outro, demonstra a visão sensível dos organizadores. As conferências e comunicações apresentadas, os propósitos enunciados, além dos debates, representam contribuição a um melhor conhecimento da realidade brasileira. Também Quero agradecer também aos professores Barbara Freitag e Karl Kohut por suas intervenções, após minha exposição oral, que me fizeram desenvolver alguns pontos desta versão escrita.

¹ Essas palavras foram pronunciadas por Gilberto Freyre, aos 17 anos de idade, ao deixar, no Recife, o Colégio Americano Gilbreath.

mensional» por Edgar Morin), pois a globalização cultural que neste final de milênio ganha relevância devido aos avanços tecnológicos, exige um reajuste de pressupostos críticos. Não é nossa intenção traçar um panorama exaustivo da cultura brasileira, realidade múltipla e complexa - mas formular uma análise com espírito de síntese, abandonando o que nos pareça secundário ou inexpressivo, contribuindo, assim, para um melhor conhecimento da questão da identidade nacional e sua construção, que implica em articulação de sistemas.

O estudo da globalização é particularmente necessário do ponto de vista da investigação cultural, levando à redefinição das identidades e os enquadramentos da maioria das coletividades humanas, mostrando-nos que grande número de problemas atuais não é nacional, mas transnacional. Deixando de considerar as culturas encerradas em territórios nacionais, reforça-se, assim, a necessidade de repensar os compromissos sociais, para estruturar novos balanços entre os interesses particulares de diferentes setores, organizações e indivíduos por um lado e, por outro, um pensamento que busque transcender duas vertentes contemporâneas: uma, a visão da sociedade hiper-individualista, que sustenta o respeito da autonomia individual e da vida privada, mas segundo a qual a esfera pública se submete à lógica do mercado. A outra, a visão da resistência dos que sonham em reviver o pensamento macro-social do passado, embora sem superar os modelos hiper-integracionistas.

1. Que é Cultura?

A cultura é toda a herança de uma sociedade, é um modo particular de viver, de sentir, de manifestar-se, com usos e costumes característicos, com certa maneira de instalar-se no mundo, de apropriar-se dele e de apreender todos os comportamentos individuais dentro de uma estrutura social. É o produto de relações sociais, desde as quais se transmitem significados individuais e coletivos. Nas suas múltiplas manifestações tem a ver com os modos de perceber e de simbolizar o mundo, com os sonhos compartilhados. Cultura é a soma de todos os recursos a que apelam nossos povos para viver, assim como as múltiplas formas como manifestam sua existência. A cultura reflete as idéias dominantes e mergulha no domínio obscuro e fecundo em que se elabora a consciência nacional. Como processo, também é tradição, isto é, o conjunto de valores dentro dos quais estamos estabelecidos. Consideramos fundamental o papel da cultura na formação de uma nacionalidade, com sua reflexão permanente do ser na história.

O conjunto orgânico das histórias locais é nossa comum história colonial. Falando dos habitantes da América Latina, Simón Bolívar, o Libertador, dizia não conhecer situação mais extraordinária nem mais complexa: «Não somos nem europeus nem índios, pertencemos a uma espécie situada entre os indígenas e os espanhóis.» E acrescenta: «Americanos por nascimento e europeus por direito, encontramos-nos comprometidos em um conflito que nos leva a disputar títulos de posse aos indígenas e a manter-nos no país que nos viu nascer, opondo-nos aos invasores.»

Nisto reside a originalidade e a complexidade desta América, nascida da transculturação e não da assimilação,² como voz alternativa da cultura ocidental. O espanhol e o português são inseridos num subsolo autóctone, encontrando o equilíbrio entre as novas aquisições e a expressão original, processando um ajuste entre a tradição europeia e os estímulos do patrimônio indígena, locais.

A América deu um novo sentido a cada traço cultural trazido pelos conquistadores, criando outros de poderosa originalidade: a do encontro de palavras, de conceitos, de idéias e de sonhos, a passagem de uma língua eminentemente oral a uma língua selada sob o signo da escrita, uma e outra nutrindo-se mutuamente em processo dialético de destruições, complementações e ressurreições (Bareiro Saguier 1995). As culturas coloniais sofreram com a perda das referências originais, elaborando e redefinindo outras num contexto novo.

A problemática de uma cultura é, por vezes, mais artificial que autêntica, por não alimentar-se de experiências próprias. O desejo de «ser» e «fazer» levou o escritor americano a uma experiência prematura que não corresponde a sua realidade. É lamentável que haja frequentemente a tendência a fundamentar opiniões e juízos acerca da América Latina, sua vida e sua cultura, baseados em notícias, estatísticas e informes meramente técnicos. Pouco se sabe sem o conhecimento de sua produção ar-

² O termo «transculturação» foi cunhado por Fernando Ortiz, em *Contrapunteo cubano del tabaco y el azúcar*. Havana, Consejo nacional de Cultura, 1963. Dizia ele: «Entendemos que o vocábulo transculturação expressa melhor as diferentes fases do processo transitivo de uma cultura para outra, porque esse processo não consiste apenas em adquirir uma cultura, que é o que, a rigor, indica a palavra anglo-germânica *aculturation* mas, ao contrário, o processo implica também necessariamente na perda ou no desenraizamento de uma cultura precedente, o que poderia ser considerado como uma parcial desculturação e, além disso, significa a conseguinte criação de novos fenômenos culturais que poderiam ser denominados *neoculturação*».

tística e pouco se sabe do espírito que anima aos latino-americanos e o significado humano de seus problemas vivenciais.

2. As Etapas da Busca de uma Cultura Própria

América surge num momento de crise. Segundo Fortunat Joseph Strowski (1946: 124), o século XVI «trabalha numa meia luz; sabe que é a alvorada e onde está o oriente, mas não discerne ainda o contorno das coisas». Pela expansão oceânica, a partir do século XV, a cultura europeia universaliza-se. O próprio Montaigne, em suas reflexões, chegou à conclusão de que a justiça não era o patrimônio da Europa.

A transformação do imaginário europeu pelo descobrimento (ou invenção) da América e do Brasil foi um fato decisivo, provocando profunda revolução na ciência, na economia e a filosofia europeias, contribuindo para as profundas modificações ocorridas na Europa.³ Ao mesmo tempo, a pluralidade de culturas transladadas e invasoras foi modificada ao contato com as culturas vencidas.

Enquanto descobria a América e o Brasil, a Península Ibérica transformava a Europa. Com isto não fazemos alusão apenas ao exotismo, mas à manifestação intelectual de aspecto mais profundo. Para os pensadores europeus, os índios provocaram uma secular questão: o contraste entre natureza e cultura.

A Europa acabava de revalorizar a antigüidade greco-latina de que extraía poderosas forças que determinaram o chamado Renascimento. Para a reconstrução europeia dispunha-se desses modelos, quando o descobrimento da América fez nascer nova concepção do mundo. Na antiga tradição da cultura ocidental exaltavam-se as virtudes e as possibilidades humanas, mas acreditava-se que o homem não era bom. Para os humanistas, a Idade de Ouro existia no passado. As notícias chegadas nas cartas fundacionais do Novo Mundo mudaram aquele estado de espírito. Visões e presságios cumpriram-se. Descobrem-se os Eldorados (vide Voltaire), o Eden, o Paraíso primitivo que já se considerava perdido. O imaginário europeu, com seus mitos, lendas, o mundo teratológico vai adquirir cidadania na América. Vemos aparecer uma literatura comple-

³ O descobrimento da América foi visto durante muito tempo como «o grande feito do homem europeu que se tornava irreversivelmente moderno e crescentemente racionalista. Aprisionando e controlando pela primeira vez o espaço do globo, esse homem passava a ser senhor dos mares e subjugador das culturas estranhas, impondo por toda a parte seu credo, seus hábitos, sua visão de mundo» (Mello e Souza 1998).

tamente nova, a das utopias e cidades ideais. O fantástico medieval mistura-se a um fantástico autóctone com seus temas icônicos. O Renascimento, que em seu início olhava para o passado, volta-se para o futuro.

A visão da América como terra de inocência segue-se na literatura de viajantes e nas teorias rousseauianas do «bom selvagem». (Rouanet 1998: 5) «Razão natural», «obediência à natureza» são também fórmulas do século XVIII que deseja ser universal, alimentando os valores do cosmopolitismo. Como disse Francisco Romero: «Até o descobrimento o mundo sofria pela ausência americana».

3. Origem Comum e Transculturação

A história da cultura na América Latina, em sua complexidade, ainda está por escrever-se. Seu sentido tem sido buscado em referência à Europa e seus diferentes estímulos desde a época do Descobrimento. A literatura começou por ser um noticiário desse mundo mágico, que parecia confirmar arcádicos sonhos utópicos, e pelo qual se entrava no domínio de um futuro sem passado, enviado à expectativa da Europa. E ela se revelava quase sempre mais voltada para a paisagem do que para o homem do Novo Mundo, definido em função de dados externos, com minuciosas descrições, sem penetração da realidade essencial e dos novos tipos de cultura, e falseando em favor dos esquemas mentais europeus. Se em um primeiro momento, a colonização consiste na reduplicação do mesmo, desenvolve-se, paralelamente, o conceito do outro: «Somos outros sem deixar de ser o que somos e que, sem deixar de estar onde estamos, nosso verdadeiro ser está em outra parte» (Paz 1993).

Os espanhóis e portugueses descobriram e povoaram o imenso território que vai da Califórnia ao sul do Chile. A empresa das Américas foi uma empresa comum da Ibéria, convertendo o oceano em caminho de encontros. Houve portugueses que penetraram na América espanhola e houve gente da Espanha no Brasil colonial. Nesse sentido há muitos pontos de contato entre a América Hispânica e o nosso processo histórico-literário. Ligam-nos à Espanha o passado e o futuro: temos um passado comum — as origens ibéricas e, na América, o futuro concretizado na integração latino-americana. Subjazendo às variantes específicas, é válido falar de uma tradição igualmente compartilhada num contexto sul-americano. Um processo histórico comum marca a pluralidade sincrônica dos sistemas literários que nos conformam em suas múltiplas componentes. Movimentos ideológicos chegaram da Europa (enciclopédismo, liberalismo romântico, positivismo) e se metamorfoseiam, comovendo

de modo análogo o fundo comum de uma cultura e uma alma histórica, assim como as línguas clássicas sobrevivem nas que se originaram delas, através de um imenso espaço geográfico.

No século XVI inaugura-se a etapa colonizadora, de expansão do capital que caracteriza os inícios da modernidade. A partir do século XVII enquanto a Europa entrava nos processos que conduziram a uma clara separação entre sociedade civil e Estado, entre a esfera pública e a privada, a Ibéria permanecia cada vez mais encerrada em uma ordem absolutista que asfixiava as práticas sociais mercantis até o ponto em que, em começos desse século, a potência espanhola começou a decair, a pesar da riqueza americana.

Nos territórios americanos, a situação foi ainda pior. Depois de um século de destruição das sociedades autóctonas, o século XVII consolidou-se a uma ordem social despótica mais fechada que na metrópole. A presença de vasta população indígena e africana reduzida a uma condição servil e dominada por uma minoria de brancos conquistadores, outorgava à ordem social uma quase total ausência das práticas sociais que eram a base para a formação da sociedade civil na Europa. Entretanto, longe de ser uma sociedade feudal, a nova ordem americana foi desde o começo um produto genuíno do mercado.

O descobridor representa, ao mesmo tempo, a soma de idéias, sentimentos coletivos e normas éticas de uma época de contradições. Encontra-se numa encruzilhada de culturas e marca o passo de uma idade a outra. Se, por um lado, ainda está carregado de essências morais e religiosas da Idade Média, por outro, no momento da grande aventura ultramarina seu conceito do mundo e do destino do homem, sofreu o impacto da penetração de novos valores e sistemas de crítica, na Europa. O colonizador espanhol como o português encarnaram o individualismo do Renascimento.⁴

Os portugueses eram o resultado de uma mistura de povos - os indígenas da Península Ibérica, os primitivos iberos - e os povos que se cruzaram em constantes migrações pela Península Ibérica como os celtas, os gregos, os fenícios, os romanos, os visigodos, os judeus e os árabes.

Ao contato com a nova terra, o europeu transforma-se, segundo Ortega y Gasset, em «novo homem».⁵ O legado europeu transplanta-se através das missões portuguesas e espanholas - portadoras de impulsos comuns - a um novo contexto.

⁴ Portugal, no dizer de Gilberto Freyre era «uma nação quase não européia».

⁵ Araripe Junior concebeu a teoria da «obnubilação brasileira».

No momento em que os povoadores europeus enraízam no Novo Mundo delinea-se o que será o conflito permanente da vida cultural da América Latina dividida entre um passado pré-colombiano ou pré-cabralino e a herança ibérica, entre localismo e cosmopolitismo.

4. Como era a Iberia no Renacimiento

Na época dos descobrimentos marítimos, Portugal e Espanha estavam muito próximos, envolvidos na mesma realidade da Península Ibérica - a Hispânia dos romanos. Através desse acontecimento, a Europa se comunica com outros mundos. O português e o espanhol não eram muito diferentes, entrelaçando-se com os destinos comuns de seus povos, onde se estabelecia uma sociedade quase à margem da Europa. Nenhum dos demais países desenvolveu, como Portugal e Espanha, a cultura da personalidade. À falta de hierarquia organizada devem-se alguns dos episódios mais singulares da história das nações hispânicas (Buarque e Holanda 1983: 5).

O Brasil foi descoberto sob o mesmo signo cultural dos países hispano-americanos. Nasceu para a história quando os portugueses aportaram as suas costas e iniciaram o processo de europeização de nossa terra (Bonfim 1940: 52). Apesar dos matizes divergentes, produziu nos primeiros séculos da vida colonial uma das contribuições mais originais à cultura universal. O mesmo projeto colonizador, a configuração de um novo esquema estilístico, irmana os povos peninsulares em sua arrancada para o futuro.

A América Latina, «nuestra América» (Martí), apresenta variedade e riqueza de universos mas possui significações culturais comuns. Poder-se-ia falar de homogeneidade diante de processos de formação tão complexos? A unidade da América Latina, um «crisol de culturas» parece indubitável a partir de sua história: sobre populações e culturas autóctones impõem-se padrões ibéricos comuns que favorecerão a transculturação. Entretanto, este fato, durante a etapa de formação das nacionalidades, perdeu-se de vista em função das circunstâncias políticas, econômicas e culturais que dominaram esse processo.

Ao cortar suas amarras políticas com as metrópoles íberas, a América viu-se submetida a uma dupla pressão: aceitar o passado fechando toda possibilidade ao futuro ou arrancar-se do passado para poder realizar o sonhado futuro.

Entretanto, a busca de uma filosofia própria para resolver os problemas do Novo Mundo deve passar pela tradição. Mas ela por si só nunca

legítima «porque ela precisa do olhar crítico, que é plantadamente histórico» (Portella 1982). Temos a responsabilidade de ouvir os ruídos inescutíveis do passado, o trabalho dos predecessores, entendido como elemento dinâmico e irresolvido. A memória do passado é útil não para reabrir feridas mas para cicatrizá-las.

A América Latina vincula-se à civilização europeia através dos valores do pensamento, da ciência, da cultura. Com estes valores integra-se a uma concepção econômica, uma ordem política e jurídica e uma nova estética.

«Quando se formularam definitivamente as pretensões portuguesas e espanholas às terras descobertas, o tratado de Tordesilhas dividiu o mundo de sorte que a Portugal coube a grande saliência da América do Sul, no Atlântico e a Castela, o resto do continente - toda a América do Norte e a América do Sul, a oeste da linha fixada no mesmo tratado. Os limites entre as extremas pretensões portuguesas e castelhanas não coincidiam. Pouco importa, uma vez que para o Brasil ficou quase tudo que era reivindicado por Portugal, muito mais do que de boa mente lhe concediam os castelhanos».⁶

Até 1870, a educação e a cultura das colônias latino-americanas eram essencialmente hispânicas, já que as civilizações nativas haviam sido quase totalmente extintas e todo o comércio e intercâmbio cultural com o resto da Europa eram sistematicamente proibidos. Perguntar-se pela própria identidade equivale a perguntar-se, plantado na realidade: quem sou? qual minha origem e meu destino?

Evadir-se da identidade é desconhecer estas perguntas e criar uma auto-imagem falsa, ao buscar assimilar-se a respostas alheias.

O processo da identidade constituiu-se em movimento de afirmação e conquista de um caráter nacional em favor de nossas peculiaridades.

«O que chamamos identidade, afirma Octavio Paz, e que antes, com maior propriedade se chamava o caráter, a alma ou o gênio dos povos, não é uma coisa que se possa ter, perder ou recuperar [...]. A América Latina não é nem um ente nem uma idéia. É uma história, um processo, uma realidade em perpétuo movimento e mudança contínua. [...] Não é fácil defini-la nem sequer descrevê-la» (Paz 1993).

O problema de identidade para o homem do Novo Mundo surge desde suas origens. Não pode ser europeu nem índio. E não pode sê-lo porque os propósitos de resistência dos conquistados, assim como a decisão, por parte do conquistador, de que o índio se assimilasse integralmente à cultura hispânica, não tiveram êxito. O resultado é a luta que se origina en-

⁶ Nasceu para a vida intelectual, segundo Manuel Bonfim, na insignificância da mentalidade portuguesa.

tre os esquemas ordenadores da mentalidade ibérica, que não se adaptam à realidade descoberta e os esquemas explicativos já existentes, produto do livre fluir entre mundo e cosmovisão que ficam marginalizados. Daí uma inadequação entre mentalidade e realidade, o que provoca, por um lado, as superposições culturais, que dificultam em grau crescente o descobrimento da identidade real e, por outro, a busca incessante de identidades alheias, igualmente negadoras da possibilidade de reconhecer-se. No caos produzido pelo choque cultural, na modificação dos esquemas mentais resultante do encontro de cosmovisões diferentes, perde-se a estabilidade das certezas e surge uma auto-imagem nova. Este é o fato que define toda transculturação. A identidade latino-americana liga-se a um ideário histórico-político de renovação de projetos de interesse coletivos.

O ponto de partida para a autenticidade, o chegar a ser, não implica apagar um passado. O conhecimento do passado deve estar vinculado aos problemas do presente. A velha disputa entre os filósofos do ser e do devir tem como preocupação a da identidade do ser consigo mesmo.

Com o reconhecimento dos valores componentes do contexto histórico e cultural e das tradições que subsidiam o processo de formação da identidade nacional brasileira, pode-se chegar à configuração do mundo brasileiro no seu processo de definição que segue o do mundo hispano-americano. Assim, será mais bem compreendida essa complexa comunidade política e cultural que repousa na colonização portuguesa e espanhola.

Existe um quadro geral, que se convencionou chamar de latino-americano, delineado em consonâncias comuns, originado de influxos europeus comuns em relação com os alimentados pelas raízes diferenciadoras. Num processo de miscigenação, a Ibéria inseriu-se no espaço autóctone das várias culturas, recebendo ainda a contribuição de outros contingentes migratórios. Nossa identidade histórica e cultural encontra-se na herança comum da pátria latino-americana, sem excluir a alteridade.

Superados os exclusivismos, as literaturas da América Latina devem ser pensadas em função do mesmo contexto sul-americano, onde avulta a contribuição espanhola e portuguesa. Essas influências não são divisíveis nem geográfica, nem historicamente.

A literatura, em seu mais amplo critério, é uma das parcelas universais da cultura, o lugar onde a identidade cultural se organiza e expressa como experiência viva. A identidade não deve ser questionada como unidade cultural, fixa e monolítica e, sim, num enfoque transnacional que leve em conta a globalização da economia, os processos migratórios, entre outros. É na literatura que mais claramente se registra a idiosincrasia

cultural, onde o individual se entrelaça com o coletivo, onde a subjetividade se relaciona com a realidade empírica. Como toda obra do homem, mostra-o em sua totalidade ética e estética.

A literatura brasileira é o produto mais caracteristicamente brasileiro, o testemunho menos contestável da originalidade do espírito nacional e, desde logo, seu instrumento de expressão. Teve papel importante no processo de busca da identidade nacional.

A identidade constitui-se de processos, modos e formas culturais. A identidade problemática de nossa realidade origina-se do choque propiciado pelo encontro de culturas de características diversas e estende-se desde o descobrimento (ou invenção) da América, passa pela colônia e a vida republicana compartilhadas.

5. Sob o Signo do Barroco

Os inícios da literatura brasileira processam-se em plena crise do humanismo renascentista, época de contradições e mascaramento dividida entre o sagrado e o profano.

Descobertos durante o Renascimento e colonizados pela Contra-Reforma, o Brasil e os países hispano-americanos apresentam os fundamentos de sua cultura e, portanto, suas raízes, no âmbito do universo barroco, primeiro estilo da cultura ocidental moderna e o primeiro pronunciamento de autenticidade espiritual registrado na trajetória cultural do homem americano. Num estágio maduro da cultura, plasmou uma nova estética centrada no homem como valor supremo. Episódio do movimento renascentista, a arte barroca, substância e princípio de nossa expressão literária, constituiu-se de um vigor inventivo de fantasia e aguda inteligência, buscando a sensação imediata, o efeito surpreendente e o impulso vital dionisíaco. Representa, em sua essência, uma ânsia de libertação contra o gélido molde classicizante do Renascimento, que conforma a sua criação. Arte sobrecarregada até o tumulto, que se apresenta como uma das conquistas mais poderosas do barroco. Contribuições diferentes das diversas individualidades criadoras fazem com que a arte perca seu caráter unitário, constituindo-se a partir de elementos contraditórios e conflitantes. No grande teatro do mundo, instala-se o postulado do conflito e da transitoriedade, a vocação híbrida de sua heterogeneidade. Com sua magia transfiguradora, o barroco, expressão universal do descentramento do homem, deu uma linguagem crítica ao Brasil, comum a todo o Continente, através da influência de Quevedo em Gregório de Matos, espírito dominado pela transgressão ao discurso da metrópole,

manifestada no barroco entre valores terrenos e carnavais, religiosidade e materialismo.

Processa-se, então, entre os satíricos do Continente, em sua poesia irreverente, uma fonte comum. Também se constata na poesia academicista dos séculos XVII e XVIII a presença do elemento barroco. Quevedo personificou o polifacetismo, a denúncia de realidades, a filosofia pessimista envolta em sátira dolorosa. Intuiu o aniquilamento do humano na contradição entre o homem e o mundo, com uma visão transfiguradora na cultura ocidental. Com esse clima espiritual, a América Latina, espanhola ou lusa, insere-se a uma medida universal e encontra seu apogeu nas obras de Gregório de Matos, do Aleijadinho e do padre Vieira.

O primeiro golpe de importância contra o barroco foi o da ideologia do positivismo (adotada pela classe média emergente). E não porque chegasse às massas, mas porque modificou a instrução pública e conquistou a classe dirigente através das Universidades. Queria resolver o problema brasileiro com formulações européias, soluções engendradas por outras realidades. O positivismo, filosofia do auge europeu e capitalista, penetrou no país não como um «método de investigação» mas como um modo de pensar empírico, uma filosofia social, política e religiosa (Azevedo 1964: 623), que substituiu a idéia de liberdade pela de ordem.

Os liberais românticos de 1840 transformaram-se, por volta de 1870, nos positivistas que, em seus diferentes matizes, desempenharam papel fundamental, embora não decisivo, no processo que culminou com a Proclamação da República. No Brasil, a doutrina de Comte confundia-se com a idéia utilitária da ciência, em primeiro lugar, porque o positivismo concedia à ciência um caráter de exatidão, tentando livrá-la de qualquer caráter metafísico. Em segundo lugar, por sua proposta de construção de uma sociedade científica absorvida pelo projeto republicano de construção de uma nova sociedade no Brasil.

A Constituição de 91 e o Código Civil são inspirados no positivismo. A partir de 1890 inicia-se o declínio de sua influência.

Um liberalismo vago, proveniente da França e da Inglaterra, havia-se tornado importante marco da política brasileira desde a Independência de 1822. Esta favorece o prolongamento de uma tradição barroca cujo imaginário perdura, contraditoriamente, até o século XX, à custa da persistência de situações de fronteira.

A evolução política que começa com a Revolução Francesa é na América guerra pela Independência; o liberalismo luta contra o poder eclesiástico mas não transformou a sociedade; a industrialização não é maciça e a aglomeração humana limitada a determinadas grandes cidades.

Ao longo do século XIX define-se uma consciência de diferenciação num prematuro nacionalismo. Cada país tentava adaptar-se a formas e sistemas modernos. Os saltos históricos que diferenciam nosso processo nacional do europeu faziam com que estas formas de nacionalismo não tivessem a longa gestação milenária da Europa (Picon Salas 1977).

6. Romantismo e Consciência Nacional

Datam do romantismo os primeiros estudos de caracterização das literaturas nacionais e o caso brasileiro não foi exceção.⁷ O Romantismo, primeira tentativa de descrever os problemas brasileiros do ponto de vista brasileiro, procura esclarecer a realidade nacional e suas formas vivas, buscando uma genealogia nacional. Abandonam-se as convenções clássicas, mas a terra brasileira ainda é vista sob a ótica mitificadora européia, entre outras, a discussão sobre a natureza do índio⁸.

O modelo deixa de ser Espanha e Portugal. Esta liberação implicava a celebração de laços econômicos e culturais com a França e a Inglaterra, impérios emergentes, em busca de novas referências e numa redefinição das relações com a Europa.

O Brasil, que constituía uma sociedade assentada numa economia capitalista de tipo colonial, ao sofrer influência do romantismo francês, reage contra o racionalismo cartesiano. A filosofia da Ilustração alimentava, sem dúvida, os movimentos emancipadores. A idéia de América como «terra de felicidade» contrastava com as discórdias religiosas da Europa, no desejo de conciliar os preconceitos nacionais do Velho Mundo. É o que inspira o pensamento de Bolívar e Jefferson.

A política e as letras estiveram ligadas nos primeiros passos da vida independente do país. Foi essa coincidência histórica que levou muitos

⁷ A primeira história a mencionar escritores brasileiros foi a *Geschichte der Portugiesischen Poesie und Beredsamkeit* de 1805 de Friedrich Bouterwek. Distinguindo os traços nacionais dos autores que cita Antonio José da Silva, apenas cognominado o Judeu e Claudio Manuel da Costa Bouterwek assinalou o tom popular das comédias do primeiro em especial na *Esopaida* e a contribuição brasileira à poesia portuguesa acredita no mesmo, nos Sonetos do segundo, «ouvir o tom ingênuo de antigas canções portuguesas» (Cesar 1978: 8).

⁸ Em seus *Ensaaios* (*Des cannibales* e *Des Coches*), Montaigne aponta as falhas da sociedade européia, criticando sua suposta superioridade.

de nossos escritores a julgar que o romantismo era inerente à alma nacional.⁹

Capistrano de Abreu (1954) não omitiu ou evitou certos movimentos de opinião, lutas sociais que prepararam e formaram a consciência nacional. A guerra dos emboabas, a derrota dos holandeses e as lutas dos mascates em Pernambuco têm o destaque que merecem nesta hora de agitação. Os interesses reinóis e coloniais bifurcaram-se e tornaram-se antagônicos. Os representantes das novas elites são a expressão de nova modalidade de burguesia, acentuando o antagonismo econômico em relação aos tradicionais proprietários de terra.

A persistência dos velhos padrões coloniais viu-se ameaçada em virtude dos acontecimentos que sucederam à migração forçada da família real portuguesa para o Brasil em 1808.

A chegada de D. João VI abriu novos horizontes à vida do país (Azevedo 1964: 377). O crescente cosmopolitismo de alguns centros urbanos não constituiu perigo iminente para a supremacia dos senhores agrários, apoiada na tradição mas iniciadora de novos caminhos. Muitos não souberam conformar-se com as mudanças e começou a patentear-se a distância entre o elemento «consciente» e a massa.

Marcada pela europeização, a inteligência brasileira volta-se para os diferentes mercados da Europa. A nova cultura nacional diversifica os modelos europeus. À França pediram-se figurinos literários e filosóficos (de 1800 a 1860). Esta influência continuou a fazer-se sentir fortemente até o começo da Primeira Guerra mundial, sem impedir a filtração de outras literaturas e correntes do pensamento: à Inglaterra pediu-se o ritual do parlamentarismo e à Alemanha, a metafísica clássica e novas orientações científicas.

Com o advento da Independência, há uma febre de nacionalismo e importação das novas idéias românticas. Aos românticos coube a tarefa de erigir literaturas nacionais dentro de uma ideologia nacionalista das classes dominantes que justificavam a independência política e literária, superando a submissão a um cânone externo. Os escritores pertenciam a essas classes ou identificavam-se com elas. O Romantismo passou do indianismo nacionalista (inspirado na sublimação do «nobre selvagem» de Rousseau) e do plácido «costumbrismo» enxertado em ingênuas histórias de amor ao âmbito da cidade, estabelecendo um percurso de «reconhe-

⁹ Diz Sergio Buarque de Holanda: «O romantismo é, pois, um momento e não uma constante da história espiritual do Brasil». em: «Prefácio literário». Obras Completas de D.J.Gonçalves de Magalhães, vol. II, p. XII).

cimento» que recobriu pouco a pouco grande parte do espaço geográfico e do «espaço temático» americano, mitificando o índio porque se encontrava metaforicamente morto, mera lembrança do passado (Ortiz 1992). (O projeto de José de Alencar, de fazer uma literatura nacional dentro das preocupações dos iniciadores do romantismo brasileiro, incluía e exigia esse percurso pelo território nacional).¹⁰ Machado de Assis inscreve sua produção no âmbito da burguesia urbana. Narradores regionalistas vão preenchendo outros vazios e criando uma literatura que ultrapassa o romantismo para inscrever-se em algo muito próprio de nossa América, o «realismo nacionalista».

A elite pensante funda em 1838 o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e foram enviados convites a pesquisadores de renome a apresentarem ensaios sobre um plano para escrever-se a história do Brasil. O ensaio do etnólogo alemão Karl Friedrich Phillip von Martius, «Como se deve escrever a História do Brasil» (1845) foi premiado como a melhor proposta, embora houvesse permanecido silenciado até ser redescoberto por Gilberto Freyre.

Entre 1830 e 1850, ocorrem lutas entre republicanismo federalista, monarquismo constitucionalista que dividem as elites intelectuais do Brasil. Somente durante a Guerra do Paraguai e na campanha abolicionista começou a surgir o sentimento de identidade nacional e o envolvimento popular na vida pública. Os anos de 1870 a 1889 assistiram ao declínio do Império. O Brasil foi vitorioso na Guerra contra o Paraguai (1865-70) mas o imperador d. Pedro II enfrentou crescente oposição por parte do movimento republicano. Em 1889, os militares depuseram o monarca.

A partir de 1890, sobretudo, após a abolição do trabalho escravo, e a implantação do regime republicano, o movimento operário desenvolveu-se com o incremento da imigração de trabalhadores assalariados. Esses anos viram o rápido crescimento do café, como o principal produto de exportação do país. Com o declínio do açúcar e do algodão no Nordeste, a economia brasileira concentrou-se mais no Sul.

Desde o início da campanha abolicionista quase toda a produção literária nacional se fazia no Rio de Janeiro ou voltada para ele. A capital centralizava os principais acontecimentos até a consolidação da República. Sua posição de proeminência consagrou-se em 1897 com a inauguração da Academia Brasileira de Letras.

¹⁰ O Guarani traduz o mito da fundação da brasilidade.

7. A Imagem a partir de Dentro

Na América Latina, a emancipação do discurso literário antecede a emancipação política e passa a gerar sistematicamente formas de relação com seus modelos que vinham insinuando-se desde o período colonial e que se originam de sua peculiar situação de cultura periférica.

O Modernismo hispano-americano (que corresponde ao nosso Simbolismo e Parnasianismo) não incorporou em sua duplicidade (regionalismo e cosmopolitismo) a apologia feliz do Modernismo brasileiro. Este foi a resposta à modernização social do Brasil nos inícios da industrialização, combinado a uma vontade de renovação expressiva da literatura. O Modernismo Brasileiro e a Vanguarda histórica dos anos 20 na América Hispânica desenvolveram uma consciência crítica, contra o academismo, buscando um perfil diferenciador, embora a vanguarda, além de assumir o novo como norma estética, negando o passado e afirmando o futuro, tenha sido, muitas vezes, ambigualmente, memória do passado e tenha imitado sem criar verdadeiramente. A consciência ideológica da oligarquia rural une-se à revolução burguesa, questionando as instituições tradicionais na tentativa de redescobrir o país. O modernismo recuperou o negro como elemento irreverente, «produto da estética populista de seu criador».¹¹

Em 1942, Mario de Andrade escreveu: «A transformação do mundo com o enfraquecimento gradativo dos grandes impérios, com a prática européia de novos ideais políticos, a rapidez dos transportes e mil e uma outras causas internacionais, bem como o desenvolvimento da consciência americana e brasileira, os progressos da técnica e da educação, impunham a criação e mesmo a remodelação da Inteligência nacional» (Andrade 1942: 13).

O Manifesto Antropofágico com sua fórmula «Tupi or not tupi - that is the question» serve para ilustrar a busca de identidade e sua abertura em direção do Outro. Essa busca de um perfil diferenciador toca, ao mesmo tempo, o problema fundamental da cultura brasileira, que se debate entre suas raízes «indígenas» e a tradição européia. Oswald de Andrade tentou uma interpretação triunfalista de nosso atraso. Propunha uma postura de galhofa, metaforizada na deglutição do alheio, de «devoção» da cultura européia. Com sua conscientização antropofágica, foi

¹¹ O negro ganhou status nas obras de Machado de Assis, Jorgen de Lima e Jorge Amado (Brookshaw 1986).

paródia da cultura oficial e recuperou o negro como elemento irreverente.

A unidade espiritual e cultural com a Europa, representada por alguns escritores latino-americanos no século XIX, que ainda utilizavam modelos de expressão importados, embora trabalhando com um conteúdo de fundo nacionalista, rompe-se e da polêmica instalada no interior dessa unidade, surgem os -ísmos latino-americanos. Vinculada com a realidade sócio-cultural, a vanguarda, em nosso continente, foi uma resposta à nova situação. Seu grande papel foi possibilitar as mediações para que a palavra poética não fosse apenas diferente da encontrada em séculos anteriores, mas, de fato, nova pelo aproveitamento de todas as possibilidades criadoras do idioma.

O projeto cultural contemporâneo, no Brasil, passa pelo «romance social do Nordeste» que, reunindo Rachel de Queiroz, José Américo de Almeida, José Lins do Rego, Graciliano Ramos e Jorge Amado, irá ampliar o espaço do regionalismo com seu realismo vertical. A busca da realidade explícita, isto é, a necessidade de referir a paisagem como força de vida é a expressão de busca de uma identidade nacional (característica da chamada «novela de la tierra» (hispano-americana) e será substituída, no Brasil, pela busca da realidade implícita.

Depois da Primeira Guerra Mundial, o pensamento brasileiro entrou em processo de renovação. Os bens culturais metropolitanos são transformados no sentido de afirmação da cultura nacional e um discurso de resistência impõe-se na constituição de novos paradigmas.

8. A partir dos Anos 30

Grande parte do modelo científico vigente nos anos 20 no Brasil era decorrente do projeto de modernização, implantado principalmente a partir da Proclamação da República, em 1889, objetivando promover um surto de desenvolvimento e transformação do país. Esse projeto incluía a expansão da agricultura para o mercado mundial, urbanização das cidades, extinção das doenças infecciosas que infestavam a cidade e os portos, demarcação e interligação do território nacional através de estradas de ferro, rodovias, telégrafo e uma intensa atividade geológica e geográfica. A ciência e a técnica assumiram um papel preponderante nesse processo de modernização, fornecendo os conhecimentos e meios necessários à sua realização. Elas eram valorizadas em especial enquanto detentoras de um saber prático e utilitário que permitia a realização desse projeto. Num período de poucos anos foram criados vários institutos de pesquisa com

o objetivo de dar suporte à agricultura e debelação de doenças, escolas e faculdades de nível superior, com nítida inclinação para a esfera produtiva (Schwartzman 1979). De forma semelhante, instituições científicas criadas anteriormente, na época do Império, tiveram suas funções redefinidas no sentido de responder a essa demanda utilitária, como o Imperial Observatório, rebatizado de Observatório Nacional, que redirecionou suas atividades para a demarcação de fronteiras e pontos geográficos do território nacional, a determinação da hora certa e o serviço meteorológico. As escolas politécnicas ganharam importância, formando engenheiros capazes de responder às demandas nacionais e assumir tarefas na construção de estradas de ferro, iluminação pública, construção de grandes avenidas, urbanização das cidades.

Podemos situar o período fundacional das histórias nacionais e literaturas hispano-americanas quando ocorre uma visão «progressista conservadora» e racionalista da história privilegiada a partir das influências européias e dos debates em torno das idéias ligadas às teorias evolucionistas de Spencer, o darwinismo biológico e social, o materialismo filosófico e político e o positivismo de Augusto Comte. Este último se fazia presente mais pela sua concepção de ciência do que pelos conceitos matemáticos propriamente ditos. É possível encontrar artigos contrários a esses conceitos escritos por professores da Politécnica ligados ao pensamento positivista, como de Otto de Alencar, que frequentou por muitos anos o Apostolado positivista, rompendo posteriormente com ele ou Licínio Cardoso, um reconhecido defensor do positivismo.¹²

A partir de final do século XIX e primeiras décadas do século XX começaram paralelamente, a penetrar no Brasil as novas teorias surgidas nas áreas de física e da matemática, que iam mudando a feição da ciência. Aparentemente sem utilidade prática imediata, o interesse vinha acompanhado de um discurso em prol da ciência pura e desinteressada, vista não apenas como um meio para a reforma social e econômica mas era, muitas vezes, ambígua e contraditória, diante do impasse em que se viam muitos cientistas causado pela absorção das novas teorias dentro de um ambiente acostumado à idéia utilitária da ciência. Exigiam locais específicos para sua realização como as Faculdades de Ciências ou mesmo as

¹² Em artigo publicado na Revista da Escola Politécnica RJ, 1897, escreve Cardoso: «O vulto portentoso de Augusto Comte inspira-me grandíssimo respeito mas na minha qualidade de humílimo professor que sou, não posso ensinar o contrário do que penso. Também não julgo imprudente apontar-se o engano em que por ventura tem caído o gênio: errar é atributo dos homens. Errou Aristóteles, errou Descartes e insânia é julgar infalível quem quer que seja» (Lins 1964: 268).

Universidades, visto a vocação eminentemente utilitária dos cursos nas Faculdades e escolas técnicas. Em 1920 foi criada a Universidade do Distrito Federal, reunindo as já existentes Escola Politécnica, Escola de Medicina e Faculdade de Direito mas mantendo as características tradicionais de cada uma. Em várias ocasiões durante a visita de Einstein (março de 1925) (Tolmanskin 1996) foi evidenciado esse debate em torno da ciência pura. De forma semelhante, o próprio Einstein fez referência ao problema da ciência pura na América do Sul durante um almoço com vários cientistas.

A Segunda Guerra mundial isola a América Latina da Europa. A era industrial começa e constituem-se enormes metrópoles que favorecem a imigração dos habitantes das zonas rurais aos centros urbanos.

Desde os anos 60, começa-se a repensar a cultura (principalmente a literatura) sob nova ótica, com o intuito de descolonizá-la. São os anos do questionamento dos nacionalismos (o conceito de classe social impõe-se ao de nação, da teoria da dependência frente ao desenvolvimento, da emergência do feminismo).

9. Conclusão

Como estamos longe da afirmação de Hegel: "Por conseguinte, a América é o país do porvir. Em tempos futuros mostrar-se-á sua importância histórica, talvez na luta entre a América do Norte e a América do Sul. É o país de nostalgia para todos os que estão enfasiados do museu histórico da Velha Europa." (Hegel 1928)

Quase cinco séculos depois do descobrimento, o latino-americano criou uma cultura própria em resposta aos desafios específicos que o meio ambiente e contatos humanos determinados propuseram a sua tradição. Mas «a interpretação de nossa realidade com esquemas alheios só contribui a fazer-nos cada vez mais desconhecidos, cada vez menos livres, cada vez mais solitários». (Garcia Márquez 1982: 4-5)

A cultura latino-americana foi o resultado da inserção da cultura racionalista do Renascimento ao universo mágico dos índios. Ela soube figurar dinamicamente a simultânea heterogeneidade de nossas realidades onde as peculiaridades surgiram sem perder o traço da origem comum. Vivemos sob a ênfase dada às noções de pluralidade e alteridade, quando a ratio filosófica eminentemente unificadora humaniza-se e restaura a multiplicidade.

A literatura brasileira adquiriu finalmente sua maioridade. Já existe um modelo intelectual criado no Brasil como resultado de sua origem e de

sua história. Podemos adotar a afirmação de Alfonso Reyes, «já existe uma humanidade americana característica, existe um espírito americano». (Reyes 1979)

Ao final do século XX, a América Latina parece encerrar um passado e colocar-se em nova ordem econômica e política mundial. Abre fronteiras, internacionaliza-se e postula ao mesmo tempo sua modernização política e cultural. Pensar esses anos na América Latina no Brasil, é pensar a questão do plural e do enfrentamento das diferenças.

Presenciamos o começo de novos tempos, um novo século se aproxima. O homem latino-americano conscientiza-se da necessidade de repensar sua origem, para revelar um ser que se havia calado. Tenta o resgate do verdadeiro rosto da América., espaço em constante transformação, na luta pela construção de projetos nacionais próprios em função de memórias particulares e especificidades históricas.

O Brasil emergiu de um longo processo ditatorial. Nossa esperança reside na consolidação da democracia política que trará consigo o desenvolvimento sócioeconômico. Vinculados ao pensamento ocidental, empreendemos a marcha para um futuro de criação e independência, que tem como objetivo uma forma de conhecimento integral do homem, num mundo unificado por uma hegemonia que deixe de ser imediatista.

Cabe-nos enfatizar um sentido de pertinência sem menosprezar o ser nacional, reconhecer a realidade pluricultural da América, numa indagação pela latinoamericanidade. Ao abrir espaço à liberação das diferenças, cumpre averiguar nosso ser no tempo e no espaço, abandonar a alienação para sermos nós mesmos.

Bibliografia

- ABREU, J. Capistrano de (1954): *Capítulos de história colonial (1500-1800)*, 4ª ed., Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu/Livraria Brigueit.
- ANDRADE, Mario de (1942): *O movimento modernista*, Rio de Janeiro: C.E.B.
- AZEVEDO, Fernando de (1964): *A cultura brasileira; introdução ao estudo da cultura no Brasil*, 4ª ed. rev., São Paulo: Melhoramentos.
- BAER, Werner (1983): *The Brazilian economy: Growth and Development*, 2ª ed., Nova York: Praeger.
- BAREIRO SAGUIER, Ruben (1995): «Asunción de la lengua», em: Ana Pizarro (Coord.): *América latina, palavra, literatura e cultura*, São Paulo: Memorial da América Latina.
- BONFIM, M. (1940): *Brasil*, Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional.
- BONFIM, M. (1993): *A América Latina. Males de origem*, 4ª ed., Rio de Janeiro: Topbooks.
- BOSI, Alfredo et alii. (1987): *Tradição. Contradição*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor/Funarte.
- BROOKSHAW, David (1986): «Race and colour», em: *Brazilian Literature*, London: The Scarecrow Press. Inc.
- BUARQUE DE HOLANDA, Sergio (1983): *Raízes do Brasil*, 16ª ed., Rio de Janeiro: Livraria Jose Olympio Editora.
- CANDIDO, Antonio (1985): *Literatura e sociedade*, 7ª ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- CANDIDO, Antonio (1989): «Una palabra inestable», em: *Escritura* (Caracas) 27, 31-39.
- CARVALHO, José Murilo de (1982): «Political Elites and State Building: The Case of Nineteenth-Century Brazil», em: *Comparative Studies in Society and History* 24, 378-99.
- CESAR, Guilhermino (org.) (1978): «Introdução». *Historiadores e críticos do romantismo: a contribuição européia*, São Paulo: EDUSP.
- COLLIER, David (ed) (1979): *The New Authoritarianism in Latin America*, Princeton, N.J.: University Press.
- CORNEJO POLAR, Antonio (1994): *Escribir en el aire. Ensayo sobre la heterogeneidad socio-cultural en las literaturas andinas*, Lima: Editorial Horizonte.
- COUTINHO, Afrânio (1973): «A literatura como fator da nacionalização brasileira», em: *Tempo Brasileiro* (Rio de Janeiro) 33-34, 24-46.
- DA MATTA, Roberto (1978): *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*, Rio de Janeiro: Zahar.
- FERNANDES, Florestan (1969): *The negro in Brazilian society*, Nova York: Columbia University Press.
- FREYRE, Gilberto (1933): *Casa Grande e senzala*, Rio de Janeiro: Maia & Schmidt.
- FURTADO, Celso (coord.) (1977): *Brasil: Tempos modernos*, Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- FURTADO, Celso (coord.) (1964): *Dialética do desenvolvimento*, Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura.
- FURTADO, Celso (coord.) (1947): *Interpretação do Brasil*, Rio de Janeiro: Livraria Jose Olympio Editora.

FURTADO, Celso (coord.) (1966): *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*, Rio de Janeiro.

GARCIA MÁRQUEZ, Gabriel (1982): «La soledad de América Latina», (Conferência Nobel 1982), Estocolmo.

HASENBALG, Carlos (1979): *Discriminação e desigualdades raciais*, Rio de Janeiro: Graal.

HEGEL, G. W. F. (1928): *Lecciones sobre la Filosofia de la historia universal*, Madrid: *Revista de Occidente*.

JAGUARIBE, Helio (1962): *Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político*, Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.

JOZEF, Bella (1998): "Memória e identidade cultural da Pan-Amazônia", em: *Unamazônia* (Belém) 0, 10-24.

LEANDER, Birgitta (1985): *Identidad cultural en América Latina*, Número especial de Culturas. Paris: Unesco.

LEITE, Dante Moreira (1983): *O caráter nacional brasileiro*, 4ª ed., São Paulo: Livraria Pioneira Editora.

LIMA, Heitor Ferreira (1978): *História do pensamento econômico no Brasil*, São Paulo: Companhia Editora Nacional.

LINS, Ivan (1964): *História do positivismo no Brasil*, São Paulo: Cia. Editora Nacional.

LUDMER, Josefina (comp.) (1994): *Las culturas de fin de siglo en América Latina*, Rosario: Beatriz Viterbo Editora.

MEDEIROS, Jarbas (1978): *Ideologia autoritária no Brasil, 1930-1945*, Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas.

MELLO FRANCO, Afonso Arinos de (1937): *O índio brasileiro e a Revolução Francesa*, Rio de Janeiro: Editora José Olympio.

MELLO E SOUZA, Laura (1998): "América diabólica", em: VELHO, Gilberto (org.), *Revista de Cultura Brasileira* (Madrid) 1, 175.

MOTTA, Carlos Guilherme (1978): *Ideologia da cultura brasileira, 1933-1974*, 4ª ed., São Paulo: Atica.

OLIVEIRA, Lucia Lippi (1990): *A questão nacional na Primeira República*, São Paulo: Brasiliense.

ORTIZ, Renato (1985): *Cultura brasileira e identidade nacional*, São Paulo: Brasiliense.

ORTIZ, Renato (1992): *Românticos e folcloristas*, São Paulo: Editora Olho d'Água.

PAZ, Octavio (1993): «América em plural y singular- Los nacionalismos y otros bemoles». Entrevista a Sergio Marras, em: *Vuelta* (México) 195, 30.

PAZ, Octavio (1972): *Signos em rotação*, São Paulo: Editora Perspectiva.

PICON SALAS, Mariano (1977): «Unidad y nacionalismo en la historia hispanoamericana», em: *Dependencia e independencia en la historia hispanoamericana*, 2ª ed., Caracas: Consejo Nacional de la Cultura.

PORTELLA, Eduardo (1983): *Confluências: manifestações da consciência comunicativa*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

PORTELLA, Eduardo (1982): "Níveis de participação da comunidade intelectual", em: *Tempo Brasileiro* (Rio de Janeiro) 71, 19-25.

- PRADO, Paulo (1962): *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*, 6ª ed., Rio de Janeiro: Jose Olympio.
- REYES, Alfonso (1979): «Notas sobre la inteligencia americana», em: ZEA, Leopoldo (org.), *Precursores del pensamiento latinoamericano contemporáneo*, México: SEP/Diana.
- ROMERO, Silvio (1902): *História da literatura brasileira*, 2ª ed., 2 vols., Rio de Janeiro: H.Garnier.
- ROUANET, Sergio Paulo (1998): «As migrações do bom selvagem», em: *Jornal do Brasil, Idéias/Livros*, 14.11.
- SCHWARTZMAN, Simon (1982): *Bases do autoritarismo brasileiro*, Rio de Janeiro: Editora Campus.
- SCHWARTZMAN, Simon (1979): *A formação da comunidade científica no Brasil*, São Paulo: Ed. Nacional.
- SKIDMORE, Thomas E. (1975): «The Historiography of Brazil, 1889-1964: Part I», em: *Hispanic American Historical Review* 55, 716-748.
- SKIDMORE, Thomas E. (1976): «The Historiography of Brazil, 1889-1964, Part II», em: *Hispanic American Historical Review* 56, 81-109.
- SKIDMORE, Thomas E. (1994): *O Brasil visto de fora*, São Paulo: Editora Paz e Terra.
- SORJ, Bernardo/ALMEIDA, Maria Herminia Tavares de (eds.) (1983): *Sociedade e política no Brasil pós-64*, São Paulo: Brasiliense.
- SPERBER, Suzi Frankl (1994): «A identidade literária brasileira: uma petição de princípios?», em: *Remate de males* (Campinas) 14, 153-159.
- STROWSKI, Fortunat Joseph (1946): *Montaigne e a angústia contemporânea. Cursos e conferências*, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde, Serviço de Documentação.
- TODOROV, Tzvetan (1982): *La conquête de l'Amérique. La question de l'autre*, Paris: Seuil.
- TOLMANSKIN, Alfredo Tiomno (1996): «Constituição e diferenciação do meio científico brasileiro no contexto da visita de Einstein em 1925», em: *Estudios interdisciplinarios de América Latina y el Caribe* (Tel Aviv) 7(2), 25-44.
- VENTURA, Roberto (1991): *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914*, São Paulo: Companhia das Letras.
- VERISSIMO, José (1903): «Das condições da produção literária no Brasil», em: *Estudos de literatura brasileira*, Rio de Janeiro / Paris: Garnier.
- VERISSIMO, José (1986): *Cultura, Literatura e Política na América Latina. Seleção de João Alexandre Marbosa*, São Paulo: Editora Brasiliense.
- VERSIANI, Flavio Rabelo/BARROS, José Roberto Mendonça (eds.) (1977): *Formação econômica do Brasil: a experiência da industrialização*, São Paulo: Saraiva Editores.
- WAGLEY, Charles (1960): *Social Change in Latin America Today*, New York: Randon House.

Vamireh Chacon

Federalismo no Brasil: Balanço de Poderes e Idéias

O federalismo também no Brasil não é uma planta exótica, nem apenas uma das prioridades de descentralização administrativa do País, de tão grandes território e população, com naturais diversidades geográficas, étnicas, econômicas e sociológicas. Não se trata de mera imposição dos fatos, corresponde igualmente a elaborações doutrinárias, tanto teóricas quanto práticas, ao longo dos séculos de gestação do Brasil.

A dificuldade maior sempre esteve na necessidade de manutenção de um poder centrípeto diante daquelas forças centrífugas. Na realidade a América Hispânica fragmentou-se por obstáculos orográficos ainda maiores, basta mencionar os Andes, e por concepções aceitando diversidades de governos vindo da própria Espanha, onde as autonomias locais sempre se guiaram por antigos critérios lingüísticos culturais: Castela nunca deteve poder completo sobre a Galícia, Catalunha e País Basco. O Consulado do Generalíssimo Francisco Franco também nisto foi um hiato restringindo prerrogativas advindas da Idade Média.

Enquanto isso, em Portugal nunca houve província do Alentejo, Minho ou Algarve; por mais que difiram entre si, jamais vieram a falar idiomas autóctones diversos, diversidade favorecendo o nascimento do federalismo suíço, ou o começo da união da Holanda, Frísia e Limburgo nas Províncias Unidas dos Países Baixos. Suíça e Holanda menores que Portugal.

Já o federalismo dos Estados Unidos provém de diferente origem: ali a independência foi proclamada por cada uma das doze colônias inglesas do litoral atlântico, antes de se federarem. Mesmo assim numa união com tensões descentralizadoras e centralizadoras internas, como se viu no grau máximo de guerra civil entre o Norte federalista e o Sul da Confederação. Ainda hoje prossegue a discussão remontando às polêmicas de Hamilton, Madison e Jay nos artigos doutrinários e panfletários de *The Federalist*. Não há, portanto, que se surpreender com as dificuldades brasileiras a respeito.

O unitarismo português, transposto ao Brasil, teve de enfrentar as tendências locais à cissiparidade: a Inconfidência Mineira estava circuns-

crita às Minas Gerais, suas ligações não iam além do Rio de Janeiro, os incondidentes não se propunham a uma geral insurreição nacional; o mesmo se diga das Conjurações fluminense e baiana; no caso da pernambucano-nordestina de 1817, o dilema entre o êxito separatista, quase alcançado pela força das armas, e inviabilidade de estender-se ao norte no Ceará e ao sul na Bahia, longo se tornou patente. Diante das auto-limitações revolucionárias, o poder central colonial logo conseguiu circunscrevê-las e eliminá-las.

Seu herdeiro, o poder monárquico local, continuava na mesma Família Real dos Braganças, como os mesmos métodos ancestrais para enfrentar, até então com êxito, os desafios centrípetos renovados por dez anos pela guerra farroupilha e pela de novo pernambucano-nordestina Revolução do Equador.

Friedrich Schlegel costumava dizer que o historiador tem a tentação de ser profeta pelo avesso, isto é, explicar o que aconteceu como não teria sido possível de outro modo; Jules Lemaître vai adiante na ironia: a tentação maior do historiador consiste em querer que o passado fosse diferente, conforme as predileções pessoais do brilhante porém retrospectivo analista, impotente contra tempos já pretéritos.

Os acontecimentos seguintes comprovaram que o máximo oferecido concretamente pelos separatismos brasileiros seria a equivalência da maioria dos candidatos à separação transformáveis em pequenas repúblicas do tipo da América Central, seus problemas internos aumentados e ainda hoje em muito difíceis buscas de um mercado comum, até de uma confederação política capacitante de resistências a outros poderes transnacionais no Caribe. Mercado comum interno e federalismo brasileiros nem assim ainda hoje de todo realizados, pelos desníveis regionais de renda econômica e outros índices sociais, além das desigualdades de poder político federativo.

Pelo menos, o que já significa algo também importante, a existência de um mercado interno brasileiro dispensa sua busca nem sempre fácil, e o seu federalismo incompleto é mais viável de realizar-se do que ter de partir do ponto zero. Contudo, a caminhada tem muito o que lutar para percorrer.

Sem o inicial unitarismo, Portugal não teria resistido à vizinha maior territorialmente e mais populada Espanha. A Catalunha, então mais rica que Portugal, não teve coesão interna suficiente para triunfar na luta pela independência em 1640, quando a Espanha lutava em duas frentes, pois ao mesmo tempo contra Portugal.

Raymundo Faoro explica muito bem o porquê do êxito lusitano no mar: desde nada menos que 1383 o Estado português completara numa revolução, a Revolução de Avis com este nome por conta de nova dinastia, sua configuração institucional. «Sobre a nação, acima de suas classes, de seus grupos e de seus interesses - este o ponto fundamental a fixar - há uma comunidade, que fecha-se sobre si própria, comanda e dirige, pronta para as grandes empresas» (Faoro 1975: 51). Portugal completa sua unificação como Estado, em fronteiras perduráveis até hoje, desde 1294, portanto mais de duzentos anos antes da França, que em 1487 incorpora a Provença, e a Espanha anexando a último reino mouro peninsular, o de Granada, 1492, em pleno ano da Descoberta da América. O unitarismo lusitano tinha ganho um considerável tempo para consolidar-se internamente e projetar-se no Ultramar.

Em 1998 o povo português decidiu em plebiscito por 62% contra 36% recusar o início do federalismo em Portugal na forma de regionalização, portanto recusada por 2/3 da população. Em vez disso foi proferido o fortalecimento dos municípios.

A manutenção da unidade colonial brasileira beneficiava-se assim de considerável experiência portuguesa; o controle central em Lisboa, com todas suas vantagens e desvantagens, conseguirá ficar nas colônias africanas até 1974/1975, últimas colônias européias na África. E Portugal só sairá de Macau, passando-a de volta à China, em 1999, dois anos após a Grã-Bretanha de Hong Kong. Apresentou-se historicamente muito resistente e intrincada a trama centralizadora lusitana.

No Brasil a presença da Família Real, egressa de Lisboa com os exércitos napoleônicos no seu encalço, favoreceu ainda mais a manutenção do centralismo; ao contrário da América Hispânica, onde, ademais da multiplicação de vice-reinados por fatores geográficos locais e culturais de origem no Estado espanhol, no Brasil só havia um vice-reinado, exceto em parte do breve período pombalino, vice-reinado pronto para transformar-se em Estado.

Além de tudo isso, a Família Real espanhola tinha sido capturada por Napoleão, enquanto a de Portugal no Brasil se beneficiava da tentativa de transferência de legitimidade tradicional de pai e filho, na América Hispânica as lideranças carismáticas dos seus libertadores entravam em conflito de início com o poder colonial espanhol, logo em seguida lutando entre si pelo controle da fragmentação da Grã-Colômbia e do Vice-Reinado do Prata.

Para manter-se aquele poder central, antigo e herdado até por transferência direta, desde o início se articulava com a base municipal, estes os dois pontos extremos da tradição lusitana.

O município provinha da Roma de antes de Cristo, sistema administrativo geral, com maior êxito aplicado à província da Lusitânia. As municipalidades portuguesas são reconhecidas em sua autonomia desde as Ordenações Afonsinas do ano de 1446 às Manuelinas de 1512. Confirmada também no Brasil pelo Título LXVI do Livro I das Ordenações Filipinas. Após a independência, a Lei de 28 de outubro de 1828 «Dá nova forma às chamadas Câmaras Municipais, marca suas atribuições e o processo para sua eleição e dos Juizes de Paz», não togados, para causas menores.

A Constituição brasileira de 1824 era unitária e, mais que isto, centralista. Contudo, o Conselho Geral da Província local nenhuma autoridade exercia nas atribuições das Câmaras Municipais e seus corregedores (artigos 64 e 65). «É a primeira vez que se encontra a palavra *município*: até então a referência era as cidades, vilas ou paróquias» (Carvalho 1963: 49).

O capítulo II do Título 71 daquela Lei, no artigo 167, determinava que «em todas as cidades e vilas existentes e nas mais, que para o futuro se criarem, haverá Câmaras às quais compete o governo econômico e municipal das mesmas cidades e vilas». Pelo art. 168, «aquelas Câmaras são eletivas e compostas do número de votos que a lei designar e o que obtiver o maior número de votos será o Presidente» (Tavares 1998: 91).

O argumento que as referidas eleições eram à base censitária, responde-se que era critério adotado em toda a Europa, donde provinham as inspirações políticas da época.

Unitarismo e municipalismo, os dois pontos extremos da linha de autoridade pública e administrativa, reagiam ambos contra a inserção de um intermediário elemento de poder. As principais Câmaras, mesmo coloniais, estavam adquirindo consciência da sua força, como se vê nas rebeliões da Câmara de São Paulo com Amador Bueno na liderança em 1661, Manuel Beckman na Câmara de São Luís do Maranhão, 1684, e Bernardo Vieira de Melo, Olinda, 1710. Demorará para os dois extremos do poder aceitarem um poder intermediário.

A Constituição imperial no artigo 71 dizia que «reconhece, e garante o direito de intervir todo o cidadão nos negócios de sua província, e que são imediatamente relativos a seus interesses peculiares». O artigo seguinte especificava: «Este direito será exercitado pelas Câmaras dos Distritos, e pelos Conselhos, que com o título de Conselho Geral da Província se devem estabelecer em cada província». O que parecia um começo

de centralização, na realidade foi tão tolhido que a máxima autoridade doutrinária do Direito Administrativo Brasileiro de então, o Visconde de Uruguai, reconhecia desde 1862: «As conseqüências de centralizações foram porém exageradas, exigindo-se a intervenção central para negócios locais de mui medíocre importância» (Uruguai: 161-162).

O movimento republicano, que não tinha conseguido o poder pelas armas, retornou à ofensiva, daí em diante pacificamente, através da reivindicação também federalista. O Ato Adicional de 1834 havia ampliado as competências das províncias, permitindo a criação das Assembléias Provinciais, antepassadas das Assembléias Estaduais da república, mas, na prática, o poder central continuava nomeando os governadores, ditos presidentes de província, e os dois grandes partidos nacionais, o conservador e o liberal, revezavam-se como primeiro-ministros e governadores por estes indicados. O federalismo apresentava-se inviável porque a monarquia era a culminação do poder patriarcal agrário, vindo da base escravocrata da casa-grande até sua expressão eleitoral de coronelismo, enxada e voto, no perfil diacrônico de Gilberto Freyre (1932) e Víctor Nunes Leal (1948).

Os maiores chefes políticos provinciais tinham amplas bases municipais, daí o conflito entre novas prerrogativas das províncias e as antigas dos municípios. Em vão José Antônio Pimenta Bueno (1857: 233), Marquês de São Vicente, principal intérprete da Constituição de 1824, havia distinguido centralização política e concentração administrativa e tinha recusado a segunda em favor da primeira.

Novas lutas locais, de municipais a ponto de provinciais, por um triz não fragmentaram o País, desta vez nas guerras do período da Regência, agravadas por falta de definição e equilíbrio no poder central. Continuavam em choque as forças centrífugas e centrípetas que fazem a base da História constitucional brasileira.

O primeiro grande teórico do federalismo brasileiro, e com grande sentido prático porque ele mesmo precoce deputado, foi Aureliano Cândido Tavares Bastos, autor de *A Província (Estudo sobre a Descentralização no Brasil)* em 1870. Precedido pelas *Cartas do Solitário*, reunindo em 1862 artigos publicados na imprensa do Rio de Janeiro.

Mesmo muito influenciado pelos Estados Unidos, na visão de Tocqueville, e dos primeiros federalistas - Hamilton, Madison e Jay - o federalismo de Tavares Bastos é bastante realista. Ele quer fortalecer as reformas do Ato Adicional de 1834, que criara as Assembléias Provinciais, ao propor a eleição também dos presidentes de províncias como então se chamavam os governadores, além de ampliar a competência das

Assembléias e a criação de Senados locais, como depois fará a primeira Constituição republicana de 1891. Reivindica poder judiciário provincial em primeira instância, instrução pública de primeiro grau e política de província, outras propostas adotadas pela república. Toma cuidado em conciliar federalismo e municipalismo. Defende a descentralização também fiscal (Tavares Bastos 1997; Moraes Filho 1978).

Inúmeras idéias de Tavares Bastos foram adotadas pelo Manifesto Republicano de 1870. Rui Barbosa será o maior defensor do federalismo republicano na Constituição de 1891. Mais sistemático foi Amaro Cavalcanti com *O Regime Federativo e a República Brasileira* publicado na primeira década republicana, em 1899. Também muito baseado no federalismo estadunidense, estava confiante na viabilidade da equitativa divisão das cobranças de impostos entre o poder central, estados federados e municípios (Cavalcanti 1998, cap. VI).

A prática revelou-se, contudo, distante da teoria. Os tributos cobrados pelo poder central logo se revelaram mais numerosos e mais importantes (Bezerra 1986, capítulos 4 e 5). As concessões políticas limitaram-se ao estadualismo proposto e praticado por Campos Sales, desde quando presidente, passando a estabelecer até um padrão de comportamento, ainda mais consagrado da força das oligarquias municipais (Silveira 1978: 180). O próprio Campos Sales defendia-se alegando ter de recorrer a situações de fato (Debes 1978: 483-484).

De qualquer modo, o federalismo da chamada Primeira República - que vem da Proclamação de 1889 e primeira Constituição republicana de 1891, até à Revolução da Aliança Liberal de 1930 - aquele federalismo na prática não passou de estadualismo e estadualismo dos estados mais fortes, São Paulo e Minas Gerais, que se revezavam na presidência da república (Abranches 1997; Viana Filho 1998).

Na onda da rebelião da periferia contra o centro - candidatura de Getúlio Vargas do Rio Grande do Sul à presidência da República e de João Pessoa, nordestino à vice - rebelião precisou ser armada na Revolução da Aliança Liberal de 1930, a Constituição, daí decorrente em 1934, procurou retomar o federalismo de 1891, porém de maneira a evitar os erros do estadualismo. Estadualismo na realidade servindo como uma espécie de pirâmide de poder, a partir da base demográfica e econômica maior de São Paulo e Minas Gerais, à qual retornava o poder no principal.

Todos os presidentes da Primeira República de 1891 a 1930 - presidentes eleitos, após os dois militares que proclamaram a República - todos os demais provinham de São Paulo e Minas Gerais alternadamente, o último deles, Washington Luís, do Estado do Rio de Janeiro, fizera car-

reira política em São Paulo. Só um provinha do Nordeste, Epitácio Pessoa. O Nordeste forneceu no máximo alguns vice-presidente: dois pernambucanos (Rosa e Silva, vice de Campos Sales, e Estácio Coimbra vice de Artur Bernardes), mais o maranhense Urbano Santos, vice de Venceslau Brás. Apesar do Rio Grande do Sul ter fornecido o mais poderoso dos senadores, Pinheiro Machado, a ponto de fazedor de presidentes, nenhum gaúcho havia lá chegado até 1930. A máquina centralista havia criado o artifício do parágrafo único do artigo 18 da Constituição de 1891: «A cada uma das Câmaras (Senado Federal e Câmara dos Deputados) compete: verificar e reconhecer os poderes de seus membros». Através deste dispositivo constitucional eram depuradas, expressões da época, isto é, não reconhecidas, as eleições do deputado ou senador refratário ou dissidente diante da oligarquia local, ou da oligarquia central, cortando-se assim qualquer possibilidade de resistência da base municipal em geral ou das bases estaduais em especial. Até o equilíbrio romper-se pela Revolução de 1930 conseguindo articular os descontentamentos do Nordeste com os do Rio Grande do Sul, aliança fortalecida pelas cisões da oligarquia maior de São Paulo e Minas Gerais. Uma das suas fundamentais reivindicações era a criação da Justiça Eleitoral, aceita e votada pela Assembléia Nacional Constituinte que veio a gerar a Constituição de 1934.

Esta se apresentou sem a cláusula depuradora, portanto respeitando os critérios da Justiça Eleitoral recém-criada, assim pretendendo-se mais respeitosa do federalismo e do municipalismo. O pacto federativo enfim surgiu com maior nitidez e aparente viabilidade, só aparente porque a Constituição de 1934 foi a de menor duração no Brasil, de 16 de setembro daquele ano a 10 de novembro de 1937, pouco mais de três anos, rasgada pela intervenção militar liderada por Getúlio Vargas então instalando a ditadura do Estado Novo, que iria até 29 de outubro de 1945.

Sintomaticamente em 1930, 1932 e 1933 houve várias pesquisas e propostas no sentido de novas subdivisões dos estados brasileiros, conforme critérios geográficos e econômicos mais homogêneos, nem assim foi adiante qualquer delas.

O Estado Novo parafascista de Vargas declarava-se em sua Constituição (art. 31) «um Estado federal», mas vieram a ser dirigidos os estados por interventores nomeados pelo Presidente da República, em vez de governadores eleitos. Prevvia-se Câmara de Deputados, eleita por voto direto, e o novo Senado, dito Conselho Federal, pelo voto indireto das Assembléias Legislativas estaduais. Na prática só existiu, algo como assessoramento da presidência da República, o Conselho da Economia Nacional

(art. 57) compondo uma espécie de câmara corporativa na moda da época. Acima de tudo pairou na prática a ditadura pessoal de Vargas. O término da Segunda Guerra Mundial, com a mudança dos ventos da História, levou ao fim o Estado Novo logo envelhecido.

A redemocratização de 1945 ensejou a Assembléia Nacional Constituinte e Constituição de 1946, por esta o federalismo pretendia retornar vigorado e enfim compatibilizado com o municipalismo. O município reapareceu com ainda maior destaque, sua autonomia reforçada ao subtrair do poder central e estadual o seu controle amplo, limitado à intervenção apenas para lhe regularizar as finanças e só em dois casos: impontualidade no pagamento dos empréstimos públicos e ausência de pagamento da sua dívida por dois anos consecutivos (art. 23).

A Constituição de 1946 tardou um pouco para se confirmar como mais uma fadada a ser substituída pela força, apesar de todas suas boas intenções. A Constituição de 1946 e todo o conjunto político, por ela representado e que a sustentava, desmoronaram em 1964. Sem que nem federalismo nem municipalismo a conseguissem defender. Desigualdades sociais internas e assimetrias políticas foram incapazes de protegê-la dos impactos da Guerra Fria então no auge. Outra onda centralista veio no bojo de mais de um autoritarismo, desta vez especificamente militar.

O chamado Ato institucional n.º. 1 da intervenção militar de 1964, logo no seu artigo 21 determinava a eleição indireta do presidente e vice-presidente da República, era recebido com relutância pelos estados como compatibilização federalista. Em 1966 foi necessário o Ato Institucional n.º. 3 para impor com firmeza ao nível estadual o regime autoritário. Mas os estados e os municípios, com exceção das capitais e dos depois considerados estratégicos por motivos militares e/ou industriais, tiveram mantidas suas eleições diretas.

O método de eleição indireta para os mandatários federais foi ampliado para um colégio eleitoral de membros do Congresso Nacional, Câmara e Senado em sessão conjunta, mais os delegados escolhidos pelas Assembléias Legislativas estaduais em conformidade com o número de eleitores inscritos (parágrafos 11 e 21 do art. 76 da Constituição votada pelo Congresso Nacional de maioria governista, favorável ao regime militar, em 1967). Apesar de continuar se dizendo federalista, esta Constituição, tão autoritária quanto a do Estado Novo varguista, acrescentou novas, decisivas, imposições centralistas, ampliando as possibilidades de intervenção.

As eleições diretas para governador e vice-governador - continuadas pelo Ato Institucional n.º.3 Constituição de 1967, mais a Emenda tam-

bém outorgada em 1969 tão longa que praticamente outra Constituição ainda mais autoritária - as eleições diretas estaduais, contudo, estavam nas mãos do partido majoritário, o governista central, com exceção do Rio de Janeiro, único nas mãos do partido oposicionista naquele esquema partidário.

Uma mera Emenda Constitucional à Constituição de 1969, já em 1972 e prevendo as eleições de governador e vice-governador para 1974, delimitava, sob o título de Emenda n1 2, os colégios eleitorais estaduais para este fim.

Todavia sob vigência da Constituição de 1969, o Congresso Nacional aprovou a Emenda n1 25 e última, em 15 de maio de 1985, declarando implicitamente extinto o colégio eleitoral presidencial, ao determinar para isto as próximas eleições diretas também extensivas a todos os municípios, descentralizadas as exigências de capital e áreas estratégicas. O colégio eleitoral presidencial e os estaduais só serviram então para consumir a transição, de volta a uma fase que se pretendia mais democrática.

Note-se com a pressão tanto do autoritarismo do Estado Novo para-fascista de 1937 quanto do autoritarismo militar de 1964, exerceu-se muito mais contra os estados, a ponto de praticamente extingui-los em 37 ou limitar ao máximo suas competências em 64, que contra os municípios. Foi quando começou a tendência de transferir aos municípios o direito de cobrança de vários impostos, embora sob controle do poder central por cima do estadual. As duas pontas extremas do poder, de local a nacional, entendiam-se melhor, ou desentendiam-se menos, que os interpostos estados federados. Entendimento ainda maior do poder central com os municípios pequenos e médios, não só por sua menor capacidade de resistência, como também por seu conservadorismo de base convergindo para o ápice do Estado central.

Várias vezes durante o regime militar houve estudos no sentido de substituir a federação por estados pela federação por macro-regiões; preferência vindo, aliás, da fase mais democrática sob a Constituição de 1964, a presidência Kubitschek, com sua criação da SUDENE para o Nordeste, SUDAM para a Amazônia e outros órgãos regionais de planejamento menos importantes no Oeste e Sul do Brasil, com iniciativa privada mais ativa, embora também subsidiada.

A vigente Constituição de 1988, após mais uma cíclica redemocratização, resolveu ir mais longe, declarou no seu artigo 18 os municípios entes federados ao lado dos estados federados, um novo tipo de federação; foi adiante, no item VII, inciso C do art. 34 adverte aos estados que poderão neles intervir se eles violarem a autonomia municipal. O município ga-

nhou todo um capítulo, o IV do Título III, «Da Organização do Estado». Além da possibilidade de agrupamentos de municípios vizinhos e de interesses comuns. Esta garantia constitucional de Astatus de ente federado ao município, «torna esta Constituição (de 1988) ímpar no mundo atual» (Taveres 1998: 106).

Mas ficou impreciso o art. 23 sobre a «competência comum da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios», limitando-se a anunciar, em parágrafo único, futura lei complementar para esclarecimentos a respeito.

Na prática há no Brasil uns cinco mil e oitocentos municípios, dos quais uns três mil com até quinze mil habitantes cuja receita municipal disponível se alimenta apenas de dez por cento de impostos municipais, portanto noventa por cento provêm de transferências estaduais e municipais. Mesmo para os trezentos municípios com mais de duzentos mil habitantes, a principal receita é o fundo de participação distribuído pelo governo federal.

Reação deste, diante do aumento da força dos municípios além de mero contrapeso ao dos estados federados, foi a criação em 1994 do fundo de Estabilização Social, antes chamado de Fundo de Emergência, pois a proporção da União na arrecadação total havia caído de sessenta por cento para quarenta por cento, enquanto a dos municípios tinha se elevado a quinze por cento de todos os impostos do País, sem correspondente transferência de encargos. A participação dos estados federados permaneceu em torno de quarenta e dois por cento. O contra-ataque do poder central permitiu-lhe subir para cinquenta e três por cento, enquanto a participação dos municípios na arrecadação caía para cinco por cento. As mútuas queixas da União, estados federados e municípios estão, portanto, longe de serem resolvidas.

Para dificultar ainda mais a solução, a carga tributária brasileira, em relação ao produto interno bruto nacional, que oscilava entre vinte e dois por cento e vinte e quatro por cento, a partir de 1993 passou a atingir trinta e dois por cento, carga tributária equivalente à dos Estados Unidos e Japão. Não é pela criação de novos impostos que se resolve o problema, um imposto criado para suprir a sonegação dos anteriores, com sucessivas ondas de novos cobradores e fiscais onerando sempre mais a despesa burocrática pública, além de criar novos corporativismos com maiores resistências à mudança e/ou extinção deles.

A própria estrutura administrativa dos estados federados, principalmente a municipal, dificilmente se recicla, mesmo nos estados mais ricos. A reforma do Estado central, por sua vez, não consegue se consumir

noutra etapa sem chegar até às bases estaduais e municipais. Caso dramático foram as greves e incidentes armados com as polícias militares estaduais em 1997, prova da profundidade da desorganização estrutural dos estados federados e municípios. Some-se a isto o colapso da maioria dos bancos de propriedade estadual - inclusive os dos estados mais ricos da federação, todos recorrendo ao socorro das finanças do Estado central - e surgirá completo o quadro da crise do federalismo, desta vez mais a do municipalismo.

Apresenta-se muito claro o quadro da falência do suposto federalismo no Brasil: há estados que chegam a gastar com funcionários estaduais cerca de 95% da sua arrecadação tributária como o Espírito Santo, contrariamente à Lei Camata que estabelece o limite de 60% para estas despesas. E os estados de São Paulo (com 831 mil), Minas Gerais (480 mil), Rio de Janeiro (464 mil) e Rio Grande do Sul (272 mil), são os recordistas do número de funcionários estaduais, bem como da dívida pública; só São Paulo devendo cerca de 61 bilhões de dólares, a soma das dívidas públicas daqueles quatro principais estados da federação brasileira atinge em torno de 115 bilhões de dólares, as dívidas de todos os demais estados gira ao redor de 40 bilhões de dólares, o que demonstra e comprova o desgoverno administrativo a começar pelos principais estados da federação. Somadas todas as dívidas estaduais, elas atingem importância quase igual à dívida externa brasileira. Acrescente-se a isto a transferência («rolagens») das dívidas estaduais ao Governo Federal também deficitário, tudo junto a enormes juros de empréstimos governamentais para captação de recursos privados a fim de pagamento das próprias despesas mensais, então se terá o quadro da desorganização geral do Estado e dos estados.

Não por acaso, em pleno início da república, Alberto Torres - jovem, porém com grande experiência de líder político, governador e ministro - clamava desde 1914 em favor de *A Organização Nacional* com o começo das tentativas realistas de solução de

O Problema Nacional Brasileiro, títulos de dois livros fundamentais seus. Mesmo assim não faltaram os que, por oportunismo ou ideologismo, consideraram infinitas as possibilidades do Estado a serem aproveitadas por seus objetivos imediatistas. Aquele ano teve especial importância, quando se desencadeava a Primeira Guerra Mundial, Alberto Torres faleceu perto de ela terminar. Seu brado de alerta nisto continua profundamente válido.

A questão federalista permanece assim irresolvida no Brasil.

Apesar de todas suas limitações, o Governo federal dispõe de infra-estruturas administrativas, burocráticas no sentido operacional weberiano, muito acima das administrações estaduais civis e militares, como se viu até em rebeliões de polícias militares abafadas inclusive à força por intervenção armada federal. Apesar de toda assistência e insistência do Governo federal brasileiro em ajudar a organização dos estados federados, sequer interesse maior eles apresentam em receptividade na prática. É que clientelismo tradicional e ideologismos alegadamente inovadores acabam rivalizando no prosseguimento das rotinas anti-administrativas e anti-econômicas, com a permanência e ampliação dos erros de sempre: excesso de funcionários não treinados e mal pagos, serviços inferiores, dívidas crescentes.

Estados federativos do tamanho e população do Brasil, China, Índia, Rússia e Indonésia, exigem soluções novas, criativas, em inventividade e eficiência, para não se fragmentarem ou caírem na anomia. Os Estados Unidos são praticamente o único caso de grande federação funcional; o Canadá continua enfrentando dissenções culturais, políticas e orçamentárias, entre sua parte anglófona e a francófona; a Austrália ainda se beneficia de pequena população em extenso território.

As dificuldades internas das grandes federações deveriam também servir de advertência à crescente expansão da União Européia, com suas heterogêneas adesões da Europa do Leste e diante das pretensões centralistas da administração sediada em Bruxelas.

Bibliografia

- ABRANCHES, Dunshee de (1997): *Como se faziam Presidentes (Homens e Fatos do Início da República)*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora (inicialmente publicado em artigos no jornal carioca *O País* durante 90, sob o pseudônimo Eurico, o cirineu).
- BEZERRA, Agostinho Fernandes (1986): *As tarifas Internas na 1ª República*. Brasília: Escola de Administração Fazendária (ESAF).
- CARVALHO, Orlando (1963): *Política no Município*, Belo Horizonte: Agir Editora.
- CAVALCANTI, Amaro (1998): *O Regime Federalista e a República Brasileira*. 2ª Edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Direito Público Brasileiro e Análise da Constituição do Império* (1857): Rio de Janeiro: Tipografia Imp. e const. de J. Villeneuve e C.
- DEBES, Célio (1978): *Campos Sales (Perfil de um Estadista)*, Vol. 2., Rio de Janeiro / Brasília: Livraria Francisco Alves Editora, Instituto Nacional do Livro.
- FAORO, Raymundo (1975): *Os Donos do Poder (Formação do Patronato Político Brasileiro)*, 2ª Edição revista e aumentada, Vol. 1, Porto Alegre - São Paulo; Editora Globo; Editora Universidade de São Paulo.
- FREYRE, Gilberto (1933): *Casa-Grande & Senzala*, Rio de Janeiro.
- MORAES FILHO, Evaristo de (1978): *As Idéias Fundamentais de Tavares Bastos*. Rio de Janeiro: Difel/Instituto Nacional do Livro.
- NUNES LEAL, Víctor (1948): *Coronelismo, Enxada e Voto*, São Paulo.
- PIMENTA BUENO, José Antônio (1857): *Direito Público Brasileiro e Análise da Constituição do Império*, Rio de Janeiro: J. Villeneuve Editora.
- SILVEIRA, Rosa Maria Godoy (1978): *Republicanismo e Federalismo (Um Estudo da Implantação da República Brasileira. 1889-1902)*, Brasília: Senado Federal.
- TAVARES, Iris Eliete Teixeira Neves de Pinto (1998): «O município Brasileiro: Sua Evolução Histórica-Constitucional», *Revista Brasileira de Estudos Políticos* (Belo Horizonte) 86.
- TAVARES BASTOS, Aureliano Cândido (1997): *A Província (Estudo sobre a Descentralização no Brasil)*. 3ª Ed. (1ª em 1870) Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras.
- URUGUAI, Visconde de (1868): *Ensaio sobre o Direito Administrativo*, Vol. 2., Rio de Janeiro: Tipografia Nacional.
- VIANA FILHO, Luiz (1998): *As Sucessões Presidenciais*. Brasília: Senado Federal (contendo discurso no Senado em de abril e 7 de agosto daquele ano).

Apêndice

ESTADO	NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS (EM MIL)
São Paulo	831
Minas Gerais	480
Rio de Janeiro	464
Rio Grande do Sul	272
Bahia	214
Pernambuco	165
Goiás	149
Paraná	124
Santa Catarina	120
Paraíba	115
Pará	114
Ceará	110
Maranhão	100
Amazonas	75
Espírito Santo	72
Piauí	72
Alagoas	55
Mato Grosso do Sul	51
Mato Grosso	45
Sergipe	43
Tocantins	34
Acre	33
Rondônia	24
Amapá	9
Roraima	dados desconhecidos
Fontes: informações fornecidas pelos próprios governos estaduais.	

ESTADO	DÍVIDA (EM US\$ BILHÕES)
São Paulo	61,00
Rio de Janeiro	21,00
Minas Gerais	20,80
Rio Grande do Sul	12,30
Bahia	7,00
Goiás	4,80
Santa Catarina	4,00
Pernambuco	3,20
Maranhão	3,00
Alagoas	3,00
Mato Grosso	2,80
Mato Grosso do Sul	2,50
Paraíba	1,30
Piauí	1,40
Amazonas	1,30
Sergipe	0,80
Rondônia	0,70
Amapá	0,70
Espírito Santo	0,60
Paraná	0,48
Acre	0,40
Pará	0,35
Tocantins	0,31
Ceará	0,25
Roraima	dados desconhecidos
<i>Fontes:</i> informações fornecidas pelos próprios governos estaduais.	

ESTADO	COMPROMETIMENTO DA ARRECA- DAÇÃO TRIBUTÁRIA ESTADUAL (%)
Espírito Santo	95
Mato Grosso do Sul	90
Rondônia	90
Rio Grande do Sul	82
Alagoas	78
Minas Gerais	78
Rio de Janeiro	78
Paraná	72
Piauí	72
Pernambuco	70
Acre	66
Santa Catarina	66
São Paulo	63
Sergipe	63
Goiás	63
Paraíba	62
Pará	60
Ceará	59
Mato Grosso	58
Bahia	57
Amazonas	56
Maranhão	54
Tocantins	47
Amapá	30
Roraima	dados desconhecidos
<i>Fontes:</i> informações fornecidas pelos próprios governos estaduais.	

II

Integração Supranacional e Identidade Regional

René Armand Dreifuss

Globalização e Opções Políticas de Desenvolvimento para o Brasil

1. Introdução

O processo globalizante estipula desafios enormes e constrições duras sobre a *polity*, sociedade e economia brasileira. A tentativa de vislumbrar o alcance das opções políticas de desenvolvimento do Brasil e das possíveis iniciativas estratégicas envolve o estudo e a estimativa tanto dos recursos e potenciais quanto das limitações, seja em relação a ações focalizadas dentro da região - baseada em procedimentos e barreiras que emergem dentro do Brasil e nos estados vizinhos -, assim como extra-regionais, e., desenvolvidas por governos (de natureza internacional), por corporações estratégicas (transnacional) e por meio de instituições não-governamentais e de organizações supranacionais que buscam impor *policy*.

2. Contextualização

Vivemos em meio a uma verdadeira transformação das bases de produção material, com a entronização do *complexo capacitador teleinfo-computrônico* (informação, telecomunicações, automação, robótica, microeletrônica, eletrônica de concepção, produção e consumo) e a inserção dos campos avançados - optomatrônica, ciências cognitivas e da vida, biotecnologia e engenharia genética etc - no 'comando' do processo de produção de conhecimento e de sua aplicação. Transformações propiciadas pela atuação de *Corporações Estratégicas* - empresas baseadas numa *matriz de conhecimento* (*know why*) e orientadas por (*cluster*) de *competências cruciais* (*core competence*) desenvolvidos em torno de um *know how* tecnológico - desempenhando o papel de agentes de *mundialização* cultural e social, e a função de motores de *globalização* econômica (tecnológica, produtiva, financeira, e comercial).¹ Transformações que provocam mudanças colossais na estrutura e

¹ Sobre os termos aqui utilizados (Corporação Estratégica, Tecnobergs, Cadeias Regionais, Macromercados, Pólos Motores Tecnoprodutivos, Pólos Gravitacionais Socie-

dinâmica cultural e política das diversas sociedades, com desdobramentos intensos nas instituições, deslanchando uma 'era do fim das mais diversas certezas', sejam elas acadêmicas ou partidárias, descortinando os horizontes da *planetarização* político-estratégica e institucional.

Espelhando e ajustando-se, por um lado, ao sentido da *nova divisão transnacional* da produção e da *transfronteirização* intra-corporativa do comércio (viabilizando o funcionamento 'administrado' do comércio internacional), e, por outro, à dinâmica de centralização e concentração (*nova divisão internacional*) do conhecimento, são pautadas as novas - e complexas - referências de colaboração e conflito. Enquanto se estabelece tanto a nova feição da cooperação inter-firmas e inter-nações, quanto a competição oligopólica, torna-se cada vez mais clara a racional tecno-política na lógica econômica da globalização, sublinhada, ainda, pelos custos e escala necessários dos projetos científicos e tecnológicos. A economia política dos assuntos mundiais (economia global) torna-se, a cada dia, brutalmente menos econômica e mais política e determinada pelas opções e possibilidades científicas e tecnológicas que rompem barreiras ideológicas, doutrinárias ou de interesses imediatistas.

Junto com a emergência do entrelaçamento econômico transnacional e da integração tecnológica e acadêmica trans-fronteiriça, se desenham profundas reformulações de corte institucional, e abrangentes redefinições de ordem política, administrativa, e cultural, que levam à indagação sobre os parâmetros emergentes e as variáveis estratégicas a serem consideradas, tanto das novas 'ordens' de alcance regional e global, quanto da mudança. Trata-se, portanto, não só de uma reformulação das relações *entre* estados, delineando tanto uma *Heterotopia* Econômica *Transnacional* e uma *Heterarquia* político-estratégica *Internacional* (estipulando renovados ou emergentes centros produtores dinâmicos no novo arranjo de forças, consolidando seus parques científico-tecnológico-produtivos integrados de ponta, e definindo novas regras e modalidades para o comércio internacional e transnacional) mas também de uma Nova Hierarquia *Internacional* do Conhecimento e arranjos transfronteiriços culturais (social, acadêmico) (Heterarquia ... 1996). Há, de fato, a necessidade de desenvolver uma nova percepção da realidade e da dinâmica planetária, que seja capaz de entender o 'lugar' do 'nacional', do 'regional', do 'local' — político, administrativo — no processo de transnacionalização econômica, superando as visões convencionais de antinomias e dicotomias

tários, Pivôs Político-Estratégicos) e sobre as diferenças analíticas e conceituais entre Globalização, Mundialização e Planetarização, vide Dreifuss (1997).

(nacional/internacional, dependente/autônomo, mercado/estado, público/privado), uma vez que, em muitos casos, as 'fronteiras' entre esses fenômenos e categorias foram tracejadas ou deslocadas.

A globalização tecnológica e produtiva que as corporações estratégicas impulsionam, requer (e por sua vez, viabiliza) a mundialização de consumo e a consequente criação, ampliação, ou consolidação de *macro-mercados* regionais (Nafta, Mercosul, Apec, Asean, Sadec) e continentais (União Européia), além de *cadeias regionais de produção* (Japão e sudeste asiático, Alemanha e Europa centro-oriental, França e o Mediterrâneo sul). Trata-se de 'espaços' e 'movimentos' em interação cooperativa e conflitiva, que, por sua vez, trazem consigo não somente des-estruturas e re-estruturas econômicas, como propiciam e se apoiam em recomposições político-militares, readequações econômicas, e (re)emergências étnicas, sociais e culturais. Assim, os esforços de compactação sub-regional, regional e continental, ajustando-as aos novos requerimentos da produção e do comércio, decorrente das modificações na localização transnacional e na *desterritorialização*, concomitantes à concentração e centralização seletiva de conhecimento e produção, requerem a participação decisiva de governos nacionais, de projeção transnacional, visando a 'estabilização administrada' das mais diversas áreas. Isto se dá através de esforços de 'regionalização' e de 'continentalização' político-estratégica; estas, por sua vez, alimentam e se atrimam com reformulações nacionais em curso e com as suas projeções transnacionais (de corte regional, continental e intercontinental), expondo e realçando, ainda, conflitos e demandas latentes de cunho cultural, étnico, religioso e nacional.

Tanto a globalização tecno-produtiva e comercial, quanto a mundialização de normas e costumes se apresentam, por sua vez, como condicionantes e 'movimentos' precursores da formação de mega-estados ou estados de projeção planetária, de macro-sociedades transfronteiras e de uma *'Polity'* planetária, embora recortada por lineamentos referências nacionais, religiosas e civilizatórias, e sublinhada por referências locais. Tudo isto obriga os Estados nacionais a (re)definir(se em) regionalizações e continentalizações (institucionais e político-estratégicas), buscando lidar com macromercados transnacionais, identidades transfronteiriças, e assuntos supranacionais (envolvendo fatores político-estratégicos, institucionais, culturais, nacionalidades, religiões). Além de ter que lidar com expectativas emergentes de busca de 'satisfação societária' e redefinição do sentido do Estado, como veículo e como atividade-fim para a capacidade humana instalada.

Observa-se uma incompatibilidade dos estados nacionais (e das nações-estado), em relação às necessidades do sistema produtivo global, que leva a reajustes importantes e a esforços para reformatar o Estado, nos seus ordenamentos e normatizações, dimensão e custos, procedimentos e mecanismos, fazendo-o funcionar como *enabler* e como facilitador. Assim como leva a 'reinventar' governos (de 'mãos limpas'), capazes de *decision-making*, implementação, *follow up* e retificação de curso 'vinete e quatro horas' (em tempo real), já que nem o mercado nem a competição produzem 'ordem'. Neste contexto, deve ser examinada a concomitante *transnacionalidade institucional*, os esboços de *governança supranacional* e a emergência de *elites orgânicas transnacionais* (globais e regionais, em lugar das instâncias internacionais), estruturadas *por e através* de 'jet-sets telemáticos', com miras ao gerenciamento político e econômico transfronteiriço. Tanto a 'desconstrução' organizacional e desengajamento funcional do 'Estado' (seja qual for o seu formato e dimensão), quanto a sua reconstrução e reinserção dinâmica, como instância miniaturizada, mas potencializada, com uma maior projeção extra-nacional, podem vir a capacitá-lo para os novos tempos, como *espaço* e como *fator* público-cidadão da sociedade informada e de informação.

Mas a incompatibilidade estatal dos países ditos 'emergentes' com a pretensa 'Nova Ordem' Transnacional (e os ajustes estruturais impostos para adequar estes países ao novo sistema) levam à desestruturação do Estado na América Latina, junto com uma recomposição societária - reposicionamento, e até mesmo, emergência, ascensão e queda de classes e grupos sociais - altamente problemática (na África, chega-se à decomposição estatal e à desagregação ou regressão societária). Como resultado, a desigual e combinada 'transnacionalização' do Estado nos vários 'Mundos'; '*polities*' interpenetradas e um eixo emergente de estruturas supranacionais de poder privado e público. Isto, por sua vez, traz profundas consequências para os aparelhos burocráticos dos estados nacionais e das autoridades regionais e locais - impondo-lhes modificações substanciais, além de ter séria incidência na noção e prática de soberania nacional (autonomia decisória) e popular (exercício de cidadania). Assim como realça as estruturas e procedimentos de governo local e sub-regional, e mesmo as autoridades e mecanismos de gestão sub-nacionais e transfronteiriços, entre os quais se incluem governos locais, prefeituras, intenções etc.

Por sua vez, os processos de continentalização político-estratégica e de formação de macromercados regionais ou continentais, estipulam as

condicionantes da projeção legitimadora do estado por referenciais transnacionais, ainda não consolidados num corpo doutrinário e de práticas condizentes, mas que já tem sido usados em diversas situações (estabilidade mundial, '*satisfação societária*', crescimento integrado auto-sustentável, preservação ecológica, gestão pública transparente, novas formas de representação da cidadania etc). E fazem surgir questões cruciais em torno de temas tão diversos como *law enforcement* (nacional e transnacional), dissuasão e *strike-force* em um mundo unipolar heterarquizado estrategicamente; ou da prática de cidadania e liberdade em 'sociedades de acumulação informativa' e de 'criação de conhecimento' (macro-sociedades de informação e informatizadas) que se interligam com outras por compartilhar de problemas, expectativas e soluções transfronteiras. São, inclusive, mútuas testemunhas, acompanhando-se em tempo real, e tornando-se fatores de pressão na comunalidade global. Emergem assim as condições e necessidades para a articulação societária 'à distância' (inclusive transfronteiriça e supranacional), tanto da formulação alternativa de diretrizes, assim como da *contestação responsável*, do questionamento e do apóio. Viabilizam-se as condições para a organização sindical, comunitária e política em espaços transnacionais, que superam as fronteiras de Estado e a dimensão internacional propriamente dita. Trata-se da emergência da 'política de sociedades' versus a 'política de Estados', o que anuncia, por sua vez, uma nova estrutura estatal em gestação e até em funcionamento. Trata-se, também da emergência e consolidação de 'sociedades de cidadãos', de individualidade orgânica, em contraposição às 'sociedades de massas' ou de classes desarticuladas. E do esboço de uma '*polity*' planetária e da 'democracia telematizada', com suas dúvidas e questionamentos, que levam a uma reconsideração dos paradigmas de desenvolvimento possível, não como teorias, mas como práticas e processos sociais trans-societários e até trans-estatais. Chegar a uma sociedade 'satisfeita' se torna uma questão candente, atravessando regimes e modelos diferentes.

3. Vulnerabilidades e Condições da Globalização

No contexto globalizante é temerário conjecturar sobre as possibilidades e opções políticas de desenvolvimento do Brasil, em particular, tendo em mente a surra que a sociedade brasileira levou nos últimos meses e tamanha a crise que se abate sobre nós. É um tempo de dificuldades: 4.5 trilhões de dólares foram enxugados do sistema financeiro global; Chirac propõe uma «nova ordem mundial»; o FMI não tem dinheiro suficiente

em caixa; o BID é pequeno demais para a demanda do BNDES; o sistema financeiro japonês mostra suas importantes rachaduras; a China começa a sentir os efeitos do ataque contra a sua economia; e as ondas da crise reverberam à porta da Europa e dos Estados Unidos. As eleições no Brasil estão em curso, enquanto o governo encaminha negociações na surdina com o FMI, e prepara reformas, que terão consequências duríssimas para a população. As reservas cambiais caíram em 29 bilhões de dólares, para menos de 43 bilhões, no período de um mês e meio; a dívida federal é de 374 bilhões de dólares (aumentando 2.000 dólares por segundo); a política de juros extorsivos continua; o ajuste fiscal se faz encima dos cortes nos gastos de atendimento social; o déficit nominal (soma das despesas públicas correntes com os juros pagos pelo Tesouro ao mercado), passou de 4.7% do PIB em julho de 1997 para 7.5% em julho de 1998, chegando em setembro a 8%; a dívida interna cresceu mais de 6 vezes ao longo do governo FHC, chegando hoje a aproximadamente 280 bilhões de dólares; o déficit na conta de transações correntes que mostram o excesso de gastos do país com importações de bens e serviços, além do pagamento de juros atingiu 32.4 bilhões em agosto (acumulados ao longo de 12 meses), ou 4.09% do PIB; a dívida interna líquida (que era de 153.2 bilhões em 1994) dobrou para atingir 339 bilhões em junho deste ano; em 1994, 71% do total do endividamento do governo era dívida interna, agora é de 95%; a dívida mobiliária, que cresceu cinco vezes, atingindo 304.8 bilhões em julho, representava 8.8% do PIB em 1994, e agora equivale a 33.6%; a dívida líquida, que era de 28.5% do PIB em 1994, pulou para 37.4% em julho de 1998; o crescimento da economia hoje é de 1/3 dos índices de 1994, com o maior desemprego da história do país: os desempregados chegaram a 13 milhões de pessoas (18.9% da PEA, segundo o Dieese, ou 7.9%, segundo o IBGE), ou, de um outro ângulo, um em cada cinco chefes de família está desempregado; o estado já vendeu seus principais ativos; os fundos de renda fixa, que chegaram a ter 9 bilhões de dólares, hoje teriam apenas 1.5 bilhão, enquanto as aplicações em bolsa, que já foram de 45 bilhões de dólares, hoje estariam em cerca de 13 bilhões, dos quais 3 bilhões seriam recursos mais especulativos etc (Celso Pinto, *Jornal do Brasil*, 18.09.98). E, para completar o quadro, o PNUD adverte que, a serem mantidas as mesmas políticas, se hoje há 40% da população abaixo da linha de pobreza, está incluírá 70% na próxima década (Klingsberg 1998).

A globalização produtiva, comercial e financeira, como camisa de força em andamento sem regulamentação global, se apresenta com di-

versos efeitos perversos para o Brasil, que por sua vez entrou em condições precárias nesse processo. Neste contexto, é importante lembrar que o Brasil carece de músculo financeiro de alcance global, nos quatro pilares da riqueza que fazem a força econômica hoje em dia - bancos, fundos de pensão, fundos de investimentos e seguradoras - para participar do mundo das fusões, que tornam o mercado administrado corporativamente. No entanto, embora seu sistema financeiro não tenha *global players*, algumas instituições brasileiras da área começam a agir com horizontes mercosulinos e, até mesmo, sulamericanos

Por outro lado, o Brasil não comporta corporações estratégicas autóctones - *agentes centrais da globalização* e da geração de riqueza - em número ou qualidade relevante (como seria a Petrobrás, ou a Embraer, ou poderia ter sido a CVRD, ou, ainda, se esperaria que importantes grupos empresariais como Globo e Votorantim chegassem a sé-lo), uma vez que compõe um 'sistema industrial transplantado', já que houve uma 'substituição de importações' ao invés de uma 'substituição de produtores' que além da implantação de fábricas fosse capaz de desenvolver parques científicos e tecnológicos, sintetizados em *marcas* próprias que, pela sua excelência, pudessem disputar fatias do mercado global.²

Carecendo de corporações estratégicas ágeis tecnologicamente ou potentes economicamente, ou de um *mittelstand* empresarial que tenha vocação ao menos regional, o Brasil não consegue disputar fatias razoáveis de poder que lhe permitem participar da definição dos rumos do planeta e, por conseguinte, de sua própria realidade. Por conseguinte, ao Brasil faltam trunfos (*assets*) produtivos, ie., não tem marcas nacionais de circulação mundial ('*worldwide national brands*'), que sintetizem o esforço criador e inovador (em ciência e tecnologia, engenharia de desenho e produção, comunicação e transporte) de corporações estratégicas próprias (mesmo dispondo de 700.000 engenheiros e 140.000 pessoas envolvidas em ciência e tecnologia). Investe somente 8 bilhões de dólares em C&T, dentro de um orçamento de 200 bilhões, dos quais, 30 bilhões são para pagamento de dívida externa, 90 bilhões para pagamento de dívida interna). Em contrapartida, empresas norteamericanas, européias e asiáticas investem anualmente de 3% a 10% da receita líquida para garantir a tecnologia mais avançada e o mercado já conquistado.

² Mais ainda, a participação transnacional no Brasil cresceu de forma consistente nos últimos anos, ocupando os espaços neurálgicos: 1991 - 25%; 1992 - 33%; 1993 - 35%; 1994 - 40%; 1995 - 41%; 1996 - 49%.

A falta de corporações estratégicas e de mega-conglomerados constituídos em seu entorno, por sua vez dificulta o comércio, numa época em que predominam as atividades e as relações intra-corporativas (dentro de um mesmo conglomerado ou em rede), definindo a pauta econômica e a agenda comercial global; quando os mercados dos Estados Unidos e da Europa se tornaram *merger oriented* através de um impressionante processo de fusões e aquisições amigáveis, cooperativas e hostis. O Brasil está enfrentando uma nova etapa de globalização que marca limites à competição no circuito de ponta e à competitividade dos países emergentes, através de uma política de *'merging markets'* – predominando as fusões no eixo norte-norte e as absorções no eixo sul-sul, com o que o centro de gravidade do capitalismo global se reafirma na supremacia científico-tecnológica Atlântica.

Finalmente, através do *looking glass* da globalização, o Brasil teria certas dificuldades para chegar a um ingresso per capita equivalente ao dos Estados Unidos, na ponta do processo. No momento, o IPC brasileiro é de aproximadamente 5000 dólares, enquanto o norteamericano chega a 30.000, com um PIB que já ultrapassou a marca dos 7.8 trilhões. Para o Brasil chegar a um PIB de aproximadamente 3.360 trilhões, no cenário Abatiapé (o mais otimista dos cenários da SAE nos exercícios de 1996-8), levaria 20 anos, sendo hoje de 800 bilhões (no cenário Baboré, intermediário, chega a 2.330, e no Caaeté, pessimista, atinge 1.170). Até 2030, o PIB norteamericano atingiria 30 trilhões na expectativa pessimista e 40 trilhões no melhor cenário; 120 trilhões em 2050. Mesmo crescendo a 7% ao ano, mantendo o crescimento populacional em torno de 2%, levaria 100 anos para o país atingir a paridade com o índice dos Estados Unidos em 2020.

4. Opções Políticas de Desenvolvimento

Para o Brasil, o desafio hoje é como «compatibilizar eficiência econômica (indispensável no mundo de interdependência crescente), redução da iniquidade social (com a melhora no perfil distributivo), sustentabilidade ambiental (indutora de parâmetros para a atividade humana) e liberdade democrática». Trata-se de «uma equação de muitas incógnitas, que não tem solução fácil nem rápida» (Almirante-de-Esquadra Mário César Flores, *Jornal do Brasil*, 14.07.98).

Em termos instrumentais, portanto, seria desejável que o Brasil incentivasse, através de agências estatais, nos três níveis decisórios - o que requer do estado um novo papel, de «capacitador» (*enabler*) -, a formação de

corporações estratégicas próprias. Estas corporações funcionariam no formato de *knowledge champions*, emulando as antigas *national champions*, empresas *samurais*, ou os *gladiateurs nationaux*. Por sua vez, para acompanhar a atuação das corporações estratégicas que aqui atuam, deve-se organizar empresas-espelho em áreas estratégicas, de conhecimento avançado, definindo competências cruciais desejáveis. Como complemento necessário, dever-se-ia estimular a criação de corredores tecnológicos e parques de C&T, com universidades, centros laboratoriais e empresas pinçadas pela sua competência consolidada ou em formação. O Brasil precisa desenvolver capacidade intelectual, através da implantação de *grey matter sites* e avivar a motivação social para o crescimento. A partir destas matrizes de conhecimento e produção, organizar *clusters* (empresariais, profissionais, administrativos) focalizados sobre *temas estratégicos organizadores* (água, inteligência, energia, vida), definindo áreas temáticas de problemas e questões (*issues*), onde o estado, como *enabler* e facilitador, é capaz de discernir uma *tecnologia de resolução de problemas* que possa ser implementada por prefeituras e por governos estaduais, e sintetizada em macro-planejamento por ministérios nacionais.

Em termos político-estratégicos, o Brasil necessita desenvolver e consolidar seu perfil como um '*global player*' econômico, pre-condição para tornar-se um ator planetário político-estratégico.³ Contextualizar o Brasil nessa nova dinâmica significa contemplar o estudo do emprego e do manejo do Poder Nacional por parte do governo, assim como o exame de seu exercício em «Grande Estratégia» para reafirmar as pretensões brasileiras. Algumas das linhas-mestre da *policy* internacional político-estratégica brasileira seriam: a preservação dos interesses nacionais e regionais, num contexto de '*no-worldwide conflict*', marcado pela defasagem entre o pivô político-estratégico planetário e pólo motor tecno-produtivo dinâmico global (Estados Unidos) e os poderes econômicos multipolares intercontinentais e continentais (particularmente Japão, Alemanha, China, França, Grã Bretanha). Reitera-se, aqui, a necessidade de raciocinar - justamente por ser num contexto de mundialização cultural, globalização

³ O Brasil tem um perfil adequado para este papel, se considerarmos a diversificação comercial: em 1996 21% das exportações brasileiras foram a países da Aladi (excluindo México), 15% para o Mercosul, 1% para o México, 17% para os Estados Unidos (22% ao Nafta, excluindo México); para Ásia (data de 1994), 7% ao Japão, e 27% para a União Européia (Gazeta Mercantil Latino-Americana, Ano II, No 59, 26.05-10.06.1997).

econômica e planetarização político-institucional - em termos nacionais e regionais (Mercosul e América do Sul).⁴

Dentro de tal contexto, alguns dos principais objetivos a ser atingidos num horizonte de, digamos, 2020 (que coincide com a perspectiva estratégica da SAE) seriam: a plena utilização, em termos sustentáveis, do espaço territorial e marítimo nacional; a redução substancial de desequilíbrios regionais, econômicos, sociais e culturais dentro do país, com *pleno resgate da dívida social*; a completa modernização do estado brasileiro; e a inserção competitiva dentro dos principais espaços globais econômicos, por meio de parcerias estratégicas com os principais atores de cada região; plena capacitação nas tecnologias motoras-chave do desenvolvimento social e econômico; e a consolidação da presença regional e global do país nos principais centros internacionais de tomada de decisões. Assim, em meio à globalização – e num aparente paradoxo – uma crescente compreensão da necessidade de uma visão global que a centralidade de estado fornece, o que, obviamente, envolve, uma Grande Estratégia política territorial e a percepção da planetarização política e institucional.

Nos interstícios da planetarização, o Brasil deve buscar a ampliação de margens de manobra, criando espaços de autonomia e propiciando uma infraestrutura para iniciativas estratégicas.⁵ Para isto, o Brasil deverá

⁴ As diretrizes brasileiras são claramente sublinhadas por uma visão político-estratégica viabilizada por ação diplomática: a contribuição do país para a construção de uma ordem internacional baseada no imperio da lei e dos direitos do homem, estimulando o desenvolvimento sustentável da humanidade; cautelosa, mas constante e crescente participação nos processos e nas agências internacionais relevantes de *decision-making*; promovendo desarmamento global, condicionado ao dismantelamento de arsenais nucleares e de outras armas de destruição em massa, num processo acordado multilateralmente; participação ativa na manutenção de uma atmosfera de paz e cooperação ao longo de fronteiras nacionais, particularmente no Atlântico Sul, assim como promovendo solidariedade latinoamericana; proteção da Amazônia Brasileira, com o apoio da sociedade e presença militar expressiva, dando prioridade a ações que visam o desenvolvimento das faixas de fronteira no norte e no centro-oeste; a busca de um nível de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico e de capacidade produtiva que almeja reduzir ao mínimo possível a dependência externa em fontes de natureza estratégica que sejam importantes para sua defesa; a promoção de conhecimento científico da região Antártica e participação ativa no processo de definição do seu destino (Presidência da República 1996: 9-11).

⁵ Deverá aproveitar que o Brasil se situa em zona externa aos embates estratégicos ou civilizatórios, uma vez que embora a cena internacional esteja marcada por instabilidade e imprevisibilidade, e numerosos conflitos, América Latina é percebida como região sem tensões estratégicas nem confrontos radicais, constituindo de fato, a região mais desmilitarizada do planeta.

agir em sua dupla capacidade de potência e de ação, como país e como sistema. Como país, o Brasil deve ser entendido em suas determinações geopolíticas e geoeconômicas, tanto na sua contiguidade territorial (América do Sul) e também marcado pelas suas conexões e laços históricos com os demais países das Américas, assim como com certos países da Europa e da Ásia. Como sistema em formação, o Brasil tem interesses concretos a promover nos mais diversos contextos da política internacional e transnacional. No contexto regional, as opções políticas de desenvolvimento devem ser centradas sobre uma diplomacia ativa, focalizada em paz – que procure contribuir para a formação de um consenso, necessariamente regional, mas ampliado além-mar, na busca de um novo arranjo global (transnacional e internacional) em termos econômicos, políticos e tecnológicos – e uma postura estratégica enfatizando a dissuasão de caráter defensivo.⁶ De acordo ao Presidente Fernando H. Cardoso,

«neste quadro que se está reelaborando o mundo, em que o Brasil precisa – e vai ter – uma voz mais presente nas decisões de âmbito planetário, nós, ao mesmo tempo, estamos reforçando a nossa política de paz na América do Sul e não nos deixando perder pelas grandes perspectivas sem olhar para o entorno mais imediato e sem perceber que existe aqui, por razões históricas e por razões geográficas, uma ação mais imediata do Brasil com os seus vizinhos e que se tem caracterizado por ser uma ação crescentemente integradora. Integradora na economia, crescentemente integradora em termos culturais e com uma relação militar muito positiva».⁷

Isto significa a definição de uma agenda estratégica, a qual incluiria os seguintes objetivos: integridade nacional e territorial; defesa do Estado de-

⁶ Diplomacia e estratégia cujas premissas são: fronteiras e limites perfeitamente definidos e reconhecidos internacionalmente; uma relação muito estreita com os países vizinhos, baseada em confiança e respeito mútuo; clara rejeição de guerras de conquista e um papel ativo na mediação da busca de soluções pacíficas de controvérsias, como visto nos recentes embates fronteiriços entre Peru e Equador ou na intervenção diplomática e política durante o confronto Wasmosy-Oviedo em Paraguai – o uso da força somente contemplado em última instância, no caso de auto-defesa. Em outras palavras, a tendência preventiva e dissuasória da política de defesa brasileira – que se traduz da postura histórica vis-à-vis a experiência Venezuelana e Guianense em Essequibo, ou na questão do Surinam, ainda nos 80s – é ancorada na promoção de ação diplomática (como instrumento básico para resolver conflitos) e sobre a existência de uma estrutura militar confiável, capaz de gerar um efeito dissuasório eficaz.

⁷ Conferência pronunciada para uma audiência composta de estudantes dos cursos de Estudos Superiores das escolas militares com base no Rio de Janeiro – Escola de Guerra Naval (EGN), Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR), Escola Superior de Guerra (ESG), Rio de Janeiro, 23.11.96.

mocrático e legal; desenvolvimento da capacidade nacional em ciência e tecnologia; manutenção de uma inserção estratégica regional e global; reforço do Mercosul, do Tratado Amazônico e do Atlântico Sul, que continua sendo uma zona de paz e cooperação; reforço da capacidade brasileira para negociar na cena internacional; e a realização de grandes associações estratégicas.⁸ Neste contexto, dois pontos focais devem ser considerados: por um lado, a importância do nível de compreensão e acordo alcançado com a Argentina e a busca de uma relação profunda com a África do Sul (considerando a zona imediata do Atlântico Sul) numa abertura cuidadosa para novas parcerias (como as que estão sendo buscadas na Ásia, através da Índia, China e Rússia). Por outro, a urgência de fazer do Mercosul e da Amazônia, trunfos para novas abordagens para o desenvolvimento, enfatizando sustentabilidade e *tecnologia de resolução de problemas* societários.

5. Globalização e Alcance Estratégico do Mercosul

O alcance estratégico do Mercosul deve ser considerado dentro dos limites deste trabalho, em três perspectivas: como *recurso para a barganha mundial* de Brasil e de seus membros, permitindo um aumento na capacidade e nas possibilidades de movimentos políticos e econômicos; como *espaço-âncora* (cornerstone) *para a integração Sul Americana*; e como *espaço cooperativo de manobra do Brasil dentro da América do Sul*, tendo como foco orientador a avaliação das possibilidades de resposta *diferenciada* do país. O Mercosul viabiliza o aumento da capacidade de barganha e manobra dos seus

⁸ Esta agenda coincide com a a visão da SAE, como parte de seu esforço para lançar um debate público sobre visões compartilhadas de futuro, que incluiria o estudo de cenários estratégicos e especulações a respeito dos processos de globalização e regionalização e de suas consequências para o Brasil. Neste sentido, vale destacar a visão que busca um modelo de desenvolvimento que reforce a democracia, reduza desigualdades sociais e desequilíbrios regionais e torne as prioridades nos campos políticos, sociais, econômicos e militares compatíveis com as necessidades de defesa e ação diplomática. Sublinhando tais metas, a reafirmação da relevância de certos conceitos – soberania, auto-determinação, identidade nacional – assim como a compreensão que o mundo pós-bipolar detém uma diversidade de poderes regionais com perspectivas estratégicas diferenciadas, compondo um complexo mosaico que impõe a necessidade de múltiplas inserções, para responder a interesses nacionais. (Ministro Ronaldo Mota Sardenberg, «Panorama Estratégico Brasileiro», Conferência de abertura do IV Encontro Nacional de Estudos Estratégicos, Unicamp, Campinas, 10.05.98, pg 2-3; Ministro Ronaldo Mota Sardenberg, «Concepción estratégica del Brasil». 'Audiencia pública para la reestructuración del Sistema de Defensa Nacional', Buenos Aires, 22.08.95 (Banco de Datos Ser 2000).

componentes, e em especial, do Brasil, ao identificar 'fatos pertinentes' e 'fatos portadores de futuro', com vistas à constituição de uma '*plataforma de autonomia*', num mundo em acelerada transformação. Enfim: é através do Mercosul, na sua dupla realidade de 'base' e 'resposta', que se pode visualizar o contornar dos processos de marginalização e *delinking* que já afetam outros espaços do planeta, oferecendo novas percepções do que realmente sejam possibilidades, oportunidades e necessidades políticas, econômicas e sociais. Neste sentido, Mercosul pode já ser visto como uma resposta regional às novas realidades globais e como recursos estratégico de seus componentes nacionais, um instrumento de defesa dinâmica política dos países da região vis-à-vis o processo de globalização.

É precisamente como uma possível '*plataforma para obter autonomia*' que o Mercosul também permite ao Brasil considerar a possibilidade de desenhar *policy-guidelines* diferenciadas: *integração* (dentro do Mercosul e no possível *Merconorte*, como preliminar para a continentalização sulamericana); *concatenação* e *parcerias necessárias* (União Européia, Nafta); *arrendondamento estratégico* (ALCA) através de uma *policy* de '*building blocks*', i.e., baseada sobre acordos e arranjos regionais já existentes; *interação diversificada* (APEC); *vínculos qualificados* (Oriente Médio, Golfo Pérsico, África Atlântica); *parcerias circunstanciais* (Ásia Central, Sudeste Asiático, zonas de livre comércio sub-regional na Europe) e *parcerias qualificadas* (Rússia/CEI, China, Índia, África do Sul). Mas também terá que pensar a respeito de suas vulnerabilidades: a falta de um parque científico e tecnológico apropriado; a fraqueza das suas plataformas tecno-produtivas e a ausência de 'corporações estratégicas', baseadas numa matriz de conhecimento científico, sublinhada por competências cruciais tecnológicas que possam ser traduzidas em trunfos culturais e destrezas produtivas e de engenharia.

Avançar na linha de raciocínio do alcance estratégico do Mercosul, ultrapassando os limites de um 'regionalismo aberto', ou de uma 'área' ou 'associação ampliada de livre comércio', significa equacioná-lo como plataforma e alavanca de uma nova e mais dinâmica inserção global (produtiva, comercial, financeira, científico-tecnológica, cultural, política etc.) dos países da região, capaz de gerar transformações domésticas, e mudanças nas relações internacionais. Certamente, para isto, uma plataforma de autonomia deveria considerar novos *tópicos unificadores*, tais como as vantagens e vulnerabilidades decorrentes da qualidade das 'novas riquezas' percebidas – 'capital mental', *grey matter sites* (conhecimento adquirido e parques científicos-tecnológicos instalados ou viáveis), 'capital societário' (cuja acumulação primordial se dá pelo nível de formação e

informação das sociedades, pela qualidade de vida das populações); 'capital biótico' e novos materiais sintéticos, , localização espacial no planeta etc. Mas requer, também, o discernimento dos sentidos diversos e objetivos divergentes que compõem esta visão compartilhada da necessidade ou da inevitabilidade de integração regional e reinserção global.⁹

Mas, pensar acerca do Mercosul tanto em termos geopolíticos quanto sistêmicos leva a considerar este macromercado do Cone Sul além da determinação da Bacia do Rio da Prata e do Atlântico Sul. De fato, o Mercosul contém, dentro de seus perímetros, e dentro das fronteiras de um membro pleno (Brasil) e de um de seus associados (Bolívia), a maior parcela territorial da região Amazônica. Assim, ganhando uma dimensão Amazônica, o Mercosul da outro significado às perspectivas de criar um *Espaço Sul Americano Ampliado* (como passo intermediário para uma integração plena da América do Sul), acrescentando potencial político, cultural e econômico para projeção sobre o Caribe e América Central, preparando o terreno, por sua vez, para um possível futuro Mercado Comum Latinoamericano ('MECLA').¹⁰

Situar-se na perspectiva do estudo do alcance do Mercosul significa, também, estudar e avaliar seus limites, e, portanto, aqueles do Brasil, tanto à luz das ações com foco no âmbito 'externo' - internacional (governos), transnacional (corporações estratégicas e megaconglomerados), e supranacional (instituições, macromercados) - quanto com base nos procedimentos e entraves próprios dos países e sociedades da região. O planejamento e a ação das corporações estratégicas transnacionais exemplifica bem a percepção do Mercosul como *base* e como *espaço* de ação de grupos empresariais (também de estados e agentes financeiros) *de fora*

⁹ Pensar o Mercosul como plataforma e alavanca nos leva à visualização deste macromercado em gestação como instrumento de defesa dos países da região frente ao processo de globalização, o que pode ser ilustrado pelo esforço de constituição de uma legislação de defesa da concorrência comum aos quatro países. Exemplo deste empenho de «zelar pelo respeito à defesa econômica», nas palavras de Gesner Oliveira Filho, presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), é a possibilidade de submeter a uma legislação comum do macromercado a exportação por preço inferior ao de venda interna, o que é de uma importância enorme em economias onde os produtores e exportadores são, de fato, corporações de atuação global.

¹⁰ Opções sublinhadas pelo «Propostas de Projeto e Programa da Comissão Especial de Transporte para a Amazônia», aprovadas em Abril 26, 1991, em Quito, Ecuador, decidindo por uma política de transporte dentro da região Amazônica, baseado na navegação fluvial, suplementado por caminhos e estradas, assim como decidiu sobre o estudo de corredores interoceânicos (Proposta ... 1994: 5).

deste particular macromercado, assim como estipula os seus limites de 'resposta', uma vez que ficam em evidência suas empresas de ponta com reduzida capacidade (ou vontade) de investir em desenvolvimento científico e em parques tecnológicos e na geração de produtos de alto valor agregado, fazendo com que a pretendida 'potencialidade de autonomia' da região - ou, ao menos, uma nova qualidade de inserção na economia global - deva ser qualificada.¹¹

Num outro plano de consideração, a singular experiência de constituição do Mercosul pode vir a ter um significado dual para o Brasil. Por um lado, compreende um reforço do desmantelamento do Estado (como sistema administrativo, gestor, e proprietário) e sua concomitante reafirmação enquanto sinalizador ou, até, facilitador de processo, que passa por uma necessária e consequente reformatação estatal. Por outro, requer a constituição de mecanismos institucionais e societários de integração regional, e de órgãos especializados de representação e gestão para o Mercosul, na medida em que se abrem indagações em relação a efetividade e eficácia dos governos nacionais. Assim, a constituição do Mercosul pode significar também a busca (e mesmo, o desenho e a construção) de referências e pontos de identificação entre os diversos que o compõem, através da consolidação de órgãos de gestão supranacional e de um novo papel e formato de estado, como capacitador regional, exigindo, em contrapartida, o reforço da sua presença na economia brasileira, como condutor de uma política nacional e regional de desenvolvimento. Mais ainda, não deve ser esquecido que o Mercosul é um fenômeno regional recente, em pleno processo de reconfiguração, já que os países que o compõem estão marcados por profundas e aceleradas transformações econômicas, institucionais, e societárias; por sua vez, num contexto mundial de intensas e abrangentes mudanças e reformulações de ordem político-institucional, científico-tecnológica, financeira, produtiva, e cul-

¹¹ Os limites do Mercosul devem ser examinados, ainda, à luz do choque e das coincidências de vontades do mundo corporativo de base extra-regional com as estratégias e atitudes das elites orgânicas empresariais da região (Conselho de Empresários da América Latina, Fórum Empresarial das Américas, Grupo Columbus etc) - agentes da integração e por ela afetadas - no contexto dos processos de transformação global. Apesar das divergências entre os empresariados do Brasil e Argentina - dependendo do setor de atuação, das características da empresa ou grupo, e das considerações extra-regionais, além da natural concorrência -, que fazem com que se oscile entre confrontação, competição, e cooperação, parece haver convergência para criar as condições da transformação da região e viabilizar sua inserção nas transformações globais.

tural. Um macromercado que envolve poucos estados - e vulneráveis -, embora assentado num pluriculturalismo multiétnico, com identidades nacionais pouco consistentes e irregularmente disseminadas nas estruturas societárias.

6. O Alcance Estratégico da Amazônia

A própria existência do Mercosul – enquanto viabiliza a aquisição, pelo Brasil, de capacidade potencial para a barganha global, ao acrescentar profundidade geo-econômica, geo-cultural e geo-política – permite que o estado brasileiro possa deslocar, com tranquilidade, o foco de sua atenção do Cone Sul em direção à Amazônia. Nos embates da globalização, o aproveitamento da demanda mundial de recursos escassos (água potável, biodiversidade, alimentos, minérios raros, áreas de turismo e lazer etc) realça a centralidade da Amazonia para uma política de desenvolvimento.¹² A percepção estratégica da região Amazônica, enquanto enfatiza a importância das fronteiras nacionais, coloca grande peso sobre preocupações meio-ambientais, sobre a riqueza de recursos naturais e no «*life-data bank*» nela contido: ‘fronteiras de conhecimento’.¹³ Uma visão político-estratégica deve focalizar uma definição política e científica de parâmetros realistas para o desenvolvimento sustentável da Amazônia, o que implica em atingir novas fronteiras de conhecimento (*biotecnologia, engenharia genética, novos materiais*) e a valorização da natureza como *capital biótico* (Becker 1995: 2, 5-6). Assim como significa equacionar a dupla integração ‘externa’: com todo o território nacional e, além das fronteiras brasileiras, com os outros países amazônicos. A região Amazônica se

¹² Na tentativa de lidar com a Amazônia em novos moldes, os brasileiros detêm uma vantagem não somente pela sua infraestrutura já implantada, mas pelas técnicas e destrezas acumuladas para lidar com as particularidades da região. Conhecimento e expertise reunido pelas populações locais e por agentes externos, apoiando-se tanto nas experiências bem sucedidas quanto nos fracassos.

¹³ O Brasil é o país com a maior diversidade e o maior número de espécies vivas do planeta, um verdadeiro campeão de biodiversidade, num ranking que integra pesos-pesados como Indonésia, Colômbia, México, Madagascar e China. Brasil detém mais de 56.000 plantas diferentes (22% do total de espécies do planeta) já classificadas por espécie e tipo, 3.850 das quais existem somente neste país. A Amazônia tem mais de 3000 espécies de peixes de rio; cerca de 15 milhões de variedades de insetos; 524 mamíferos, 1.622 pássaros e 468 répteis; 125 tipos de morcegos, e 517 de anfíbios. A Amazônia também é rica em minerais comuns (ferro, ouro, bauxita) e raros (nióbio), assim como água potável – O Brasil detém 13% de toda a água potável do planeta, e 70% está na Amazônia legal.

torna, então, uma *plataforma* para alcançar a região caribenha, com duas variantes de projeção: Manaus-Colômbia-Venezuela e Belém-Caribe.¹⁴ Neste contexto, a noção de *interdependência regional* joga um papel importante. De fato, a estratégia de *interdependência energética* brasileira poderia se constituir num interessante estudo de caso no exercício de poder nacional, atualizando a *policy* de fronteira em tempos transnacionais, e a forma em que o país e o sistema buscam discernir opções de *policy* num sistema econômico global, num tecido societário que interlocuciona com a diversidade mundial e numa rede política planetária.¹⁵ Para enfrentar os imensos desafios postulados pelo desenvolvimento sustentável, um instrumento importante deve ser visto no *Sistema de Proteção da Amazônia* (Sipam), sob cujo guarda-chuva o tão falado *Sistema de Vigilância da Amazônia* está sendo implementado.¹⁶ O Sipam é também um instrumento para abordagens diplomáticas da defesa da região, permitindo a integração de agências governamentais dos países Amazônicos, assim compondo uma rede de segurança internacional, e facilitando a interação transnacional de atores regionais não-governamentais.¹⁷

7. A Continentalização da América do Sul

Com a incorporação de Bolívia e Chile, o Mercosul ganhou um *gateway* para o anel do Pacífico, especialmente importante para a indústria e o agrobusiness do Brasil. Este acesso – ao qual corredores comerciais através do Perú podem ser acrescentados – deve ser percebido em sua tríplice função: como uma rota adequada para colocar produtos no mercado asiático, particularmente de grãos (como a soja brasileira) e carne; como movimento de consolidação de seu próprio espaço interno, e de integra-

¹⁴ Na visão geopolítica tradicional de Golbery do Couto e Silva, A Amazonia seria o que ele chamava 'placa giratória de manobra'.

¹⁵ A Amazônia está sendo incorporada ativamente só agora, num contexto histórico de singulares experiências com reformas neoliberais de estado, quando, paradoxalmente, consolidação territorial tem sido uma empreitada estatal.

¹⁶ O principal objetivo do Sivam, que começou a funcionar em julho de 1997 e estará pronto em 2002, é de permitir o desenvolvimento efetivo do Sipam. Funciona como um 'sistema 24-horas', permitindo o desenho de cenário em tempo real, através de uma infraestrutura de meios técnicos e operacionais.

¹⁷ Entre suas metas, busca-se compartilhar: bancos de dados, sistemas de sensores para vigilância ambiental, emprego de aviões para sensoriamento, atividades laboratoriais e conhecimento cartográfico, desenvolvimento de esforços conjuntos para a preservação da natureza e o estabelecimento de *joint ventures* no campo da biotecnologia, assim como a proteção das culturas indígenas.

ção do Brasil com seus vizinhos Andinos (especialmente Peru que se torna um mercado importante para a colocação de produtos dos estados brasileiros de Rondônia, Acre, Mato Grosso e da Amazônia Ocidental; e como peça chave na *continentalização política-estratégica* da América do Sul. Entretecidos com Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, e Guiana (numa espécie de '*Merconorte*', possivelmente dentro do marco da Iniciativa Amazônica, ou compondo com o Pacto Andino), um Mercado Comum Sul Americano ganharia um conjunto de opções bastante diferentes para as suas relações com África e o Sudeste Asiático, assim como para a visão de um desenvolvimento sustentável sub-continental. Neste sentido, é necessário estimular o reforço da integração regional, expandindo os horizontes do Mercosul, para atingir a *continentalização sulamericana* e, no interior do Mercosul, incentivar a formação de *corporações estratégicas mercosulinas*.

Os fundamentos desta abordagem das opções de *policies* de desenvolvimento e a projeção internacional concomitante do Brasil como sistema serão encontrados entre a tensão criativa derivada do processo de consolidação do Mercosul e a postura de longa data do Brasil buscando tornar-se um *global trader*. Assim, O Brasil não se limita a interesses regionais (ou mesmo a demandas político-econômicas), sejam bilaterais ou inclusive multilaterais, embora a rede *Mercosulina* é a própria base para esta abordagem sistêmica. *Reaching out*, o Brasil procura construir *capacidades para iniciativas*, desimpedido nesta particular procura por referências ideológicas através da criação e reforço de *parcerias estratégicas* para além do Atlântico e do Pacífico. Pragmaticamente, a ação diplomática procura ampliar o comércio e a cooperação internacional já tendo em mente perspectivas transnacionais de ação num mundo globalizado.¹⁸

Avançar na direção de uma continentalização sulamericana significa examinar a relação do Mercosul com as diversas regionalizações econômicas e políticas sendo modeladas em outros continentes e com os diversos macromercados formais que estão sendo constituídos ou se encontram em processo de consolidação (União Européia, Nafta, Apec, Asean, Sadeq), assim como as cadeias regionais informais de produção e

¹⁸ Rejeitando «toda falsa tutela e todo principismo abstrato» que poderia justificar inação e que seria responsável por perda de espaço na cena internacional e por tempo nos movimentos estratégicos que são necessários. Ministro das Relações Exteriores Luiz Felipe Lampreia, «A execução da política externa brasileira». Conferência na Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 03.07.96 (www.mre.gov.br).

consumo no Mediterrâneo, Europa Central e Caucásica, Ásia Central e Sul Este Asiático etc).

O Brasil está ciente de que manobra dentro de um conjunto de relações de poder (econômicas, políticas, militares e culturais) intra-regionais e supra-regionais não conflitivas: enquanto são examinadas as perspectivas estratégicas da região, é importante lembrar que o mosaico de países e sub-regiões que a compõem é extremamente complexo, requerendo uma inserção regional múltipla, baseada numa *policy* de «harmonização de interesses» (Presidência da República 1996: 5). Sendo um país com tantas e amplas regiões internas e com um perfil tão diversificado (Amazônico, Atlântico, Cone Sul), a «noção de espaço regional» extrapola a massa continental sulamericana e inclui o Atlântico Sul e a região Antártica, assim como os *gateways* do Caribe e do Pacífico. Isto reforça a necessidade de buscar *parcerias estratégicas* para o desenvolvimento nacional e regional (Amazônico, Atlântico Sul) para além dos vínculos tradicionais com os Estados Unidos e com a Europa (em processo de renovação através de *pólos gravitacionais societários*, como na Califórnia e Florida, ou de centros europeus), na direção de pivôs político-táticos e emergentes pólos motores tecnoprodutivos, como Cidade do Cabo, Nova Déli e Beijing, capazes de contribuir para o debate em torno de uma nova ordem financeira e industrial transnacional e de uma reformulação dos procedimentos e desempenhos dos agentes internacionais e supranacionais.

Significa, também, pensar o Mercosul como *base* e *espaço* de atuação de seus componentes nacionais, visualizando uma *resposta* regional às novas realidades, que do ponto de vista do Brasil seja *recurso estratégico* para potencializar a sua capacitação para a barganha global.

Assim, para o Brasil e para os Mercosulinos, o principal desafio é de operacionalizar o Mercosul como suporte estratégico para a projeção de seus estados-membro — ganhando leverage político, cultural, societário e econômico para uma inserção global diferente, mais dinâmica, dos países da região, em termos produtivos, comerciais, financeiros, e científico-tecnológicos. Uma 'plataforma' capaz tanto de estimular transformações domésticas e contribuir para modelar mudanças significativas nas relações internacionais, o que significa incluir a região Amazônica como um trunfo. Um esforço que também requer a capacidade de discernir os diversos sentidos e objetivos divergentes que compõem a visão compartilhada Mercosulina da necessidade de integração regional e de reinserção global. Presupõe, claro está, que um tecido intercontinental de economias nacionais, através de macromercados formais (como poderia ser o ca-

so de uma Trans-Atlantic Free Trade Association), é uma das características do sistema transnacional em gestação, para o qual não há instituições adequadas, procedimentos, regras ou normas e referências que possam guiar uma ação de conjunto. Esta percepção está implícita nas negociações dos governos nacionais e em seus objetivos de ligar, em formas diferenciadas, o Mercosul à União Européia e aos emergentes macro-mercados dentro dos anéis do Pacífico, Mediterrâneo e Índico, assim como com Sadec.

No entanto, o objetivo de uma continentalização Sul Americana enfrenta o desconforto da urgência norteamericana de implementar, em seu próprio ritmo, a *Área de Livre Comércio das Américas* (ALCA).¹⁹ Isto, apesar (alguns diriam por esta mesma razão) das enormes diferenças entre os futuros parceiros. Aqueles que vêm na criação da Alca algo perto de uma ampliação do Nafta, esperam que comece, no máximo, em 2005, apesar de que esperam que as regras estejam definidas muito antes desse ano (Dreifuss 1994). Para acelerar a ALCA, um passo fundamental é atrair o Brasil a uma visão compartilhada com os Estados Unidos nesta questão, uma vez que os brasileiros representam um importante mercado, tanto para as exportações norteamericanas (comércio internacional) e para as operações de corporações estratégicas dos Estados Unidos que produzem localmente e atuam no comércio transnacional.²⁰ Mas atrair o Brasil para a visão compartilhada não será fácil, enquanto tenha que enfrentar as barreiras tarifárias e restrições comerciais dos Estados Unidos.²¹

¹⁹ Com mais de 800 milhões de pessoas, um PIB de aproximadamente 9.2 trilhões de dólares, e um volume anual de comércio de 8 trilhões de dólares.

²⁰ São 27 bilhões de dólares investidos pelo sistema financeiro em corporações e empreendimentos no Brasil, enquanto que 406 das 500 maiores corporações dos Estados Unidos operam no país.

²¹ Particularmente, sobre a entrada de placas de aço (taxadas em 109%), tubos de aço (125%), silício metálico (67%), carne de carneiro (48%), tubos costurados (103%), suco de laranja (456 dólares por tonelada), álcool (combinação de tarifas *ad valorem* de 3% e específicas de 14.27% por litro, com tarifas preferenciais para terceiros países), açúcar (importações pelos US dentro da quota são sujeitas a tarifa de 0.625 cents por libra, enquanto importações extra-quota são taxadas em 16 centavos por libra, tabaco (até 355%), lã (45 centavos por quilo), sapatos (até 48%), têxteis (sujeitos a quotas de contingência), sementes, óleos de frutas e essências (até 188%), fruta industrializada (até 151%) etc. Há também barreiras fitossanitárias que atingem quase todas as frutas provenientes do Brasil (a exceção de manga e melão) e carne de carneiro, apesar de que a União Européia é cliente regular de tais produtos. Também devem ser considerados os subsídios norteamericanos às exportações agrícolas, através do seu Export Enhancement Program, bem sucedido em deslocar o frango brasileiro dos mercados

O Brasil, por sua vez, enfrenta o dead-line de 2005 como ponto de referência para fixar as regras da ALCA e o começo do processo de implementação, assim visualizando a zona de livre comércio das Américas como desdobrando-se de *'building blocks'*, i.e., uma série de movimentos que consolidam diversos vínculos subregionais, concomitantemente fixando as premissas para a continentalização Sul Americana. Tal integração – que requer estabilidade política regional – inclui a já existente associação do Chile e da Bolívia ao regionalismo aberto do Mercosul, a futura associação do Peru e da Venezuela, e a incorporação dos outros países Andinos, assim fechando o arco, no norte da América do Sul, e projetando-se sobre o Caribe. É neste contexto que deve ser entendida a visão do ministro das relações exteriores, Luiz Felipe Lampréia, para quem o começo da ALCA 'deve ser gradual', e 'via Mercosul', concomitantemente à 'preparação de um calendário e de uma metodologia para negociações'.²² Precisamente por «nossa 'circunstância Americana'», nas palavras do Embaixador Rubens Barbosa (1995: 3).

do Oriente Médio, Europa Ocidental e Japão. Ao todo, os países ricos gastam '160 bilhões de dólares por ano, em subsídios para proteger produtos agrícolas da concorrência estrangeira' (Debora Berlinck, quoting president Fernando Henrique Cardoso, O Globo, 20.05.1998).

²² Guillermo Pernes, *Semanário do Mercosul*, Gazeta Mercantil, 20/26.01.1997.

Bibliografia

BARBOSA, Rubens (1995): «O Brasil e o Mercosul em face da Nova Geografia Econômica Internacional», em: *Perspectiva* 9 (1), 3.

BECKER, Bertha K. (1995): *Geopolítica da Amazônia*, Sumário.

DREIFUSS, René Armand (1994): «Estados Unidos: esboço de uma nova perspectiva estratégica?», em: *Premissas* (Universidade Estadual de Campinas/Núcleo de Estudos Estratégicos) 7, Agosto 1994.

DREIFUSS, René Armand (1997): *A Época das Perplexidades - Mundialização, Globalização e Planetarização: Novos Desafios*, 2ª ed., Petrópolis: Editora Vozes.

HETERARQUIA POLÍTICO-ESTRATÉGICA E HETEROTOPIA TECNOPRODUTIVA (1996, em *Ensaio FEE*, Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, Secretaria da Coordenação e Planejamento, Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Ano 17, N°2, Vol. 34, Porto Alegre, Novembro, 22-33.

KLIGSBURG, Bernardo (1998): «Um Proer para os pobres», em: *Jornal do Brasil*, 29.09.1998.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (1996): *Política de Defesa Nacional*, Brasília.

PROPOSTA DE PROGRAMAS E PROJETOS DA COMISSÃO ESPECIAL DE TRANSPORTE DA AMAZÔNIA (CETRAM) (1994), em: Geipot - Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes - Ministério dos Transportes: *Rede de Transportes na Região Amazônica*, Brasília.

Hartmut Sangmeister

O Mercosul no Caminho do Mercado Mundial

1. Globalização e integração regional

Atualmente, o MERCOSUL é o projeto de integração com a maior potência econômica e política na América Latina. Com um Produto Interno Bruto (PIB) agregado superior a US\$ 1 trilhão e com mais de 200 milhões de habitantes o MERCOSUL apresenta um dos quatro maiores blocos econômicos do mundo (ver tabela 1). O Brasil e a Argentina funcionam como motor principal da dinâmica econômica e política deste projeto de integração. De uma perspectiva estratégica o MERCOSUL pode ser interpretado como passo pragmático de uma aliança Sul-Sul rumo ao mercado mundial, amplamente liberalizado. Cumpre, agora, saber se um tal projeto de integração pode ser uma resposta adequada aos desafios do processo econômico da globalização.

Tabela 1: MERCOSUL - Indicadores básicos 1997

País	População (milhões)	PIB ^a (US\$ bilhões)	PNB ^b per capita (US\$)
Argentina	35,672	322,730	8.570
Brasil	163,404	786,466	4.720
Paraguai	5,089	10,180	2.010
Uruguai	3,221	18,180	6.020
MERCOSUL	207,39	1.137,556	5.340^w
Bolívia	7,773	8,108	950
Chile	14,622	74,292	5.020
MERCOSUL e países associados	229,7	1.219,956	5.170 ^w
^a Produto Interno Bruto (preços correntes). ^b Produto Nacional Bruto (preços correntes). ^w Média aritmética ponderada com a população. Fonte: World Bank, <i>World Development Report 1998/99</i> , New York 1998.			

A globalização da economia significa, em termos político-normativos, sobretudo uma intensificação transfronteiriça da concorrência à escala mundial. Parece haver dois elementos comuns à dinâmica do sistema econômico mundial: uma aceleração da internacionalização e um acirramento da competição (Lacerda 1998: 18). A competição internacional está ampliando seu campo geograficamente e se torna mais intensa. Com efeito, a globalização reforça as pressões concorrenciais sobre os produtores nacionais que já não são premiados como antigamente por sua intimidade com o mercado doméstico.

Também na América Latina, os custos descendentes de transporte, as novas tecnologias de telecomunicação e de informática, bem como barreiras comerciais mais baixas resultaram numa diminuição drástica da proteção de distância entre os sistemas econômicos nacionais. Estas mudanças permitem que um número crescente de empresas otimize no mundo inteiro suas vantagens ao longo da cadeia de produção de valor adicionado. Numa estratégia de aproveitamento simultâneo e consequente das vantagens de globalização e de diferenciação, as empresas podem valer-se simultaneamente de vantagens comparativas (i.e. vantagens de custos) específicas dos diversos países, e de vantagens competitivas (i.e. vantagens de competição) específicas das próprias empresas.

Na medida em que um número crescente de empresas tenta aproveitar as vantagens de globalização, se intensifica a competição entre centros de produção. Isto significa que os fatores produtivos *imóveis* no espaço (i.e. a terra, a infra-estrutura, o capital fixo invertido, as leis e os regulamentos estatais, as normas éticas e os valores da sociedade) têm que ser atraentes para os fatores produtivos *móveis*, quer dizer, para os empresários inovadores, para mão-de-obra qualificada e para o capital volátil. É óbvio que também a política do Estado tem um papel importante para que um centro de produção esteja atraente para os fatores móveis; pois a política do Estado (co-)estrutura as condições básicas (por exemplo a legislação fiscal, a constituição do mercado de trabalho etc.) que atraem os fatores móveis de produção. Ou em outras palavras, não cabe dúvida nenhuma de que na competição internacional a configuração da política normativa e setorial do Estado nacional é de importância central para que um país ou uma região estejam atraentes como localizações de produção.

A competição internacional não respeita as fronteiras dos mercados nacionais. Na medida em que o processo de integração global de mercados de bens e serviços avança, se reduzem as possibilidades da política econômica do Estado nacional de manter regulamentos para limitar a

concorrência, assegurando assim as estruturas existentes. Ou seja, com as novas modalidades de globalização, limitam-se, cada vez mais, os graus de liberdade dos países para adotarem políticas nacionais soberanas. Se é fato que as possibilidades reguladoras do Estado se reduzem em consequência da globalização, pode-se deduzir, então, que atores e setores do sistema econômico nacional até agora protegidos serão cada vez mais expostos à competição transfronteiriça. Tendo em vista que numa economia liberalizada aumenta a pressão externa pela eficiência, é preciso que sejam derrocados regulamentos protecionistas e mudados comportamentos que até agora haviam impedido a realização de soluções eficazes. É uma das conclusões centrais tiradas da teoria (neo-clássica) de livre comércio eliminar perdas de eficiência causadas pelo protecionismo através de um comércio exterior liberalizado. Porém, a constatação de que a riqueza do mundo aumentaria com o livre comércio não define *per se* os efeitos a serem produzidos em cada país participante no comércio exterior completamente liberalizado. É possível que existam ganhos num país junto com perdas num outro; ou em outras palavras, nem necessariamente os ganhos do livre comércio são compartilhados equilibradamente entre os países participantes.

Enquanto nem todos os países do mundo estão convencidos dos benefícios (reais ou supostos) do livre comércio, existe pelo menos a alternativa de desfrutar parcialmente as vantagens do livre comércio através de uma adesão à união aduaneira, isto é, a uma zona de livre comércio com tarifas externas comuns e restrições de importação frente ao resto do mundo.¹ Uma união aduaneira combina então elementos da liberalização do comércio exterior dentro da área de integração com uma proteção maior *vis-à-vis* os países fora da união aduaneira. Espera-se que a criação da união aduaneira dinamize o comércio entre os países membros da união, com respectivos lucros. Simultaneamente, a união aduaneira pode criar efeitos de deslocamento de comércio diante de terceiros países, o que levaria provavelmente a uma perda com o bem-estar econômico. Vantagens comparativas na competição têm somente os produtores e fornecedores mais baratos dentro da união, mas não a oferta com o preço mais favorável do mercado mundial. Caso a tarifa externa comum discrimine a oferta mais favorável do mercado internacional, a demanda interna da união aduaneira não tem outra opção se não comprar a oferta

¹ Isto vale somente na suposição de que a tarifa externa comum da união aduaneira não supera a tarifa aduaneira nacional brevemente em vigor (Zweifel/Heller 1992: 348).

mais barata dentro da área de integração. Este deslocamento de comércio causado pela união aduaneira tem um efeito negativo economicamente visto que os agentes econômicos dentro da união aduaneira devem pagar preços mais altos do que numa situação de comércio exterior completamente liberalizado.

Uma avaliação dos resultados econômicos do MERCOSUL não se deve limitar à análise dos efeitos de criação e/ou de deslocamento de comércio exterior. É preciso também se levar em conta que o conceito de integração regional e de cooperação econômica tem sido interpretado diferentemente no contexto das reformas econômicas, em curso na maioria dos países latino-americanos desde a segunda metade dos anos oitenta. Na perspectiva estratégica de uma integração seletiva no mercado mundial, a função de mercados regionais ampliados através de uma área de livre comércio ou de uma união aduaneira não consiste somente na criação de novos campos de vendas que se conquistam até pagando o preço dos efeitos de deslocamento de comércio exterior; com a formação de blocos econômicos integrados e com a eliminação de barreiras econômicas fronteiriças se abrem para os produtores nacionais novos campos de aprendizagem e de treinamento do *best practice*, isto é, das técnicas de produção e de comercialização internacionalmente competitivas. Sem poder praticar o *best practice* é difícil entrar nos mercados exigentes dos países industrializados.

2. Efeitos de criação ou de deslocamento de comércio exterior?

Embora o Tratado de Assunção, assinado em 26 março de 1991, tenha estabelecido o nome «Mercado Comum do Cone Sul», até agora o projeto de integração não passou de uma união aduaneira incompleta. Como fins do processo de integração o Tratado de Assunção menciona, além da união aduaneira, as características de um mercado comum: a livre circulação de bens, de serviços e de fatores de produção entre os Estados-Partes, o estabelecimento da Alíquota Externa Comum (AEC), a adoção de uma política comercial comum, a coordenação das políticas macroeconômicas e setoriais bem como a harmonização da legislação dos Estados-Partes nas áreas pertinentes. Convém lembrar, porém, que no Programa de Ação até o ano 2000, elaborado em 1995 pelos governos dos países-membros, foi mencionado o aperfeiçoamento da união aduaneira, mas não o de um mercado comum; neste documento foi manifestado a intenção de consolidar a união aduaneira no contexto de um regionalismo aberto (Schonebohm 1997: 21).

Atualmente, ainda não foi alcançado sucesso no aperfeiçoamento da união aduaneira. Assim, está longe a extinção completa dos impostos de importação no comércio realizado entre os países signatários do Tratado de Assunção. Até agora o livre comércio intra-bloco abrange não mais que 85 % da pauta de produtos transacionados. Também não foi alcançado ainda sucesso na fixação de uma tarifa aduaneira comum frente aos países fora do MERCOSUL. Nota-se igualmente um certo pragmatismo na interpretação do conceito de «regionalismo aberto». Apenas o Chile e a Bolívia passavam a ser associados do MERCOSUL o que lhes garante um tratamento preferencial no comércio exterior. O comércio exterior com outros países latinoamericanos que não gozam de acordos de preferência com o MERCOSUL foi freado com uma carga tributária adicional a partir de novembro de 1997, quando o MERCOSUL aumentou a AEC por três pontos percentuais (ver IDB 1998: 22). Mas por outro lado, o MERCOSUL e a Comunidade Andina (CAN) assinaram, em 1998, um Acordo Quadro que poderia levar à criação de uma Zona de Livre Comércio entre os dois blocos, a ser implementada a partir do ano 2000. Com a tendência associação entre o MERCOSUL e a CAN torna-se mais provável a realização de uma Zona de Livre Comércio sul-americana que abrangeria 10 países cuja população ultrapassa atualmente 300 milhões.

Apesar das barreiras tarifárias ainda existentes e de centenas de barreiras paratributárias ainda em vigor, e apesar das listas nacionais de numerosas exceções proibitivas para produtos declarados sensíveis, apesar de tantos obstáculos e diversas deficiências, o comércio intra-regional no MERCOSUL cresceu com mais dinamismo do que o comércio exterior total dos seus países membros (ver tabela 2). Não obstante retrocessos temporários - como em 1996 no comércio entre o Brasil e a Argentina - o comércio intra-regional se desenvolveu altamente positivo. Para dar um exemplo: entre 1996 e 1997 as exportações brasileiras para o MERCOSUL cresceram de 23,8 %, de US\$ 7,3 bilhões para ca. US\$ 9 bilhões; isto representava mais que 17% das exportações totais do Brasil. Convém lembrar, porém, que altas taxas de crescimento no comércio intra-regional já foram registradas antes da criação da união aduaneira que só entrou em vigor a partir de 1 de janeiro de 1995. Já no quinquênio de 1990-94, as taxas de crescimento do comércio externo entre as quatro economias que formam o MERCOSUL têm ultrapassado muitas vezes as taxas de crescimento do comércio exterior com os demais países. Assim, a dinâmica notável do comércio intra-regional de maneira nenhuma

pode ser interpretada como resultado único da criação de uma união aduaneira (ainda incompleta).

Tabela 2: Evolução do comércio exterior do MERCOSUL, 1990-97

(Variação em % a.a.)

Item	Ano							
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Exportações totais	-0,3	-1,1	+10,1	+7,1	+14,7	+13,3	+6,6	+4,1
Exportações extra-MERCOSUL	-1,2	-3,5	+6,2	+1,8	+13,7	+11,7	+5,1	-1,1
Exportações intra-MERCOSUL ^a	+10,8	+23,8	+41,5	+38,9	+19,2	+20,3	+12,3	+22,0
Importações totais	+15,9	+16,9	+18,6	+19,1	+29,5	+27,3	+4,5	+19,0
Importações extra-MERCOSUL	+16,8	+15,8	+14,6	+17,9	+29,3	+29,7	+0,8	+18,3

^a = Importações intra-MERCOSUL.

Fonte: Centro de Economia Internacional, *Panorama del Mercosur*, 1, Buenos Aires 1998; Inter-American Development Bank, Washington, D.C. 1998
(<http://www.iadb.org/int/intpub/nota0797.eng/Npa11.htm>, 27.08.1998).

Com um valor de mais de US\$ 70 bilhões, o comércio intra-zonal no MERCOSUL equivale entretanto a mais de 20% do total das exportações dos países-membros, enquanto no começo dos anos noventa essa percentagem alcançou apenas menos de 10% (ver tabela 3). Ao mesmo tempo diminuiu a participação relativa das exportações dos países membros do MERCOSUL para a América do Norte (Estados Unidos e Canadá) de 21,7% em 1990 para 15,9% em 1995; também as exportações para a União Européia (EU) tiveram uma importância relativa reduzida, de 32,5% em 1990 para 26,6% em 1995 (IDB 1997: 8).

Em termos do argumento da teoria (neo-)clássica do comércio exterior, um país pode desfrutar *ceteris paribus* de benefícios integradores através da adesão a uma união aduaneira, contanto que o tarifa externa comum não supere a alíquota nacional até agora em vigor (Zweifel/Heller 1992: 348). Isto significa por exemplo que a Argentina poderia sofrer

parciais perdas integradores pela fixação da AEC, fazendo com que o país fosse obrigado a aumentar gradativamente os impostos alfandegários para a importação de bens de capital, até agora quase isento de impostos; o mais tardar com o ano 2001 as importadoras argentinas deverão pagar a tarifa aduaneira comum de 14% para a importação de bens de capital. De mesma forma também o Paraguai deverá escalonar o imposto alfandegário para bens de capital, com uma aplicação momentaneamente de 5% até chegar a 14% no ano 2001.

Tabela 3: Comércio exterior agregado dos países-membros do MERCOSUL, 1990-97 (em US\$ bilhões)

Ano	Exportações totais (US\$ bilhões)	Exportações extra-MERCOSUL (US\$ bilhões)	Exportações intra-MERCOSUL (US\$ bilhões)	Exportações intra-MERCOSUL em % das exportações totais
1990	46,433	42,306	4,127	8,9
1991	45,911	40,808	5,103	11,1
1992	50,487	43,272	7,214	14,3
1993	54,046	43,981	10,065	18,6
1994	62,127	50,078	12,049	19,4
1995	70,494	56,054	14,441	20,5
1996	74,947	57,913	17,033	22,7
1997	78,040	57,262	20,779	26,6

Fonte: Centro de Economia Internacional, *Panorama del Mercosur*, 1, Buenos Aires 1998.

Os quatro anos de funcionamento do MERCOSUL ainda não permitem uma quantificação exata em termos empíricos dos efeitos de criação ou de deslocamento de comércio exterior.² Ou em outras palavras, por enquanto parece difícil avaliar em que medida os países-membros do MERCOSUL profitam da formação de uma área de integração no Cone Sul e da fixação de uma tarifa externa comum; pois, ainda não existem relevantes dados empiricamente fundados. Uma avaliação definitiva dos

² Mesmo a teoria da união aduaneira, fora do simples modelo de dois produtos e dois países, não oferece um resultado inequívoco com respeito aos prováveis efeitos de preços e quantidades no comércio exterior após a criação de uma união aduaneira.

efeitos de bem-estar econômico de uma união aduaneira incompleta em relação aos países-membros e a terceiros países deveria levar em consideração um grande número de fatores causadores (Zweifel/Heller 1992: 350). Por enquanto não parece possível responder a todas as indagações referentes aos efeitos econômicos - efeitos reais e efeitos desejados - do processo de integração regional no Cone Sul, tanto menos testá-los empiricamente; mas pode-se pelo menos recorrer a alguns indícios. É óbvio, por exemplo, que sobretudo a Argentina e o Brasil devem forçar a sua orientação para o mercado mundial; essa necessidade não poderia ser satisfeita transformando o MERCOSUL em um instrumento potencializador de protecionismo.

Usando convencionalmente a quota do comércio externo (i.e. exportações de bens mais importações em % do PIB) como parâmetro da inserção de uma economia no mercado mundial nota-se que no Cone Sul ao começo dos anos oitenta estas quotas eram bem superior aos referentes valores do ano 1995 (ver tabela 4). Em 1995, igual ao ano de 1980, a Argentina e o Brasil têm atingido quotas de comércio exterior inferior a quota média registrada para toda a América Latina e o Caribe que aliás mostrou, em 1980 e em 1995, o mesmo valor (27,2%). Uma conclusão possível poderia então ser: *os países-membros do MERCOSUL estão, quando muito, caminhando rumo ao mercado mundial, mas ainda não têm chegado no caminho do mercado mundial.*

Tabela 4: Quotas do comércio exterior^a dos países-membros do MERCOSUL, 1980, 1990 e 1995 (em %)

País	Ano		
	1980	1990	1995
Argentina	24,1	17,6	14,6
Brasil	19,2	13,0	14,6
Paraguai	20,2	39,4	41,2
Uruguai	27,0	37,8	27,9
<i>Em comparação:</i>			
América Latina e Caribe	27,2	22,2	27,2
Mundo	37,4	29,3	37,3

^a Exportações de bens mais importações de bens em % do Produto Interno Bruto.

Fonte: World Bank, *World Development Report 1992*, New York 1992, págs. 223 e 245; World Bank, *World Development Report 1997*, New York 1997, págs. 237 e 243.

Durante o período de 1990-95, apenas no Brasil o crescimento médio das exportações correspondeu à tendência mundial de 6% ao ano (ver tabela 5). Por outro lado, as importações no MERCOSUL registraram neste período um crescimento anual mais alto em comparação à taxa média mundial; sobretudo a Argentina praticou uma política de abertura da sua economia externa muito mais radical do que o Brasil, com a consequência de que as suas importações estouraram temporariamente. Diante da política de abertura das economias externas no Cone Sul a conclusão poderia ser: *os países-membros do MERCOSUL estão conscientes da necessidade de voltar ao mercado mundial, mas por enquanto preferem tomar juntos o perigoso caminho de volta para ter mais segurança.*

Tabela 5: Crescimento anual médio do comércio exterior dos países-membros do MERCOSUL, 1990-95 (em % a.a.)

País	Exportações de bens	Importações de bens
Argentina	-1,0	+45,8
Brasil	+6,6	+8,5
Paraguai	-1,9	+7,3
Uruguai	-3,1	+21,7
<i>Em comparação:</i>		
Mundo	+6,0	+5,8

Fonte: World Bank, *World Development Report 1997*, New York 1997, págs. 242-243.

As exportações do MERCOSUL para países terceiros se concentram ainda em produtos primários (ca. de 60%), ou seja, o padrão de inserção no mercado mundial ainda continua sendo insatisfatório com uma fraca participação de produtos sem valor-agregado, cujos preços são determinados pelo mercado internacional. Quanto ao intercâmbio inter-regional, porém, os produtos manufaturados têm cada vez mais importância significativa. Uma parte substancial das exportações intra-regionais de produtos manufaturados consiste em fornecimentos intra-industriais, ou seja, fornecimentos dentro do mesmo ramo de atividade industrial, muitas vezes fornecimentos entre subsidiárias de empresas transnacionais. Nestas transações inter-empresariais se reflete a re-organização transfronteiriça dos locais de produção, acompanhada por uma crescente especialização, praticada por um grande número de empresas no Cone Sul face ao processo de liberalização econômica. Ou ainda em outras palavras, a transnacionalização reflete, com efeito, o bom funcionamento de redes amplas e estáveis que ligam diferentes componentes de uma empresa. E mesmo quando as empresas não apresentam grandes dimensões ou uma estrutura de grupo, a transnacionalização pode ser efetuada por coopera-

ção entre empresas da área de integração, explorando complementaridades geográficas.

É evidente que os países-membros do MERCOSUL se têm aproximado ao mercado mundial. Mas a sua presença qualitativa no mercado internacional continua sendo fraca e é inegável o atraso em termos de padrões de qualidade e de eficiência. Isso também se traduz na estrutura fornecedora das importações: entre 1990 e 1995, tanto os EUA e Canadá como a UE ampliaram as suas participações relativas nas importações do MERCOSUL; paralelamente, cresceu a participação do Japão e das economias emergentes da Ásia no total das importações dos países-membros do MERCOSUL (IDB 1997: 8). O aumento significativo das importações por países do MERCOSUL junto a América do Norte, Europa e Ásia refuta a crítica daqueles que vêem o projeto de integração no Cone Sul sobretudo como instrumento potencializador do protecionismo regional; essa crítica - muito comum em foros internacionais - alega que atrás das barreiras de proteção da união aduaneira haveria um deslocamento interno do comércio, para assim poder compensar a falta de competitividade internacional dos produtores do MERCOSUL. De fato, o aumento significativo das importações do MERCOSUL junto a Europa e Ásia contraria a idéia de protecionismo. Se as preferências comerciais do MERCOSUL tivessem produzido sobretudo efeitos protecionistas, isto é, efeitos de deslocamento de comércio, então deveria ter acontecido um *crowding out* das importações junto a países terceiros, mesmo se os produtos vindo destes países tivessem gozado de vantagens de produtividade. Porém, cabe ressaltar, que só 15% dos produtos importados experimentaram um deslocamento significativo em favor de importações intra-bloco, enquanto 27% dos produtos registraram um deslocamento em favor de importações oriundas de terceiros países (Devlin 1996).

É evidente que as conclusões principais da teoria de união aduaneira são igualmente válidas para o MERCOSUL: um comércio protegido por restrições tarifárias é potencialmente melhor do que uma situação sem nenhum comércio; ademais, através da otimização do imposto de importação um país pode até alcançar uma combinação de recursos superior à combinação alcançável numa situação de livre comércio - mas, os ganhos de bem-estar econômico do país são acompanhados de perdas de bem-estar naqueles países cujas exportações devem pagar impostos alfandegários (Zweifel/Heller 1992: 376 e 385). Dependerá, pois, da fixação definitiva da AEC e das exeções nacionais como serão distribuídos entre os países-membros do MERCOSUL os ganhos e perdas de bem-estar eco-

nômico causados pela integração. É óbvio que na política alfandegária do MERCOSUL o Brasil, como parceiro mais potente, tenta usar seu poder de barganha para a vantagem própria. Dado as dimensões físicas do Brasil, sua presença regional e global e a vitalidade da sua economia, a política externa brasileira se auto-define, tradicionalmente, como «poder central» de integração na América do Sul e até como «parceiro prioritário» (Lampreia 1995: 19).

São evidentes os sucessos econômicos que foram obtidos com a formação do MERCOSUL. Os benefícios de uma união aduaneira, porém, não são iguais para todos os participantes (Zweifel/Heller 1992: 358). Os efeitos positivos da integração tendem a serem maior sobre países com estruturas econômicas semelhantes do que sobre países com estruturas heterogêneas - como é o fato no MERCOSUL. Neste caso é de supor que no comércio exterior já antes da formação da união aduaneira houvesse tido uma especialização em produtos com vantagens comparativas. Por isto, os ganhos de bem-estar econômico de uma união aduaneira são maior para países com estruturas semelhantes que podem gozar vantagens adicionais de especialização.

3. Perspectivas da integração: da união aduaneira ao mercado comum?

Resistência contra a continuação do processo de integração no Cone Sul é de esperar daqueles que se sentem ameaçados economicamente pela integração; são sobretudo aqueles agentes econômicos que até agora não sofreram concorrência e/ou aqueles para os quais o *status quo antes* com os regulamentos nacionais da economia externa tem sido uma fonte de rendas adicionais. Todos eles tentarão demandar do Estado uma proteção dos seus interesses econômicos, uma proteção que o Estado já não é capaz de garantir de forma incondicional, pois, também a política econômica do Estado é exposta à concorrência entre os locais de produção. Ora, a globalização não leva somente a uma perda de autonomia da economia nacional, mas também poderia trazer o risco de uma clivagem no seio da comunidade nacional, entre os beneficiários e os que sofrem perdas com a mundialização das economias (Laurencin 1998: 47).

Ao lado do Estado nacional e da economia nacional, dimensões supra-nacionais e dimensões da economia mundial ganharão cada vez maior significância como esquemas de referência da política. Isto significa para o desenvolvimento futuro do MERCOSUL que a sua função conceitual como passo pragmático no caminho do mercado mundial, só po-

derá ser mantida se o Brasil - e logicamente também a Argentina - continuarem a praticar uma política econômica de estabilidade e de orientação para os princípios liberais do mercado.

Frente à nova crise financeira que está afetando a América Latina em decorrência das crises asiática e russa (e que atingiu sobretudo o estoque das reservas centrais do Banco Central brasileiro), não resta outra opção senão continuar com a política de estabilidade para evitar que a confiança dos investidores internacionais nos *emerging markets* da América Latina sofosse ainda mais perturbações. Diante da inquietação dos mercados financeiros é bom lembrar que, durante os anos noventa, as economias da América do Sul conseguiram reconquistar a sua estabilidade monetária (ver tabela 6); não cabe dúvida de que a existência do MERCOSUL tem produzido uma certa «pressão de estabilidade» sobre as políticas econômicas nacionais.

Tabela 6: Variação de preços^a nos países-membros do MERCOSUL, 1990-97 (em % a.a.)

País	Ano							
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
	<i>Variação anual em %</i>							
Argentina	2.315,5	171,1	24,9	10,6	4,2	3,4	0,2	0,5
Brasil	2.937,7	440,9	1.008,7	2.148,5	2.668,6	84,5	18,2	7,5
Paraguai	38,1	24,2	15,2	18,2	20,5	13,4	9,8	6,9
Uruguai	112,3	102,0	68,4	54,1	44,7	42,2	28,3	19,8
^a Índices de preços ao consumidor.								
Fonte: Inter-American Development Bank, <i>Annual Reports</i> , Washington, D.C., vários anos.								

Para o futuro existem planos com o objetivo de obrigar a política econômica dos países-membros do MERCOSUL a uma «convergência disciplinada»; fazendo com que a taxa de inflação anual não ultrapasse os 2%, e o endividamento líquido do orçamento público fique limitado anualmente a 2% do PIB, além de um marco máximo para a dívida pública total de 30% do PIB. Mas, apesar de tais planos bonitos, a harmonização das políticas econômicas dos Estados-membros do MERCOSUL é no entanto nada mais que mera intenção nas áreas de políticas monetária, fiscal, cambial e industrial. Todavia, sem uma harmonização das políticas econômicas em todas as áreas pertinentes, a completação da união aduaneira terá o menor futuro, e tanto menos será possível fazer realidade de um mercado comum.

Para acelerar a dinâmica da integração, o governo argentino tem apresentado recentemente a proposta de uma moeda única no MERCOSUL; isto significaria que a união aduaneira - na realidade ainda incompleta - se tornará numa união monetária. Mas, numa avaliação séria, as chances para que tal proposta se possa tornar realidade, num futuro próximo, são mínimas; até hoje os integrantes do MERCOSUL travam entre si verdadeiras lutas para conciliar os diferentes interesses na área do comércio exterior. Além disso, os críticos do plano argentino suspeitam que atrás da proposta para uma moeda única no MERCOSUL esteja somente a intenção do presidente *Menem* de poder sair da dura disciplina do *currency board*, ou seja, do câmbio fixado a um dólar por peso argentino. Até agora, o governo brasileiro não apoiou as propostas para uma implementação imediata de moeda única no MERCOSUL, e também tem reagido com muito discrição às propostas menos ambiciosas de um sistema monetário comum com câmbios fixos. Do ponto de vista brasileira, a maior economia da zona de integração, quer dizer, o Brasil, teria a maior responsabilidade na defesa de um sistema comum com câmbios fixos ou de uma moeda única contra especulações cambiais. Que essa responsabilidade facilmente poderia até passar além das possibilidades de uma potência econômica regional como o Brasil, tem mostrado a experiência das tentativas frustradas de economias emergentes da Ásia ao defender suas moedas das especulações nos mercados financeiros internacionais.

Embora os participantes do 14º encontro presidencial do MERCOSUL, realizado em julho de 1998, votaram por uma união monetária com uma moeda única, a transformação do projeto de integração de uma união aduaneira a uma união monetária atualmente ainda não é indicado do ponto de vista da teoria econômica. Se uma zona de livre comércio seria apta a tornar-se, num passo só, através de um *package deal*, num bloco monetário comum, depende - entre outros - do tamanho da área de integração e, sobretudo, da coordenação das políticas monetárias dos países-membros (Kohler 1997). Análises empíricas recentes na base do conceito de *optimal currency areas* (OCAs) não indicam uma área ótima de moeda comum no Cone Sul *vis-à-vis* as atuais estruturas de produção e do comércio exterior dos países-membros do MERCOSUL (Artis/Kohler/Méltiz 1998).

Diga-se de passagem que, apesar das objeções alegadas pela teoria econômica, a idéia de uma moeda única para o MERCOSUL poderia provocar uma discussão oportuna e até necessária. Pois, essa discussão contribuiria para que o Cone Sul dispusesse de uma agenda de desenvolvimento a médio e longo prazos.

De qualquer modo, a união aduaneira no Cone Sul permanecerá por algum tempo incompleta e as mais ambiciosas metas de um mercado comum talvez ficarão para um futuro muito distante. Todavia, o MERCOSUL já deu nítidos sinais de sucessos econômicos e políticos. Mas, sucessos continuados dependerão da estabilidade da política econômica e da dinamização do crescimento econômico, principalmente do Brasil. Tanto a Argentina, como Paraguai e Uruguai podem tirar quase que automaticamente proveito do crescimento da economia brasileira. Contudo, atualmente o desenvolvimento econômico no Brasil está seriamente ameaçado pelos déficits-gêmeos nas contas correntes do balanço de pagamentos e no orçamento público. Devido ao fato de que a entrada de capitais estrangeiros para o financiamento do déficit na balança de conta corrente tem diminuído bastante em 1998, o Brasil terá de melhorar continuada e significativamente sua competitividade industrial a fim de poder diversificar e aumentar as suas exportações. Ademais, o Brasil deve consolidar, com disciplina rígida, as suas finanças públicas a um nível que esteja sustentável a longo prazo; pois a redução substancial do déficit nas contas públicas (em torno de 7% do PIB no ano de 1998) é *ce-teris paribus* uma das precondições para o aumento da poupança interna, aumento indispensável para compensar a baixa nos afluxos de capitais estrangeiros. Se o Brasil tiver a necessidade de desvalorizar substancialmente o Real devido a desequilíbrios macroeconômicos, então principalmente a economia argentina seria afetada negativamente, cujo crescimento econômico dos últimos anos tem sido altamente favorecido pelo entrelaçamento intensificado com o vizinho brasileiro (IRELA 1998: 5). Uma crise continuada da economia brasileira que levaria a uma modificação nítida da orientação conceitual da política econômica do país poderia prejudicar seriamente o processo de integração no Cone Sul.

Em todos as sociedades dos países-membros do MERCOSUL, grupos econômicos que se sentem ameaçados pelo processo de integração tentarão defender o *status quo* e assim tardar o cronograma para o aperfeiçoamento da união aduaneira e do mercado comum. A fim de proteger o processo de integração contra interesses nacionais de curto prazo poder-se-ia tornar útil e até necessário de abandonar, no âmbito do MERCOSUL, o princípio de tomar as decisões por consenso unânime entre os seus integrantes; ademais, seria recomendável criar organismos decisórios supranacionais, cujas decisões são impositivas em relação aos países-membros.

Um passo na direção certa foi, sem dúvida, a decisão do encontro presidencial de Fortaleza, em 1996, de fundar um banco de desenvolvi-

mento específico para o MERCOSUL, cuja tarefa principal seria o financiamento de investimentos de relevância para a integração. Outro passo certo consiste no fortalecimento da Secretaria Administrativa do MERCOSUL, sediada em Montevideu, que até agora estava funcionando somente como um arquivo para tudo o que foi aprovado pelos órgãos, criados pelo Tratado de Assunção. Para que o MERCOSUL ganhasse um corpo institucional que lhe condicionaria a agir internacionalmente como bloco econômico, seria talvez útil de recorrer à experiência européia em termos de integração; já no primeiro acordo inter-institucional entre o MERCOSUL e a UE, firmado em 1992, foi combinado como uma das áreas de cooperação a formação de funcionários estatais em temas de integração (Grabendorff 1995: 320).

Na era de globalização, o Brasil e os outros países-membros do MERCOSUL não têm outra opção senão a de continuar com o processo da abertura econômica, em curso nos últimos anos. Os sucessos econômicos e políticos da integração no Cone Sul, obtidos até agora, podem ser usados para justificar uma política que está dando continuidade a esse processo promissório.

Bibliografia

- ARTIS, Michael / KOHLER, Marion / MÉLITZ, Jacques (1998): *Trade and the Number of OCA's in the World*, San Domenico: European University Institute, Florence (EUI Working Papers, 98/16).
- CAVES, Richard E. / FRANKEL, Jeffrey A. / JONES, Ronald W. (1993): *World Trade and Payments: An Introduction*, New York: Harper Collins College Publishers.
- CENTRO DE ECONOMIA INTERNACIONAL (1998): *Panorama del Mercosur*, 1 Buenos Aires: Secretaría de Relaciones Económicas Internacionales, Ministerio de Relaciones Exteriores, Comercio Internacional y Culto.
- DEVLIN, Robert (1996): «In defense of Mercosur», em: *The IDB* 23 (No.12), 3.
- GRABENDORFF, Wolf (1995): «União Européia e Mercosul: realidades e perspectivas», em: Moniz Bandeira, Luiz Alberto / Pinheiro Guimarães (eds.): *Brasil e Alemanha: a construção do futuro*, Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Fundação Alexandre de Gusmão, 315-323.
- HERKEN-KRAUER, Juan Carlos (1995): *Hacia una economía política de la integración en el Mercosur*, Asunción: Centro Paraguayo para la Promoción de la Libertad Económica y de la Justicia Social (Serie Estudios, 8).
- IDB (Inter-American Development Bank) (1998): *Annual Report 1997*, Washington, D.C.: Inter-American Development Bank.
- IRELA (Institute for European-Latin American Relations) (1995): *IRELA - Yearbook of European-Latin American Relations 1994*, Madrid: Institute for European-Latin American Relations.

IRELA (Institute for European-Latin American Relations) (1998): *Preparing the EU-MERCOSUR Association: Benefits and Obstacles*, Madrid: Institute for European-Latin American Relations (IRELA Briefings, 98/4).

JOHNSON, Harry G. (1979): «Os prováveis efeitos do livre comércio sobre os países individuais», em: Bergsten, C. Fred (ed.): *O futuro do comércio internacional: as teses de Maide-nhead*, Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 36-49.

KOHLER, Marion (1997): *Trade Blocs and Currency Blocs: A Package Deal?*, San Domenico: European University Institute, Florence (EUI Working Papers, 97/32).

LACERDA, Antônio Corrêa de (1998): *O impacto da globalização na economia brasileira*, São Paulo: Editora Contexto.

LAMPREIA, Luiz Felipe (1995): «Abrangência e densidade das relações Brasil-Alemanha», em: Moniz Bandeira, Luiz Alberto / Pinheiro Guimarães (eds.): *Brasil e Alemanha: a construção do futuro*, Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Fundação Alexandre de Gusmão, 17-20.

LAURENCIN, Jean-Paul (1998): «A empresa face a globalização da economia», em: *Ên-saios FEE*, 19 (Nº. 1), 32-69.

SANGMEISTER, Hartmut (1994): «Auf dem Weg in den Weltmarkt: Regionale Wirtschaftsintegration im Cono Sur», em: Junker, Detlef / Nohlen, Dieter / Sangmeister, Hartmut (eds.), *Lateinamerika am Ende des 20. Jahrhunderts*, München: Verlag C.H. Beck, 191-211.

SCHONEBOHM, Dieter (1997): «Auf dem Weg zu einem Gemeinsamen Markt? Der Mercosur und seine Institutionen», em: *Lateinamerika. Analysen, Daten, Dokumentation* 34/35, 11-28.

ZWEIFEL, Peter / HELLER, Robert H. (21992): *Internationaler Handel. Theorie und Empirie*, Heidelberg: Physica Verlag.

Ligia Chiappini Moraes Leite

Identidade Nacional, Questão Regional e Cultura

«Ao completar 500 anos desconstruímos o país e passamos a vê-lo não como um jovem país em construção, mas como um país maduro, incorrigível e com destino inevitável. Não mudamos por dogmatismo ou radicalismo neoliberal. O que alterou a leitura de nós mesmos foi inércia e abulia. Estamos sendo levados pelas idéias do nosso tempo, preguiçosa e molemente. Não é culpa nossa. Deus é brasileiro» (Sayad 1986: 136).

«No Brasil não existe propriamente uma questão nacional, salvo talvez no caso dos indígenas não aculturados - mas há uma questão regional, sobretudo, territorial» (O Nordeste e a questão regional 1993: 59).

Este texto, apoiado principalmente em Darcy Ribeiro e em Celso Furtado, mas a partir do meu ponto de vista de estudiosa da literatura, propõe-se a falar das tensões da nossa identidade nacional, seus dilaceramentos e suas implicações culturais.

Sabemos que a questão regional nordestina não é a única. O Rio Grande do Sul, mesmo tendo sido considerado o «celeiro do Brasil», já foi definido como um «novo Nordeste» (Oliveira 1960). Podemos então falar de questões regionais, mas estas não se limitam a suas regiões pois, provocando as migrações de levadas massivas de retirantes do campo periférico para as cidades centrais, aumentam aí a concentração de desempregados ou subempregados e de marginais. A questão regional se torna, então, uma questão nacional.

Por isso não é possível pensar a integração supra-nacional e construir a identidade regional (como no caso do Mercosul) sem levar em conta a identidade nacional fraturada pelas suas questões regionais internas não resolvidas ou até mesmo cada vez mais agravadas. Sem enfrentar isto, no caso brasileiro, estaremos falando de integração da escassez, da ignorância do povo, do atraso das elites caudilhescas, da depredação da natureza, da violência e de outras mazelas mais.

1. O mal-estar do povo brasileiro

«O que desgarra e separa os brasileiros em componentes opostos é a estratificação de classes. Mas é ela que, do lado de baixo, unifica e articula [...]» (Ribeiro 1995: 450).

As ciências sociais e a literatura já constituíram uma razoável tradição no tratamento do que se poderia chamar a tensão entre centro e periferia nas relações entre o Brasil e o mundo mas também, internamente, nas relações entre as diferentes regiões brasileiras. Essa tensão se desdobra em outras que são, segundo Darcy Ribeiro, «dissociativas» e, por isso, «de caráter traumático»: unidade/diversidade; violência/cordialidade; unidade étnica/multiplicidade étnica; nação unificada política, econômica e linguisticamente/diferenças regionais, culturais, políticas, econômicas e linguísticas; unidade política e cultural/dilaceramento social; incremento/dizimação; falta/desperdício; novo/velho.

Ao tratar dessas tensões, entre outras, esses estudos não perdem de vista a sua constituição histórica, concomitantemente com o processo de constituição da Nacionalidade e do que ainda se poderia chamar o «povo brasileiro».

Darcy Ribeiro voltou recentemente ao tema, reafirmando no título da sua obra-testamento¹ o conceito que o pensamento pós-moderno, pós-nacional, pós-colonial e transnacional considera obsoleto - povo brasileiro. Por que? Talvez porque esse conceito permite o empenho de uma antropologia que não se quer neutra e o reapresente reformulado em relação ao uso anterior, meramente populista.

Sem ignorar, pelo contrário, acentuando as matrizes multiétnicas do brasileiro, Darcy afirma sua unidade étnica, perseguindo historicamente a formação de um Estado e de uma identidade unitários, embora não unificados, pois levando em conta a diversificação ecológica, econômica e os diferentes modos rústicos e citadinos de ser dos brasileiros.

Aparentemente simples, porque trabalhando com categorias tidas por superadas - como povo brasileiro e nação -, uma vez que não ignora os conflitos e as contradições nem o dinamismo dessas categorias, encaras-as como processos, Darcy as inova ao ponto de podermos continuar a nos servir delas como instrumentos auto-explicativos.

A título de exemplo, veja-se o que ele faz com um dos velhos rótulos que, pelo menos desde a Independência, tem servido para definir o Brasil

¹ Trata-se do já citado *O Povo Brasileiro*.

e que pareceria morto depois da Teoria do Subdesenvolvimento: o de país novo.

Segundo ele, «da confluência, do entrechoque e do caldeamento do invasor português com índios silvícolas e campineiros e com negros africanos, uns e outros aliciados como escravos», pela fusão e enfrentamento de «matrizes raciais díspares, tradições culturais distintas, formações sociais defasadas», surge «um povo novo». Como entende ele esse novo?

«Novo porque surge como uma etnia nacional fortemente mestiçada, dinamizada por uma cultura sincrética e singularizada pela redefinição de traços culturais delas oriundos. Também novo porque se vê a si mesmo e é visto como uma gente nova, um novo gênero humano diferente de quantos existem. Povo novo, ainda, porque é um novo modelo de estruturação societária que inaugura uma forma singular de organização sócio-econômica, fundada num tipo renovado de escravismo e numa servidão continuada ao mercado mundial. Novo, inclusive, pela inverossímil alegria e espantosa vontade de felicidade, num povo tão sacrificado, que alenta e comove a todos os brasileiros.

Velho, porém, porque se viabiliza como um proletariado externo. Quer dizer, como um implante ultramarino de expansão européia que não existe para si mesmo, mas para gerar lucros exportáveis pelo exercício da função de provedor colonial de bens para o mercado mundial, através do desgaste da população que recruta no país ou importa» (Ribeiro 1995: 19).

Finalmente, numa espécie de resumo dessa tensão entre o novo e o velho, constitutiva do povo brasileiro, o conceito de povo novo transmuta-se em povo novo mutante, marcado simultaneamente pela geração acelerada e o desperdício da vida:

«[...] Novo mutante, remarcado de características próprias, mas atado geneticamente à matriz portuguesa, cujas potencialidades insuspeitadas de ser e de crescer só aqui se realizariam plenamente» (Ribeiro 1995: 19-20).

Assim, sob o jugo da violência do colonizador, o povo brasileiro teria nascido e crescido construindo-se e, ao mesmo tempo, deformando-se, mas, ao contrário do que seria de supor, dada a «confluência de tantas e tão variadas matrizes formadoras», constituiu-se como povo, isto é, embora sobrevivendo «na fisionomia somática e no espírito dos brasileiros os signos de sua múltipla ancestralidade, não se diferenciaram em antagônicas minorias raciais, culturais ou regionais, vinculadas a lealdades étnicas próprias e disputantes de autonomia frente à nação» (Ribeiro 1995: 20).

O livro *O Povo brasileiro* parece ser, em primeiro lugar, um esforço para entender esse paradoxo, entender como se constituiu uma «unidade étnica básica» dentro da mais absoluta diversidade e as forças diversifica-

doras que, neste país continental, atuaram sobre elas, em princípio, acentuando a diversidade, advindas de forças ecológicas (paisagens e meio ambiente exigindo distintas formas de adaptação em distintas regiões), econômicas (gerando formas diferentes de produção e modos de vida material) e a imigração (acrescentando às matrizes primárias – português, índio e negro – os contingentes europeus, árabes e japoneses, o que, se «estrangeirou alguns brasileiros», também abraçou muitos estrangeiros).

Partindo dessa verdadeira incógnita, o livro de Darcy vai procurar entender como se constitui a unidade, do caldeamento das distintas etnias no processo colonial em que esse verdadeiro continente se transforma em máquina de moer gente pelo braço do Estado português nesse lado do mar e pela força coadjuvante da Igreja, embora em tensão permanente com esse Estado e com os colonos portugueses. Na segunda parte do livro, ao contrário, vai buscar a diversidade dos distintos modos rústicos de ser brasileiros (sertanejos do Nordeste, caboclo da Amazônia, crioulos do litoral, caipiras do Sudeste e Centro do País, gaúchos das campanhas sulinas, ítalo-brasileiros, teuto-brasileiros, nipo-brasileiros, etc...). Por outro lado, apanha a diversidade nas cidades, vendo na urbanização, entretanto, «apesar dos muitos modos citadinos de ser», como ela contribuiu para «uniformizar ainda mais os brasileiros no plano cultural sem borrar as diferenças». No caminho da uniformização, para o bem e para o mal, aponta ainda o efeito das «novas formas de comunicação de massa, atuando como difusoras e uniformizadoras de novas formas e estilos culturais».

O importante a compreender seria então a existência de uma unidade nacional, apesar das «disparidades, contradições, antagonismos que subsistem nelas como fatores dinâmicos da maior importância», atentando para o fato de que na constituição dessa unidade nacional, trabalharam a integração econômica, a independência política, «a sabedoria política das classes dirigentes brasileiras», sem esquecer as lutas cruentas. Diz Darcy:

«Essa unidade resultou de um processo continuado e violento de unificação política, logrado mediante um esforço deliberado de supressão de toda identidade étnica discrepante e de repressão e opressão de toda tendência virtualmente separatista» (Ribeiro 1995: 23).

É aí que o antropólogo produz o conceito talvez mais criativo de sua obra de pensador da nossa cultura: o conceito de «distância social». Aparentemente simples, na verdade esse conceito traduz o abismo entre as camadas sociais para as quais não cabe nem sequer o conceito marxista

dialético de classes sociais em luta. A distância social seria o produto, o tipo de estratificação social, que o processo violento e predatório de formação nacional teria gerado no Brasil. «Subjacente à uniformidade cultural brasileira», esconder-se-ia, assim, essa profunda distância social pela qual «uma estreitíssima camada privilegiada» se oporia ao «grosso da população», o que a tornaria mais intransponível do que as diferenças raciais (Ribeiro 1995: 23).

É essa distância social que, sofrimento e penúria para o pobre e o miserável gera intranquilidade para as camadas médias e acaba a violência nas camadas dirigentes, que vivem ainda sob «o pavor pânico do alçamento das classes oprimidas».

Portanto, se por um lado, o diagnóstico da nossa identidade enquanto povo, feito por Darcy, localiza uma unidade que permite falar de etnia nacional, apesar do confronto das múltiplas etnias no território brasileiro, por outro lado, reconhece o dilaceramento. Sob o denominador cultural comum «com que se identifica um povo de 160 milhões de habitantes», constituindo uma imagem exportável da nossa democracia cultural e racial, ressalta a olhos mais críticos como os de Darcy a «dilaceração desse mesmo povo por uma estratificação classista de nítido colorido racial e do tipo mais cruamente desigualitário que se possa conceber» (Ribeiro 1995: 24).

2. A Literatura e a máquina de moer gente

«More na Filosofia / pra que rimar amor e dor?»

(MPB)

Matéria recente sobre a exclusão no Brasil, publicada na *Folha de São Paulo*,² traduz em algumas cifras essa distância social. Apresentando-se como síntese de 4 pesquisas feitas em 1998 pela Datafolha, a matéria diz que há 25.000.000 de miseráveis no Brasil, o equivalente à população de três Suécias ou de todo o Peru e a 24% da população brasileira. No pólo oposto, os brasileiros de elite perfazeriam 7% dessa população que teria ainda 15% de pobres, 15% de deslocados (categoria que não definem), 23% de despossuídos, 13% de remediados e 2% de batalhadores (que tampouco definem). Em que pesem as imprecisões da matéria e suas indefinições de certas categorias, no mínimo, estranhas (como a dos batalhadores), ela define bem os seus critérios para a conceituação dos miseráveis (um deles é viverem com toda a família com menos de 130 reais por mês). Além

² «Brasil, mapa da exclusão», em: *Folha de São Paulo*, 26.09.1998.

disso dá outros números significativos e verossímeis: 83% dessa população seria de analfabetos funcionais (com menos de 4 anos de estudo) e 45% viveriam na região nordeste.

Interessante ainda nessa matéria é o fato de que ela própria expõe a contradição entre os seus percentuais - que se aproximam aos da ONU - e os do Banco Mundial, adotados pelo governo brasileiro para definir o total de miseráveis. Como também reconhece que uma das principais, senão a principal característica da miserabilidade - a falta de perspectivas de ascensão social - não é levada em conta por nenhuma dessas pesquisas.

Aos estudiosos da literatura, como é o meu caso, freqüentemente é dada a oportunidade de ler, paradoxalmente, na ficção ou na poesia, o que as estatísticas e os estudos sociológicos não mostram ou porque não querem ou porque não podem. Isso não significa negar a utilidade das estatísticas e muito menos da Sociologia, mas permite ressaltar que os textos poéticos e ficcionais volta e meia apreendem mais concretamente tanto a miséria quanto a «miopia social» que nos impede de encará-la. De modo patético ou irônico, mas sempre (quando a obra é boa) tocante, não apenas a literatura expressa essa realidade como desperta a sensibilidade e conquista a adesão dos leitores mais eficazmente do que muito estudo empírico ou teórico sobre a exclusão.

Um depoimento recente de Antonio Candido para a Revista *Praga*, confirma essa hipótese. Falando das suas leituras de juventude para uma equipe de entrevistadores que queriam saber como se dera sua introdução ao marxismo, surpreendeu-os com esta resposta:

«Nós líamos os livros de Jorge Amado, José Lins do Rego, Graciliano Ramos, Rachel de Queirós, Armando Fontes, João Cordeiro de Andrade³ como romances de esquerda, porque contavam a vida dos pobres e as lutas sociais. Quando somos adolescentes e em vez de ler livros sobre condessas ou amores na alta roda lemos livros sobre o pobre, o negro, o operário, o oprimido, acabamos entrando num caminho de inconformismo. Neste sentido, os romances dos anos 30 funcionaram para nós como verdadeiro estímulo para o socialismo, mesmo quando não era esta a sua intenção.»⁴

Muitas vezes a literatura, mesmo a erudita, documenta, tematiza, denuncia e lamenta as derrotas de índios, negros, pobres e miseráveis, nas suas tentativas esparsas de luta. Ela registra de forma sensível o distanciamen-

³ São todos escritores do chamado modernismo de 30.

⁴ Antonio Candido, crítico literário paulista de renome nacional e internacional, professor aposentado de Teoria Literária e Literatura Comparada, pela Universidade de São Paulo. O depoimento saiu publicado na Revista *Praga* 1, set-dez. 1996, 5-24, 7.

to tão forte entre ricos e pobres, mostrando como isso «impede a sua transposição pelo conflito, mas provoca um *modus vivendi*», como no caso da solução do malandro tradicional de um João Antônio, ou sai pelas válvulas de escape da violência, na lógica assassina dos cobradores de Rubem Fonseca.⁵

Toda uma história da literatura brasileira poderia ser escrita para mostrar como ela vem fazendo sistematicamente a crônica da modernização e globalização selvagens, mesmo contraditoriamente e, muitas vezes, apesar de seus próprios autores, pois quando o problema humano é visto de perto, particularizadamente, qualificam-se os números demasiadamente abstratos e não há como não se comover com o problema humano aí estampado.

Assim, já em um poema como *O Uruguai*,⁶ escrito no século XVIII para louvar o comandante português na guerra de extermínio dos índios das Missões Jesuíticas do Sul do Brasil, os trechos que sobrevivem até hoje, atuais e expressivos, são os que nos apresentam o índio como vítima em toda a sua dignidade e os que acabam denunciando o mar de sangue, a máquina de extermínio na disputa das duas coroas de Espanha e Portugal de que ele é a grande vítima.

No século XIX, com todo o romantismo e com toda a representação do negro pelos modelos da gesta européia, é a voz do escravo que se ergue, denunciando o massacre dos negros pela cobiça do capitalismo de um e de outro lado do Atlântico, como se pode ler na poesia abolicionista de Castro Alves.⁷

Daí para a frente é a literatura que ora vai sondar as condições de opressão e exploração do homem e da mulher no campo, o êxodo rural ou o efeito desagregador da modernização selvagem chegando aos confins do Brasil (Euclides da Cunha, Waldomiro Silveira, João Simões Lopes Neto, entre outros (1900-1920).⁸ Érico Veríssimo, Cyro Martins, Jorge Amado, José Lins do Rego, Graciliano Ramos, João Guimarães Rosa

⁵ Rubem Fonseca, contista e romancista, nascido em 1925 e ainda em plena atividade. Aludo aqui ao livro de contos, publicado em 1979, *O cobrador*.

⁶ Poema de Basílio da Gama (1741-1795), publicado em 1769.

⁷ Castro Alves (1847-1871), denominado por isso mesmo, o poeta dos escravos.

⁸ Euclides da Cunha (1866-1909), famoso autor de *Os Sertões* (1902), Waldomiro Silveira (1873-1941), autor de vários contos sobre o caipira paulista; João Simões Lopes Neto (1865-1916), contista gaúcho, espécie de precursor de João Guimarães Rosa.

(1900-1960),⁹ ora vai surpreender a mesma violência contra o pobre das cidades e a verdadeira guerra urbana que ela provoca (Rubem Fonseca, João Antônio, Clarice Lispector – 1960-80¹⁰). No primeiro caso, frequentemente os escritores bebem na fonte direta da oralidade, nas narrativas que o pobre inventa e repete e reinventa para contar, e tentar apreender a sua própria condição. E os que mais nos comovem são os que assim o fazem, respeitando a dignidade desse homem (ou mulher) que só é simples na sua forma de vestir, na frugalidade da sua mesa e do seu bolso, pois sua expressão linguística chega a ser sofisticada e sua psiquê tão ou mais complexa que a de qualquer homem urbano de classe média ou alta. Ora, esse homem (ou mulher) também pensa, sofre, tenta entender a vida, filosofa e aconselha. É o que nos mostram os grandes regionalistas, de João Simões Lopes Neto a João Guimarães Rosa.

João Guimarães Rosa, que chegou a ser acusado de conservador porque seus sertanejos pobres não se revoltam contra os patrões, sublimando a revolta na religiosidade, na verdade respeita a consciência mágica do chamado homem simples e elabora com requinte a tradição que lhe dá voz no conto e no romance, não apenas registrando seus costumes, suas histórias, seu imaginário, sua dor e sua alegria, como explicitando, quando menos se espera, o risco da explosão do seu ódio e o medo que as elites têm dela e de suas consequências imprevisíveis. Aludo aqui, especialmente, à célebre passagem do romance *Grande Sertão: Veredas*:

«E de repente aqueles homens podiam ser montão, montoeira, aos milhares mís e centos milhentos, vinham se desentocando e formando, do brenhal, enchiam os caminhos todos, tomavam conta das cidades. Como é que iam saber ter poder de serem bons, com regra e conformidade, mesmo que quisessem ser? Nem achavam capacidade disso. Haviam de querer usufruir depressa de todas as coisas boas que vissem, haviam de uivar e desatinar. Ah, e bebiam, seguro que bebiam as cachaças inteirinhas da Januária. E pegavam as mulheres, e puxavam para as ruas, com pouco nem se tinha mais ruas, nem roupinhas de meninos, nem casas. Era preciso de mandar tocar depressa os sinos das igrejas, urgência implorando de Deus o socorro. E adiantava? Onde é que os moradores iam achar grotas e funções para se esconderem – Deus me diga?» (Guimarães Rosa 1967: 383-384)

⁹ Érico Veríssimo (1905-1975), escritor gaúcho, autor de muitos romances, entre os quais e talvez os mais importantes, contam-se a trilogia *O tempo e o vento*; Cyro Martins (1908-1996), contista e romancista, autor da chamada *trilogia do gaúcho a pé*; João Guimarães Rosa (1908-1967), autor de vários contos e do célebre romance *Grande Sertão: Veredas* (1956).

¹⁰ João Antônio (1937-1996), contista, espécie de cronista da vida do lumpem de São Paulo e Rio, sendo o primeiro e talvez mais importante dos seus livros: *Malagueta, Perus e Bacanaço* (1962); Clarice Lispector (cerca de 1920-1967), autora de vários contos e romances, entre os quais *A Hora da Estrela* (1977).

Desse medo nos fala Darcy Ribeiro, como sendo o fundamento da tradicional violência preventiva das elites brasileiras contra o pobre. Talvez por isso um dos principais temas dos regionalistas, retrabalhado em profundidade por Guimarães Rosa e ainda não suficientemente estudado pela crítica, seja o medo.

A literatura apanha um imaginário vinculado ao que Darcy Ribeiro cunhou com a metáfora da máquina de gastar gente, desenvolvendo-a de modo concreto e quase palpável. Há máquinas na praça, sendo objeto de culto e devorando os cidadãos de uma pequena cidade, como no conto de J. J. Veiga¹¹. Há moinhos que tragam literalmente o trabalhador, como no conto de Monteiro Lobato¹²; há os «conglomerados desgarrados», o povo do sertão ou da cidade (de Antonio Conselheiro a Fabiano ou Malagueta, Perus e Bacanaço¹³). Há os prepostos da dominação colonial de ontem e de hoje (das elites cartoriais e financeiras em Machado de Assis, aos coronéis nordestinos de José Lins do Rego e aos fazendeiros gaúchos de Êrico Veríssimo, reatualizados nos caudilhos da política como o Dr. Rodrigo Cambará, de *O Retrato*, segundo volume da célebre trilogia, *O Tempo e o Vento*).

A literatura mostra também nos dois extremos da nossa pirâmide social e nas classes médias hesitantes— sobretudo na categoria ambígua dos intelectuais— o dilaceramento do ser brasileiro(a), enquanto somos todos(as) «carne da carne daqueles pretos e índios supliciados» e, «por igual, a mão possesca que os supliciou. A doçura mais terna e a crueldade mais atroz», ainda na formulação precisa e dialética de Darcy, que é também autor do romance *Maíra* (1977), onde se dramatiza esse nosso drama de ser dois e acabar com o sentimento de ser nenhum.

Defrontar-nos com nosso medo e nossa nenhumice, ou nossa nehumidade, talvez possa ser essa uma das melhores contribuições da literatura para ajudar a reinventar a identidade brasileira, como reação à tradicional violência que a engendrou. Reinvenção que suporia também, agora nos termos de Celso Furtado, a recusa dos padrões de consumo impostos de fora para dentro e uma reforma cultural e moral, na retomada do desenvolvimento. Para Celso Furtado, «mesmo aqueles segmentos populacionais que conhecem uma significativa elevação do seu nível de vida material, continuam prisioneiros de estreitos padrões cultu-

¹¹ J. J. Veiga, *A máquina extraviada*, conto do livro do mesmo nome (1974).

¹² De Monteiro Lobato, refiro-me ao conto *A vingança da peroba*, do livro *Urupês* (1918).

¹³ Personagens respectivamente de: *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos, *Malagueta*, *Perus* e *Bacanaço*, conto de João Antônio.

rais ... A acumulação de bens desemboca com freqüência em aumento do desperdício de certas faixas de consumo, não conduzindo a uma efetiva diversificação deste, portanto, sem produzir um real enriquecimento da vida» (Furtado 1998: 69).

E a seguir, faz uma colocação que pode chocar os economistas puros, mas que agrada a quem trabalha com cultura:

«O crescimento econômico deve ser visto como um meio de aumentar o bem-estar da população e de reduzir o grau de miséria que pune parte dela. Como as duas coisas são qualitativamente distintas, um índice que pretenda medir o bem-estar médio da população terá que ser utilizado com muita precaução. Como somar e subtrair valores de natureza distinta como são o prazer e a dor? É com paradoxos dessa ordem que se deparam os estudiosos do desenvolvimento. Talvez o mais apropriado seja apresentar um mapa do bem-estar social e outro da penúria social. Nesse segundo mapa, a fome e a exclusão social seriam adequadamente tratadas e os efeitos negativos do processo de globalização, explicitamente aferidos. Se aos custos sociais acrescentarmos os ecológicos, somos levados a concluir que são totalmente inadequados os dados atualmente utilizados para expor o comportamento da economia brasileira. E que esses dados, por ocultarem a realidade, são instrumento dos grupos que compõem as estruturas de dominação que sustentam a estratégia globalizadora» (Furtado 1998: 80-81).

3. A guerra dos símbolos

«Deixa rodar \ em qual mentira vou acreditar?»

(Os racionais)¹⁴

Com mais tempo e mais espaço seria possível demonstrar o que aqui é apenas possível sugerir: a literatura brasileira tem encontrado formas, senão de medir, pelo menos de rimar amor e dor, convidando-nos a vivenciar o paradoxo de que nos fala Celso Furtado.

Mas qual o poder da literatura sobre um povo que, na sua maioria, chegou à era eletrônica sem passar pela era de Gutemberg¹⁵ e que hoje mais do que nunca sofre quotidianamente a concorrência da Indústria Cultural globalizada e globalizante?

É ainda Darcy que aponta o risco de perdermos uma cultura tradicional sob a influência de «bens culturais e respectivas condutas que dominam o mundo inteiro». «Nós que fomos criativos nas artes populares [...] nos vemos hoje mais ameaçados do que nunca de perder essa criatividade»

¹⁴ Racionais mc's Ltda. Sobrevivendo no inferno. Prod. Com. de grav. Ediq. e Confecções Racionais MC's Ltda. S.d.

¹⁵ A expressão é de Antonio Candido (1973).

de em benefício de uma universalização de qualidade duvidosa» (Ribeiro 1995: 263).

Hoje se pode dizer que vivemos uma verdadeira guerra de símbolos. Essa guerra é mundial mas no Brasil tem sua especificidade. Há quem seja apocalíptico, decreta a morte do livro e da literatura, absorvendo-a na música popular ou no folhetim televisivo e há quem, pelo contrário, louve os efeitos democratizantes do que se está chamando subversão dos cânones da literatura de elite (quando não se declara simplesmente a morte desta) para a promoção da literatura popular (a confusão do conceito mistura aí do cordel à novela de televisão).

No justo meio termo há ainda aqueles que procuram identificar nessa guerra de símbolos forças contestadoras e desestabilizadoras do impulso hegemônico conservador, embotador da inteligência e da sensibilidade. Entre esses, José Miguel Wisnik, estudioso de música e literatura que, contra o império do Tchan,¹⁶ aponta certas manifestações da boa música, que recuperaria e recriaria, «a linha evolutiva da música brasileira» (Wisnik 1997). Ao lixo musical que, como diria Adorno, provoca a regressão da escuta pela mesmice, o crítico opõe a diversidade exigente do Brasil feito música de expressão cultural múltipla: «Ao puro Tchan, à dança da garrafa e à música baiana de massa com metaleira, paixão nacional e jungle, seria possível contrapor um novo carnaval mais exigente» num projeto como, por exemplo, o de Chico Science e Antonio Nóbrega para o Recife (Wisnik 1997).

Mas qual seria a força dessas novas forças face à reprodução em cadeia de músicas embrutecedoras (que, além de tocadas insistentemente na TV e no rádio e invadirem o mercado do disco e das festas populares, invade as praias da zona sul carioca, arrastando para canto e dança maquinais as nossas crianças e jovens)? É a grande incógnita que nos reserva este Brasil globalizado pela televisão desde a ditadura dos militares até esta, nova, da mídia.

A cultura hegemônica hoje é essa. No entanto, há por todo o lado, regionalmente, retalhos de outras culturas que resistem ao padrão global. É por exemplo «a cultura feita de retalhos que o africano guardara no peito nos longos anos de escravidão, como sentimentos musicais, ritmos, sabores e religiosidade» de que nos fala Darcy, na trilha da resistência. (Ribeiro 1995: 222).

¹⁶ Música banal e grosseira, que percorre o Brasil de Norte a Sul e é exportada pela Indústria Cultural a todo o mundo, como uma espécie de cartão de visita da sensualidade brasileira.

Além desses retalhos, há fenômenos novos que ainda temos dificuldade em compreender e avaliar: do romance-reportagem que sai da mão e da cabeça de um sobrevivente da favela (Paulo Lins, *Cidade de Deus*) à novela de televisão, *O Rei do gado* - que incorpora o Movimento Sem Terra - e aos grupos de *Rap* como *Os Racionais*.¹⁷

Para terminar, breve comentário sobre estes dois últimos já que o primeiro mereceu no ano passado um extenso artigo de Roberto Schwarz e teremos a oportunidade aqui mesmo de conhecê-lo melhor, através da leitura de Berthold Zilly.

Meu ponto de partida para falar da novela é a matéria: «O rei do gado bateu recordes de audiência, constituindo-se num dos maiores sucessos do gênero na TV brasileira», de Ricardo Azevedo e Robério Sottili (em: *Teoria e Debate* 10 (34) 1997: 32-39), contraposta a uma conferência que há uns anos atrás, ouvi, na Universidade Livre de Berlin, sobre a telenovela brasileira. Nessa ocasião, observei com espanto que a entrada do Movimento dos sem Terra, como tema e cenário, embora secundários, nessa novela, era considerada uma grande conquista cultural e social. Desagrado-me aí a falta de visão crítica, pois tivera oportunidade de acompanhar a novela quase toda e de ler as notas que ela provocou na imprensa, com a manifestação dos telespectadores sobre os líderes dos Sem Terra, sendo possível perceber, no mínimo, os prós e os contra dessa utilização do movimento pela televisão. Agora, ao defrontar-me com esta matéria e com as opiniões sobre o mesmo tema por parte de João Pedro Stédile, líder dos Sem Terra, e de personalidades que se envolveram na novela direta ou indiretamente, como o jornalista Eugenio Bucci e o Senador Eduardo Suplicy, posso constatar que há uma posição modalizante entre a da referida conferência, tão acrítica, e a minha, talvez excessivamente crítica. Diz Stédile:

«Politicamente para nós, a novela foi muito importante. Ela contribuiu para a reforma agrária de uma maneira positiva. Porque, pela primeira vez, colocou a questão em horário nobre para milhões de brasileiros, na sua maioria, a faixa da população mais alienada dos temas sociais, que vê novela como divertimento. Nem o MST nem a igreja católica chegariam a esta faixa com o tema da reforma agrária se não fosse por intermédio da novela» (*Teoria e Debate* 10 (34) 1997: 34).

E não se trata de cegueira ou ingenuidade do líder no que se refere às limitações e distorções com que a novela representou o movimento, pois como Stédile reconhece:

¹⁷ Grupo do CD acima citado.

«O Regino foi projetado um pouco como um líder messiânico, que decidia sozinho, para tentar criar no imaginário da população que um bom líder dos sem-terra tem de ser igual àquele, de maneira que, de agora em diante, quando aparecem lideranças que se comportam de forma diferente, o governo teria direito de reprimir. O Regino também não fazia nada sem consultar o senador. É certo que nós gostamos do Suplicy, mantemos uma relação com ele, mas não é assim que as coisas acontecem... Para nós, em primeiro lugar estão os direitos e a organização do povo. E ele fazia um discurso completamente contrário. Era sempre 'calma', 'paz', 'negociar', as palavras-chave da Globo» (Teoria e Debate 10 (34) 1997: 34).

Também a voz do jornalista Eugênio Bucci nos faz ver algumas vantagens da novela em geral e dessa, em particular, o que, no mínimo, nos alerta para o quanto o veículo e o gênero são contraditórios. Diz ele:

«Existe uma contradição na televisão brasileira que faz com que o telejornal seja mais mentiroso do que a novela. Há mais verdade na novela de televisão que no telejornal, que seria a informação! Principalmente na Globo, que foi quem deu o formato de televisão que temos hoje» (Teoria e Debate 10 (34) 1997: 34).

Na guerra dos símbolos a novela brasileira talvez venha a perder para os enlatados americanos, principalmente se o canal pago se generalizar pelo barateamento das mensalidades. Nesse caso, teríamos, por exemplo, O Rei do gado contra Dalas ...

A questão é em que perde e em que ganha o telespectador brasileiro? O que esses programas têm, certamente, em comum é a venda lucrativa do espetáculo. Será que uma novela da Globo, incorporando os Sem Terra e dois senadores petistas nas cenas finais, altera com diferença significativa essa sua condição básica de mercadoria que se alimenta do espetáculo e transforma tudo em espetáculo? Até que ponto, ao incorporar neutraliza, ao neutralizar agoa e ao aguar mata?

Finalmente, o caso do *Rap* e de *Os Racionais*. Este é um grupo da periferia mais perigosa de São Paulo, do Jardim Angela. Recentemente saiu sobre eles uma matéria na *Folha de São Paulo*, por Silvia Ruiz, intitulada «Malandragem de verdade aqui é viver» (Folha de São Paulo, 29.09.98). Ela nos informa que nesse lugar, de janeiro a julho de 1998, houve 135 homicídios, contra 2 em Moema (bairro de classe média alta). Outra informação é que o mercado na região, segundo a polícia, movimentou 150 quilos de cocaína por mês, consumidos lá mesmo.

Dessa realidade nos falam (mais do que cantar é uma fala-ladainha) as músicas (narrativas-desabafos-depoimentos) de *Os Racionais mc's Ltda*, em seu CD, «Sobrevivendo no Inferno», já na capa deste, onde se cruzam balas e revólveres com a cruz e versos dos Salmos.

A primeira música nos dá alguns dados impressionantes da injustiça e do mal-estar social da população pobre e, especialmente, dos negros no Brasil: «60% dos jovens de periferia sofreram alguma violência policial», «em cada 4 mortos assassinados, 3 são negros», «a cada 4 horas 1 jovem negro morre». Por isso ali quem fala se declara um sobrevivente, misturando o diário de um detento com o apelo a Deus e aos orixás.

A droga é tema recorrente. O programa é «de esquina em esquina/pegar 50 contos e trocar por cocaína». A crônica do cantor-testemunha é da realidade e do sonho, como o sonho do adolescente fugindo do pai bêbado e desejando ser mágico para acabar com três pragas: a droga, a fome e a polícia. O cantador é cronista e conselheiro que se quer educador: «Deixe o craque de lado/ ouça o meu recado». Mas a fúria negra ressuscita no seu canto-grito de raiva, nos palavrões e nos efeitos sonoros e a afirmação de fé se alterna com a dúvida sobre a existência de Deus. Apenas uma certeza ele tem: «a polícia sempre dá o mau exemplo/ lava a minha rua de sangue e leva o ódio pra dentro».

Na voz direta de um sobrevivente, o cotidiano é guerra em que não cabe mais a ética do malandro tradicional: «Meus manos / meus parceiros/ querendo me matar por dinheiro». A malandragem agora é outra: «Hoje eu posso compreender / que malandragem de verdade é viver». Ele é o próprio cobrador de Rubem Fonseca: «Quem vive nesta porra/ merece uma revanche».

A teoria de Chomski dos descartáveis ou daqueles que Fernando Henrique Cardoso considera «os inempregáveis» vem aí claramente enunciada: «O ser humano é descartável no Brasil/ como modess ou bom brill». Por outro lado, há a consciência conformada de que muitas pseudo-verdades são impingidas ao público e, especialmente, aos pobres, quotidianamente pela mídia e pelos políticos profissionais: «Deixa rodar/ em qual mentira vou acreditar?» Mas o seu canto se faz via indústria cultural, mesmo quando se crê falando a contrapelo dessa mesma indústria: «Escrevo o que a novela não diz».

Ao ouvir essa fala-canto-conto sentimos algo paradoxal: curiosidade, desagrado, sensação de estar diante de algo novo muito velho. Fio de navalha. E a pergunta pelos meios volta: essa nova literatura (se aceitamos a ampliação pós-moderna do conceito) pode medir o mal-estar social da maioria do povo brasileiro e sensibilizar as minorias privilegiadas do país e do mundo para o drama da pobreza e da miséria, como a literatura, tradicionalmente concebida, já o fez? Ou é ela também moída com a gente que nela fala, transformada em espetáculo exótico e mercadoria

rentável pelo novo moinho da Indústria Cultural, moinho de gastar palavras e gestos e, através deles, também e ainda, gente?

Bibliografia

CANDIDO, Antonio (1973): «O escritor e o público», *Literatura e Sociedade*, Rio de Janeiro, Cia. Editora Nacional, 73-88.

FURTADO, Celso (1998): *O capitalismo global*, São Paulo / Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra.

GUIMARÃES ROSA, João (1967): *Grande Sertão: Veredas*, 5ª ed., Rio de Janeiro: Livr. José Olympio Editora (primeira edição, 1956).

O Nordeste e a questão regional (1993), São Paulo: Ed. Ática.

OLIVEIRA, Franklin de (1960): *Rio Grande do Sul: um novo Nordeste*, Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira (Coleção Retratos do Brasil).

RIBEIRO, Darcy (1995): *O povo brasileiro*, São Paulo: Cia. das Letras.

SAYAD, João (1998): «Balanços e Perspectivas», em: Revista *Praga* (São Paulo) 6.

WISNIK, José Miguel (1997): Entrevista para *Teoria e Debate* 10(35), 60.

Christiano German

O Brasil e a Sociedade de Informação global

1. Introdução

Uma das poucas certezas no debate interdisciplinar sobre as conseqüências das modernas tecnologias de informação e comunicação na política, economia e sociedade nos países industriais e em vias de desenvolvimento é que apenas Estados que dispõem de acesso a estas tecnologias e aproveitam consistentemente as respectivas oportunidades poderão enfrentar os desafios do século XXI. Há também consenso sobre o fato que, embora ainda estejamos no início deste desenvolvimento da sociedade industrial para a de informação, a mudança transcorre numa velocidade ainda inédita no campo da inovação tecnológica radical (Koehane/Nye 1998, Woessner 1998).

A noção de sociedade de informação se tornou novo paradigma político nos países de língua inglesa e alemã (Martin 1995, German 1996, Kleger 1998). Nos Estados Unidos dos anos 70, foi principalmente Daniel Bell (1973) e, nos anos 80, autores como Alvin Toffler (1980) que influenciaram o debate sobre o futuro econômico, político e social da sociedade industrial. Segundo uma definição do filósofo de mídia Vilém Flusser, que durante longos anos lecionou no Brasil, podemos entender por sociedade de informação aquela estrutura social na qual criação, transformação e distribuição da informação ocupam posição central. Assinala, ainda, a expansão contínua do setor terciário nos países industrializados (Flusser 1995: 15).

Há pouca dúvida, ainda, acerca da nova ordem mundial na idade da informação: na opinião de dois antigos funcionários do primeiro escalão da administração Clinton, Joseph S. Nye Jr. e William Owens, as novas tecnologias de múltiplas aplicações B inclusive militares B são consideradas nas mais altas esferas do governo dos Estados Unidos um meio de conquistar o poder global no século vindouro. No artigo intitulado *America's Information Edge*, publicado na edição de março/abril da revista *Foreign Affairs* de 1996, Nye Jr. e Owens (1996: 20) afirmam que a tecnologia converterá os Estados Unidos nos vencedores do século XXI:

«Knowledge, more than ever before, is power. The one country that can best lead the information revolution will be more powerful than any other. For the foreseeable future, that country is the United States (...) Yet its more subtle comparative advantage is its ability to collect, process, act upon and disseminate information [...]» (Nye/Owens 1996: 20).

No que tange ao restante do mundo, o cientista da comunicação Herbert I. Schiller (1998: 139) constata que nada se fala sobre igualdade e cooperação global. Resta, assim, uma segunda interpretação possível da noção sociedade de informação, segundo Flusser (1995: 15) aquela forma de vida na qual o interesse existencial se concentra no intercâmbio de informações com outros, desejo declarado do grupo de países pobres em informação que desde já se vislumbra.

Já que é previsível que, ao lado dos Estados Unidos, os espaços econômicos da Europa e do Sudeste Asiático serão os principais beneficiados desta idade, surge a pergunta: qual será o futuro da América Latina? Na opinião do cientista político Ulrich Menzel (1995), a terciarização e a desmaterialização da economia pós-moderna nos antigos países industrializados do Norte torna a África ao Sul do Saara, grandes partes da Ásia Meridional e Central, bem como a América Latina, dispensáveis e, do ponto de vista da economia mundial, sem interesse, tanto como mercado, quanto como fornecedores (Neyer 1995). Segundo essa avaliação, o Brasil, junto com a maior parte do restante do mundo tecnologicamente atrasado, figuraria entre os perdedores da sociedade de informação global. Pensando no Brasil, assim escreve a propósito o cientista político Andreas Boeckh (1995: 102): A dissociação do mercado mundial, nos anos 70 ainda um postulado de política de desenvolvimento de alguns adeptos da teoria da dependência, ameaça agora resultar naturalmente da nova dinâmica da economia mundial. Só que, na atualidade, não mais é vista como oportunidade de desenvolvimento.

Diante desta limitação das perspectivas de desenvolvimento, procuraremos mostrar, neste artigo, quais oportunidades e obstáculos resultam para o Brasil no caminho para a sociedade de informação global (German 1997, 1998a). Trata-se principalmente de três aspectos:

1. Qual o nível de desenvolvimento alcançado pelo setor de informática?
2. Quais as condições básicas para um desenvolvimento futuro viável realizadas na área de infra-estrutura de comunicação?
3. De que maneira já se aplicam as novas tecnologias de informação e comunicação na área da Internet?

2. O Setor de Informática no Brasil

A importância futura do setor de informática e da pesquisa e desenvolvimento neste campo foi reconhecida no Brasil desde os anos 70. Entretanto, malogrou a tentativa, na primeira metade dos anos 80, de implantar uma indústria nacional de computadores, protegida por impostos de importação de até 40% B a «reserva de mercado». Os motivos foram, entre outros, a falta de integração da política industrial para o mercado da eletrônica e de capacidades próprias de inovação. O resultado consistiu em produtos excessivamente caros e obsoletos. Persistiu a dependência da importação de tecnologia ou de *joint ventures* (Adler 1986, Meyer-Stamer 1991). Talvez o único resultado positivo do protecionismo, abolido em princípios dos anos 90, resida no fato do Brasil ter criado um estoque, substancial quando comparado ao de outros países da América Latina, de especialistas em informática.

O programa nacional de incentivo à exportação SOFTEX 2000, iniciado em fevereiro de 1993, aproveitou este *know-how*. Em 1998, já fazem parte deste programa 885 empresas brasileiras de *software*, com uma oferta de 2.698 programas (www.softex.br, www.softex.technopark.gmd.de). Segundo dados do Ministério da Ciência e Tecnologia, o ramo alcançou, em 1997, vendas da ordem de US\$ 20 milhões e uma taxa anual de crescimento de cerca de 26% (www.mct.gov.br, MCT/CNPq 1997). O conjunto da indústria de tecnologia da informação chegou em 1997 a taxas de crescimento de aproximadamente 20% ao ano e vendas anuais da ordem de US\$ 16,6 bilhões, o correspondente a quase 2% do PIB de US\$ 866,8 bilhões (www.ibge.gov.br).

Graças a incentivos do Estado e das empresas privadas, pretende-se incrementar substancialmente as exportações de *softwares* até o ano 2000 e duplicar as vendas do ramo de tecnologia da informação. A nível internacional, o volume de vendas da indústria brasileira de *hard e software* se situava, em 1997, em oitavo lugar, atrás dos Estados Unidos (US\$ 300,2 bilhões), Japão (107,9), Alemanha (59,5), França (35,0), Grã-Bretanha (34,2), Itália (18,0) e Canadá (17,4) (Softex 1998, www.mct.gov.br, ver SEPIN).

Na área do *software*, as iniciativas do SOFTEX 2000 se concentram no Mercosul, Estados Unidos, China e Alemanha. Uma olhada na CeBIT 98 em Hannover comprova a nítida liderança do Brasil entre expositores da região. Assim, a indústria brasileira de processamento de dados reuniu 43 empresas num estande coletivo. A título de comparação, o México com-

pareceu com 12 empresas, a Argentina com três e o Chile com uma só (www.messe.de/cb98).

As empresas brasileiras de *software* oferecem, entre programas especiais para a agricultura, soluções completas para empresas e indústrias e até desenvolvimentos para pesquisa e técnica médica, uma grande variedade de produtos, alguns dos quais líderes no mercado internacional. O produto principal consiste num *software* particularmente eficiente para automação bancária que, comparado com similares alemães, possibilita um número muito maior de transações. Por outro lado, se oferece a grandes bancos soluções abrangentes de *home banking* com integração do cliente particular. Este *know-how* especializado se explica pelo fato dos programadores brasileiros terem enfrentado os desafios extraordinários de inúmeros planos econômicos, reformas monetárias e décadas de inflação (Fernandes 1998). Em 1992, por exemplo, com a inflação acima de 1% ao dia, era importante para os clientes de um banco obter, em qualquer momento, informações sobre seus recursos. As primeiras soluções de *home banking* baseadas em terminais foram testadas e aprovadas no país e rapidamente encontraram um vasto mercado (*NT Magazin* 10/97).

Os chamados fatores *soft* na área da formação também proporcionam boas condições de competitividade no mercado mundial de *software*. No Brasil, são formados cerca de 12.000 especialistas em informática por ano, contra apenas o dobro nos Estados Unidos, país de alta tecnologia. A Universidade de São Paulo (USP), PUC do Rio de Janeiro e as Universidades Federais da Paraíba (João Pessoa), Pernambuco (Recife) e São Carlos (Santa Catarina) gozam de alto conceito mundial. O outro lado da medalha é a precariedade do mercado de trabalho para especialistas em informática no Brasil, com apenas cerca de 5.000 vagas. O salário inicial, contudo, é baixo, da ordem de US\$ 1.000 por mês, muito embora chegue a US\$ 2.500 para um especialista no Banco do Estado do Ceará. Nestas condições, grande número de técnicos qualificados migra para empresas nos Estados Unidos que, diante de cerca de 300 mil vagas não preenchidas, oferecem salários iniciais de US\$ 4.000 a US\$ 5.000 (Fernandes 1998: 62).

As melhoras fundamentais pretendidas na infra-estrutura de comunicações também pode trazer condições positivas ao mercado de trabalho de informática. A infra-estrutura insuficiente que vai do sistema de trânsito até a auto-estrada de dados, limita substancialmente o crescimento da economia brasileira.

3. Infraestrutura de comunicações

Há necessidade de nítido esforço de modernização nas áreas de abastecimento de energia elétrica e telecomunicações para possibilitar a expansão das novas tecnologias de informação e comunicação, com a importância da Internet em rápido crescimento. Na geração de energia elétrica, que depende em 95% de hidrelétricas, o Brasil mal chega a satisfazer o crescimento da demanda (Sosalla 1998: 4, Thury Filho 1998: 27). E somente uma linha telefônica, bem como computadores e *modems* dependentes de energia elétrica, possibilitam o ingresso na sociedade de informação.

Atualmente, o Brasil ainda é mal colocado no setor de comunicação, quando comparado com a situação latino-americana e internacional. Os dados variam conforme a fonte. Com cerca de 11 linhas telefônicas por 100 habitantes, o país fica atrás da Argentina, com 18 e da Costa Rica, com 25 linhas. A média dos países do G7 é da ordem de 52 linhas.²

Para a classe média brasileira, um simples telefone fixo representa um verdadeiro luxo, e pode custar mais do que um automóvel (Bowen 1996: 53, Paruty/Sorima Neto 1998). No total, 17 milhões de brasileiros possuem telefones fixo, enquanto outros 17 milhões estão na lista de espera da estatal Telebrás. Em cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e Curitiba, o prazo de espera ultrapassa dois anos. Um atuante mercado negro de telefones reduz essa miséria, mas tem seu preço, em média da ordem de US\$ 2.000, ou seja, 40 vezes o custo oficial. De modo geral, quanto mais pobre e afastado o bairro, mais caro o telefone (*Folha de São Paulo*, 22.12.96: 6). Confronte-se este custo com o salário mínimo oficial, de aproximadamente US\$ 130 mensais. Em consequência, os 16% mais ricos dos brasileiros dispõem de cerca de 81% dos telefones residenciais B via de regra dois B, enquanto para os 57% mais pobres da população sobram apenas 2% dos telefones instalados. A exemplo de numerosos países em desenvolvimento e transição, o Brasil também ostenta elevadas taxas de crescimento na área de telefonia móvel. São Paulo já chega a ter mais celulares do que Paris, e a imprensa brasileira já publicou fotos de índios Caiapós com seus celulares em plena selva. No Brasil, de 100 habitantes, três têm um celular.

² Entretanto, numa visão global, em 1995 apenas 12% da população mundial, ou seja da ordem de 600 milhões de um total de 5,7 bilhões, dispunha de linha telefônica fixa. Manhattan ostenta mais telefones do que toda a África ao Sul do Saara e mais da metade da população nunca telefonou (BT/MCI 1996/97: 2).

Em meados de 1998, o preço oficial de um celular era, dependendo do estado, da ordem de até US\$ 330. Entretanto, a lista de espera é tão extensa (cerca de 7 milhões), que a maioria dos interessados recorre ao comércio privado, que cobra aproximadamente US\$ 2.000 para a venda ou locação por tempo ilimitado. Os usuários de celulares ainda precisam enfrentar freqüentes interferências nas suas ligações e, diante da irremediável sobrecarga das redes, bem poderiam deixar em casa seu querido símbolo de *status* durante o horário de expediente.

De acordo com os programas de investimentos e propostas de melhoria do Ministério das Comunicações e em consequência das privatizações, os problemas apontados logo devem ser ultrapassados (Lobato 1996: 3; Evelyn 1996). Até o ano 2001, pretende-se aumentar o número de telefones fixos de 17 para 33 milhões, chegando a 22 telefones por 100 habitantes. Na área da telefonia móvel, a meta é chegar dos atuais três a nove celulares por 100 habitantes. Pretende-se, ainda, uma redução dramática dos prazos de espera e custos.

Considerando os déficits de infra-estrutura para a clássica linha residencial, também é previsível, no Brasil, o acelerado desenvolvimento do mercado de radiocomunicação móvel. Contudo, a ligação das empresas em rede mundial promoverá a modalidade móvel da tecnologia de informação. Esta modalidade é mais fácil de realizar do ponto de vista técnico e seu custo representa metade do da expansão de redes fixas (Stanossek 1997: 9). Na ausência de cabos num país de dimensões continentais, cerca de 24 vezes maior do que a República Federal da Alemanha, o investimento em cabos seria quase irrealizável. Além disso, o Brasil tem um déficit de cerca de 5.000 técnicos especializados em colocação de cabos a grande distância.

Entretanto, este salto tecnológico comporta o perigo da maioria pobre da população ficar afastada da comunicação na aldeia global, tornando-se para sempre um proletariado *offline*. Há muitos indícios de que apenas as camadas de maior poder de compra do país poderão aproveitar as melhores possibilidades de comunicação, com a marginalização da grande maioria dos brasileiros também nesta área.

4. Aplicação das tecnologias de informação e comunicação: Internet e cultura de rede

A cisão da população numa classe alta *online* e um proletariado *offline* já se torna evidente ao examinar o Brasil da Internet. Conforme era de se esperar (Florence/Albuquerque 1998: A-8), o número de usuários da In-

ternet no país, cerca de 2,1 milhões ou 1,3% de uma população total de 160 milhões, é modesto. Até o ano 2000, deveria alcançar até 3% da população.³ Em escala mundial, porém, os dados mais recentes já colocam o Brasil em oitavo lugar. Em primeiro, figuram os Estados Unidos, com cerca de 62 milhões de usuários da Internet, seguidos do Japão (12,1), Canadá (8,9), Grã-Bretanha (6), Alemanha (5,8), Austrália (3) e Suécia (2,4) (Toledo/Ercilia 1998: 3-1).

Em 1996, uma visão da tribo nacional da Internet surpreendeu até os pesquisadores do IBOPE. O perfil da classe alta *online* seguiu de perto o dos usuários europeus. Segundo essa pesquisa, o típico navegante brasileiro tinha 30 anos, era de sexo masculino (as mulheres representavam apenas 12%), solteiro, com renda mensal de 40 salários mínimos mensais, executivo da Microsoft, falava inglês e tinha formação superior. Por outro lado, um representante do proletariado *offline* mal terminou o primário, ganhava até cinco salários mínimos e, freqüentemente, tropeçava no português. Pouco mais da metade deste grupo se compunha de mulheres (Brito 1996: 102).

A freqüência das *homepages* de empresas, mídia, administração pública e do setor privado transmite uma imagem impressionante de criatividade e capacidade inovadora dessa elite da informação (www.cade.com.br). Enquanto o debate na Europa se caracteriza freqüentemente por expectativas exageradas e infundados receios, os brasileiros lidam com as novas tecnologias sem preconceitos, com pragmatismo e notável entusiasmo.

No uso prático da nova mídia, já entrou em jogo o «jeito brasileiro». Numerosos candidatos nas eleições presidenciais e para o Congresso de 4 de outubro de 1998 já iniciaram suas campanhas na Internet muito antes do prazo legal. Neste particular, a legislação eleitoral mostra uma lacuna, rapidamente identificada. Entretanto, em maio de 1998, somente 20 dos 513 deputados federais tinham *homepage* própria. Na sua totalidade, porém, o número de propostas de cunho político na Internet já se tornou quase infinito (www.candidatos98.com.br; www.eleicoes.net). As eleições de 4 de outubro introduziram outra inovação: mais da metade

³ Numa perspectiva global, a situação em 1998 parece pouco melhor, com cerca de 100 milhões de usuários numa população global de aprox. 6 bilhões. Segundo estimativas otimistas, os usuários da Internet no ano 2000 chegariam a representar entre 3 e 4% da população mundial. Sua maioria pertencerá a uma elite online nos EUA e Europa (Koehane/Nye 1998: 82). Na Alemanha as estimativas de fontes sérias a respeito do potencial online vêm sendo corrigidas para baixo. Até a prazo maior admitem apenas um potencial de 8 milhões, ou seja somente 10% da população (Kubicek 1998: 66).

(59,7 milhões) dos cerca de 106 milhões de eleitores votou pela primeira vez por computador em municípios e seções escolhidos. Em lugar dos boletins de voto, utilizaram uma das 150 mil urnas eletrônicas (Camarão 1997, *Folha de São Paulo* 10.09.98).

Outra prova da capacidade inovadora é a possibilidade, introduzida em 1997 e ainda única no mundo, de preencher e apresentar a declaração do imposto de renda pela Internet. O número de contribuintes que escolheu esta modalidade quadruplicou no espaço de um ano e, atualmente, é da ordem de 20%. Dos 65 milhões de brasileiros que exercem alguma atividade profissional, 10 milhões estão sujeito à declaração de imposto de renda e 2 milhões deles já o fazem pela Internet. Evitam, assim, longas filas na entrega de sua declaração. A nova modalidade ainda proporciona uma codificação de dados, por enquanto segura, preenchimento mais simples e restituição mais rápida de excedente de imposto retido na fonte (Veja 29.04.98: 60, www.receita.fazenda.gov.br).

5. Perspectivas: Oportunidades e Obstáculos de Conexão à Sociedade de Informação global

Nestas condições, é lícito concluir que o Brasil dispõe, na área das tecnologias de informação e comunicação na América Latina, das melhores condições para uma conexão bem sucedida à sociedade de informação global. Política, economia e sociedade enfrentam os desafios do século XXI e pretendem participar do progresso esperado. Os maiores obstáculos residem, no plano interno, na falta de numerosas reformas e, no plano externo, na crise financeira mundial. Cabe, ainda, assinalar a falta de disposição dos ricos em informação nos Estados Unidos, Europa e Sudeste Asiático de facilitar aos pobres em informação maior acesso às novas tecnologias.

Inicialmente, existem oportunidades de desenvolvimento da indústria de informação e comunicação no mercado interno. No Brasil, o mercado de *hardware* e *software* de computador abrange cerca de 15% da população, ou seja, cerca de 25 milhões de consumidores com padrão de vida similar ao da Europa Ocidental. Em 1998, o número de PCs é estimado em seis milhões, o que representaria cobertura de algo como 24% do mercado. Nos Estados Unidos, a penetração do computador nos lares parece estagnar em cerca de 40% (Illinger 1998: V2/14). No Brasil, as taxas de crescimento ainda atingem cerca de 30%, não obstante os custos dos equipamentos serem de 20 a 30% superiores aos dos Estados Unidos ou da Europa (Schlabach 1998: 18). Diante de uma situação econômica

permanentemente delicada, ninguém sabe ao certo como os brasileiros financiam seus computadores. Sabe-se apenas que é usual a compra a prestações. Considerando que o PC é símbolo da tecnologia do descartável e, na prática, se torna obsoleto desde a compra, haverá grande volume de atualizações e compras de novos equipamentos pelos clientes habituais.

Ao lado da crescente penetração de novas tecnologias na economia, o governo espera pela criação de dezenas de milhares de empregos na área da informática, em decorrência da privatização da geração de energia elétrica e das telecomunicações, o que poderia, também, reverter a fuga de cérebros entre os formandos das renomadas universidades e profissionais já em atividade. Por outro lado, apenas cerca de mil especialistas brasileiros em informática trabalham nos Estados Unidos. Entre outros, o fenômeno se explica pela falta de conhecimentos da língua inglesa, indicando um substancial déficit de todo o sistema de formação.

Complementando o resultado recorde de mais de US\$ 20 bilhões do leilão da Telebrás, os novos operadores pretendem realizar investimentos adicionais de US\$ 100 bilhões até o ano 2007, para melhorar a infraestrutura. Neste contexto, um olhar nas relações econômicas teuto-brasileiras indica nítida falta de interesse do lado alemão. Nenhuma empresa alemã participou do leilão da Telebrás. O resultado dos esforços do SOFTEX 2000 na República Federal, que não deixa de ser o terceiro mercado mundial de *software*, também tem sido bastante modesto, com US\$ 1,5 milhões, em 1997, para o conjunto dos países de língua alemã (*Brazil now* 1998: 33).

Da assistência ao desenvolvimento também não se pode esperar muito apoio ou uma transferência de tecnologia de melhor qualidade. Por enquanto, as atividades na área das novas tecnologias de informação e comunicação se limitaram à criação de possibilidades de acesso e ensaio de formas de aproveitamento. Deixando de lado as eventuais prioridades políticas do novo governo, vale até nova ordem a constatação de Jörg Meyer-Stamer: as organizações alemãs de cooperação para o desenvolvimento não são pioneiras de um aproveitamento criativo de tecnologias de informação e comunicação, nem na sua administração interna, nem nos seus programas no exterior. Elas, na realidade, enfrentam os mesmos desafios criados pelas mudanças tecnológicas radicais que seus parceiros na América Latina (Meyer-Stamer 1998: 22).

Em última análise, o Brasil dependerá de seu próprio potencial de forças criativas e inovadoras na indústria da informação e comunicação. Para a classe alta *online* e as empresas em rede no Brasil, as tecnologias de

base disponíveis já oferecem todas as vantagens e chances de desenvolvimento existentes nos países industrializados: novas possibilidades de acesso à informação, rápida comunicação nacional e internacional por *e-mail* com substancial redução dos custos. Os usuários da Internet aproveitam a capacidade de inovação em novos serviços, como a declaração de imposto de renda com simples clique de *mouse* e o *home banking* largamente difundido.

Nítidos impulsos de crescimento por pedidos de programação podem resultar para a indústria de *software* altamente qualificada e versátil do Brasil, ao lado da multiplicidade de seus produtos, do problema do *bug* do ano 2000 e da conversão da Europa, aproximadamente na mesma época, para o euro. O conjunto de ambos representa desafio inédito à tecnologia da informação (German 1998b, Krönig 1998: 25). Depois da Índia e Rússia, o Brasil figura, hoje, em terceiro lugar, na lista dos mais bem sucedidos no desenvolvimento *offshore* de tecnologias da informação (Hillenberg/Weber 1998). Assim sendo, a terceira democracia mais populosa do mundo, sétima no *ranking* mundial de PIB, possui promissoras condições de partida para fazer parte dos ganhadores da sociedade de informação global.

Bibliografia

- ADLER, Emanuel (1986): «Ideological guerilla and the quest for technological autonomy: Brazil's domestic computer industry», em: *International Organization* 40(3), 673-705.
- BELL, Daniel (1973): *The Coming of the Post-Industrial Society: A venture in Social Forecasting*, Nova York: Basic Books.
- BOECKH, Andreas (1995): «Die Zukunft der deutsch-brasilianischen Zusammenarbeit: einige Anmerkungen zur kulturellen und technologischen Kooperation», em: Sevilla, Rafael / Ribeiro, Darcy (eds.): *Brasilien, Land der Zukunft?*, Unkel/Rhein, Bad Honnef, 93-116.
- BOWEN, Sally (1996): «Telecom Frenzy», em: *Latin Trade*, Outubro, 50-60.
- BRITO, Manoel Francisco (1996): «Brasil virtual», em: *Veja* 11.12.96, 102.
- BT/MCI (1996/97): «Global Communications Report. Trends, Analysis, Implications», Nova York.
- EVELYN, Guilherme (1996): «Chamada geral», em: *Istoé* 1420, 18.12.96, 158-160.
- CAMARÃO, Paulo César Bhering (1997): *Electronic Ballot: Democratic Legitimacy. The Brazilian Experience*, São Paulo: Empresa das Artes.
- FERNANDES, Manoel (1998): «Vagas de sobra», em: *Veja* 28.01.98, 62-63.
- FLORENCE, Ana / ALBUQUERQUE, Liege (1998): «Palanques virtuais seduzem candidatos», em: *Gazeta Mercantil* 11.05.98, A-8.
- FLUSSER, Vilém (1995): «Verbündelung oder Vernetzung?», em: Bollmann, Stefan (ed.): *Kursbuch Neue Medien. Trends in Wirtschaft und Politik, Wissenschaft und Kultur*, Mannheim, 15-23.
- GERMAN, Christiano (1996): «Politische (Irr-)Wege in die globale Informationsgesellschaft», em: *Aus Politik und Zeitgeschichte*, Das Parlament 32/96, 02.08.96, 16-25.
- GERMAN, Christiano (1997): «Anschluss an das globale Dorf?, Wege Brasiliens und Indiens in die Informationsgesellschaft», em: *Frankfurter Allgemeine Zeitung* 18.04.97, 15.
- GERMAN, Christiano (1998a): «Globale Herausforderungen durch neue Technologien und Industrien», em: *Tópicos. Deutsch-brasilianische Hefte* 3, 18-21.
- GERMAN, Christiano (1998b): «Brasil: desafios globais das novas tecnologias e indústrias», em: Konrad-Adenauer-Stiftung (ed.): *A Projeção do Brasil Face ao Século XXI, Anais do IV Simpósio Brasil-Alemanha*, Debates (São Paulo) 16, 27-35 (versão ampliada).
- HILLENBERG, Frank / WEBER, Mathias (1998): «Alternativen zur deutschen Software-Entwicklung», em: *CW-Spezial* 97/98, 36-40.
- ILLINGER, Patrick (1998): «Was lange währt, wird endlich alt», em: *Süddeutsche Zeitung* 22.09.98, V2/14.
- KLEGER, Heinz (1998): «Direkte und transnationale Demokratie. Die neuen Medien verändern die repräsentative Demokratie», em: Leggewie, Claus / Maar, Christa (eds.): *Internet & Politik. Von der Zuschauer- zur Beteiligungsdemokratie*, Köln, 97-110.
- KOEHANE, Robert O. / NYE, Joseph S. Jr. (1998): «Power and Interdependence in the Information Age», em: *Foreign Affairs* 77(5), 81-94.
- KRÖNIG, Jürgen (1998): «Das Chaos wird zur Chefsache», em: *Die Zeit* 08.04.98, 25.

- KUBICEK, Herbert (1998): «Das Internet 1995-2005. Zwingende Konsequenzen aus unsicheren Analysen», em: Leggewie, Claus / Maar, Christa (eds.): *Internet & Politik. Von der Zuschauer- zur Beteiligungsdemokratie*, Köln, 55-69.
- LOBATO, Elvira (1996): «Governo vai arrecadar R\$ 15 bi com a venda de telefônicas», em: *Folha de São Paulo* 22.12.96, 3.
- MARTIN, William J. (1995): *The Global Information Society*, Brookfield/Vermont: Ashgate Publishing Company.
- MCT/CNPq (1997): *Brasil, Indicadores Nacionais de Ciência e Tecnologia 1990-96*, Brasília.
- MENZEL, Ulrich (1995): «Die postindustrielle Revolution, Tertiarisierung und Entstofflichung der postmodernen Ökonomie», em: *Entwicklung und Zusammenarbeit* 36(4), 100-104.
- MEYER-STAMER, Jörg (1998): «Technische Innovation und Dritte Welt», em: *Internationale Politik* 8, 15-22.
- MEYER-STAMER, Jörg (1991): «Perestroiquinha: Neuorientierung in der brasilianischen Industriepolitik», em: *Lateinamerika. Analysen-Daten-Dokumentation*, (Hamburg) 16, 64-78.
- NEYER, Jürgen (1995): «Entwicklung auf der Infobahn?», em: *Entwicklung und Zusammenarbeit* 36(4), 108-109.
- NYE, Joseph S. Jr. / OWENS, William A. (1996): «America's Information Edge», em: *Foreign Affairs* 75(2), 20-36.
- PARUTY, Felipe / SORIMA NETO, João (1998): «Este é o preço da Telebrás», em: *Veja* 29.07.98, 102-109.
- SCHILLER, Herbert I. (1998): «Die Kommerzialisierung von Information», em: Leggewie, Claus / Maar, Christa (eds.): *Internet & Politik. Von der Zuschauer- zur Beteiligungsdemokratie*, Köln, 134-141.
- SCHLABACH, Torsten (1998): «Brasiliens Softwerker leiden unter Handelshemmnissen», em: *Computerwoche* 34, 18.
- SOFTEX (1998): *Documentação do II Workshop Brasil da SOFTEX em Bonn*, 04.09.98, com referência à SEPIN e Dataquest.
- SOSALLA, Ulrike (1998): «Brasilien privatisiert Versorger», em: *VDI nachrichten* 24.04.98, 4.
- STANOSSEK, Georg (1997): «Weltweite Kommunikation mit Handies», em: *VDI nachrichten* 10.01.97, 9.
- THURY FILHO, Altair (1998): «Falso culpado. Falta de luz no Rio gera debate sobre a privatização», em: *Veja* 18.02.98, 27.
- TOFFLER, Alvin (1980): *The Third Wave*, Londres: Pan Books.
- TOLEDO, José Roberto de / ERCILIA, Maria (1998): «Internet movimenta R\$ 2 bilhões», em: *Folha de São Paulo* 03.08.98.
- WOESSNER, Mark (1998): «Medientechnologien und wirtschaftliche Entwicklung. Ein Ordnungsrahmen für die Wissensgesellschaft», em: *Internationale Politik* 8, 1-6.

III

Habitat Urbano – Questão Urbana

Marcelo Lopes de Souza

«Involução Metropolitana» e «Desmetropolização»: Sobre a Urbanização Brasileira nas Décadas de 80 e 90*

1. Introdução

O fenômeno da metropolização, geralmente identificado como um sério problema dos países do Terceiro Mundo, vem merecendo, já há várias décadas e sob diferentes ângulos, a atenção de geógrafos, sociólogos e economistas urbanos, assim como de planejadores. A literatura internacional acostumou-se, durante muito tempo, a encarar a problemática da urbanização no «Terceiro Mundo» de uma tal forma como se a concentração de pessoas e potencial econômico em poucas cidades fosse um fenômeno permanente. No interior desses marcos analíticos, o crescimento metropolitano aparecia como um problema grave e urgente, continuamente realimentado pelas migrações cidade-campo e pelo crescimento populacional vegetativo. A metropolização representaria o estágio mais elevado e preocupante da problemática da urbanização, e como tal precisaria ser contida.

No que concerne ao Brasil, porém, já se vem, há algum tempo, constatando uma realidade diferente da sugerida por esse quadro simplificador. Desde certos trabalhos pioneiros, realizados nos anos 80 (como Redwood III 1984), que defenderam, inspirados pela conhecida teoria de Harry Richardson, a tese de uma «reversão da polarização» na urbanização brasileira já na década de 70, até os estudos de detalhe de diversos pesquisadores brasileiros (com destaque para Martine 1992; Diniz 1993 e 1995; Santos 1993; Cano 1997; Martine/Diniz 1997), a literatura tem refletido a crescente complexidade do padrão de urbanização no Brasil no

* O presente texto sintetiza alguns dos resultados preliminares de uma pesquisa ainda em andamento, financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), intitulada «Desafios contemporâneos para o desenvolvimento sócio-espacial nas metrópoles brasileiras».

contexto de considerações sobre os padrões cambiantes de concentração e desconcentração industrial.¹

Os problemas e conflitos urbanos recrudescem em toda parte, é certo, sobretudo nas duas metrópoles nacionais – São Paulo e Rio de Janeiro –; todavia, justamente nessas duas metrópoles declinam as taxas de crescimento demográfico de maneira bastante acentuada, configurando um fenômeno que, na verdade, é experimentado também pela maioria das metrópoles regionais, ainda que em menor grau. Embora esse decréscimo possa ser saudado como uma minimização da pressão quantitativa, no fundo ele é um indício da existência de sérios problemas qualitativos – um indicador de uma verdadeira *crise metropolitana*, poder-se-ia dizer, especialmente no Rio e em São Paulo –, ainda que, obviamente, nenhum município possa crescer indefinidamente a taxas altas. Essa queda vincula-se não somente a transformações de longo prazo do comportamento reprodutivo (declínio das taxas de fecundidade devido ao ingresso maciço das mulheres no mercado de trabalho), mas também à perda de atratividade das metrópoles nacionais com relação à localização da atividade econômica e, por conta disso, igualmente com relação aos fluxos migratórios. O que importa ressaltar é, de toda maneira, que em ambos os casos não se trata, de forma alguma, de metrópoles que estão a crescer rapidamente, no âmbito de uma metropolização febril; o desafio, desde os anos 80, consiste, isso sim, em enfrentar com sucesso os problemas sociais e sócio-espaciais de metrópoles que, a despeito de uma certa estagnação demográfica, acham-se ainda e cada vez mais marcadas por fatores de deseconomias de aglomeração de todos os tipos, o que tem contribuído para a redução das taxas de crescimento.

Muito especialmente as duas metrópoles nacionais são atualmente vítimas de uma «involução», para usar a expressão empregada por Milton Santos (1993). Para evitar mal-entendidos: essa «involução metropolitana» significa uma deterioração geral das condições de vida e habitabilidade, e *não* uma redução do tamanho urbano. Compreendida no contexto de transformações mais gerais que vêm estimulando, desde os anos 70, uma interiorização do emprego industrial e a uma desconcentração da urbanização (Martine 1992; Diniz 1993 e 1995; Cano 1997; Martine/Diniz 1997), está ela a contribuir, cada vez mais, para uma certa

¹ A literatura internacional tem sido, de sua parte, retroalimentada pelos estudos dos pesquisadores brasileiros, publicados tanto no próprio Brasil quanto no exterior. Seja citado, a título de exemplo, o artigo de Bähr/Wehrhahn (1995).

«desmetropolização relativa», observável na escala nacional (ver Martine 1992; Santos 1993).

Quanto à desmetropolização (relativa), esta expressão *não* implica, como bem enfatizou Santos (1993), postular um arrefecimento *geral* da metropolização no Brasil, nem tampouco sugerir que estejam tendo lugar perdas populacionais absolutas para as metrópoles individualmente consideradas. Na verdade, o que ocorre é que a metropolização passa a associar-se mais e mais à emergência de *novas metrópoles*, e não mais ao crescimento das antigas (sobretudo das metrópoles nacionais). No entanto, não devem ser subestimadas as vicissitudes das metrópoles maiores, cabalmente expressas por meio daquilo que o autor do presente trabalho vem chamando de «fragmentação do tecido sociopolítico-espacial da metrópole» (ver, por exemplo, Souza 1995a; 1995b; 1996; 1997), nem se deve deixar passar despercebido o esboço de «suburbanização ampliada» que caminha paralelamente e em conexão com a «involução metropolitana», cujo cerne é precisamente essa fragmentação.

Vários modelos foram propostos, nos últimos vinte anos, com o objetivo de apreender as relações entre certas transformações econômicas cruciais e de alcance planetário em curso nas últimas décadas (Terceira Revolução Industrial, globalização econômico-financeira etc.) e o crescimento e a dinâmica urbanos. «Cidade mundial» (Friedmann/Wolff 1982), «cidade global» (Sassen 1991) e «cidade informacional» (Castells 1989) são três rótulos que identificam os três modelos explicativos das relações entre economia e urbanização mais badalados atualmente. Todos esses modelos, porém, estão voltados, basicamente, para realidades urbanas de países capitalistas centrais. Mesmo quando cidades de países semiperiféricos são consideradas, como ocorre com o modelo das *world cities* de Friedmann/Wolff, as suas especificidades não são devidamente ressaltadas. A utilidade desses esforços interpretativos, inspirados sobretudo por grandes cidades do «Primeiro Mundo» como Nova Iorque, Londres e Tóquio, para a análise das cidades de países semiperiféricos, é limitada, ainda que, em um mundo cada vez mais mundializado e integrado, as grandes metrópoles de países centrais e (semi)periféricos apresentem diversas características comuns.

Particularmente aquilo que o presente autor tem chamado de fragmentação do tecido sociopolítico-espacial não foi incorporado pelos esforços analíticos dos estudiosos da urbanização brasileira; a dimensão sociopolítica e sua espacialidade, na verdade, não vêm sendo adequadamente valorizadas, o que tem deixado uma importante lacuna no que se

refere ao exame da «involução metropolitana». O presente trabalho pretende exatamente contribuir para fazer avançar essa discussão, adicionando o ingrediente extra da suburbanização ampliada e contextualizando a análise da escala local com a ajuda das reflexões sobre a desmetropolização.

2. «Involução metropolitana»: o novo significado do «lumpemproletariado» no Brasil urbano-metropolitano

A década de 80, marco temporal inicial do presente trabalho, caracterizou-se por uma estagnação econômica que teve fortes repercussões negativas sobre o nível de empregos (e, por tabela, sobre a pobreza), a despeito de algumas oscilações conjunturais. Como apropriadamente sintetizaram Baltar/Dedecca/Henrique, na década de 80, conhecida em toda a América Latina como a «década perdida» devido à crise da dívida externa, «[...] o dinamismo da geração de empregos associado à trajetória de desenvolvimento das décadas anteriores foi interrompido» (1997: 93).

Na verdade, a deterioração do quadro socioeconômico só não foi mais acentuada graças à influência daquilo que os autores supracitados chamaram de «fenômenos compensatórios», dentre os quais «o crescimento bastante lento da população urbana, principalmente nas grandes cidades» (Baltar/Dedecca/Henrique 1997: 94).² Esse crescimento lento significou, efetivamente, um certo alívio da pressão gerada pela demanda por postos de trabalho nos grandes centros urbanos. O que aconteceu, na verdade, foi que teve lugar um fenômeno de *retroalimentação negativa*: a crise econômica e o acúmulo de fatores de deseconomias de aglomera-

² O município do Rio de Janeiro acusou um crescimento médio anual de apenas 0,26% no período 1991/1996 (contra 0,67% entre 1980/1991, 1,82% entre 1970 e 1980 e 2,70% entre 1960 e 1970); a Região Metropolitana do Rio de Janeiro apresentou um crescimento médio anual maior que o do município-núcleo no período 1991/1996 – 0,77% –, devido ao crescimento ainda expressivo em muitos municípios periféricos, mas também ao nível da metrópole como um todo a queda foi acentuada (entre 1980 e 1991 o crescimento foi de 1,03%, entre 1970 e 1980 de 2,45% e entre 1960 e 1970 o crescimento fora de 3,62%). A Região Metropolitana de São Paulo e seu município-núcleo não apresentaram um crescimento médio anual tão medíocre quanto o do Rio na década passada, comparativamente, mas a queda não foi menos significativa: o município de São Paulo cresceu apenas 0,40% entre 1991 e 1996 (contra 1,16% entre 1980 e 1991, 3,67% entre 1970 e 1980 e 4,89% entre 1960 e 1970), e a Região Metropolitana de São Paulo apresentou um crescimento de 1,46% entre 1991 e 1996 (contra 5,53% entre 1960 e 1970, 4,45% entre 1970 e 1980 e 1,88% entre 1980 e 1991) (dados extraídos de IBGE, 1982; 1995; 1997).

ção (entre os quais deve ser incluída a própria violência urbana) colaboraram decisivamente para a diminuição da atratividade de São Paulo e, de modo ainda mais claro, do Rio de Janeiro para migrantes, ao longo da década passada, ocorrendo uma diminuição da disposição de migrar devido à pouca oferta de empregos e outras razões ligadas à deterioração das condições de habitabilidade. Graças a essa menor atratividade, aliada à perda de ímpeto do crescimento vegetativo, é que a crise urbana nas duas metrópoles nacionais não se vem apresentando ainda mais grave do que já é.

As medíocres taxas de crescimento populacional registradas desde os anos 80, ainda que tenham evitado que o agravamento do quadro social fosse ainda maior, representam meramente um paupérrimo consolo, o qual não elide os fatos de que as metrópoles passaram a repelir justamente as camadas médias – mais qualificadas e mais dotadas de mobilidade espacial – e de que a pobreza foi, de qualquer maneira, um problema dos mais alarmantes durante a década passada. Segundo a economista Sonia Rocha (1996), apoiada em dados da PNAD, parece que o nível de pobreza *absoluta* permaneceu mais ou menos estável ao longo da década de 80, com exceção da metrópole carioca, onde ele nitidamente subiu, refletindo fatores especialmente adversos mais propriamente sub-regionais e locais. A indigência (subconjunto da pobreza absoluta), contudo, cresceu em diversas regiões metropolitanas, inclusive naquelas onde o percentual de pobres absolutos declinou: foi o caso em São Paulo, Belo Horizonte e Curitiba (Rocha 1996). Seja lá como for, a pobreza *relativa* recrudescceu; ou seja, agravou-se a disparidade de rendimentos. Para Sonia Rocha, a diminuição dos fluxos migratórios devem ser acrescentados a queda da fecundidade e o aumento da taxa de participação, fatores esses que perfazem um conjunto de «fenômenos compensatórios» que teriam evitado o não-agravamento da pobreza absoluta na maior parte das metrópoles: «mais pessoas trabalharam, embora em condições de crescente informalidade, baixa produtividade e rendimentos declinantes» (Rocha 1996: 244). A própria autora faz notar, todavia, que «[o]bviamente trata-se de uma evolução adversa, pois implica a redução do lazer e de cuidados com a família sem compensação pelo lado da renda». O que ocorreu foi que, com o fito de driblar a pobreza absoluta, muitos tiveram de partir para uma segunda jornada de trabalho, fosse no setor formal da economia, fosse no informal. Além disso, não se pode perder de vista que a década de 80 foi aquela onde a importância do informal ilegal (com des-

taque para o tráfico de drogas) cresceu assustadoramente em diversas metrópoles brasileiras.

A despeito da estabilização da inflação em um patamar baixo propiciada pelo Plano Real, a década de 90, no geral, não parece ser muito mais favorável que a de 80. A penetração setorial e geograficamente seletiva de tecnologias da Terceira Revolução Industrial, conjugada com a introdução de métodos «racionais» de gestão que redundam em «enxugamento» dos quadros das empresas, juntamente com a difusão de relações de produção «flexíveis», como terceirização e subcontratação, fazem parte do quadro de reestruturação produtiva que vem cada vez mais caracterizando o Brasil dos anos 90 – tudo isso nos marcos de uma crescente abertura para o exterior. Um dos efeitos disso tudo tem sido um inegável aumento de produtividade da indústria nacional. Todavia, esse não é o único efeito. Essa reestruturação produtiva tem, do ponto de vista da mão-de-obra, ocasionado importantes impactos negativos: desemprego, notadamente na indústria, e precarização das condições de trabalho, com aumento da taxa de informalidade. Em acréscimo a isso, faz-se mister lembrar, ainda, o fator institucional que é a tendência gradual de o Estado diminuir sua participação na promoção do bem-estar coletivo, acompanhando o exemplo semelhante observado há mais tempo nos países do «Primeiro Mundo» ver, sobre essas questões, Antunes 1995, Baltar/Dedecca/Henrique 1997, Cacciamali/Bezerra 1997; Salm/Sabóia/Carvalho 1997, Portugal/Garcia 1997).

O que se está desenhando paulatinamente é uma espiral ascendente de exclusão de população trabalhadora relativamente ao setor formal da economia, o que, via de regra, quer dizer exclusão relativamente a uma qualidade de vida satisfatória. Não se está a negligenciar, aqui, o fato da diminuição da pobreza absoluta e mesmo da disparidade de rendimentos que decorreu do Plano Real (conforme constatado, dentre outros, pela economista Sonia Rocha [1997a]). Entretanto, como observou Sonia Rocha, os efeitos redistributivos da estabilização monetária tinham um alcance limitado, e se esgotaram com a consolidação desta; «[d]aqui para a frente», assinalou a economista, «a criação de empregos e o aumento dos rendimentos do trabalho, especialmente daqueles na base da distribuição, voltam a depender da capacidade de realizar investimentos, da taxa de crescimento econômico que possa ser ebtida e dos seus efeitos em termos de criação de empregos e distribuição do rendimento do trabalho» (Rocha 1997b: 13). À luz das tendências acima delineadas, que dizem respeito não apenas a transformações internas ao país, mas também a

mudanças em curso já há um bom tempo em nível global, não parece haver margem para muito otimismo.

«De forma crescente, o desemprego é constituído de pessoas que não foram ainda incorporadas ao mercado de trabalho ou que o foram precariamente, e nem foram expulsas de atividades em extinção» (Dedecca 1997: 75). Considerando-se isto pode-se dizer que o quadro atual é, como faz notar Dedecca (1997: 74-75), diferente tanto daquele existente durante a Revolução Industrial na Europa – onde o que se tinha era uma massa de população expulsa do campo e de atividades artesanais destruídas pelo novo modo de produção capitalista que se impunha, o qual criava o seu próprio mercado de trabalho pautado na indústria e no assalariamento – quanto daquele dos períodos de crise marcados por forte desemprego como no final do século XIX e nos anos 30 do século XX – onde era possível esperar uma reabsorção de boa parte dos demitidos quando de uma recuperação da economia. Basta ver que, depois da longa crise da «década perdida» e da recessão durante o governo Collor de Mello, a produção industrial voltou a crescer no Brasil, mas não o emprego (Cacciamali/Bezerra 1997: 31). A estrutura de classes transforma-se na esteira da redução do percentual de trabalhadores formais e do aumento da precarização das condições de trabalho da maioria da população, quando ocorre uma elevação estrutural do patamar de desemprego.

«Lumpemproletariado» é um termo que remete especialmente a Karl Marx. Contudo, vivendo no século passado e tendo como «laboratório» mais imediato a Inglaterra vitoriana, onde ele passou a maior parte de sua vida intelectual, Marx tinha diante de si uma estrutura de classes bem menos complexa que a do Brasil contemporâneo. Embora as formações sociais européias contivessem «resíduos» do modo de produção feudal, como o campesinato e os proprietários fundiários, e apesar da existência de outras ocupações que não eram tipicamente capitalistas, para Marx a relação de trabalho característica do capitalismo era o assalariamento, no bojo da qual se confrontavam as duas classes essenciais desse modo de produção: os capitalistas e os proletários. A contradição entre capital e trabalho era, para Marx, a contradição fundamental do capitalismo, fator impulsionador de uma luta de classes que culminaria com a substituição desse modo de produção pelo modo de produção socialista.

Na verdade, Marx e Engels não dão grande atenção ao lumpemproletariado. Este configuraria, para eles, uma pequena parcela da «superpopulação relativa» (excedente populacional relativamente às necessidades imediatas do modo de produção) que, devido à sua degradação física

e/ou psicológica ou por causa de seu envolvimento com atividades criminosas, não seria um subconjunto dos pobres respeitáveis e nem tampouco da classe trabalhadora, e por conseguinte não seria também parte do exército industrial de reserva: trata-se daqueles indivíduos que eles agrupavam sob expressões nada sutis como «rebotallo do proletariado» (Marx 1980: 746-747) e «putrefação passiva das camadas inferiores da vela sociedade» (isto é, do campesinato desenraizado e dos artesãos empobrecidos) (Marx/Engels 1982: 116) – notadamente, os «mendigos, vagabundos, criminosos e prostitutas» (Marx 1978: 119). Sob o ângulo econômico, Marx e Engels consideram o lumpemproletariado supérfluo; sob o ângulo político, consideram-no irrelevante, ou mesmo nefasto, na qualidade de massa de manobra nas mãos da classe dominante. Os fundadores do pretenso «socialismo científico» não disfarçavam, portanto, um juízo de valor francamente negativo sobre os lumpemproletários, inclusive porque, devido à sua desorganização ou, pelo menos, não-enquadramento na ordem preconizada por eles – o socialismo –, a ser instaurada pela classe revolucionária por excelência (o virtuoso proletariado explorado), os lumpemproletários não seriam nem úteis nem confiáveis.

Debrucemo-nos, agora, sobre as relações entre trabalho, pobreza e exclusão que se apresentam perante nós no Brasil metropolitano contemporâneo, notadamente nas duas metrópoles nacionais. Sem querer negar que há variações de região para região e de metrópole para metrópole, por força das diferenças interregionais e interlocais nos níveis de pobreza absoluta e relativa, de industrialização etc., parece ser legítimo tentar oferecer alguns comentários, no âmbito dos quais buscar-se-á captar generalizadamente a situação nas metrópoles brasileiras. Com isso, espera-se, será possível destacar algumas diferenças importantes em comparação com a situação observada e refletida por Marx.

Não apenas nos países ditos desenvolvidos, mas também em um país semiperiférico como o Brasil, ao mesmo tempo subdesenvolvido e industrializado, o assalariamento é, hoje, uma relação de trabalho que, de tão generalizada, não apresenta qualquer poder conceitualmente discriminador. O proletariado, no sentido estrito de Marx – trabalhadores assalariados, manuais ou não, reduzidos a papéis de simples execução, e dos quais se extrai a mais-valia –, apresenta-se, no Brasil atual, numericamente relativamente reduzido e geograficamente bastante concentrado. De mais a mais, o operariado industrial mais qualificado é um segmento relativamente privilegiado entre os pobres urbanos, não raro atingindo

um padrão de vida de classe média e encontrando-se razoavelmente integrado na sociedade de consumo.

Em contraste com isso, pode-se facilmente verificar que o lumpemproletariado cresce em importância no Brasil – não apenas quantitativamente, mas também sob o ângulo *sociopolítico*. Independentemente do fato de que o lumpemproletariado nas cidades inglesas de meados do século XIX era, ao que tudo indica, numericamente menos expressivo que nas grandes metrópoles contemporâneas de um país como o Brasil, o fato é que Marx estava mentalmente controlado por um viés ideológico, alimentado pelo peso *crescente* da classe operária e a esperança de que essa classe realizasse a revolução socialista. A isso deve-se acrescentar que, na Europa, a tendência, desde fins do século passado, foi a de uma diminuição gradual da pobreza, com a redução quantitativa das camadas mais degradadas. No Brasil, muito diversamente, o peso relativo do operariado industrial, desde sempre limitado pelo caráter incompleto e geograficamente concentrado da industrialização brasileira, amesquinha-se ainda mais na esteira da onda contemporânea de desemprego tecnológico, enquanto que, de outra parte, o peso do lumpemproletariado aumenta, inclusive o daquela parcela envolvida com atividades criminosas. A esse respeito, vale considerar o seguinte depoimento do presidiário William da Silva Lima, o «Professor» (integrante da geração fundadora da rede de tráfico de drogas de varejo conhecida como «Comando Vermelho»), prestado a um detetive da Divisão Anti-Sequestro do Rio de Janeiro:

«Vou aos morros e vejo crianças com disposição, fumando e vendendo baseado. Futuramente elas serão três milhões de adolescentes, que matarão vocês [a polícia] nas esquinas. Já pensou o que serão três milhões de adolescentes e dez milhões de desempregados em armas? Quantos Bangu I, II, III, IV, V [...] terão que ser construídos para encarcerar essa massa?» (Amorim 1993: 255)

3. A «fragmentação do tecido sociopolítico-espacial» das metrópoles

a) Pobreza, exclusão e estratégias ilegais de sobrevivência

As metrópoles continuam a ser, no Brasil de hoje, *loci* por excelência de concentração da riqueza, a despeito da desconcentração relativa e da interiorização da indústria e da urbanização que significam, também, uma desconcentração relativa da riqueza (conquanto a *centralização* da gestão permaneça). No entanto, na esteira da desconcentração de atividades e da fuga de profissionais altamente qualificados rumo a certas cidades de

porte médio, fica ainda mais evidente que a metrópole é, também, um *locus* de concentração de pobreza e miséria, assim como de tensões sociais. A pobreza urbana no Brasil é, como constata Rocha (1996), em primeiro lugar metropolitana. Trata-se de uma pobreza articulada ao funcionamento do centro dinâmico da economia brasileira, espelho das transformações dos setores mais dinâmicos da economia brasileira e seus impactos negativos sobre o mercado de trabalho. Não é à toa que uma das características básicas dessa pobreza metropolitana são as elevadas taxas de desemprego, além do alto percentual de mulheres chefiando domicílios (Rocha 1996).

Atualmente, a favelização e a periferização, expressões espaciais mais marcantes da pobreza urbana, impressionam não somente por sua magnitude, mas igualmente por sua complexidade. A antiga imagem das favelas como espaços formados por barracos feitos de materiais improvisados e completamente carentes de infra-estrutura só corresponde à realidade, no caso de favelas bem recentes, pequenas e periféricas; em quase todas as favelas do Rio de Janeiro e de São Paulo casas de alvenaria, ainda que mal-acabadas, dominam a paisagem, e a dotação de infra-estrutura técnica varia bastante de acordo com o tamanho, a localização, a antigüidade e o grau de consolidação do assentamento. A imagem geral da favela como um espaço residencial pobre e segregado permanece, sem dúvida, válida, se bem que algumas favelas, dependendo de sua localização, tenham se tornado alvo, a partir da década passada, de um afluxo de migrantes intra-urbanos integrantes de uma classe média baixa empobrecida pela crise e em fuga de aluguéis altos e impostos. Também a periferia passou a conhecer, desde os anos 80, um processo de heterogeneização; em que pese não ser errado continuar entendendo periferia como sendo sinônimo, no geral, de periferia urbana pobre, muitas periferias, como a carioca, passaram a ser procuradas por setores pequeno-burgueses desejosos de escaparem dos aluguéis muito elevados do município-núcleo, preferindo abrir mão de uma melhor localização para poder manter um certo padrão de conforto residencial no que concerne à moradia (Furlanetto/Cruz/Almeida 1987).

No que toca à favelização, o seu traço mais impressionante, da década passada para cá, tem sido, porém, a *territorialização das favelas por parte do tráfico de drogas*. As favelas, ao lado de outros espaços residenciais socialmente segregados, normalmente representam pontos de apoio logístico muito importantes para as quadrilhas que operam no varejo do tráfico de tóxicos nas diversas metrópoles brasileiras. É bem verdade, por um lado, que o destaque conferido pela mídia às favelas enquanto *loci* do tráfico de

varejo deixa na sombra os varejistas não-baseados em favelas e outros espaços residenciais pobres; usuários-revendedores e traficantes trabalhando com a distribuição de varejo operam a partir dos mais diferentes pontos da «cidade legal», como restaurantes, boates, instituições de ensino e apartamentos de classe média. No entanto, as favelas são, por diversas razões (vide Souza 1995a; 1995b; 1996), os palcos preferenciais do fenômeno da territorialização do espaço pelos traficantes.

Uma vez que o caso do Rio de Janeiro é o mais comentado e, de fato, é o mais grave, vale a pena deter-se um pouco mais nele. A virada dos anos 70 para os anos 80, tanto no Rio como também em outras cidades, pode ser assumida como um marco histórico da supra-referida territorialização das favelas pelos traficantes de drogas de varejo. O incremento desse processo de territorialização tem conduzido a uma fragmentação que exige a consideração em conjunto não apenas dos «territórios ilegais» de «poderes paralelos ao Estado» (favelas controladas por alguma quadrilha de traficantes, sendo que cada quadrilha normalmente está vinculada a algum «comando») mas, igualmente, daqueles espaços que não estão submetidos a nenhuma territorialização dessa natureza.

A percepção do que se passa no Rio de Janeiro como um processo de fragmentação teve origem em uma entrevista do autor com um líder de favela, conforme já havia sido relatado em trabalhos anteriores (Souza 1995a; 1995b; 1996; 1997). Em entrevista concedida ao autor em 12/7/1994, um líder da favela Morro do Céu, na Zona Norte do Rio de Janeiro, ponderou que esta cidade estaria sofrendo uma transformação, em cuja esteira as diferentes «comunidades» faveladas,³ as quais eram mais ou menos «abertas» — ou seja, indivíduos residentes em favelas diferentes podiam visitar-se sem maiores obstáculos ou constrangimentos — passaram a «fechar-se» cada vez mais (*«as comunidades estão se fechando»*), e onde a mobilidade entre «comunidades» tornou-se um tanto difícil. A razão disso seria o fato de que, para cada favelado, as outras favelas que não a sua própria apresentar-se-iam mais e mais como territórios contro-

³ É comum o emprego da palavra «comunidade» pelos moradores favelados, os quais, com isso, evitam o termo favela, tido por eles como depreciativo. Sem dúvida, é discutível até que ponto as favelas admitem ser vistas como «comunidades», palavra que evoca comunhão de interesses e mesmo harmonia. Por um lado, contrapondo-se ao mundo exterior, ao «asfalto» que as segrega, as favelas almejam apresentar-se como um bloco homogêneo; por outro, não só a heterogeneidade sócio-econômica em várias favelas, mas sobretudo as tensões derivadas da presença dos traficantes, parecem interditar o uso rigoroso do referencial «comunidade». Seja como for, o termo foi mantido aqui pelo autor, pois é parte integrante do discurso do entrevistado.

lados por quadrilhas rivais daquela que controla a sua própria. As rivalidades entre quadrilhas e «comandos» teriam conseqüências para a mobilidade espacial dos moradores das favelas na medida em que, ao visitarem uma favela diferente daquela em que moram, correriam o risco de ser interpelados e hostilizados. Para o entrevistado, somente em sua própria «comunidade» o favelado encontraria alguma segurança, como decorrência da normatização imposta pelos traficantes, os quais, visando a uma maior tranquilidade para o negócio, proíbem expressamente que crimes sejam praticados por bandidos comuns contra moradores da favela, punindo exemplarmente os transgressores (se bem que os próprios traficantes se comportam, às vezes, de maneira arbitrária com os moradores, o que demanda uma relativização do argumento).

E quanto aos espaços não-favelados? Aquilo que não é favela, ou seja, os bairros comuns, com seus espaços privados e públicos, o entrevistado chamou de «área neutra». Embora a expressão soe estranha, o que ele quis dizer é que esses espaços são, sob o ângulo da segurança, «terras de ninguém», espaços perigosos. A «área neutra» não disporia de proteção outra contra crimes comuns que não aquela oferecida pelo Estado, pretendido detentor, por meio da polícia e do Exército, do monopólio legítimo da violência. A margem de manobra do Estado enquanto agente ordenador, contudo, «encolhe» na prática, ao ser desafiado pelos enclaves controlados pelos traficantes de drogas e ao mostrar-se ineficiente na prevenção e no combate da criminalidade nas «áreas neutras». É bem verdade que um elemento importante fica de fora desse quadro: os condomínios exclusivos, que, por não serem favelas (são, a rigor, os seus perfeitos contrários), nem por isso são «áreas neutras», conforme discutir-se-á na próxima seção. Seja como for, a territorialização de favelas pelo crime organizado é um fator decisivo de fragmentação sociopolítico-espacial do tecido urbano e de *desordem* à escala da cidade como um todo, desordem essa que é, ao mesmo tempo, uma *nova ordem* social e espacial em construção.

b) A contribuição da auto-segregação

O fenômeno do *declínio do homem público*, examinado por Richard Sennett (1989) com base na experiência européia e norte-americana, não é estranho ao Brasil, conforme o autor deste artigo já havia tido oportunidade de sublinhar em trabalho anterior (Souza 1997). Na realidade, a versão brasileira do processo é particularmente brutal, devido às especificidades sócio-histórico-espaciais do Brasil enquanto país semiperiférico (subde-

envolvido industrializado): violência, segregação e auto-segregação extremadas. Sennett focalizou o declínio da cultura – e dos espaços públicos – a partir do século passado, processo que se deu paralelamente à emergência daquilo que ele chamou de uma «sociedade intimista» na Europa e nos EUA. Atente-se, por exemplo, para a seguinte passagem: «o bairrismo e a autonomia local estão se tornando credos políticos de amplo espectro, como se as experiências das relações de poder tivessem mais sentido humano quanto mais intimista for a escala – mesmo que as estruturas efetivas de poder cresçam cada vez mais na direção de um sistema internacional. *A comunidade se torna uma arma contra a sociedade* [...]» (1989: 413; grifo de M.L.S.).

É impossível deixar passar despercebida a semelhança entre o quadro pintado por Sennett e a experiência brasileira da *auto-segregação*. No caso brasileiro, as condições de exercício da cidadania e conquista de uma maior autonomia, requisitos básicos para um desenvolvimento sócio-espacial autêntico, têm sido minadas pela espiral da violência e por seu corolário, que é a deterioração do clima social no cotidiano. Os cada vez mais numerosos guardas particulares, comumente mal-treinados, mal-remunerados e psicologicamente despreparados, os quais, nos lugares mais diversos, controlam e intimidam os cidadãos, já fizeram, mais de uma vez, por inépcia e despreparo, vítimas inocentes. A isso deve-se acrescentar a péssima imagem que se tem atualmente da polícia e a sensação, menos ou mais fundamentada, de insegurança devido à criminalidade, nas principais cidades brasileiras. Os cidadãos, sobretudo das metrópoles nacionais de Rio e São Paulo, sentem-se, em decorrência de tudo isso, intimidados nos espaços públicos, tornados «áreas neutras» no trágico sentido referido na seção anterior.

Do ponto de vista de uma larga fatia das elites urbanas das duas metrópoles nacionais, a auto-segregação baseada em condomínios promete ser uma solução para essa situação. Na verdade, diversos fatores têm contribuído, desde meados dos anos 70, para o incremento dos chamados «condomínios exclusivos» como habitat urbano elitista, símbolo máximo da *auto-segregação* que, em São Paulo e no Rio de Janeiro, alcançou elevado grau de sofisticação: 1) uma paisagem urbana crescentemente marcada pela pobreza e a informalidade; 2) a deterioração das condições gerais de habitabilidade e qualidade ambiental nos bairros residenciais privilegiados tradicionais, em decorrência de saturação infra-estrutural, superadensamento e poluição; 3) o desejo de uma maior «exclusividade» social; 4) eventualmente, a procura de novos espaços residenciais que a-

presentem amenidades naturais; 5) busca de segurança. O aumento da criminalidade violenta e também da «sensação de insegurança» vinculada, com maior ou menor base real, à criminalidade violenta objetiva, têm sido, no entanto, os fatores de estímulo à auto-segregação que mais vêm se destacando. Em São Paulo a auto-segregação é cabalmente simbolizada pelos condomínios do complexo de Alphaville, encravados nos municípios de Barueri e Santana de Parnaíba; no Rio de Janeiro são os condomínios de luxo da Barra da Tijuca os verdadeiros «guetos da classe média», para usar uma expressão empregada por Sennett.

Quais seriam, porém, os limites dessa «solução»? O desejo de apartar-se, deixando de fora de seu território tudo o que for feio ou perigoso, configura, evidentemente, um escapismo, e não um compromisso com a sociedade e a cidade. Ainda por cima é ele, no fundo, um escapismo *hipócrita*: afinal, os que têm condições de se auto-segregar não prescindem, enquanto patrões, daqueles que eles desejam excluir de seu cotidiano e de sua paisagem na qualidade de vizinhos, mas que são necessários na qualidade de porteiros, empregadas domésticas etc. e, na cidade existente fora dos muros do condomínio, na qualidade de trabalhadores em geral. A autonomia, em sentido progressista, ou seja, com o objetivo de preservar a identidade e garantir os direitos de indivíduos e grupos sociais específicos territorialmente referenciados, depreende uma abordagem multiescalar, a fim de que uma maior autonomia para uns não se fundamente em exclusão e privação estruturais de outros. A «autonomia» de um grupo em detrimento da solidariedade e a expensas dos interesses de um coletivo mais amplo nada mais é que um corporativismo espacial reacionário. Profeticamente, tomando a Barra da Tijuca como principal referencial empírico, já dissera Carlos Nelson Ferreira dos Santos no começo da década passada: «[s]endo um sucesso no que se refere à segregação espacial e desagregação urbana, o Condomínio talvez seja a maior ameaça já enfrentada pelas cidades brasileiras» (Santos 1981: 25).

E o que se passa nas «áreas neutras»? Primeiramente, é óbvio que nelas define a *civilidade*, bem definida por Sennett (1989: 323) como aquilo «que protege as pessoas umas das outras e ainda assim permite que elas tirem proveito da companhia umas das outras». Acontece que, na esteira desse definimento, a própria *cidadania* também há de se ver comprometida. A possibilidade de exercício efetivo da cidadania pressupõe uma margem de manobra que, diante da violência, do amedrontamento e do preconceito, diminui consideravelmente: da pura e simples liberdade de locomover-se pela cidade e usufruir dos espaços públicos sem precisar temer ser assaltado ou importunado até a liberdade de se organizar co-

munitariamente, como nas favelas do Rio de Janeiro, cada vez mais submetidas à influência espúria do tráfico de drogas.

O escapismo das elites não é algo que diga respeito, contudo, apenas aos condomínios exclusivos. Os *shopping centers* também compõem, juntamente com os condomínios exclusivos, o quadro típico desse escapismo. É bem verdade que os *shoppings* não são tão «fechados» quanto os condomínios; alguns são também freqüentados por pobres, tidos como indesejáveis e constantemente observados e controlados, embora em outros a presença de pobres seja imperceptível na paisagem humana desses «templos do consumo em segurança». Enquanto que no caso dos condomínios exclusivos os consumidores habitam naqueles espaços, no caso dos *shoppings* a clientela tem nestes, obviamente, apenas lugares onde buscam mercadorias oferecidas por outros. Os proprietários visam a uma clientela «homogênea» e «seleta» (a qual, por sua vez, deseja consumir «entre iguais», e não na presença de pobres e indigentes), mas não há, do ponto de vista do direito espacial, como interditar diretamente a entrada de indesejáveis. Assim, o que se faz é lançar mão de estratégias como o controle e a intimidação de indivíduos «suspeitos», mal-vestidos etc. Conquanto os *shoppings* sejam menos excludentes que os condomínios, eles são mais excludentes que os subcentros tradicionais.

A fragmentação do tecido sociopolítico-espacial é o quadro-síntese de todos esses fenômenos. O modelo gráfico da fig. 1, publicado originalmente em Souza (1997), incorpora os aspectos examinados na seção precedente, procurando ilustrar o processo de «fechamento» das favelas e transformação de espaços da «cidade legal» em «áreas neutras» no Rio de Janeiro. A esses aspectos foi adicionado o outro lado da moeda, a auto-segregação. Embora a figura seja uma representação modelística especificamente do caso carioca, a similitude com São Paulo é muito forte, tanto no que concerne à complexidade e temporalidade da auto-segregação (tanto Alphaville quanto a Barra da Tijuca são fenômenos de meados da década de 70), quanto no que toca à deterioração do clima social e declínio dos espaços públicos. O «fechamento» das favelas sob o efeito da presença das quadrilhas de traficantes é algo geograficamente mais difundido e mais intenso no Rio de Janeiro que em São Paulo, mas a distância entre as duas metrópoles não é significativa.

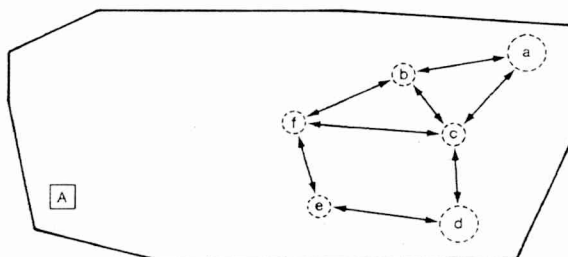
Em metrópoles regionais e cidades não-metropolitanas a fragmentação do tecido sociopolítico-espacial é, quando muito, incipiente. Sejam tomadas, a título de exemplos, Recife e Curitiba.

Fig. 1

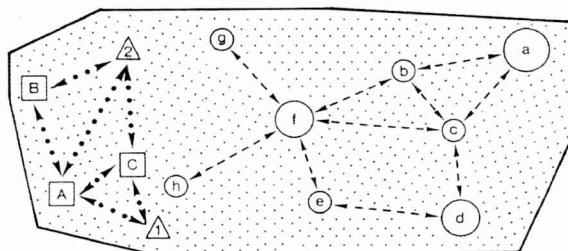
MODELO DA FRAGMENTAÇÃO DO TECIDO SÓCIO-POLÍTICO-ESPACIAL NA METRÓPOLE DO RIO DE JANEIRO

DOIS MOMENTOS REPRESENTATIVOS DA EVOLUÇÃO DO FENÔMENO

1980 (fragmentação ainda inexpressiva): tráfico de drogas sócio-espacialmente pouco impactante; auto-segregação com base em condomínios exclusivos (parcialmente relacionada com a busca de segurança pelos grupos sociais privilegiados) embrionária



1995 (elevada fragmentação): tráfico de drogas sócio-espacialmente muito impactante à escala das favelas e da metrópole, com inúmeras daquelas convertidas em "enclaves territoriais" controlados por organizações criminosas; auto-segregação bastante complexa: busca de segurança articula fortemente o local de moradia (condomínios exclusivos) e o local de consumo (shopping centers) de grande parte dos grupos sociais privilegiados



- (a) "COMUNIDADE" (FAVELA) ENQUANTO SUBSISTEMA ABERTO
- (a) "COMUNIDADE" (FAVELA) ENQUANTO SUBSISTEMA FECHADO
- POTENCIAIS DE MOBILIDADE ESPACIAL ENTRE "COMUNIDADES" (linha contínua = maior; linha tracejada = menor)
- A CONDOMÍNIO EXCLUSIVO
- Δ SHOPPING CENTER
- ... DESLOCAMENTOS-SÍMBOLO DA AUTO-SEGREGAÇÃO (condomínio ↔ condomínio, condomínio ↔ shopping center)
- ... "ÁREAS NEUTRAS"

M. J. Lopes de Souza

Extraído de: SOUZA, 1997

Na Região Metropolitana de Recife, o bairro de Aldeia, no município de Camaragibe, apresenta hoje já diversos «condomínios», muitos dos quais servindo de residência principal para famílias de classe média. Tais «condomínios» apresentam dispositivos de segurança (muro, vigia), e vários dispõem de piscina, sauna etc.; seja como for, não são, no entanto, nem de longe tão complexos e sofisticados como os seus equivalentes de São Paulo e do Rio de Janeiro, nem mesmo considerando-se a situação de vinte anos atrás. Ao que parece, as amenidades naturais (mesoclima mais agradável) e o menor *stress* em comparação com o núcleo do Recife (pois trata-se de uma franja rural-urbana) têm sido os fatores preponderantes na ocupação de Aldeia pela classe média, que assim surge como uma opção em face de bairros mais típicos da elite recifense como Casa Forte ou Boa Viagem. Não obstante, em face da crescente insegurança no município-núcleo, pode-se imaginar que o fator *busca de segurança* venha a adquirir cada vez maior expressão, como tem sido o caso nas duas metrópoles nacionais.

Quanto a Curitiba, na metrópole paranaense o quadro é um pouco menos incipiente que em Recife. Há, em Curitiba, tanto tendências semelhantes às recifenses de uma auto-segregação embrionária e de pouca complexidade – or exemplo, na área de Santa Felicidade, no município-núcleo – quanto o esboço de empreendimentos bem mais sofisticados, como é o caso do condomínio Alphaville Graciosa, em São José dos Pinhais, município da região metropolitana. Com lançamento previsto para 1999, Alphaville Graciosa é uma iniciativa da Alphaville Urbanismo, pertencente ao grupo Albuquerque, Takaoka, o mesmo que construiu a Alphaville pioneira em São Paulo e, recentemente, começou a exportar seu *know-how* para outros estados e mesmo outros países.⁴ A Alphaville curitibana será, inicialmente, um conjunto de cinco condomínios (em São Paulo são onze, com o décimo-segundo sendo preparado), ocupando uma área total de 250 hectares (*Folha de São Paulo*, 21/6/1998).

4. Da «involução metropolitana» à «suburbanização ampliada» e à «desmetropolização»

Conforme já se havia adiantado na Introdução, a desmetropolização relativa nada tem a ver com um arrefecimento *geral* da metropolização no

⁴ Além de Curitiba, está em andamento a reprodução do modelo Alphaville em Campinas e em Nova Lima (município da Região Metropolitana de Belo Horizonte), assim como nos arredores de Lisboa, em Portugal.

Brasil, nem tampouco com perdas populacionais absolutas para as metrópoles individualmente consideradas. O que acontece é que a metropolização passa a associar-se mais e mais à emergência de *novas metrópoles*, como Campinas, Santos e outras, ao passo que as taxas de crescimento da maioria das «metrópoles tradicionais» (São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Fortaleza e Belém) declinam⁵ – sobretudo, como já se disse, as das duas metrópoles nacionais. A intensidade das migrações, afetada, na década passada, pela crise econômica (o fluxo total de migrantes caiu de 16 milhões nos anos 70 para 10 milhões nos anos 80), voltou a crescer em anos recentes, mas já então não sendo mais as duas metrópoles nacionais pólos tão importantes de atração e absorção de migrantes quanto haviam sido nas décadas anteriores; sobressaem, agora, algumas metrópoles regionais (como Curitiba) e prósperas aglomerações, cidades grandes e cidades médias (especialmente no Sul e no estado de São Paulo). A participação percentual das regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo na população total do país vem caindo,⁶ entretanto, a participação das demais continua aumentando (com a exceção de Recife, onde se nota uma estagnação), a despeito do declínio das taxas de crescimento. O desempenho demográfico do conjunto das metrópoles entre 1991 e 1996 (taxa de crescimento de 7,8%), embora mais expressivo que o do país como um todo (7%), foi menor que o das cidades médias não-metropolitanas (9,8%), conforme mostram Andrade/Serra com base em dados do IBGE (1998: 24).

O escapismo das elites e da classe média, eventualmente, chega mesmo a transbordar para fora dos limites de uma auto-segregação baseada em condomínios exclusivos. Na escala propriamente metropolitana, ou seja, de cada metrópole individualmente considerada, verifica-se, em que pesem algumas diferenças, algo um pouco semelhante a um esboço daquilo que os europeus e norte-americanos denominam de «exurbanização» ou «suburbanização ampliada», onde o crescimento desloca-se para as bordas da metrópole, em direção ao campo e à franja periurbana, ou

⁵ Curitiba, também uma metrópole «tradicional» (ou seja, cuja região metropolitana foi instituída nos anos 70), é uma honrosa exceção: apresentou, entre 1991 e 1996, um ligeiro aumento em sua taxa de crescimento, comparando-se com o período anterior (1990/1991): 2,38% contra 2,29% no município-núcleo e 3,40% contra 3,03% na região metropolitana como um todo (IBGE, 1995; 1997).

⁶ A participação da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, que era de 7,6% em 1970, manteve-se em 7,6% em 1980, caindo para 6,6% em 1991; a da Região Metropolitana de São Paulo aumentou de 8,7% em 1970 para 10,6% em 1980, mas caiu para 10,4% em 1991.

expandindo ainda mais a área integrada ao espaço metropolitano (Gaebe 1987; ver, também, Perulli 1995). Trata-se, por conseguinte, de um fenômeno que também reclama a relativização da idéia de desmetropolização, uma vez que a suburbanização ampliada não deixa de representar uma expansão do comando imediato do núcleo metropolitano para além das regiões metropolitanas formais.

Em São Paulo, residir em uma cidade de porte médio, situada no entorno da metrópole, mas mantendo os vínculos de trabalho com esta, já é uma realidade para muitos. Com isso, deseja-se escapar dos graves problemas associados à metrópole, como congestionamentos sempre menos suportáveis, uma poluição do ar cada vez mais preocupante e, não com menor ênfase, uma insegurança mais e mais inquietante; deseja-se escapar, enfim, de tudo aquilo que, na escala metropolitana, tem concorrido, em São Paulo como no Rio, para a fragmentação do tecido socio-político-espacial. Ao mesmo tempo, a possibilidade de um *commuting* diário, graças à relativa proximidade geográfica, faz com que não seja necessário abrir mão de uma interação regular com o núcleo metropolitano.

Em alguns casos, como ocorre quando a transferência tem como destino Campinas, seria, provavelmente, abusivo falar de «suburbanização ampliada», pois Campinas é, ela própria, atualmente, uma aglomeração com feição metropolitana, em que pese a menor intensidade de seus problemas em comparação com São Paulo. Entretanto, se se considerar aquilo que já foi chamado de «macrometrópole paulista» (Souza *apud* Santos 1993: 75), o que compreende também as «novas metrópoles» de Campinas e Santos em torno da grande metrópole nacional de São Paulo, pode-se, sem dúvida, entender a área de Campinas como constituindo parte do limite externo da macrometrópole ou, como se pode também denominar, *megalópole paulista* (mais genuína e consistente, em sua articulação interna, que a pretendida «megalópole Rio-São Paulo»). Mesmo no caso de Campinas, por conseguinte, há uma notável similaridade com a «suburbanização ampliada» referida por autores europeus e norte-americanos.

Também em escala supralocal pode ser observada, sobretudo no estado de São Paulo, a atração exercida por núcleos situados fora das metrópoles tradicionais sobre indivíduos e empresas: migrantes de classe média (executivos, profissionais liberais etc.) buscam crescentemente sair dos aglomerados urbanos mais congestionados e conflituosos, e localizações novas de firmas em cidades médias do interior são uma realidade há

vários anos (Diniz 1995; Cano 1997; Martine/Diniz 1997).⁷ Em São Paulo, particularmente, o fenômeno da interiorização do desenvolvimento urbano-industrial é grandemente facilitado pela boa infra-estrutura técnica e social da maior parte do estado, especialmente na próspera «Califórnia Brasileira» (região de Ribeirão Preto). Essa facilidade diminui ao considerar-se uma escala mais abrangente, embora as condições na maior parte das macrorregiões Sul e Sudeste sejam bastante convidativas (e, de fato, é no interior dessas regiões que se dá o essencial do processo de desconcentração industrial no Brasil, tendência essa que, de acordo com Martine/Diniz [1997], deverá permanecer). Esse quadro de grande dinamismo de muitas cidades médias e de algumas «novas metrópoles» – as quais representam uma *difusão* do fenômeno metropolitano pelo território nacional –, fazendo par com o arrefecimento do ritmo de crescimento das velhas metrópoles, especialmente do Rio de Janeiro e de São Paulo, tem, precisamente, justificado o uso da expressão *desmetropolização relativa*.

A fuga da metrópole, seja em busca de uma cidade de porte pequeno ou médio situada no entorno metropolitano, seja à procura de uma cidade do interior, é protagonizada, como já foi dito, tanto por indivíduos quanto por empresas, ao menos no caso de São Paulo. Por um lado, não são as empresas industriais sozinhas, especialmente em se tratando de tecnologias modernas, que responderão pela maior parte dos novos empregos gerados, uma vez que são elas extremamente intensivas em capital e tendem, cada vez mais, a substituir trabalhadores por maquinaria; por outro lado, as indústrias importantes localizadas no interior contribuem para aquecer as economias local e sub-regional em seu conjunto – de indústrias menores fornecedoras de peças e componentes até o comércio e os serviços mais variados –, apresentando, desse modo, uma capacidade decisiva de induzir a multiplicação da oferta de postos de trabalho, o que justamente sustentará o aspecto demográfico da referida fuga da metrópole. As atuais facilidades em matéria de transportes e comunicações atuam no sentido de vencer a barreira da distância geográfica, viabilizando uma *desconcentração física de atividades*. Não se deve extrair daí a conclusão, entretanto, de que a desconcentração física das atividades industriais caminha *pari passu* com a *desconcentração econômica* e com a *descentralização da*

⁷ Deve-se notar que, como salientaram Martine/Diniz (1997: 217), a desconcentração brasileira associa-se basicamente a novos investimentos, e não tanto à realocização de unidades produtivas já existentes, ao contrário de países como os Estados Unidos e a Inglaterra.

gestão. Oliveira/Comin/Saraiva/Lino (1998) mostram, em estudo recente, que a indústria paulista não apenas é altamente concentrada, mas que a concentração na apropriação dos lucros vem aumentando – a crise econômica da década de 80, inclusive, afetou muito diferenciadamente as empresas, uma vez que as maiores dentre elas viram seus lucros aumentarem no período. Quanto à descentralização da gestão, deve-se registrar que nada indica que a metrópole de São Paulo, de longe o principal centro de gestão do território no Brasil (Corrêa 1996), esteja perdendo poder de comando em favor de cidades do interior (razão pela qual Martine/Diniz [1997: 220] referem-se à desconcentração da indústria paulista como uma «desconcentração centralizada»). A desconcentração espacial da atividade industrial estimula, é óbvio, uma desconcentração do emprego e, até certo ponto, da urbanização e de certos fatores de qualidade de vida. Contudo, ela não implica, necessariamente, uma perda de *poder* por parte da metrópole paulista.

O estado do Rio de Janeiro ainda abriga o segundo mais importante centro de gestão do território no Brasil (Corrêa 1996). Contudo, sua crise crônica e, sobretudo, a sua infra-estrutura comparativamente inferior, fazem com que a desconcentração física de atividades (e portanto do emprego) não se apresente, aí, como digna de nota, muito ao contrário daquela que se observa no entorno da metrópole paulistana e, como se disse, mesmo rumo ao interior do estado de São Paulo e outras partes do Centro-Sul. Na realidade, os poucos casos significativos recentes de interiorização da atividade industrial do Rio de Janeiro têm a ver, quase sempre, com a escolha de uma localização interiorana por parte de uma empresa com sede fora do estado e do próprio país, e não com uma relocação a partir da metrópole; é o que ocorre com as montadoras Volkswagen e Peugeot, que elegeram, respectivamente, os municípios de Resende e Porto Real, situados no Vale do Paraíba. Por outro lado, a involução metropolitana, tão ou mais expressiva no Rio de Janeiro que em São Paulo, tem se encarregado de colocar em marcha uma tendência de alguns segmentos de classe média de aproveitarem as novas facilidades de deslocamento (como a via expressa da Linha Vermelha) para residirem em municípios de clima mais ameno e menos intranquilos e inseguros, como Petrópolis (que hoje em dia não faz mais parte, oficialmente, da região metropolitana). Igualmente o município praiano de Maricá tem atraído, há vários anos, uma população de classe média que, no entanto, trabalha no núcleo metropolitano (incluindo-se aí uma parte do município de Niterói). O qualificativo «suburbanização ampliada» é, também

aqui, extremamente apropriado, a despeito de Maricá integrar a região metropolitana.

Quanto às metrópoles regionais tradicionais (Porto Alegre, Curitiba, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Fortaleza e Belém), a maioria delas também apresenta taxas de crescimento populacional declinantes e sinais evidentes de «involução» no sentido de Milton Santos. Mesmo Curitiba, que aparece como a principal exceção a esse quadro de estagnação demográfica e agravamento da questão urbana, o é apenas parcialmente, pois lá os problemas e conflitos também se avolumam e, como se viu, mesmo a fragmentação do tecido sociopolítico-espacial já se vai esboçando.

5. Conclusão

A economia e a sociedade brasileiras vêm passando por grandes transformações nos últimos anos, com significativos reflexos espaciais. A reestruturação produtiva alcançou também o Brasil a partir dos anos 90, o que tem contribuído para a continuidade de uma desconcentração da atividade industrial (e do emprego) a partir do estado de São Paulo – o que, de fato, já vinha ocorrendo desde a década de 70. Ao lado disso, a própria urbanização tem se desconcentrado no Brasil, na verdade de forma bem mais difusa que a atividade industrial. Também o agravamento dos fatores de deseconomias de aglomeração nas grandes metrópoles tradicionais, sobretudo nas duas metrópoles nacionais, tem colaborado para uma diminuição da atratividade destes espaços para indivíduos (migrantes) e empresas, ao mesmo tempo em que as novas tecnologias de comunicação e informação levam ao aumento da atratividade de cidades médias e pequenas, notadamente em algumas porções do Centro-Sul melhor dotadas de infra-estrutura técnica e social. Em contraste, regiões inteiras, como a maior parte do Nordeste, ficam marginalizadas, perdendo importância relativa.

As metrópoles, especialmente as duas nacionais, cada vez mais se apresentam, por outro lado, como espaços problemáticos e tensos. Embora o papel do Rio de Janeiro enquanto centro de gestão do território continue expressivo, e o de São Paulo até venha crescendo em importância – ambas permanecem abrigando as sedes das principais empresas privadas e estatais –, as duas metrópoles nacionais cada vez mais se configuram como espaços marcados por grandes contrastes: ao lado da riqueza e da «modernidade», a pobreza e os conflitos (inclusive em suas formas mais «modernas», como o crime razoavelmente organizado vincula-

do ao tráfico de drogas). Mais do que um simples recrudescimento da segregação residencial, o que se passa em São Paulo e no Rio de Janeiro é, como se argumentou nas páginas precedentes, uma *fragmentação do tecido sociopolítico-espacial*. Assim, tanto na escala metropolitana quanto nas escalas regional e nacional, o exame da organização espacial brasileira demonstra que, a despeito de uma crescente complexidade e de um afinamento com as tendências globais no que tange à regulação da economia, as disparidades socioeconômico-espaciais não estão cedendo – pelo contrário.

O modelo explicativo da fragmentação do tecido sociopolítico-espacial é um aprofundamento necessário da discussão sobre a involução metropolitana. Uma vez suplementado por uma análise da suburbanização ampliada e integrado à análise da desmetropolização, constitui-se em uma contribuição à elucidação da dinâmica sócio-espacial das metrópoles brasileiras e ao estudo de algumas das facetas mais importantes e preocupantes da urbanização brasileira nas décadas de 80 e 90. Além do mais, uma vez que as singularidades e particularidades locais, regionais e nacionais não eliminam várias e essenciais semelhanças entre as metrópoles dos diversos países (semi)periféricos, é lícito conjecturar que o quadro de referência teórico-conceitual embutido no presente estudo pode, ao menos parcialmente, revelar-se útil para a investigação dos processos de urbanização também em outros países, principalmente da América Latina.

Bibliografia

- ANDRADE, Thompson Almeida / SERRA, Rodrigo Valente (1998): *O recente desempenho das cidades médias no crescimento populacional urbano brasileiro*, Rio de Janeiro: IPEA (Texto para discussão, 554).
- ANTUNES, Ricardo (1995): *Adeus ao trabalho. Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*, São Paulo e Campinas: Cortez/Editora da UNICAMP.
- BÄHR, Jürgen / WEHRHAHN, Rainer (1995): «Polarization Reversal in der Entwicklung brasilianischer Metropolen? Eine Analyse anhand demographischer Indikatoren am Beispiel von São Paulo», em: *Erdkunde* 49(3), 213-231.
- BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade / DEDECCA, Cláudio / HENRIQUE, Wilnês (1997): «Mercado de trabalho e exclusão social no Brasil», em: Oliveira, Carlos Alonso Barbosa de / Mattoso, Jorge Eduardo Levi (eds.): *Crise e trabalho no Brasil. Modernidade ou volta ao passado?*, 2.^a ed., São Paulo: Scritta.
- CACCIAMALI, Maria Cristina / BEZERRA, Lindemberg de Lima (1997): «Produtividade e emprego industrial no Brasil», em: Carleial, Liana / Valle, Rogério (eds.): *Reestruturação produtiva e mercado de trabalho no Brasil*, São Paulo: HUCITEC/ABET.
- CANO, Wilson (1997): «Concentração e desconcentração econômica regional no Brasil: 1970/95», em: *Economia e Sociedade* 8, 101-141.
- CASTELLS, Manuel (1989): *The Informational City. Information Technology, Economic Restructuring, and the Urban-Regional Process*, Londres: Blackwell.
- CORRÊA, Roberto Lobato (1996): «Metrópoles, corporações e espaço: uma introdução ao caso brasileiro», em: Castro, Iná Elias de / Gomes, Paulo Cesar da Costa / Corrêa, Roberto Lobato (eds.): *Brasil: questões atuais da reorganização do território*, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- DEDECCA, Claudio (1997): «Racionalização econômica e heterogeneidade nas relações e nos mercados de trabalho no capitalismo avançado», em: Oliveira, Carlos Alonso / Mattoso, Jorge Eduardo (eds.): *Crise e trabalho no Brasil. Modernidade ou volta ao passado?*, 2.^a ed., São Paulo: Scritta.
- DINIZ, Clélio Campolina (1993): «Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização», em: *Nova Economia* 3(1), 35-65.
- DINIZ, Clélio Campolina (1995): *A dinâmica regional recente da economia brasileira e suas perspectivas*, Rio de Janeiro: IPEA (Texto para discussão, 375).
- FRIEDMANN, John / WOLFF, Goetz (1982): «World City Formation: An Agenda for Research and action», em: *International Journal of Urban and Regional Research* 6(3), 309-344.
- FURLANETTO, Diva / CRUZ, Jana Maria / ALMEIDA, Roberto Schmidt de (1987): «Promoção imobiliária e espaço residencial da classe média na periferia metropolitana do Rio de Janeiro», em: *Revista Brasileira de Geografia* 49(2), 27-56.
- GAEBE, Wolf (1987): *Verdichtungsräume. Strukturen und Prozesse in weltweiten Vergleichen*, Stuttgart: B. G. Teubner.
- IBGE (1982): *Anuário estatístico do Brasil 1982*, Rio de Janeiro: IBGE.
- IBGE (1995): *Anuário estatístico do Brasil 1995*. Rio de Janeiro: IBGE.
- IBGE (1997): *Anuário estatístico do Brasil 1997*. Rio de Janeiro: IBGE.

MARTINE, George (1992): *Processos recentes de concentração e desconcentração urbana no Brasil: determinantes e implicações*, Brasília, mimeo.

MARTINE, George / DINIZ, Clélio Campolina (1997): «Economic and Demographic Concentration in Brazil: Recent Inversion of Historical Patterns», em: Jones, Gavin / Visaria, Pravin (eds.): *Urbanization in Large Developing Countries*, Oxford: Clarendon Press.

MARX, Karl (1978 [1852]): «O 18 brumário de Luís Bonaparte», em: *O 18 brumário e cartas a Kugelmann*, Rio de Janeiro: Paz e Terra.

MARX, Karl (1980 [1867]): *O capital*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

MARX, Karl / ENGELS, Friedrich (1982 [1848]): «Manifesto do Partido Comunista», em: MARX, Karl / ENGELS, Friedrich: *Obras escolhidas*, tomo I, Moscou, Lisboa: Progresso/«Avante!».

OLIVEIRA, Francisco de / COMIN, Alexandre / SARAIVA, Flávio Mesquita / LINO, Hélio Francisco Corrêa (1998): «Crise e concentração. Quem é quem na indústria paulista», em: OLIVEIRA, Francisco de: *Os direitos do antivalor. A economia política da hegemonia imperfeita*, Petrópolis: Vozes.

PERULLI, Paolo (1995): *Atlas metropolitano. El cambio social en las grandes ciudades*, Madrid: Alianza Editorial.

PORTUGAL, Marcelo / GARCIA, Lúcia (1997): «Notas sobre o desemprego estrutural no Brasil», em: Carleial, Liana / Valle, Rogério (eds.): *Reestruturação produtiva e mercado de trabalho no Brasil*, São Paulo: HUCITEC/ABET.

REDWOOD III, John (1984): «Reversión de polarización, ciudades secundarias y eficiencia en el desarrollo nacional: una visión teórica aplicada al Brasil contemporáneo», *EURE* vol. XI (32), 35-56.

ROCHA, Sonia (1995): «Governabilidade e pobreza: o desafio dos números», em: Valladares, L. / Coelho, M. P. (eds.): *Governabilidade e pobreza no Brasil*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

ROCHA, Sonia (1996): «Pobreza e desigualdades regionais: caracterização recente e perspectivas», em: IPEA: *A economia brasileira em perspectiva – 1996*, vol. 2, Rio de Janeiro: IPEA.

ROCHA, Sonia (1997a): «Crise, estabilização e pobreza – 1990 a 1995», em: *Conjuntura Econômica* 51(1), 22-25.

ROCHA, Sonia (1997b): *Tendência evolutiva e características da pobreza no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: IPEA (Textos para discussão, 536).

SALM, Claudio / SABÓIA, João / CARVALHO, Paulo Gonzaga (1997): «Produtividade na indústria brasileira: uma contribuição ao debate», em: Carleial, Liana / Valle, Rogério (eds.): *Reestruturação produtiva e mercado de trabalho no Brasil*, São Paulo: HUCITEC/ABET.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos (1981): «Condomínios exclusivos: o que diria a respeito um arqueólogo?», em: *Revista de Administração Municipal* 28(160), 6-29.

SANTOS, Milton (1993): *A urbanização brasileira*, São Paulo: HUCITEC.

SASSEN, Saskia (1991): *The Global City. New York, London, Tokyo*, Princeton (NJ): Princeton University Press.

SENNETT, Richard (1989): *O declínio do homem público. As tiranias da intimidade*, São Paulo: Companhia das Letras.

SOUZA, Marcelo Lopes de (1994a): «Funcionalidade e disfuncionalidade das metrópoles para o desenvolvimento brasileiro. Questões para uma política urbana que se proponha a ser crítica», em: *Anais do 5º Congresso Brasileiro de Geógrafos*, vol. 1. Curitiba.

SOUZA, Marcelo Lopes de (1994b): «Urbanização e desenvolvimento. Rediscutindo o urbano e a urbanização como fatores e símbolos de desenvolvimento à luz da experiência brasileira recente», em: *Revista Brasileira de Geografia* 56 (1/4), 255-291 (Publicado em 1996).

SOUZA, Marcelo Lopes de (1995a): «O narcotráfico no Rio de Janeiro, sua territorialidade e a dialética entre 'ordem' e 'desordem'», em: *Cadernos de Geociências* (IBGE), 161-171.

SOUZA, Marcelo Lopes de (1995b): «Die fragmentierte Metropole. Der Drogenhandel und seine Territorialität in Rio de Janeiro», em: *Geographische Zeitschrift* 83 (3/4), 238-249.

SOUZA, Marcelo Lopes (1996): «As drogas e a 'questão urbana' no Brasil. A dinâmica sócio-espacial nas cidades brasileiras sob a influência do tráfico de tóxicos», em: Castro, Iná Elias de / Gomes, Paulo Cesar da Costa / Corrêa, Roberto Lobato (eds.): *Brasil: questões atuais da reorganização do território*, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

SOUZA, Marcelo Lopes de (1997): «Exclusão social, fragmentação do tecido sociopolítico-espacial da cidade e 'ingovernabilidade urbana'. Ensaio a propósito do desafio de um 'desenvolvimento sustentável' nas cidades brasileiras», em: Silva, José Borzacchiello / Costa, Maria Clélia Lustosa / Dantas, Eustógio (eds.): *A cidade e o urbano – Temas para debates*, Fortaleza: Edições UFC.

Cleon Ricardo dos Santos

Ecologia e Desenvolvimento Urbano: O Caso de Curitiba

A cidade de Curitiba foi fundada em 1633 por exploradores de ouro portugueses, e até o final do Séc. XIX teve um crescimento relativamente lento. Nas primeiras décadas deste século, no entanto, começou a verificar-se um significativo incremento da população, o que levou a cidade a elaborar, em 1942, seu primeiro Plano Diretor, sob a coordenação do urbanista francês Alfred Agache.

A partir da década de 60, pressionada pelo êxodo rural que ocorria sobretudo como resultado da modernização da agricultura do Estado, a cidade passa a apresentar um crescimento populacional acelerado, o que motivou a necessidade de revisar seu planejamento. Surgiu assim, em 1965, o Plano Preliminar de Urbanismo, resultado de um concurso nacional. Curitiba tinha, então, 600 mil habitantes.

A proposta inicial do plano definia três linhas básicas de atuação:

- crescimento linear da cidade, ao longo de eixos estruturais
- revitalização da área central
- prioridade ao homem, não ao automóvel.

A partir da década de 70, com a indicação do Arq. Jaime Lerner como prefeito municipal, iniciou-se a implantação do plano, que deu origem a um processo de transformação urbana sem precedentes. Uma das características deste plano foi sua visão integral do processo de planejamento, abrangendo todos os aspectos do desenvolvimento da cidade. Não obstante, este documento aborda mais detalhadamente, dentro do contexto geral do processo de planejamento da cidade, apenas dois aspectos do processo e que caracterizam o tema da exposição: o sistema de transporte público e os programas de gestão ambiental urbana.

A primeira medida de impacto foi o fechamento da principal rua da cidade, devolvida aos pedestres, substituindo-se os automóveis por vasos

de flores, bancas de revistas, telefones públicos e outros equipamentos urbanos. O crescimento físico da área central foi limitado, estimulando-se apenas a instalação de atividades responsáveis pela animação cultural da cidade. O pouco que restava do setor histórico foi protegido por uma legislação especial, estimulando-se a restauração das edificações antigas e sua utilização para atividades de cultura e lazer, além de moradia.

A isto se seguiu a implantação do sistema viário básico, as vias estruturais, realizada por meio da adaptação e reorganização das ruas, sem necessidades de grandes obras e de vultosas desapropriações. Os eixos lineares procuravam redirecionar o crescimento da cidade, num momento em que a área central começava a apresentar os primeiros sinais de congestionamento.

A integração uso do solo-transporte foi considerado como elemento chave para guiar e ordenar o crescimento da cidade. A opção pelo crescimento linear, em oposição ao crescimento em mancha de óleo que caracteriza a maioria das cidades brasileiras e latino americanas, depende fundamentalmente de um zoneamento do uso de solo criativo, e de um rígido controle sobre sua implantação, sob pena de criar mais problemas do que soluções.

1. Transporte público

Estabelecida como um dos princípios basilares do Plano Diretor, a precedência do homem sobre o automóvel implicava, entre outras coisas, melhorar significativamente o sistema de transporte público, desestimulando o uso de veículos privados. Entre as várias alternativas tecnológicas disponíveis, e considerando as limitações financeiras existentes, optou-se por aperfeiçoar o sistema que, por seus custos relativamente baixos de implantação e características de flexibilidade, predominam em nossas cidades: o ônibus.

Em 1974 surge a primeira grande inovação no que se refere ao transporte coletivo: sobre a canaleta central dos eixos estruturais implanta-se a primeira etapa do sistema de ônibus expresso, com 20 quilômetros de percurso. Separado do tráfego comum, o sistema demonstra maior eficiência, a velocidade média dos ônibus aumentando de 4,5 para 20 km/hora.

Nos anos seguintes o sistema aumenta para 55 quilômetros de percurso, complementado por ônibus convencionais («alimentadores») e integrado a estações de transbordo (terminais de integração) que permitem ao usuário realizar vários trajetos pagando apenas uma passagem.

Em 1990 surgem as chamadas Linhas Diretas (os «Ligeirinhos»), com objetivo de aliviar o sistema existente, que já apresentava sinais de sobrecarga. Nestas linhas, uma grande inovação: estações tubulares, nas quais o passageiro paga antecipadamente a tarifa e aguarda o ônibus com mais comodidade, ao abrigo das intempéries. Como as estações possuem rampas de acesso ao mesmo nível dos veículos, os procedimentos de embarque e desembarque são muito mais rápidos, reduzindo-se o tempo de permanência do ônibus na estação e reduzindo de maneira significativa o tempo total do percurso.

Um último melhoramento foi acrescentado recentemente ao sistema com a introdução, no eixo sudeste-nordeste, em substituição aos ônibus expressos, de veículos biarticulados. Estes ônibus, com capacidade para transportar 270 passageiros em cada viagem, e utilizando o mesmo sistema de embarque em nível, permite o transporte, em cada sentido, de até 18.000 passageiros por hora, um desempenho semelhante aos bondes modernos.

A frequência capacidade de transporte e a velocidade média relativamente elevada dos ônibus são, no entanto, apenas algumas características - ainda que marcantes - do transporte de massa em Curitiba. O maior mérito do sistema está em sua concepção em rede. Esta concepção - semelhante, mais uma vez, à dos Metrô - permite que o passageiros faça diferentes percursos, em diferentes linhas com uma mesma passagem, trocando de ônibus nas diferentes estações de transferência. Estas, por sua vez, foram concebidas como «pontos de encontro», e são equipadas com bancas de jornais, telefones públicos, agências de correio e outras facilidades.

Outro aspecto de elevada repercussão social e política do sistema está relacionado à chamada «tarifa social». Um sistema de caixa único operado pela municipalidade permite a unificação das tarifas, e, com isso, um passageiro que percorre um trajeto central relativamente curto paga a mesma tarifa que um morador da periferia da cidade (em geral pessoas de escassos recursos) que percorre, por isso mesmo, grandes distâncias. Resumindo, os percursos curtos subsidiam os percursos mais longos.

Cabe também assinalar que o sistema é operado por empresas privadas, sob rígido controle do organismo controlador do município, que estabelece os roteiros e paga por quilômetro percorrido, e não por passageiro transportado. Isso evita, entre outras coisas, o excesso de ônibus nos percursos mais rentáveis (congestionando, obviamente, o trânsito), e a falta deles nos roteiros menos interessantes; e o excesso de lotação nos veículos, determinado apenas pelo interesse financeiro dos proprietários

das linhas. Em seu conjunto, o sistema é economicamente equilibrado, e, portanto, as tarifas não são subsidiadas por recursos externos.

Vale mencionar ainda que, quando da entrada em operação das «Linhas Diretas», entre 23 e 26% dos proprietários de automóveis passaram a deixar seus veículos em casa, passando a utilizar o sistema público. E mais, que o *International Institute for Energy Conservation*, de Washington, estimou que Curitiba, como resultado da racionalização do sistema viário e da prioridade concedida ao transporte coletivo, consumia, à época da pesquisa, 25% menos de combustível do que outras cidades do mesmo porte, com ganhos significativos em relação à emissão de poluentes, e, consequentemente da qualidade do ar.

Atualmente, segundo pesquisa realizada recentemente pela empresa municipal responsável pela operação do sistema de transporte coletivo em Curitiba, 75% da população utilizam o transporte público, 25% utilizam carros particulares, e os restante 5% não têm necessidade de nenhum tipo de transporte.

2. Meio Ambiente

Além do transporte urbano, outra área que, em Curitiba, apresenta características dignas de menção é a que se refere aos programas ambientais. A preocupação do município com a melhoria da qualidade do meio ambiente levou à criação e implantação de programas que, pela originalidade de sua concepção, foram objeto de interesse de técnicos e administradores vinculados ao tema.

A preocupação com a qualidade do meio ambiente em Curitiba remonta aos anos quarenta, com a elaboração do Plano Agache, mas tornou-se mais efetiva a partir dos anos 70, quando, para combater as enchentes que assolavam periodicamente a cidade, se iniciou um processo de criação de parques lineares ao longo dos rios que, com suas nascentes na parte norte (mais alta) do município, atravessam o centro da cidade para desaguar no rio Iguaçu, ao sul, a parte mais baixa. Em lugar de construir canais subterrâneos para dar escoamento às águas - obras sempre caras, e muitas vezes inacessíveis para as condições financeiras do município - estes parques lineares permitem absorver o excesso de águas de chuva, além de proteger as margens dos rios contra invasões e proporcionar áreas de lazer para a população.

A criação destes parques - entre os quais se encontra o Parque Iguaçu, com 8,2 milhões de m², provavelmente um dos maiores parques urbanos do mundo - permitiu aumentar de 0,5 m² por habitante, em 1970,

para 52,0 m² de área verde por habitante em 1996, embora neste período a população da cidade tenha praticamente triplicado.

Paralelamente à criação dos parques, estabeleceu-se uma legislação ambiental que controla rigidamente o corte de árvores, ao mesmo tempo que estimula - inclusive com incentivos fiscais - a manutenção de áreas verdes e bosques particulares. Como resultado desta política, a cidade conta hoje com 10 milhões de m² de parques, 65 milhões de m² de bosques particulares e 6 milhões de m² de arborização pública.

3. Resíduos sólidos urbanos

No que se refere à coleta e disposição final de resíduos sólidos urbanos, dois programas se destacam, o primeiro por sua operacionalidade, e o segundo por sua originalidade e eficácia. Município territorialmente pequeno, Curitiba vinha enfrentando desde a muito tempo o problema de espaço para a disposição final de resíduos sólidos urbanos. Um único aterro sanitário, que recebe entre 30 e 40 toneladas de lixo por dia, tinha sua vida útil estimada em aproximadamente 6 anos. A única forma de ampliar a vida útil do aterro era diminuir de maneira significativa a quantidade de material a ser depositado. A partir deste raciocínio surgiu o programa «lixo que não é lixo».

Uma campanha comunitária iniciada em 1989 convenceu a população das vantagens econômicas e ecológicas do reaproveitamento e reciclagem do lixo domiciliar. Desde então cerca de 90% da população separam, em suas residências, o lixo orgânico do inorgânico, o «lixo que não é lixo», isto é os resíduos sólidos passíveis de reciclagem e reaproveitamento. Este tem um sistema de coleta especial, e segue para comercialização junto a indústrias de reciclagem. Em três anos o lixo destinado ao aterro sanitário da cidade diminuiu cerca de 30% em peso e 50% em volume. E com isso a vida útil do aterro sanitário ampliou-se consideravelmente.

O grande mérito do programa «lixo que não é lixo» é sua simplicidade: com efeito, não é demasiado solicitar que a população separe, em sua própria casa, o lixo orgânico do não orgânico, diferentemente dos programas europeus - alemães, em particular - que solicitam a separação dos diferentes materiais - papéis, plásticos, vidros (estes separados ainda entre coloridos e incolores) e os leve a depósitos que muitas vezes estão distantes da sua residência. Vem daí, em parte, a grande aceitação do programa.

Outro componente importante para esta aceitação foi a forma de seu lançamento: além de programas de divulgação na mídia (rádio, televisão,

jornais) destinados fundamentalmente a adultos, um intenso programa de educação ambiental, dirigido às crianças, foi implantado na rede de ensino primário mantida pela municipalidade. Por meio destes programas, as crianças aprenderam noções simples sobre questões de reciclagem - que o reaproveitamento de 60 kg de papel, por exemplo, evita o corte de uma árvore - e passaram a «fiscalizar» a atitude de seus pais, estimulando-os a aderir ao programa.

Em comunidades de baixos níveis de renda, geralmente «invasões» localizadas em áreas de difícil acesso para os sistemas normais de coleta de lixo - margens de rios, áreas inundáveis, etc. - a municipalidade «comprou» o lixo da população, que se encarrega de entregá-lo em locais predeterminados, acessíveis aos caminhões coletores. O pagamento é feito por fichas do sistema de transporte, ou por produtos horti-granjeiros que a municipalidade adquire de agricultores da Região Metropolitana de Curitiba. O programa da «compra de lixo» teve como origem a constatação, pelos centros de saúde mantidos pela municipalidade nas proximidades desta áreas insalubres, de um grande número de enfermidades ocasionadas por vetores, tendo em vista as condições de insalubridade do ambiente. A troca de lixo que não é lixo por sacolas de alimentos beneficia, mensalmente, cerca de 14,5 mil pessoas, e após sua implantação, verificou-se uma sensível queda na ocorrência de enfermidades nas áreas atingidas pelo projeto.

4. Educação ambiental

Cabe assinalar, igualmente, que a educação ambiental mereceu e continua merecendo, em Curitiba, uma atenção especial. Programas como o «Lixo que não é Lixo», por exemplo, que implicam grande participação da comunidade, não poderiam ter sido realizados, como já se comentou acima, sem a participação das crianças, que exerceram muita influência junto a seus pais e contribuíram para sua aceitação.

Nesta mesma linha de ação está a criação da Universidade Livre do Meio Ambiente. Criada pela Municipalidade, em 1991, visando estabelecer uma relação mais estreita entre poder público e comunidade no que diz respeito às questões ambientais, a Universidade se transformou posteriormente em uma ONG, e continua atuando como um instrumento de disseminação de conhecimento ambiental, com o objetivo de criar e consolidar entre os cidadãos, em particular os formadores de opinião, comportamentos ambientalmente corretos.

5. Conclusões

A título de conclusão é necessário salientar que Curitiba não é uma ilha dentro da realidade brasileira, e que também sofre os problemas causados pela crise econômica por que passa o país. O que valeria a pena salientar é que o êxito da maioria dos programas implantados provém mais da criatividade e simplicidade das propostas do que de altos investimentos econômico. E é sobretudo resultado de uma vontade política de realizar transformações urbanas que têm como objetivo final a melhoria da qualidade de vida de cada cidadão.

Bibliografia

- CENEVIVA, Carlos (1998): *La Ciudad en el siglo XXI: experiencias exitosas en gestion del desarrollo urbano*, New York: Eduardo Rojas y Robert Daughters.
- FIGUEIREDO, Rubens / LAMOUNIER, Bolivar (1996): *As Cidades que dão certo: experiências inovadoras na administração pública*, Brasília: MH Comunicação.
- IPPUC (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba) (1965): *Plano Preliminar de Urbanismo*, Curitiba: IPPUC.
- IPPUC (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba) (1990): *Memória da Curitiba Urbana*, Curitiba: IPPUC (Depoimentos, 2).
- IPPUC (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba) (1993): *Zoneamento e Uso do Solo*, Curitiba: IPPUC.
- IPPUC (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba) (1996): *Curitiba em Dados*, Curitiba: IPPUC.
- MENEZES, Cláudio L. (1996): *Desenvolvimento Urbano em Meio Ambiente: a experiência de Curitiba*, Curitiba: Papirus.
- OLIVEIRA, Márcio de (1996): «Perfil Ambiental de uma Metrópole», em: *Revista Paranaense de Desenvolvimento* 88 (maio/agosto), 37-54.
- RABINOVITCH, Jonas (1992): «Curitiba: towards sustainable urban development», em: *Environment and Urbanization* 4(2) oct., 62-73.
- RABINOVITCH, Jonas / HOEHN, John (1995): *A Sustainable Urban Transportation System: the surface metro in Curitiba, Brazil*, New York: Ellen A. Maurer (Workpaper, 19).
- RIBEIRO, José Augusto / TAVARES, Neila (1992): *Curitiba: A Revolução Ecológica*, Curitiba: Lagarto Editores.
- TRINDADE, Etelvina Maria de Castro / OLIVEIRA, Dennilson / SANTOS, Antônio Cesar de Almeida / ANDREAZZA, Maria Luiza (1997): *Cidade, Homem e Natureza: uma história das políticas ambientais de Curitiba*, Curitiba: Unilivre.
- TRINDADE, Alfredo Vicente de Castro (1995): «Áreas Verdes Urbanas», em: *A Cidade e o Meio Ambiente*, Curitiba: Unilivre, 77-86.

Berlindes Astrid Küchemann

Estratégias de Sobrevivência de Mulheres no Setor Informal Urbano

1. Introdução

Para a grande parte das mulheres brasileiras a economia informal urbana representa a principal fonte de sustento de suas famílias. Contudo, apenas um número extremamente reduzido de mulheres consegue nela um emprego seguro com rendimentos capazes de sustentar a si próprias e às suas famílias. A maioria trabalha para sobreviver, ou seja, na chamada economia de sobrevivência.

A temática aqui proposta diz respeito às mais diversas estratégias que essas mulheres urbanas criam e recriam, diariamente, para gerenciar a sobrevivência. Para compreender algumas delas, tratarei inicialmente de situar o trabalho feminino dentro da economia brasileira. Em seguida, tecerei algumas considerações sobre o tipo e as condições de trabalho bem como sobre as características estruturais de sua economia. Conhecidas as estratégias de sobrevivência dessas mulheres, farei uma breve análise dos projetos de geração de renda, um dos principais instrumentos da política de desenvolvimento voltados ao objetivo de transformar mulheres dos setores de baixa renda em pequenas empresárias. Finalmente reportar-me-ei brevemente à crítica das cientistas feministas ao paradigma hegemônico dos ajustes estruturais e da globalização e às alternativas propostas pelas mesmas em relação à contribuição do trabalho feminino para a economia como um todo e para a sua devida inserção no mercado de trabalho.

Duas são as questões teórico-metodológicas básicas envolvidas. A primeira delas é a falta de uma definição do que venha a ser setor informal e a segunda a falta de uma abordagem de gênero para o levantamento de dados estatísticos confiáveis. O que na verdade vem a ser economia informal é assunto deveras complexo e controvertido. O conceito remete a relações de trabalho localizadas fora das relações formais do trabalho assalariado, mas grande é a discrepância, entre os estudiosos,

quando se trata de demarcar suas fronteiras em relação ao trabalho formal.

Para o estudo aqui proposto, considerarei a economia informal como o setor no qual trabalhadores e trabalhadoras buscam alcançar, através da combinação de várias formas de trabalho, as garantias e a estabilidade obtida pelos trabalhadores assalariados. Do ponto de vista econômico trata-se da parcela pobre, subcapitalizada, da economia, da parcela parcialmente ou não contemplada pelo Estado enquanto agente regulador, portanto, não considerada pelos cadastros oficiais e que, apesar de seu grande esforço, não logra sair de sua precária situação econômica. Pelo fato de abarcar atividades econômicas tão diferenciadas (trabalho assalariado sem carteira de trabalho, trabalho a domicílio, pequeno comércio, produção de subsistência incluindo o trabalho doméstico das mulheres e outras), e, pelo fato de serem grandes as divergências quanto a sua relação com a economia formal, devido suas fluídas fronteiras, o conceito até hoje não logrou firmar-se como uma categoria analítica. Não passa de uma categoria descritiva. As linhas demarcatórias do que vem a ser o setor informal são dadas não pelo estatuto teórico alcançado por esse conceito mas pelos dados estatísticos disponíveis sobre tais atividades captados mediante levantamentos clássicos, concebidos para captar dados da economia formal. Assim sendo, as informações que dispomos sobre o mercado informal são pouco precisas.

Há, porém, formas indiretas e aproximadas de se apreender a questão relativa à parcela não formalizada do mercado de trabalho através da Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar (PNAD). Contudo, com relação às mulheres, os conceitos e procedimentos metodológicos tradicionalmente utilizados para medir o trabalho informal de alguma forma ocultam a contribuição feminina. A definição de trabalho expressa, por exemplo, na pergunta «você trabalha?» normalmente supõe trabalho remunerado. Tratando-se, no entanto, de relações de produção nas quais essa distinção nem sempre é possível, como no caso das pequenas empresas familiares, do pequeno comércio e da agricultura familiar, os dados levantados podem não revelar a real situação. A falta de um instrumental analítico, conceitual e estatístico produz uma subestimação do trabalho remunerado feminino nos setores nos quais predominam as pequenas empresas familiares. Isso impede a quantificação segura da real participação das mulheres em atividades remuneradas e conduz a dados não confiáveis. O erro metodológico se deve primordialmente ao conceito de trabalho e produção orientados ao mercado. Muitas das atividades de subsistência e de geração de renda, nas estatísticas são tidas como tra-

balhos caseiros e não como trabalhos produtivos. Assim sendo, o trabalho de dona-de-casa, desempenhado pela maioria das mulheres em idade adulta, é contabilizado nas coletas como «inatividade econômica». No setor agrícola e em muitas das atividades informais da zona urbana, sempre que não ocorre uma nítida separação entre as tarefas domésticas e as atividades econômicas, a mulher provavelmente será classificada como «inativa».

2. Participação Feminina no Mercado de Trabalho

O crescimento da participação feminina, no mercado de trabalho brasileiro, tanto das mulheres das camadas de baixa renda como das de média, foi uma das mais marcantes transformações sociais ocorridas no Brasil desde os anos setenta, que não mostra qualquer tendência a retroceder, apesar das sucessivas crises que têm assolado o País a partir da década de oitenta. Entre 1970 e 1990, a mão de obra feminina cresceu 180% enquanto que a masculina o fez em 71% (Flacso 1993: 18). Em 1996, a mão de obra feminina representava 40,1% dos trabalhos urbanos e 36% dos trabalhos rurais (ONU/CNDM 1996: 313).

Entre os fatores que explicam o crescimento e a persistência dos níveis de participação feminina nas atividades econômicas, podem ser mencionados: a necessidade econômica, que se intensificou com a deterioração dos salários reais (o que obrigou as mulheres a buscarem uma complementação para a renda familiar); as transformações nos padrões de comportamento e nos valores relativos ao papel social da mulher; a mudança nos padrões de consumo que, face à proliferação de novos produtos e a grande promoção que deles se fez, redefiniu o conceito de necessidade econômica, tanto das famílias de classe média, como das famílias de renda mais baixa, entre as quais, embora a sobrevivência seja a questão crucial, passa a haver também um anseio de ampliar e diversificar a cesta de consumo; a queda da fecundidade, reduzindo o número de filhos por mulher de 4,7 em 1970 para 2,7 em 1990 (FLACSO 1993: 15), liberando as mulheres para o trabalho fora do lar; a expansão da escolaridade e o acesso das mulheres às universidades; o aumento considerável de lares chefiados por mulheres, que hoje chega a 25% dos lares brasileiros (FLACSO 1993: 21) e a ampliação do setor terciário da economia, que, entre 1981 e 1990 se expande de 46% a 54%, onde a força de trabalho feminina representava 48% em 1990 (IPEA 1998).

Um exame desagregado das ocupações, mostra que, apesar dos deslocamentos ocorridos desde a década de 70, as mulheres que ingressam na

força de trabalho continuam a fazê-lo em áreas tipicamente femininas: empregadas domésticas, lavadoras e operárias para as menos instruídas, secretárias e balconistas para as que têm nível médio de instrução, professoras ou enfermeiras para as que têm alcançado escolaridade mais elevada. (ONU/CDNM 1996: 313). Em 1996, metade das mulheres trabalhava em ocupações que empregam menos de 5% da mão-de-obra masculina e mais de 50% das mulheres empregadas no setor formal situavam-se em 16 ocupações. Dentre as ocupações que se sobressaem com mais de 80% de concentração feminina destacam-se a costura com 94%, o magistério de primeiro grau com 90%, a enfermagem com 84%, e a recepção com 81% (PNUD 1996: 33). Estas ocupações se apresentam como verdadeiros guetos femininos, com reduzido poder de barganha tanto para elevar os salários, como para aumentar o prestígio das ocupações. Apesar de pouco precisas as informações sobre a participação dos trabalhadores e das trabalhadoras no setor informal, a Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar (PNAD) mostra que a mão de obra feminina empregada no setor informal urbano era de 52,75% em 1990. Tal como no setor formal, também aqui sua participação cresceu, quando comparada aos anos anteriores, pois, em 1985, representava apenas 47,98% do total da mão-de-obra empregada no setor informal urbano (IPEA 1998).

Dentre as atividades informais desempenhadas por mulheres, cabe ressaltar o trabalho doméstico remunerado, perfazendo em 1990, 92% do total de trabalhadores domésticos (PNUD 1996: 33).

A grande participação de mulheres no setor informal da economia brasileira não significa, no entanto, que suas chances de crescimento profissional sejam maiores do que no setor formal, apenas um número extremamente reduzido de mulheres consegue montar uma pequena empresa lucrativa; a maioria das mulheres trabalha para sobreviver.

3. A Economia de Sobrevivência das Mulheres

As quatro situações apresentadas a seguir, dão uma pequena idéia do perfil das mulheres da chamada economia de subsistência.

Dina, a costureira. Ela mal sabe ler e escrever, pois estudou apenas 4 anos em escola. Há 15 anos em Brasília, vinda do Ceará, costura para mulheres da classe média da cidade. Trabalha em sua própria casa, mas acerta as costuras nas casas de suas clientes. Costura com uma máquina Singer de uso doméstico, que conseguiu comprar com o esforço do seu trabalho, sempre e quando os afazeres do lar e o cuidado das crianças lhe permitem. Muitas vezes é auxiliada pela filha mais velha tanto nas ativi-

dades da casa como nas de costura. Seu capital é reduzido e, devido a sua baixa produtividade, ela trabalha até altas horas da noite. Trabalha sem pagar imposto. Não tem seguro saúde e não goza de direitos trabalhistas. Domingos e feriados são para Dina dias de trabalho e férias um sonho inatingível.

Sônia, a diarista e fabricante de sabão, há alguns meses teve que deixar de trabalhar como empregada doméstica, pois, com o nascimento de seu segundo filho, está encontrando dificuldade de cuidar das duas crianças. Como não tem recursos para pagar uma creche, acionou os ativos sociais da comunidade. Paga a uma vizinha um preço simbólico para cuidar das crianças, duas vezes por semana, enquanto ela trabalha como diarista numa casa de família. Nos outros dias da semana ela fabrica sabão em sua casa, usando como ingrediente básico óleo de cozinha que recolhe em lanchonetes da região, vendendo o produto no mercado local. O que ganha mensalmente com seu trabalho não chega a um salário mínimo.

Ana, a doméstica diarista, trabalha de segunda a sábado em várias casas de família. Não possui carteira assinada, portanto não goza dos direitos trabalhistas. Tem três filhos pequenos e é uma das milhares de mulheres brasileiras «chefes de domicílio». Entra às 8 horas e sai às 17 horas do serviço. Pega dois ônibus para chegar em casa. Ao descer do ônibus, passa pelo supermercado para comprar o rancho do dia seguinte. Quando chega em casa, já são 19 horas. Começa então o segundo turno: cuidar da roupa, arrumar a casa e preparar o almoço das três crianças para o dia seguinte. Quando um filho adoece é ela quem se encarrega de levá-lo ao médico e de cuidar dele. Já perdeu vários empregos devido às ausências por enfermidades na família. Como é analfabeta e seu tempo livre inexistente, não tem a mínima esperança de poder mudar de vida.

Teresa, a trabalhadora à domicílio, não conseguiu realizar seu sonho de trabalhar, com carteira assinada, numa fábrica de sapatos de Novo Hamburgo, na qual seus pais trabalharam durante longos anos. A fábrica fechou suas portas para um trabalho «regular». Resolveu terceirizar sua produção e distribuir trabalho para mulheres dos municípios vizinhos. Hoje, Teresa trabalha para a fábrica na qual sempre sonhou trabalhar, mas como autônoma. Recebe a matéria-prima (couro e outros materiais), em concessão, mas arca com os gastos para a compra dos instrumentos de trabalho. Teresa trabalha como inúmeras outras mulheres da vizinhança: seu capital é reduzido, sua produtividade baixa e paga as passagens quando busca e leva material para a fábrica, não goza dos direitos trabalhistas e arca com todas as despesas para com a saúde. Ganha me-

nos do que um salário mínimo por mês. O que sustenta a alimentação de sua família é a pequena horta e a pequena roça que mantem com os filhos e o marido.

Estes, são exemplos de mulheres que trabalham no setor informal urbano. Como em seu caso, e milhares de outras, o que caracteriza essas mulheres é tanto a sua pobreza e falta de perspectivas quanto a busca criativa de atividades as mais diversas. Seu campo de trabalho é bastante amplo e diversificado: executam trabalho à domicílio (trabalho atrelado a alguma fábrica), são costureiras, artesãs, vendedoras ambulantes, feirantes, catadoras de lixo, manicuras, banqueteiras, empregadas domésticas e outros. Não raro, como mostram os exemplos acima, essas mulheres valem-se da ajuda dos filhos. Em 1990, 3 milhões de crianças e 4,6 milhões de adolescentes trabalhavam para o seu sustento e o de suas famílias. Tais números correspondem a 50% da população de adolescentes entre 15 e 17 anos e a 17% da população de crianças entre 10 e 14 anos. A ocupação de empregada doméstica ocupa no País quase 35% das meninas de 10 a 17 anos, com um salário médio de 0,6 salários mínimos. No Nordeste urbano, o emprego doméstico ocupa mais da metade da população de meninas trabalhadoras: 57% entre as crianças de 10 a 14 anos e 52% das adolescentes (PNUD 1996: 30).

4. Características Estruturais da Economia de Sobrevivência das Mulheres

Como já frisamos anteriormente, apenas um número extremamente reduzido de mulheres consegue montar uma pequena empresa lucrativa. A maioria das mulheres trabalha para sobreviver e reduzidas são suas chances para romper com o ciclo da sobrevivência.

Suas atividades são determinadas por algumas características estruturais, comuns à maioria das mulheres que trabalha no setor informal urbano, as quais dificultam um crescimento profissional e conseqüentemente uma maior renda, tais como:

- *Reduzido capital.* As auto-empregadas trabalham com um capital de giro deveras reduzido. Como não têm dinheiro para fazer estoques, ela compram as matérias-primas em pequenas proporções, à prestação e, não raro, utilizam fontes informais de crédito, cujos juros são bem mais altos do que empréstimos de um banco. Quando conseguem a matéria prima de maneira gratuita, como no caso de Sônia, que produz sabão com óleo usado, ou no caso daquelas que acessam suas

matérias primas no lixo ou na natureza, é preciso contabilizar a quantidade de tempo necessário para tal acesso.

- *Baixo nível de escolaridade e preparo profissional.* Boa parte das mulheres neste setor é analfabeta ou semi-alfabetizada. Isso reduz seu potencial de ação e as obriga a concentrar suas atividades em um número muito reduzido de atividades. Além disso, a grande maioria não possui um preparo profissional para o exercício de profissões que exerce e reduzidas são as suas chances de acesso a um curso profissionalizante específico. Grande parte dessas mulheres, acaba montando o seu negócio com base em conhecimentos adquiridos empiricamente, que por mais rico que possa ser, oculta muitas vezes grandes riscos de saúde por desconhecerem os efeitos de manuseio de certos produtos.
- *Pouca credibilidade.* A maioria não possui bens registrados em seu nome. Como não possuem bens que possam dar em garantia, são excluídas de oportunidades que exigem algum tipo de garantia.
- *Mercados reduzidos.* Pelo fato de se restringirem a atividades que requeiram pouca instrução, pouco conhecimento profissional, pouco capital e poucas garantias, os seus produtos são destinados a mercados bem reduzidos, instáveis, e cujas leis desconhecem.
- *Baixa produtividade e baixos rendimentos monetários.* Considerando as características já apontadas, e o fato de trabalharem sozinhas ou com poucos empregados, não é de se estranhar que seu trabalho apresente baixa produtividade e baixo rendimento. De uma maneira geral, suas atividades são pouco constantes e pouco promissoras.
- *Altos riscos.* A falta de proteção trabalhista, por não terem carteira assinada ou firma registrada, as leva a terem que trabalhar sob condições de extrema dependência. Quando trabalham como empregadas domésticas sem carteira assinada, p. ex., estão na eminência de perderem o emprego a qualquer hora do dia. Se trabalham como trabalhadoras a domicílio ganham por peça e, via de regra, arcam com todos os riscos empresariais. Ao trabalharem por conta própria, como comerciantes, ou como produtoras, contam com ganhos financeiros irregulares e com o lucro de seu trabalho normalmente não conseguem suprir as necessidades básicas diárias.
- *Reduzido raio de ação.* Dada a falta de pré-condições para montarem um negócio estável, suas chances de investimento e expansão passam a ser deveras limitadas. Além do reduzido acesso aos recursos necessários para progredir profissionalmente, grande parte das mulheres não pode ou não está acostumada a decidir por si mesma. Sua liber-

dade de ação é restringida tanto por questões de ordem financeira como por questões culturais e ou jurídicas.

- *Complementaridade da renda.* Tais mulheres são tidas como provedoras de renda secundária. Apesar da significativa contribuição à renda das famílias, sobretudo das mais pobres, a renda gerada pelas mulheres geralmente é vista como complementar à do homem, chefe de família, mesmo que não haja nenhum chefe de família homem ou que este esteja desempregado ou impossibilitado de exercer uma profissão. Este viés cultural se traduz em graves conseqüências para as mulheres, pois, visto sob essa ótica, elas não precisam ganhar tanto quanto ou mais que os homens, e isso se reflete nos modelos de geração de renda colocados em prática pelas políticas de desenvolvimento.
- *Dupla e trípla jornada de trabalho.* O trabalho produtivo da maioria das mulheres adultas, deve ser, necessariamente, conciliado com a sua boa reputação como mãe e dona de casa, já que os homens não costumam transitar na esfera doméstica. O fenômeno da dupla jornada ocorre como decorrência dessa crença e o trabalho informal apresenta-se a elas como forma de conciliar os diferentes papéis a elas atribuídos. Tratando-se de mulheres das classes populares, é preciso lembrar o trabalho comunitário, sua tríplice jornada. Este abarca as atividades de eventos e serviços sociais, melhorias do bairro, clube de mães, refeitórios populares, reuniões religiosas, festas etc. Trata-se de uma extensão do trabalho reprodutivo exercido no lar. Essas atividades são exercidas pelas mulheres em seu «tempo livre», geralmente com outras mulheres, em grupos informais. Tratando-se de um trabalho «voluntário» e não remunerado, é oferecido gratuitamente à comunidade.

O conjunto de tais características acaba por impedir a ocorrência de oportunidades que rompam as circunstâncias de vida dessas trabalhadoras para que possam se firmar no mercado de trabalho de forma capaz de sustentar a si próprias e suas famílias.

5. Estratégias de Ação

Dina, Ana, Sônia e Teresa, as quatro mulheres às quais nos referimos, são exemplares para a grande maioria das mulheres dos setores populares empregadas no mercado informal urbano. Para garantir a sua sobrevivência e a de suas famílias, boa parte dessas mulheres faz de tudo um pouco, combinando formas diversificadas de ganhos financeiros. Assim sendo, combinam muitas vezes o trabalho de diaristas em casas de famí-

lia com o de artesãs em suas próprias casas, o trabalho de vendedoras ambulantes ou feirantes de produtos próprios ou comprados, o trabalho de costureira numa pequena empresa e o de costureira em sua própria casa.

Pelo fato de não estarem protegidas pelas leis trabalhistas, e ser reduzido o seu acesso a recursos e instituições públicas, essas mulheres acabam por desenvolver uma série de ativos sociais, ou seja, redes sociais e contratos implícitos. Esses ativos sociais estão constituídos por todos os ingressos, bens e serviços aos quais podem ter acesso através de seus vínculos sociais. Estes podem ser vínculos com membros da unidade doméstica, parentes, vizinhos, amigos, companheiros de trabalho, patrões ou clientes. Todos esses vínculos incluem relações de intercâmbio e reciprocidade. Os intercâmbios podem compreender ou não as mesmas classes de bens e valores. Esses vínculos, em termos de intercâmbio podem não ser equitativos (como p. ex. a relação entre patrão-cliente), mas a existência do vínculo representa uma demanda que elas podem antepor a outra num momento de necessidade. Os ativos sociais podem ser acionados tanto para resolver questões de ordem monetária, empregatícia ou para a satisfação das necessidades práticas decorrentes de sua condição de mulher.

As redes sociais urbanas são tidas como um elemento de suma importância para a sobrevivência financeira e social dessas mulheres, suas famílias e seus bairros, uma vez que são atividades desenvolvidas não somente para a satisfação de necessidades individuais senão também comunitárias. Sob este ponto de vista, as redes sociais urbanas passam a ser um elemento de grande importância não somente para as mulheres como para a sobrevivência dos pobres urbanos em geral, pois contribuem para amenizar a pobreza, na medida em que permitem acessar recursos indispensáveis em momentos de emergência ou de perda bem como para projetar uma melhoria.

Para os mais pobres, que provavelmente nunca tiveram um real no banco, as redes sociais e os ativos nelas desenvolvidos são uma maneira alternativa de investir recursos em um «banco social». Uma rede social vasta e consistente pode ser crucial para obter uma ajuda de emergência, um aviso de emprego, assistência ao cuidado dos filhos, aluguel mais barato, insumos a preços mais convenientes para uma micro-empresa e alimentos básicos quando há escassez. (Anderson 1994: 25). Aqui travam-se os chamados contratos implícitos que representam as possibilidades de se obter assistência de outras pessoas em momentos de necessidade.

Uma observação mais acurada sobre os contratos implícitos realizados pelas mulheres nos levam à constatação de que homens e mulheres possuem carteiras diferenciadas de ativos sociais devido a jornada tríplice das mulheres. A grande maioria das mulheres participa de contratos implícitos que cobrem necessidades específicas de sua condição de mulher, enquanto mãe, esposa e filha e são feitos com membros da família ou da comunidade.

Um exemplo de contrato implícito é aquele que as mulheres travam com as filhas, as irmãs e as mães em relação ao trabalho doméstico e ao cuidado com as crianças, este absorvente trabalho, mormente atribuído exclusivamente às mulheres.

Outro exemplo é o contrato que as mulheres efetuam com os homens adultos (esposos e companheiros) que são os beneficiários das atividades domésticas por elas desenvolvidas. Este contrato compreende o trabalho doméstico não remunerado das mulheres no lar e o cuidado dos filhos, em contrapartida ao apoio econômico dos maridos ou companheiros.

Um terceiro tipo de contrato implícito é o que se trava entre a mãe e o pai de uma criança. Aqui espera-se que o homem brinde à mulher apoio econômico durante a gravidez e durante a etapa do cuidado intensivo com o bebê e os filhos pequenos, quando resulta praticamente impossível trabalhar para a obtenção de um salário.

Boa parte dos contratos implícitos vão além da esfera familiar abarcando vizinhas e toda sorte de serviços de cooperação entre os assentamentos urbanos precários e de escassos serviços. Na solução de necessidades práticas da comunidade, as mulheres são conhecidas por seu trabalho eficaz. Nenhum planejamento se faz sem contar com o apoio das mesmas. São elas as verdadeiras executoras das políticas traçadas pelos homens da comunidade. Sua contribuição é vital para o desenvolvimento de uma comunidade, de um bairro, contudo, por se tratar de um trabalho voluntário não remunerado, é tido como uma extensão do seu trabalho doméstico e, portanto, invisível para as estatísticas oficiais que somente registram o trabalho remunerado.

Toda essa gama de estratégias que as mulheres do setor informal desenvolvem para a sua sobrevivência tem servido para amenizar os bolsões de pobreza e as inquietudes sociais. Revelam que a busca pela segurança é prioritária à maximização da renda. Para essas mulheres, a «segurança não é algo dado estruturalmente pelas instituições públicas, cooperativas ou corporativas mas é o objetivo primeiro e sempre presente em suas estratégias de ação» (Elwert/Evers/Wilkens 1983: 284). Asse-

gurar o seu sustento e a sobrevivência de suas famílias é prioridade absoluta. É por isso que os ativos sociais e os contratos implícitos que elas travam com atores sociais os mais diversos são parte importante das estratégias desenvolvidas, criadas e recriadas a cada dia. São um «banco social» em permanente movimento.

Entre as mais diversas estratégias de sobrevivência das mulheres urbanas pobres é preciso lembrar ainda as chamadas estratégias de risco tais como a prostituição esporádica, o trabalho infantil, a mendicância ou o comércio de drogas. O número de meninas e jovens mulheres que buscam sobreviver mediante a prostituição ou a venda de drogas tem aumentado muito nos últimos anos.

6. Políticas de Emprego Voltadas às Mulheres: Projetos de Geração de Renda

No início dos anos setenta, ao se vislumbrar o quão incapaz se apresentava o processo de modernização dos países subdesenvolvidos, no sentido de conter o desenfreado crescimento da economia de subsistência e da economia informal que cresceram mais rápidos que a economia formal, apresentando uma dimensão social do desenvolvimento com inúmeras distorções, a política de desenvolvimento se deparou com um fenômeno novo para o qual foi preciso buscar uma solução. O tão esperado efeito «trickle-down» não ocorreu e o processo de pauperização tanto na área urbana quanto rural cresceu desmesuradamente.

Frente a esse quadro, o Banco Mundial propagou a necessidade de se incorporar as mulheres ao mercado de trabalho dos países em desenvolvimento. Essa propagação se fez mediante a alegação de que se tratava de um potencial de desenvolvimento inativo, de um recurso de desenvolvimento subaproveitado (Worldbank 1976), legitimando dessa forma a necessidade de incorporar as mulheres aos ciclos econômicos formais de seus países. Não é, pois, de se estranhar que a decisão tomada pelas Nações Unidas (1972) de organizar a primeira Conferência Mundial da Mulher (México 1975) e de proclamar o Ano internacional da Mulher (1975) tenha sido influenciada por essa ótica. De fato, a Primeira Conferência Mundial das Mulheres assenta sua pauta de discussão nos resultados de estudos guiados pelo pensamento da época, que mostram o quanto a modernização da economia tem a ganhar com a inclusão das mulheres no mercado de trabalho. O Plano Mundial de Ação para a Década da Mulher (1976-1985) aprovado nesta Conferência ao reconhecer a necessidade dessa integração, convocou todas as organizações das Nações

Unidas, os Governos bem como as Agências de Cooperação a promoverem essa participação.

O enfoque «Mulher e Desenvolvimento» (MED), também conhecido como «enfoque integrativo», foi primeiramente adotado pela United States Agency for International Development (USAID) e pelo Banco Mundial, passando em seguida a ser adotado pelas Agências de Cooperação e pelos mais diversos organismos internacionais (Wichterich 1987). Um dos seus principais instrumentos são os projetos de geração de renda, tendo por grupo-alvo as mulheres das áreas rurais e do setor informal urbano, pelo fato de perfazerem a maior parte da população pobre, serem responsáveis pelo atendimento aos membros familiares e por serem vistas como um recurso devoluto, ou seja, um potencial até então pouco utilizado para o desenvolvimento (Worldbank 1976).

O que se entende por projetos de geração de renda? São projetos voltados às mulheres na qualidade de produtoras, visando a geração de uma renda própria com o objetivo de melhorar o orçamento familiar. Geralmente direcionam-se a um coletivo de mulheres e não a mulheres em particular. Vinculam as mulheres como produtoras e quase sempre em atividades de extensão às suas «obrigações» domésticas. Na maioria dos casos, os trabalhos são executados nas próprias casas. Exemplos típicos de tais projetos são as pequenas confecções, as pequenas fábricas de doces / geléias, de adornos, de artesanato, ou a criação de galinhas, porcos e outros animais de pequeno porte. Tais projetos prevêm a capacitação para organizar e dirigir uma pequena empresa, bem como, assistência técnica e acesso ao crédito.

Pelo fato de apoiarem as mulheres em sua qualidade de empresárias, tais projetos se apresentam como alternativa para os tão criticados projetos do enfoque de bem estar, de corte assistencialista e tradicional por assistirem as mulheres apenas na qualidade de mães e boas donas de casa, (Küchemann 1996). Para os planejadores, investir em projetos de geração de renda para as mulheres passa a ser uma medida progressista e uma alternativa adequada para melhorar a situação econômica da família e elevar o status das mulheres. Isso porque: a) devido a sua produção para o mercado, a contribuição econômica das mulheres vai além da esfera do trabalho doméstico e de subsistência, tornando-se uma produção social «visível»; b) sendo conhecido o fato de que as mulheres empregam a sua renda primeiramente para satisfazer às necessidades básicas da família e apenas secundariamente para satisfazer a suas necessidades pessoais (Küchemann 1991; Spindel 1982), espera-se assim uma contribuição direta e imediata para a melhoria do nível de vida da população

pobre; c) espera-se que a renda pessoal venha a contribuir para fortalecer sua posição dentro da família, sobretudo em relação ao companheiro ou esposo e d), sendo o projeto dirigido não às mulheres individualmente senão a um grupo ou coletivo de mulheres, espera-se poder elevar o prestígio desse grupo de mulheres no interior da comunidade rural ou do bairro urbano em que atuam e vivem.

Passados mais de 20 anos, pode-se dizer que grande parte dos projetos desenvolvidos dentro da ótica modernizante de integração ao mercado não alcançou os objetivos visados. A experiência tem mostrado que a integração das mulheres ao setor moderno da economia se fez acompanhada de uma série de efeitos negativos como p.ex. o da auto-exploração e marginalização aos setores mais dinâmicos.

Os aspectos mais criticados são os seguintes:

- Não consideram da carga horária diária das mulheres, considerada em inúmeros estudos e pesquisas como alta e superior à carga horária masculina (a média varia entre 14 a 18 horas para as mulheres de baixa renda). Assim sendo, toda e qualquer atividade adicional representa para a mulher uma sobrecarga que deve ser compensada por medidas suplementares afim de se evitar que uma estafa generalizada. (Küchemann 1991; Arriagada 1991);
- Não possibilitam uma renda regular e segura para as mulheres. Quando muito, o que aconteceu foi um repasse de parte de suas obrigações domésticas da esfera de subsistência não remunerada ao setor monetário, sem que isso representasse para elas uma contribuição econômica significativa;
- São projetos que visam apenas a geração de uma renda marginal, complementar à renda do companheiro ou esposo. Partem do pressuposto de que o provedor da família é o homem, cabendo a ele trabalhar e produzir o necessário para garantir o bem estar da unidade familiar. Como esposa ou companheira, toda a renda gerada pela mulher nada mais pode ser do que um complemento à renda masculina, tida como principal. Uma agravante dessa visão androcêntrica é o desconhecimento de que, mundialmente, aproximadamente 1/3 dos domicílios são chefiados por mulheres (Buvenic/Youssef 1978). No Brasil as estatísticas oficiais revelam que 25% dos lares são chefiados por mulheres, encontrando-se os mesmos entre os mais pobres (FLACSO 1993: 21; Anderson 1994: 35);
- Trata-se de projetos mal planejados. Concebidos geralmente como projetos específicos para mulheres ou como componentes de um

projeto maior no qual os homens participam e decidem, passam a ter uma importância secundária. Como não se lhes dá a devida atenção profissional não é de se estranhar que tais projetos mormente não logrem a produtividade e a rentabilidade a torná-las economicamente independentes e para que possam ter uma relação de trabalho regular e estável. O máximo que se tem conseguido é empregar as mulheres por um tempo limitado, numa relação de trabalho não formal e com uma renda baixa e apenas complementar ao do provedor da família (Friebe 1988; Arriagada 1991).

Pode-se dizer que a grande maioria dos projetos de geração de renda para mulheres têm sido pouco eficientes em relação à autonomia econômica, contudo, eficientes para perpetuar os tradicionais papéis da mulher na sociedade. Suas bases ideológicas e conceituais devem ser totalmente revistas, porque:

- Visam a integração das mulheres ao mercado de trabalho, sem focalizar as causas da distribuição desigual de recursos;
- Priorizam apenas os aspectos materiais, sem questionar as relações de poder e dominação;
- Não abrem espaço e não criam condições para uma real possibilidade dessas mulheres decidirem como produtoras autônomas de um projeto auto-elaborado.

Assim sendo, as mulheres continuam a participar em projetos de outros ao invés de elaborarem seus próprios projetos, impedindo dessa maneira o desencadeamento de um processo emancipatório. É preciso ir bem mais além e trabalhar com elas enquanto sujeitos auto-determinados e com interesses próprios, levando-se em consideração seus interesses tanto práticos como estratégicos (Moulineux 1985; Moser 1991).

Não nos parece falso concluir que o enfoque MED pretendeu recrutar as mulheres como mero recurso para o desenvolvimento econômico ao invés de investir num processo emancipatório. Por um lado, para as mulheres foram concebidos projetos produtivos de curto alcance e de renda marginal e, por outro, foram dados incentivos para que entrassem nos setores mais eficientes da economia nos quais, no entanto, os salários são mais baixos. Os dados comprovam que as mulheres brasileiras ao saírem de casa para se empregarem no setor moderno, conseguiram empregos em setores da economia tidos como tipicamente femininos, conhecidos pelas más condições de trabalho, baixos salários e com pou-

cas chances de barganha. A segmentação ocupacional no mercado de trabalho brasileiro continua marcante.

7. Crítica Feminista aos Programas de Ajuste Estrutural e à Globalização

Desde meados dos anos 80 inicia-se uma acirrada crítica aos programas de ajuste estrutural e mais recentemente à globalização. A crítica exercida pelas feministas, tanto do terceiro como do primeiro mundo, abrange um leque que vai desde a negação e o repúdio aos programas de ajuste estrutural e à globalização até a tentativa de reformá-los através da perspectiva das mulheres.

O primeiro posicionamento sistemático de repúdio foi o de DAWN (Development Alternatives with Women for a New Era), largamente discutido na III Conferência Mundial das Mulheres (Nairobi 1985). Na ocasião, DAWN empolgou grande parte das representantes ali presentes pela brilhante análise feita. Em vários documentos durante e depois da referida Conferência, DAWN critica o atual paradigma de desenvolvimento que confunde crescimento com bem-estar e mostra como a crise da dívida externa, da segurança alimentar, da lenha, dos mananciais e da segurança das condições de vida aumenta dia a dia. Para DAWN, a atual globalização se faz acompanhar de velhos e novos elementos que agudizam a já precária situação mundial: insegurança política, aumento da pobreza, degradação do meio ambiente, instabilidade devido a globalização do mercado e do sistema financeiro internacional. O Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional são apontados como os precursores e principais responsáveis por essa situação. A globalização não conduz a outra coisa senão a uma crescente desigualdade e crescente diferenciação de gênero no mercado de trabalho. O mercado global não traz benefícios para as mulheres, pois assenta suas bases na dupla e tripla jornada das mesmas, ou seja, no não reconhecimento do seu trabalho. Além de serem mal pagas e exploradas sofrem todo tipo de discriminação que impede o seu desenvolvimento enquanto seres humanos. A fim de se combater as forças negativas provenientes da globalização, é preciso transformar os Estados e fortalecer as instituições da sociedade civil (Sem/Grown 1988; DAWN 1995).

Na década de noventa surge uma posição mais radical à de DAWN, encabeçada pelas ecofeministas. Vandana Shiva, uma de suas maiores expoentes (Shiva, 1989; 1996), define a globalização como um processo que acentua as diferenças entre ricos e pobres. Para ela, globalização é

sinônimo de «apartheid global». Shiva distingue entre aqueles que fazem parte da economia globalizada e aqueles que passam a ser excluídos devido à destruição das condições locais de sobrevivência. Segundo a referida autora, não é possível haver justiça entre os sexos num mundo de apartheid global, já que nele as estruturas políticas e sociais que protegem os pobres passam a ser destruídas pelo fato de bloquearem o livre mercado ou por serem ineficientes para a lógica econômica da maximização dos lucros (Shiva, 1996: 78). É preciso criar novas estruturas. Estruturas que priorizam um desenvolvimento auto-sustentado compatível com o meio ambiente e a equidade entre os sexos (Shiva 1996: 85).

De maneira geral, as críticas feitas pelas sociólogas e pelas economistas feministas aos programas de ajuste estrutural são severas, contudo há aquelas que propõem reformas e alternativas que «feminizem» os ajustes estruturais e a política de desenvolvimento. Diane Elson, por exemplo, aprova o empenho do Banco Mundial em introduzir a ótica de gênero em seus programas, mas critica o atual enfoque. Segundo ela, o reduzido e diferenciado acesso das mulheres aos recursos e às instâncias decisórias não são suficientemente tematizados e a reprodução social é totalmente desprezada nos estudos e trabalhos do Banco Mundial. Ela não se opõe aos programas de ajustes estruturais, mas considera que estes não devem se preocupar apenas com o deslocamento da força de trabalho feminina para a produção de mercado, senão que devem investir também na reprodução social (Elson 1995).

Já Ingrid Palmer, preocupada sobretudo com as conseqüências decorrentes dos cortes que os governos fazem em áreas que mais afetam as mulheres, critica veemente a perspectiva conservadora de gênero dos referidos programas. Para a referida especialista, as distorções específicas de gênero nos mercados e o deslocamento da contribuição feminina para áreas de menor produtividade e de menor poder de barganha salarial trazem consigo conseqüências graves para a economia como um todo. Sugere um sistema de impostos e de despesas diferenciados por sexo a fim de que o mercado de trabalho possa se tornar equilibrado e para que o crescimento econômico possa se tornar sustentado e equitativo. Propaga como nova teoria de crescimento o «growth with gender equity», ou seja, um crescimento econômico que contemple equitativamente ambos os sexos, visando efeitos duradouros tanto sobre os recursos humanos como sobre a infra-estrutura (Palmer 1995; 1996).

Elson e McGee (1995), por sua vez, opinam que a economia deve ser vista como uma «estrutura genereizada», ou seja, uma estrutura da qual gênero é parte constitutiva. Para essas autoras, é preciso desenvolver

estratégias políticas que indiquem como se deve proceder para que a ótica de gênero possa se impor, tanto na formulação das políticas como no processo de implementação das mesmas. Nessa linha de pensamento, Mac Donald (1994) indica a necessidade de um debate público sobre política econômica do qual devam participar não apenas os especialistas no assunto, mas a sociedade civil organizada. Ela reconhece as consequências negativas que os ajustes estruturais e a liberalização dos mercados estão tendo sobre as mulheres, mas as aponta de maneira mais abrangente e menos pontual. Seu esforço é no sentido de fazer ultrapassar a barreira criada entre as análises específicas de gênero e a macroeconomia, abrindo, dessa maneira, espaço para um avanço teórico sobre a construção de uma sociedade civil portadora de novas visões sociais e de novas relações de gênero, bem como, de novos espaços de ação para as mulheres.

As sugestões feitas por DAWN na Cúpula Social, em 1995, em Copenhague, vai ao encontro da proposta de Mac Donald. Para DAWN, a política econômica deveria considerar três estratégias: primeiro, exigir do Estado que atue em prol da maioria; segundo, exigir do mercado uma maior responsabilidade social, e terceiro, exigir das Instituições um fortalecimento da sociedade civil. Segundo DAWN, a superação da pobreza e a diminuição das desigualdades sociais dependem de uma reestruturação na alocação de recursos, como por exemplo: redução dos gastos militares, proibição de transações financeiras especulativas, abolição da dívida externa e sistemas de arrecadação mais equilibrados. Além disso, faz-se necessário que em nível mundial haja uma reorientação das instituições políticas em relação às necessidades e interesses dos pobres, sobretudo das mulheres (DAWN 1995).

Gudrun Lachenmann (1997), por sua vez, pondera a necessidade de uma análise sociológica e um debate político em nível médio, tendo como base conceitual o que ela denomina de economia feminina. Por economia feminina a autora entende as relações econômicas que vão além do nível da economia doméstica, ou seja, estruturas de cooperação e de alianças que visem o acesso coletivo aos recursos e sobretudo à organização social do mercado. Sob essa ótica, poder-se-ia contemplar de uma maneira mais diferenciada as vantagens do mercado mundial, e poder-se-ia resgatar o fato de que em alguns países as mulheres sempre participaram ativamente do mercado.

A autora propõe uma outra maneira de se avaliar o trabalho reprodutivo e de subsistência das mulheres. Em vez de considerá-los como entrave ao seu desenvolvimento, como o fazem inúmeras outras femi-

nistas, ela propõe uma apreciação entrelaçada desses dois setores com os demais setores da economia, já que segundo a autora, a empresa feminina não se move no mercado de uma maneira autônoma, senão complementar à produção de subsistência e ao trabalho reprodutivo. Querer negar este entrelaçamento é desconhecer por completo o verdadeiro caráter da economia feminina. Assim sendo, todo e qualquer planejamento deveria ser relacional e dinâmico entrelaçando a produção de subsistência com o trabalho reprodutivo e a economia de mercado. Sob essa ótica os espaços e as atividades econômicas especificamente femininas poderiam ser vistas não como entraves ao desenvolvimento humano das mulheres, mas como espaços de ação que possibilitam modificações na configuração dos atuais espaços femininos abrindo assim caminho a novas possibilidades de ação (Lachenmann 1997: 37).

A proposta analítica de Lachenmann em absoluto tenta obscurecer a real contribuição feminina à economia. Ao contrário, mediante a análise relacional dos setores nos quais as mulheres assumem as responsabilidades a elas atribuídas pela sociedade, o trabalho feminino invisível (trabalho de subsistência e reprodutivo) se torna visível e valorizado. Mas para isso é preciso integrar o trabalho feminino na análise dos temas centrais da economia. Concorda a referida autora que faltam aportes substanciais à construção de um enfoque que consiga estabelecer um elo consistente entre a produção de subsistência, o trabalho reprodutivo e o trabalho orientado ao mercado. As mulheres continuam sendo tratadas como um grupo vulnerável ao qual são endereçados programas sociais específicos de combate à pobreza, desprezando o fato de serem elas as principais responsáveis pela sobrevivência da humanidade.

Concluindo, pode-se dizer que, por mais complexa que seja a discussão em torno de alternativas econômicas viáveis para as mulheres e, por conseguinte, para a economia e a sociedade como um todo, está mais que patente, que é preciso abandonar os programas parciais que visam apenas um melhor gerenciamento das alternativas de sobrevivência. É preciso pensar em projetos e programas situados entre o micro e o macroeconômico, em projetos e programas assentados numa análise de gênero, enfim num novo paradigma que contemple equitativamente o acesso aos recursos econômicos e sociais, bem como o controle sobre esses recursos.

Bibliografia

- ANDERSON, Jeanine (1992): *Intereses o Justicia*, Lima: Entre Mujeres.
- ANDERSON, Jeanine (1994): *La Feminización de la Pobreza en América Latina*, Lima: Red Entre Mujeres.
- ARRIAGADA, Irma (1994): «Transformaciones del trabajo femenino urbano», em: *Revista de la CEPAL* 53, 91-110.
- BRAIG, Marianne (1987): «Frauen in der internationalen Arbeitsteilung», em: Braig, Marianne / Ferdinand, Ursula / Zapata, Martha (eds.) (1997): *Begegnungen und Einmischungen. Festschrift für Renate Rott zum 60. Geburtstag*, Stuttgart: Verlag Heinz-Dieter Heinz, Akademischer Verlag Stuttgart, 109-132.
- BUVENIC, Marya / YOUSSEF, Nadia (1978): *Women-Headed households: The Ignored Factor in Development Planning*, Washington: International Center for Research on Women.
- DAWN (Development Alternatives with Women for a New Era) (1995): «Rethinking social development: DAWN's vision», em: Cagatay, Nilüfer / Elson, Diane / Grown, Caren (eds.): *Gender, Adjustment and Macroeconomics*, World Development 23(11), 2001-2004.
- ELSON, Diane (1995): «Gender Awareness in Modeling Structural Adjustment», em: Cagatay, Nilüfer / Elson, Diane / Grown, Caren (eds.) (1995): *Gender, Adjustment and Macroeconomics*, World Development 23(11), 1851-1868.
- ELSON, Diane / McGEE, R. (1995): «Gender Equity, Bilateral Program Assistance and Structural Adjustment: Policy and Procedures», em: Cagatay, Nilüfer / Elson, Diane / Grown, Caren (eds.) (1995): *Gender, Adjustment and Macroeconomics*, World Development 23(11), 1987-1994.
- ELWERT, Georg / EVERS, Hans-Dieter / WILKENS, Werner (1983): «Die Suche nach Sicherheit: Kombinierte Produktionsformen im sogenannten Informellen Sektor», em: *Zeitschrift für Soziologie* 12(4) Outubro, 281-296.
- FLACSO (1993): «Mulheres Latinoamericanas», em: *Dados, Brasil*: Santiago de Chile.
- FRIEBEN, E. (1988): «Chancen oder Ohnmacht? Reflexionen zur Frauenförderung durch einkommenschaffende und subsistenzorientierte Projekte am Beispiel der Dominikanischen Republik», em: *Peripherie* 30/31, 30-45.
- IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) (1998): *Atlas Regional das Desigualdades*, Rio de Janeiro: IPEA/DIPES.
- KÜCHEMANN, Berlindes Astrid (1991): «A Trabalhadora Invisível em Busca da sua Identidade», em: TEIXEIRA, J. G. / SIQUEIRA, D. E. / PORTO, E. G.: *Tecnologia Agropecuária e a Organização dos Trabalhadores Rurais*. Brasília: Pax Editora, 128-136.
- KÜCHEMANN, Berlindes Astrid (1993): *Konzept für die Frauenarbeit und -förderung innerhalb des Prorenda-Projektes*. Gutachtereinsatz im Auftrag der Deutschen Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (GTZ), Eschborn.
- KÜCHEMANN, Berlindes Astrid / VIEZZER, Moema / ZIMMERMANN, Neusa (eds.) (1996): *Relações de Gênero no Ciclo de Projetos*, Brasília: Rede Mulher de Educação / Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit.
- LACHENMANN, Gudrun (1997): *Frauen und Globalisierung: aktuelle Entwicklung und kritische Diskurse*, Bielefeld: Universität Bielefeld (Programm Frauen in Entwicklungsländern, Working Paper, 284)

LACHENMANN, Gudrun (1998): «Strukturanpassung aus Frauensicht: Entwicklungskonzepte und Transformationsprozesse», em: Klingebiel, Ruth/ Randeria, Shalini (eds.) (1998): *Globalisierung aus Frauensicht*, Bonn: Dietz Verlag, 294-319.

MOSER, Caroline O.N. (1991): «La planificación de género en el Tercer Mundo: Enfrentando las necesidades prácticas y estratégicas de género», em: Guzman, Virginia / Portocarrero, Patricia / Vargas, Virginia (eds.): *Género en el Desarrollo*, Lima: Flora Tristán Editores, 55-125.

MOSER, Caroline, O.N. (1993): *Gender Planning and Development: Theory, Practice & Planning*, London/New York: Routledge.

MOULINEUX, Maxine (1985): «Mobilization without emancipation? Women's interest, state and revolution in Nicaragua», em: *Feminist Studies* 11(2).

CNDM (Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres, Organização das Nações Unidas) (1996): *IV Conferência Mundial sobre a Mulher*, Rio de Janeiro: Editora Fio Cruz.

PALMER, Ingrid (1995): «Public Finance from a Gender Perspective», em: Cagatay, Nilüfer / Elson, Diane / Grown, Caren (eds.): *Gender, Adjustment and Macroeconomics*, World Development 23(11), 1981-1986.

PALMER, Ingrid (1996): *Makroökonomie aus geschlechtsdifferenzierter Sicht. Hinweise zur Gender-Orientierung*, Eschborn: Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit, Abteilung 401.

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) / IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) (1996): *Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil*, Brasília.

SEN, Gita / GROWN, Caren (1988): *Desenvolvimento, Crise e Visões Alternativas. Perspectivas das Mulheres do Terceiro Mundo*, Rio de Janeiro: DAWN / MUDAR, Editora Espaço e Tempo.

SHIVA, Vandana (1989): *Das Geschlecht des Lebens. Frauen, Ökologie und Dritte Welt*, Berlin: Rotbuch Verlag.

SHIVA, Vandana (1996): «Beijing Conference: Gender Justice and Global Apartheid», em: Aithal, Wathsala (ed.): *Vielfalt als Stärke: Beijing 95, Texte von Frauen aus dem Süden zur vierten Weltfrauenkonferenz*, Frankfurt, 75-79.

SPINDEL, C. (1982): «Capital, Família e Mujer. La evolución de la Producción Rural de Base familiar. Un caso en Brasil», em: M. Leon (eds.): *Debate sobre la Mujer en América Latina y en el Caribe*, Bogotá: ACEP, Vol. II, 240 ss.

UN (United Nations) (1976): *World Plan of Action for the Implementation of the Objectives of the International Women's Year*, New York.

WICHTERICH, Christa (1987): «Schmerzliche Erfahrungen. Förderpläne für Frauen - Modernisierung der Ungleichheit», em: *Der Überblick* 4(87), 60-62

WICHTERICH Christa, (s.d.) «Frauenförderung der patriarchalischen Organisationen», em: *Frauen- Anstiftung*, 24-27.

WICHTERICH, Christa (1995): *Frauen der Welt. Vom Fortschritt der Ungleichheit*, Göttingen.

WORLD BANK (1976): *Integrating Women into Development*, Washington.

Barbara Freitag-Rouanet

A Cidade Brasileira como Espaço Cultural

1. Praga como Ponto de Partida

Vilém Flusser (1920-1991), filósofo nascido e falecido em Praga, viveu durante 32 anos na cidade de São Paulo, para onde se refugiou com sua família da perseguição nazista. Voltou para a Europa (Aix-en-Provence) em 1972 e passou a escrever e publicar basicamente em alemão. Hoje, sua obra completa – *Flusser Schriften* (10 volumes)¹ – está sendo equiparada aos trabalhos de Walter Benjamin (Jürgens 1998).

Em um ensaio sobre São Paulo, escrito em 1988 mas somente publicado depois de sua morte, em 1992, Vilém Flusser defendeu uma tese curiosa e pouco lisonjeira para os paulistas e paulistanos que povoam a megalópole de quase 20 milhões de habitantes. O filósofo irreverente afirma que São Paulo-capital não pode ser considerada uma verdadeira *cidade*, termo que implicaria uma vida urbana «civilizada». Para Flusser, São Paulo não apresenta essa forma de vida urbana, razão pela qual deveria apenas ser chamada de «conglomerado urbano» ou assentamento («Siedlung»).

Ele justifica sua tese remetendo a um sentido «proto-histórico» de *cidade*. Ela se compõe sempre de três espaços necessários: o privado (a casa, o «oikos»), o político (a praça pública, a ágora) e o cultural (o templo, o lugar do culto religioso). Somente a síntese desses três espaços configura a vida urbana, a vida civilizada propriamente dita. À luz desses critérios, só com muitas reservas se poderia ver em São Paulo uma vida civilizada ou urbana, pois São Paulo não dispõe de um verdadeiro espaço cultural. É um «conglomerado urbano» que se elevou, como admite Flusser, a um patamar elevado de crescimento econômico, adquirindo, por isso mesmo, um extraordinário poder político dentro e fora do país. Mas justamente por isso, seus habitantes – aceitando-se essa argumentação - não

¹ Vide: *Flusser Schriften* em 10 volumes, editados por Andreas Müller-Pohle, Mannheim: Bollmann, 1992-1998; Para maiores detalhes consulte «Vilém Flusser Biography» no «site»: <http://www.equivalence.com/labor/flusbio.htm>

atuam «civilizadamente». Eles correm atrás dos seus negócios, defendendo seus interesses privados, vivendo de forma inautêntica, «am Leben vorbei» (à margem da vida), incapazes de criar, por si próprios, um espaço cultural próprio, que representasse a vida urbana de sua cidade (Flusser 1988: 196-219). Prosseguindo em sua crítica, Flusser ainda afirma que as elites paulistas estariam copiando, com defasagens temporais consideráveis, os modelos europeus.

A cultura local, produto da confluência de muitas culturas estrangeiras com a tradição cultural colonial luso-brasileira, ainda não tivera tempo e condições para cristalizar-se em uma expressão nova e original, em busca de uma nova civilização brasileira. Vir a ser uma verdadeira cidade, possuir um espaço cultural autônomo, dependeria, pois, de uma longa maturação histórica. À primeira vista, o conceito de cidade/civilização de Flusser parece estar profundamente associado a processos históricos seculares que assegurem o amálgama entre culturas, línguas e etnias, gerando, como resultado final, algo novo, único e inconfundível. Assim sendo, cidades sem história não teriam vida civilizada, urbana, cultivada. Cidades sem história, a rigor, nunca seriam «verdadeiras cidades»; elas teriam, para isso, que completar um milênio de vida e integrar diferentes etnias e culturas.

Não há dúvida de que Flusser tomou Praga, no período anterior à Segunda Guerra, como matriz para sua concepção «proto-histórica» da cidade (Flusser 1992: 13-22). Na época de Kafka, Praga reunia todos os elementos para configurar o espaço cultural, político e econômico de uma verdadeira *cidade*, como reivindicado por Flusser: o Castelo (Prázký Hrad) protegendo com suas muralhas a catedral gótica de São Guido; a cidade histórica do «Lado Pequeno» (Malá Strana), que circunda o castelo e na qual se mesclam os estilos gótico, renascentista e barroco; a cidade velha (Stáre Mesto), do outro lado do rio (Moldávia), em verdade a grande praça em torno da prefeitura e do belo relógio, que atraem anualmente milhares de turistas; os bairros adjacentes da cidade nova (Nové Mesto) e do bairro judeu (Josefov) com o cemitério e a velha sinagoga. Tudo isso indica que Flusser pensava no modelo clássico da cidade grega, transformada pela história secular européia, do feudalismo aos nossos dias. Associa-se a essa mescla de épocas históricas e estilos arquitetônicos a miscigenação de *etnias* (a eslava, a germânica, a semita), acompanhada do confronto e integração das *línguas* eslava (checa), indo-européia (germânica) e semita (hebraico) e das *religiões* (o protestantismo hussita, o catolicismo jesuíta e o judaísmo).

Se essas condições peculiares de Praga forem as condições para constituir o modelo da *cidade enquanto tal*, haveria poucas «Cidades» no mundo. São Paulo, pela própria história da capital bandeirante, dificilmente resistiria a uma comparação com Praga ou Atenas, não podendo jamais preencher os requisitos exigidos por Flusser para a constituição de uma cidade, no sentido de um espaço urbano civilizado, transpirando cultura.

O que desconcerta em Flusser é que ele atribui o estatuto de *cidade* a Salvador, ao Rio e a Brasília mas não a São Paulo. Atribui, pois, vida civilizada, espaço cultural e características históricas e urbanas próprias a essas cidades. Por que Salvador e o Rio, ou seja, cidades que como São Paulo, remontam ao período colonial, são vistas como cidades, mas não a antiga vila de São Vicente, tão colonial quanto as outras duas? E mais, por que Flusser se entusiasma por Brasília, fundada na década de 60, quando a nova capital nem tinha completado 10 anos de existência?

O fato é que Flusser não se restringiu a examinar e criticar a cidade de São Paulo. Em suas obras reunidas, encontramos vários ensaios que tratam de cidades brasileiras, entre elas: Ouro Preto, Congonhas, Salvador da Bahia, o Rio de Janeiro e Brasília (Flusser 1994: 261-263).² Especialmente Brasília é para ele, símbolo de criatividade, originalidade e beleza. Portanto, o critério da formação histórica lenta, do amálgama de raças, línguas, religiões, através de longos séculos não pode ser o critério decisivo para conferir «cidadania» a uma cidade. Qual seria a explicação para essa aparente contradição na avaliação do espaço urbano e cultural de São Paulo e Brasília? Como o Flusser que critica São Paulo pode ser corrigido com o Flusser que idealiza Brasília e vice versa? Como se pode fazer justiça à avaliação dos espaços culturais das cidades brasileiras, sem cair em clichês, sem cultivar preconceitos e eventuais ressentimentos pessoais?

2. «Velhos» e «Novos» Códigos – Segundo Flusser

Voltemos ao artigo de Flusser (1988) inicialmente citado. Vale a pena conhecer melhor a distinção que o próprio autor introduz para analisar São Paulo: os «velhos» e os «novos» códigos. Para podermos compreender a distinção básica, é bom registrar que os *códigos velhos* são associados aos sistemas da escrita, da pintura, escultura e música, i.é, às formas de

² Cf. Flusser 1994: Aqui Flusser discute em cinco capítulos dedicados às cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Brasília a «renascença dos estilos de vida» e a «beleza» das cidades brasileiras (Flusser 1994: 265).

expressão tradicionais da vida e cultura humana. Os *códigos novos*, em contrapartida, são para Flusser aqueles que se baseiam nos modernos sistemas digitais, como desenvolvidos pela nova eletrônica, informática e ciências da computação, com suas novas linguagens «hard e soft ware». São *códigos mistos*, para Flusser, a fotografia, o cinema, a televisão, o vídeo, o design e a música eletrônica.

Essa *teoria dos códigos* fornece a chave para a compreensão das críticas levantadas por Flusser ao espaço urbano paulista, ao qual estaria faltando, segundo ele, o elemento cultural inovador. Por isso mesmo, torna-se necessário mergulhar um pouco mais na argumentação do filósofo.

Os *velhos códigos* são representados pelas linguagens (da palavra e da imagem), hoje estudadas pela semiótica (conceito sugerido pelos franceses) ou semiologia (conceito sugerido pelos anglo-saxônicos).

Sem perder tempo com estas minúcias do mundo acadêmico, Flusser afirma que pertencem ao mundo da palavra (falada e escrita): a literatura, a poesia, a filosofia, a crítica e a ciência. Pertencem ao mundo da imagem: a pintura, as artes plásticas, a escultura. Ao mundo da imagem ainda se associam as formas de expressão que Flusser denominou de *códigos mistos*: como a fotografia, o cinema, a televisão, o vídeo, etc.³

O que importa para o estudo do espaço cultural das cidades brasileiras é o fato de que caberia a uma cidade com o peso e as dimensões de São Paulo preservar, cultivar e renovar esses códigos «velhos», basicamente importados da «velha» Europa. Mas exige que isso seja feito criativamente, retraduzindo-se as velhas formas e seus conteúdos para as potencialidades dos códigos «novos».

Vou exemplificar essa tese explicitando um pouco mais a *teoria da linguagem* de Flusser (1994),⁴ teoria que segundo sua sistemática dos códigos pertenceria ao grupo dos códigos «velhos».

Tendo sido a língua portuguesa a linguagem introduzida no Brasil-colônia, o português acabou se afirmando como a língua nacional no Brasil. Esse idioma, advindo do latim vulgar falado na Península Ibérica, teria passado por duas ondas de «barbarização». Uma primeira, ocorrida em solo português, contaminou a estrutura lógica da língua portuguesa já constituída, em decorrência das grandes descobertas e viagens de além-

³ Consulte pelo Internet o verbete «a imagem» (em alemão: «Das Bild»): <http://www.servus.at/ilias/flusser.htm>, de 29.11.97

⁴ O volume 5 das obras completas, *Flusser-Schriften*, contém dois artigos especialmente elucidativos sobre a questão da linguagem, um simplesmente intitulado «Sprache» (linguagem) (Flusser 1994: 145-156); e «Brasilianisch ist anders» (A língua brasileira é diferente) (Flusser 1994: 237-244).

mar dos portugueses a partir dos séculos XV/XVI. Uma segunda onda de barbarização ocorreu em solo brasileiro. O português já deteriorado do colonizador sofreu novas alterações: uma arcaização nos textos escritos e uma caboclicização no português falado. A *arcaização* resultou numa linguagem artificial dos burocratas, que deixaram registrada em suas atas, guardada nos cofres e nas estantes das bibliotecas, uma linguagem escrita artificial, empoeirada, imprestável para exprimir a nova cultura que estava se formando nos primeiros séculos da colônia. A *caboclicização* decorreu do confronto das línguas «aglutinantes», faladas pela população indígena, e das línguas «isolantes» (dialetos importados da África), com a língua portuguesa, pertencente ao grupo das línguas «flexionais». Com isso, se originou uma forma específica de comunicação falada: a linguagem «caipira» ou «cabocla». O elemento lógico-racional, discursivo, herdado da tradição européia, foi praticamente escamoteado ou dissolvido. Este amálgama da nova língua «brasileira» se revelava ser um instrumento de comunicação «pobre», em todo caso, inadequado para «filosofar» (Flusser 1994: 239).

Houve contudo, seguindo-se a argumentação de Flusser, duas tendências que se opuseram a uma total barbarização da língua «brasileira». A primeira consistiu em dar à língua viva falada («caipira» / «cabocla») uma forma escrita, criando-lhe novas formas de expressão, evasão e divulgação. A segunda tendência decorreu de novas ondas imigratórias ocorridas no final do século XIX e início do século XX) que trouxeram para o Brasil colonos (italianos, franceses, portugueses, alemães), que reforçaram a *dimensão discursiva-flexional* da língua brasileira, mas também a dimensão aglutinante graças à vinda de japoneses, chineses, coreanos e, finalmente, até mesmo a isolante com o estabelecimento de novos vínculos com a África (Angola, Moçambique). Formou-se assim, segundo Flusser, a possibilidade de desenvolver uma linguagem própria, flexível, criativa, multi-dimensional, que permitiu forjar um novo instrumento para a expressão literária, poética, filosófica, jornalística no Brasil. Somente essa nova língua brasileira seria capaz de exprimir uma cultura autenticamente brasileira e criar novas formas de sentir e pensar, contribuindo, assim para a maior conscientização de uma nova identidade brasileira.

A crítica de Flusser (1988) aos intelectuais paulistas toma como base essa reflexão. É certo que no espaço cultural paulista houve um Mário de Andrade, um Oswald de Andrade, um Haroldo de Campos, que «brincam» com a língua, a recriam e dinamizam. Sem dúvida, houve grandes escritores e poetas como Guimarães Rosa, ou um Carlos Drummond de Andrade que ocuparam o espaço cultural carioca (e mineiro). Mas Flus-

ser não se satisfaz com essas manifestações de alguns poucos intelectuais. Ele convoca a intelectualidade brasileira como um todo, mas em especial os intelectuais paulistas, a assumirem a vanguarda do processo de modernização da língua e da cultura literária, revolucionando o espaço público, «civilizando» os moradores das cidades em «sua busca de novos estilos de vida». Isso valeria com mais rigor para São Paulo, uma cidade, até então, mais preocupada em produzir mercadorias, em investir dinheiro, do que em conscientizar seus moradores e todo o país. Especialmente aos intelectuais paulistas (escritores, poetas, jornalistas, filósofos, artistas, historiadores), beneficiados por essas novas ondas migratórias, caberia fazer uso do poder explosivo e inovador da nova cultura brasileira, refletida na riqueza polifônica de sua linguagem. Este amálgama de séculos de colonização, imigração e confluência das etnias, linguagens, religiões, em dimensões jamais vistas no «velho» continente, clama por porta-vozes, intérpretes, conscientizadores ativos e combativos e não por intelectuais com o olhar e a mente voltada para a Europa do passado.

O que até agora foi dito sobre a linguagem falada e escrita e parcialmente refletido na moderna literatura e poesia brasileira, pode ser estendido para o jornalismo, a filosofia, a crítica literária e para a ciência e tecnologia.

A crítica ao espaço cultural de São Paulo traduz, em verdade, uma insatisfação. Com relação à terra que fez brotar o «Manifesto Antropófago» (1928), cujos 50 anos se festejaram durante o ano de 1998, Flusser é mais antropofágico que seus pares paulistas. Ele não se contenta em deglutir a tradição européia. Quer usar a força e energia, a lógica e a dinâmica inerentes à cultura do Velho Mundo, não para simplesmente reeditá-la no Novo, mas sim para recriar um mundo melhor, diferente do europeu, que não permita as Guerras, o Holocausto e que em sua «busca», efetivamente encontre (no Brasil) «den neuen Menschen» (o homem novo), tão ansiosamente procurado pelo homem velho, o europeu. Seria um homem capaz de respeitar as diferentes etnias e culturas, capaz de construir uma nova civilização, livre dos defeitos da Europa.

A crítica de Flusser a São Paulo é a expressão de uma decepção. O gigantesco império financeiro e industrial que se desenvolveu no sudeste brasileiro, ainda não se conscientizou de sua força inovadora e dinâmica cultural, capaz de remodelar a nova civilização mundial globalizada, contentando-se em imitar (com defasagem) a produção cultural européia ou americana. A crítica feita por Flusser a São Paulo é como a crítica de um pai severo, descontente com o boletim de seu filho, pois o boletim ainda não reflete – em todas as disciplinas – as notas que o filho poderia ter ob-

tido, graças a uma inteligência privilegiada. A crítica não significa falta de estima do pai pelo filho ou sua rejeição.

Ao elogiar Brasília, Flusser aponta para um caminho criativo, aprovado por ele, assim como o pai fala das notas boas do filho do vizinho, para incentivar o próprio filho a melhorar o seu desempenho.

Para compreender melhor os ensaios que Flusser escreveu sobre Brasília, somos compelidos a mudar de registro, e a considerar a linguagem das imagens, ou melhor, o que Flusser consegue deduzir da linguagem das imagens, ou seja, «as belas artes» em favor ou contra certos espaços culturais urbanos do Brasil. Como já foi dito, a pintura, escultura, arquitetura, etc., pertencem, na terminologia de Flusser, ao mundo dos «velhos» códigos.

No período colonial brasileiro, os «velhos códigos» da arquitetura e da pintura ibérica se impuseram no Brasil. As cidades brasileiras eram cópias empobrecidas da matriz, Lisboa. A partir do século XVIII, ocorreu, contudo, um fenômeno curioso. Enquanto a arquitetura colonial continuou imprimindo as suas formas e cores à paisagem urbana, as artes plásticas, especialmente a escultura, passaram a se exprimir de uma forma curiosamente nova, até mesmo subversiva.

É a contribuição do Aleijadinho e de outros escultores e pintores nativos, cujas esculturas ornamentam as igrejas barrocas mineiras (Ouro Preto, Mariana, Congonhas, Tiradentes, entre outras). Sem tomar conhecimento dos modelos e das técnicas «acadêmicas» européias, esses artistas nativos imprimiram às formas e feições dos santos e anjos expressões e ornamentos que não remontam mais à tradição artística do colonizador ibérico e sim dão vazão a uma cultura mágica, submersa e soterrada, que assimilou elementos do simbolismo indígena e africano. Deste modo, produziu-se uma estética nova, o barroco colonial brasileiro, que exprime adequadamente os sincretismos que se formaram no campo religioso, mesclando crenças católicas, africanas e indígenas.

Assim como a língua escrita do colonizador português foi literalmente arquivada em mosteiros e palácios, ficando fora de uso, as artes plásticas acadêmicas, em sua artificialidade e falta de expressão dramática, definham na colônia, caindo no esquecimento. Algo semelhante ocorreu no campo da música algum tempo depois. A cultura de «superfície», abriu espaço para sincretismos admiráveis que – segundo Flusser – constituem uma cultura subversiva que implodiu os códigos estéticos tradicionais e se impôs no Brasil a partir do século XVIII. e XIX.

Com as novas ondas migratórias do final do século XIX e começo do XX, os espaços culturais criados em Salvador da Bahia, em Ouro Preto e

nas cidades barrocas mineiras ou mesmo no Rio de Janeiro, foram sendo deslocados e condensados no sul do país, encontrando em São Paulo a sua nova área de manifestação. Aqui a «cultura de superfície», ou seja, a pintura e esculturas acadêmicas, ainda resistia à expressão de uma arte «subversiva», mas as novas influências trazidas pelos imigrantes permitiram superar as manifestações culturais do período colonial, abrindo um espaço alternativo para inovações autênticas.

Segundo Flusser, o pintor Manabu Mabe, de origem japonesa, encarna perfeitamente essa nova geração de artistas inovadores. «Ele pinta com tintas óleo como os pintores ocidentais tradicionais; ele pinta, como esses, quadros em molduras. E ele pinta quadros abstratos, no sentido ocidental da palavra. Mas suas cores não são ocidentais. São as cores da magia africana, e os ritmos das batidas de tambores africanos são também os ritmos dessas cores. No fundo, Mabe permanece fiel à sua herança japonesa, pintando ideogramas, que se dissolvem em sua obra, numa liberação destruidora, o satori» (Flusser 1994: 227).

Comentando a arquitetura da segunda metade do século XX, assim como ela se reflete nos espaços urbanos de São Paulo, Rio de Janeiro e de Brasília, Flusser a considera «imponente e ousada». «Técnicas ocidentais hipermodernas, combinam-se com cores e formas africanas, com o barroco colonial português, com o traçado e o paisagismo japonês, na busca de um novo estilo, tipicamente brasileiro» (Flusser 1994: 265).

Flusser tende a ser mais tolerante com a inovação cultural no registro da imagem (artes plásticas e arquitetura) que no registro da linguagem escrita (literatura, poesia, jornalismo, filosofia, etc.). Parece ter mais simpatia pelos artistas plásticos que pelos «intelectuais paulistas». Em seu conjunto, entretanto, afirma em seus ensaios que os brasileiros nas grandes cidades estão à procura de uma «renascença do seu estilo de vida», em busca de «uma nova cultura». Valoriza o esforço dos habitantes das cidades brasileiras modernas para «não caírem na alucinação tecnológica». Por isso essas cidades teriam uma beleza *sui generis*, uma «beleza brasileira». Mas «não se trata da beleza do orgânico nem da beleza do histórico, como no caso das cidades européias. Trata-se da beleza do espírito que começa a reconhecer os seus limites, que se tornou mais humilde e consciente de seus revezes, em outras partes do mundo» (Flusser 1994: 265).

Com essa frase, poderíamos considerar respondidas as perguntas levantadas na introdução deste texto. O leitor se daria por satisfeito com relação às duas primeiras questões. Contudo, o tema que me propus a examinar ainda não estaria devidamente esclarecido. No interior da teoria dos códigos de Flusser ainda cabe examinar o estatuto dos «códigos no-

vos» e o peso que nosso filósofo lhes confere, à luz dos «velhos códigos».

Por isso mesmo, ainda temos uma longa trajetória a percorrer. Começemos com a mais simples: o aprofundamento da questão dos «códigos novos», segundo Flusser.

Com os «códigos novos» Flusser remete ao mundo virtual, criado pela moderna ciência e técnica eletrônica (*hard ware*), com suas novas linguagens digitais (*soft ware*) que podem fazer uso da palavra, da imagem, do som, das cores. Trata-se de um mundo ainda pouco conhecido pelo cidadão comum, mas é um mundo que já penetra e estrutura a vida da maioria dos habitantes do planeta, que tendo ou não consciência disso, já se encontram «vernetzt», i.é, ligados a redes e sistemas de informação que organizam e estruturam sua vida.

No artigo de 1988, Flusser introduz, com sua *teoria dos códigos*, uma nova nomenclatura para analisar a cidade de São Paulo. Mas em toda sua obra reflete sobre as implicações que os «novos códigos» podem ter para as futuras civilizações. Cabe ressaltar que Flusser se familiarizou desde cedo (e possivelmente a contragosto) com esses códigos, quando durante os primeiros anos de exílio no Brasil foi trabalhar nas empresas de seu sogro em São Paulo. Deste modo, Flusser tinha conhecimento pleno do uso que a eletrônica e a informática, a teoria e prática da computação e as modernas linguagens digitais estavam tendo na organização da economia e do poder das sociedades industriais contemporâneas (capitalistas e socialistas; desenvolvidas e subdesenvolvidas).

O que no caso de São Paulo preocupava Flusser era que esses novos códigos estavam sendo ignorados pelos intelectuais paulistas - refugiados e acudados no interior de um espaço cultural artificial, empoeirado e obsoleto - e, por isso mesmo, ausentes no espaço econômico e político. As ciências da informação com sua tecnologia sofisticada e linguagens inacessíveis aos intelectuais rotineiros, constituíam um instrumento perigoso nas mãos dos serviços de segurança, da polícia e dos militares, que entre 1964 e 1985 controlavam o destino político do país. Os mesmos instrumentos, nas mãos de um setor industrial e financeiro ganancioso, constituíam um risco igualmente forte para a organização da sociedade brasileira, construída sob padrões de injustiça e desigualdade social, desde o período colonial.

Relendo o artigo controvertido sobre «São Paulo: velhos e novos códigos», convenço-me cada vez mais de que o intelectual expulso de Praga estava alertando seus pares, os intelectuais de São Paulo, para a necessidade de fugir de duas coisas: (1) do discurso (marxista) empoeirado, que

caracterizava, segundo Flusser, os textos produzidos durante os anos da ditadura militar brasileira, e (2) do terrorismo tecno-burocrático, que se instalara nos espaços da economia e política, apoiados na ciência e tecnologia moderna, praticadas em institutos e faculdades, dentro e fora do Brasil. No primeiro caso, tratava-se de superar os «velhos» códigos; no segundo, de apoderar-se dos «novos». Seguindo essas sugestões, os intelectuais paulistas seriam aqueles com as melhores condições de renovar o espaço cultural, reinventando a filosofia, a literatura, as artes plásticas, a arquitetura. No primeiro caso, a tarefa consistia em superar a «barbarização» e a «vulgarização» da linguagem filosófica. No segundo, em explorar plenamente a nova era do computador, que permite criar mundos e cidades virtuais, num processo comparável à simbiose que se tornou possível com a fusão entre estilos arquitetônicos e tecnologias hipermodernas (aplicadas em Brasília e outras cidades brasileiras) ou com o amálgama pictórico que Flusser elogia na obra de Mabu Mabe.

Nesse sentido, o filósofo de Praga é mais que um filósofo da fotografia (um código misto), e mais que um arqueólogo da proto-modernidade, como Walter Benjamin, a quem foi comparado. Ele é o teórico das linguagens virtuais, que hoje permitem representar o mundo nos sistemas digitalizados. Contudo, conhecendo os riscos de um mundo virtual que transcende todas as fronteiras, Flusser julga necessário «salvar» para as linguagens dos «novos» códigos os elementos substanciais e indispensáveis gerados pelo mundo tradicional dos «velhos códigos». Não se trata, em outras palavras, de «deglutir», antropofagicamente, os velhos códigos, mas sim de preservá-los, integrando nas molduras, nos sistemas lógicos, nas linguagens discursivas, os elementos «novos» que rejuvenesçam as velhas formas e os velhos conteúdos, assegurando sua sobrevivência no «admirável mundo novo» da era digital. O que importa a Flusser, é, em última instância, a vitalidade da cultura. Somente assim uma verdadeira civilização pode surgir e durar.

3. Códigos Alternativos

Vilém Flusser gerou revolta e mal-estar entre os intelectuais paulistas que nunca chegaram a apreciá-lo, enquanto vivia entre eles. Ele continuou «bodenlos» (sem chão) e um «outsider» seja entre os professores uspianos, seja entre os escritores e artistas locais. Poucos reconheceram sua genialidade. Enquanto a fama de Flusser já se espalha na Europa e bate nas costas dos Estados Unidos, o filósofo de Praga ainda é quase um desconhecido para a maioria dos intelectuais brasileiros. Isso virá a modi-

ficar-se, quando parte de sua obra for re-editada ou traduzida para o português.⁵

Contudo, um melhor conhecimento da obra de Flusser não o torna invulnerável à crítica. Conhecê-lo melhor nos habilita a avaliar objetivamente o verdadeiro valor de suas contribuições, submetendo o conjunto de sua obra a uma crítica fundamentada.

No entanto, este não é o momento e nem o contexto adequado para fazê-lo para sua obra como um todo. Limito-me aqui à *sua análise do espaço cultural das cidades brasileiras*, partindo de uma ótica interna e externa ao seu sistema filosófico e conceitual. Assim procedendo, talvez possamos verificar se «a teoria dos códigos» discutida acima capta efetivamente o fenômeno da cultura urbana brasileira, e mais, se a crítica feita por Flusser (1988) ao espaço urbano paulista é procedente ou se exigiria uma correção.

Avaliado pelos critérios de sua própria teoria dos códigos, Flusser seria forçado a corrigir-se, bastando para isso recorrer às reflexões reunidas no volume 5 das Flusser Schriften (1994), com o título sugestivo de: *O Brasil ou a busca do novo ser humano: por uma fenomenologia do subdesenvolvimento*. O título e o subtítulo já exprimem a esperança do filósofo de Praga com relação ao Brasil. A sociedade brasileira teria as potencialidades para vir a ser uma grande civilização do futuro. A leitura da última parte deste livro: «Cidades brasileiras», detalhadamente discutida nos tópicos anteriores, concretiza essa esperança. Referindo-se a São Paulo, ao Rio de Janeiro e a Brasília, Flusser admite que nessas cidades se opera uma busca incessante dos seus moradores por um novo estilo de vida, de um novo modelo de homem baseado na polifonia, polietnia e na simbiose de estilos de vida (em casa e na rua) e dos padrões estéticos e arquitetônicos. Em suas próprias palavras: «Nessas cidades se faz o esforço por uma renascença dos estilos de vida, em outras palavras: por uma nova cultura» (Flusser 1994: 265).

Lendo-se Flusser (1988) x Flusser (1994), constata-se que para ele a civilização que produzirá o novo homem do futuro, emerge justamente no espaço cultural brasileiro, e que o lugar privilegiado desse espaço é o espaço urbano. Curiosamente, a cidade predestinada para isso, por sua história da imigração recente e por sua dinâmica industrial, econômica e cultural, é justamente São Paulo. É em São Paulo que a tradução dos códigos velhos para os novos encontrará as melhores condições de reali-

⁵ Vide o «site» *Vilem Flusser no Brasil* (<http://www.fotoplus.com/flusser>); além do lançamento pela Editora universitária da USP da Antologia (Flusser 1998).

zação. Mesmo correndo o risco de contradizer-se, Flusser teve, a meu ver, a intuição certa. Ele não teve tempo de vida suficiente para ver confirmada na realidade essa intuição.

À luz das múltiplas influências culturais que decorreram das várias ondas de imigração para o enorme território brasileiro durante os cinco séculos de sua formação e, mais recentemente, na primeira metade deste século, no sul do país, constatam-se a constante renovação, reinvenção e renascença da sociedade brasileira, em geral, e da paulista, em especial.

Superado o regime militar e a época da repressão, os riscos que Flusser temia quanto ao uso perverso dos «novos» códigos, seja pelos aparelhos de repressão política, seja por uma produção capitalista desenfreada, parecem ter diminuído. O uso dos novos códigos, tais como definidos por Flusser, hoje já é realidade também nas manifestações artísticas, urbanísticas e literárias.

Mencionarei somente três exemplos: (1) as realizações artísticas vinculadas à *Bienal de Arte Moderna*, que se organiza cada dois anos no espaço de exposição (e além dele) do Pavilhão Ciccillo Matarazzo no Parque Ibirapuera de São Paulo; (2) o projeto «*Arte e Cidade*», idealizado e realizado no centro de São Paulo por Nelson Brissac Peixoto na década de noventa, e (3) a *presença da literatura brasileira nas Feiras de Livro* nacionais e internacionais da última década.

Quanto ao primeiro exemplo, cabe lembrar que Flusser foi um dos membros fundadores da *Bienal de São Paulo*, na década de 50. A Bienal, que no início tinha dificuldades de se afirmar no espaço cultural paulista, hoje é uma instituição de peso no mundo artístico. Em nível nacional, é o evento cultural mais importante do país; em nível internacional, um dos três eventos culturais de maior repercussão no mundo, altamente concorrido e bem sucedido. Basta examinar o número de países, expositores e visitantes da XXIV Bienal de São Paulo que se realizou entre 3 de outubro e 13 de dezembro de 1998 (Fundação Bienal de São Paulo 1998). Neste ano, festejaram-se - como é sabido - os 70 anos do «Manifesto Antropófago», lançado por Oswald de Andrade em 1928, manifesto que se tornou texto e pretexto dessa Bienal.

Em sua introdução geral ao belíssimo catálogo, um dos curadores responsáveis pelo grande evento, Paulo Herkenhoff, elucida a escolha do tema:

«Abdicamos das idéias de status ('especial') ou territorialização ('salas') porque carecia definir nosso debate histórico concreto, integrado por critérios conceituais efetivamente desenvolvidos em termos de forma de olhar em exposição e texto [...]. O Núcleo Histórico deveria partir de uma visão não eurocêntrica. Qual o momento

denso da história da arte do Brasil? O conceito de 'espessura' demarcava respostas: barroco, modernismo, neoconcretismo ou anos 60/70. O modernismo ofereceu uma resposta desafiadora: a antropofagia. O movimento que toma corpo em São Paulo em 1928 com Tarsila do Amaral e Oswald de Andrade se espalha no tempo pela cultura brasileira enquanto estratégia de emancipação cultural. Estranhamente, o Brasil nunca realizou uma grande mostra sobre a antropofagia para discutir sua pluralidade cultural. Ademais, a antropofagia admite *precedentes e paralelos* na história da arte. Permite uma abertura conceitual complexa para vários campos anunciados no 'Manifesto antropófago', como história, antropologia, política, filosofia, religião, lingüística, psicanálise. Já sabíamos que o canibalismo propiciou a Montaigne dados pragmáticos e espaço para a criação de argumentos em seus *Ensaio*s para discutir a relatividade dos valores humanos. Como imaginar que o primeiro debate filosófico ocorrido no Brasil, na França Antártica, envolvesse questões de canibalismo?

Parafrazeando Borges, *a Bienal deixaria de ilustrar ou espelhar discussões surradas para introduzir uma lente da cultura brasileira para visitar a arte contemporânea e a história*» (Fundação Bienal de São Paulo 1998: 22-23) (Destaque meu, BFR).

A questão central consiste, pois, em examinar «precedentes», «paralelos» e a arte contemporânea através de um conceito polêmico – a antropofagia – que tem sua expressão rica e diferenciada em textos filosóficos e literários brasileiros bem como em uma linguagem pictórica que se estende pela produção artística dos séculos, bem antes da exposição da tela de Tarsila do Amaral que daria nome ao movimento artístico novo surgido no Brasil. O fascinante da Bienal de 1998 consiste no fato de ela reunir os quadros de épocas, países e pintores das mais variadas origens. Assim o espectador pode ver no mesmo andar do pavilhão e por vezes na mesma sala quadros de Goya (Saturno comendo seus filhos, Os canibais), de Albert Eckhout (os quatro painéis dos homens e das mulheres do Novo Mundo), de Géricault (Le radeau de la Méduse), por sua vez citado por Siqueiros (em sua tela conhecida «O nascimento do fascismo»); telas de Munch (O vampiro, a Melancolia) ou de van Gogh (auto-retrato em que se representa automutilado), cuja «Vernetzung» é dada por este conceito polêmico do canibalismo/antropofagia, na conotação que os paulistas da década de vinte lhe deram.

Os quadros e pintores citados como exemplos se movimentam no campo semântico da antropofagia, mesmo que na época da produção dos quadros ela não estivesse em evidência ou não constituísse a preocupação primordial do artista. Graças à interpretação ao pé da letra dos termos freudianos de «condensação» e «deslocamento», os curadores produziram no espectador um efeito de «sonho». Em verdade, era um sonho de olhos abertos, construído pelos maiores gênios da pintura ocidental. Ao mesmo tempo, essa concepção da última Bienal do século XX permitiu expor lado a lado (em salas distintas) quadros sobre o caniba-

lismo, a antropofagia ou a autofagia, produzidos no interior do modernismo paulista, cuja intenção explícita consistia em «devorar», «deglutir» e fazer desaparecer as origens européias. O visitante da Bienal podia, pois, ver - antes ou depois de ter «consumido» o bloco do «Núcleo Histórico», propriamente dito - aqueles quadros de Tarsila do Amaral («Antropofagia», «Cidade», «Abaporu», «A negra») que no final da década deram o nome ao novo estilo de pintura e geraram uma das polêmicas mais acirradas entre os artistas e críticos de arte da época e sintetizadas no Manifesto Antropófago de Oswald de Andrade, na frase: «Tupi or not Tupi, that is the question.»

Quem teve oportunidade de visitar essa Bienal não terá dúvidas de que o espaço cultural de São Paulo está bem representado e integrado nos espaços político e econômico, como deixa clara a imensa lista de «sponsors» e políticos que tornaram este grande evento cultural possível.

Um segundo exemplo refere-se ao projeto *«Arte e Cidade»*, idealizado por Nelson Brissac Peixoto com o apoio da Secretaria de Cultura da cidade de São Paulo. Já foram concretizadas três grandes etapas desse projeto:

- A cidade sem janelas (1993/94)
- A cidade e seus circuitos (1995/96)
- A cidade e suas histórias (1997/98)

Trata-se de transformar o espaço urbano de São Paulo na moldura de um quadro em que os transeuntes, os artistas e a moderna tecnologia criam, numa simbiose extraordinária, uma obra de arte de nova qualidade. Essa obra pode ser expressa e compreendida graças à grade original fornecida por Flusser com sua teoria dos «novos códigos».

A título de ilustração, mencionarei a obra de três artistas que a mim, particularmente, mais impressionaram: Ana Muylaert, Artur Matuck e o autor do raio laser sobre o viaduto Anhangabaú.

Nos primeiros dois casos, trata-se de projetos artísticos interativos entre o artista e seu espectador. Para apreciá-los e estabelecer a interação, é preciso admirá-los na tela de um computador. Aqui esses objetos podem estar estocados no «hard disk» ou num disco CD-ROM. Através do teclado, manipulado pelo espectador, é possível interromper ou fazer seguir a sequência de imagens que se desenrolam diante dos seus olhos. É mais do que um vídeo que pode ser interrompido, passado para a frente ou atrás, ou projetado em câmara lenta. A interação significa que tendo

optado por uma solução, o espectador desencadeará uma sequência de imagens diferente da que veria se tivesse feito uma opção alternativa.

Exemplifico: A obra apresentada por Ana Muylaert consiste numa cadeia de imagens acompanhando um pedestre que atravessa o viaduto do Chá, em São Paulo. No meio do viaduto, o homem pára e se precipita no vale do Anhangabaú. A única opção interativa deixada ao espectador consiste em manipular o «mouse» e interromper assim a queda (temporariamente). Dependendo da altura em que se «pára» o corpo em queda, aparecem imagens que estariam passando pela cabeça do suicida: Marilyn Monroe com seu sorriso sedutor, Klimt: O beijo; o corpo estraçalhado de um transeunte no meio da rua e assim por diante. O momento do «click» é decisivo para provocar a imagem. O que o programa não prevê, é evitar o salto suicida e a queda final.

A obra de Artur Matuck reproduz as cenas do cotidiano do motorista no meio do trânsito paulista. Com o «click» do mouse, o espectador pode fazer parar o trânsito, manipulando os faróis. Ele também pode fazer parar o carro do motorista, de cuja perspectiva se filam o quadro urbano, a rua em movimento. Por vezes, ele não tem alternativa e está sujeito à pressão de outros motoristas que businam atrás dele. Mas o que é inevitável é que sempre que o carro pára aparece algum transeunte, menino de rua, ou vendedor ambulante, que através da janela do carro começam a contar ao motorista (identificado com a posição do espectador) a sua história de vida: a menininha que vende chicletes, o limpador de vidraças que precisa alimentar uma família, o assaltante que pede a carteira, e assim por diante.

Do ponto de vista da sociologia ou psicologia urbana, esses «sketches» são fragmentos críticos da vida na megalópole. Do ponto de vista do crítico de arte, levanta-se a questão da autenticidade do objeto de arte, seu valor intrínseco, sua unicidade, seu potencial crítico. Do ponto de vista de Flusser, essa obra seria uma forma moderna de representar a vida na cidade pela utilização dos «códigos novos» e «mixtos», através de uma linguagem eletrônica de ponta.

Finalmente, o projeto com raio «laser», montado no viaduto do Chá (durante a Bienal de 1996) singularizava por uma fração de segundos um transeunte real, cuja imagem era projetada por um enorme holofote num telão de 30m de altura, montado em um edifício adjacente. O «flâneur» paulista, assustado tanto quanto os demais transeuntes, ao mesmo tempo era destacado por uma fração de segundos, mas na próxima fração já via apagada a sua imagem tanto para os outros quanto em sua própria memória. Recursos tecnológicos no final do século XX tornam assim con-

creta a imagem do «man of the crowd» tematizado na novela de Poe e a idéia benjaminiana de que todo homem moderno pode aspirar por uma vez em sua vida a alguns instantes de celebridade, nos novos meios de comunicação de massa.

Em suma, a simbiose entre arte, ciência e tecnologia, parece tornar-se possível na última década do século XX, graças aos novos códigos das linguagens digitalizadas. E isso acontece mais rapidamente do que o próprio Flusser pudesse imaginar.

Dediquemo-nos um pouco ao último exemplo, *ao mundo literário brasileiro*, incluindo os escritores paulistas. Além da contribuição dada durante a semana de arte moderna e ao longo do movimento modernista, deslançado pelo «Manifesto Antropófago», emergiram novas gerações de escritores no Brasil e em São Paulo, cujas obras vêm repercutindo no mundo inteiro, algo que se refletiu, na década de 90 em duas Feiras de Livro internacionais em que o Brasil foi «País tema» (como na Feira do Livro de Frankfurt/M., em 1994) e «país homenageado» (como no Salon du Livre, de Paris, de 1998). A produção dos escritores é exibida sob forma de livro impresso, gravação em filme e fita ou sob forma de CD-Rom em programas digitalizados que permitem ver no espaço virtual o autor (mesmo que já tenha falecido, como no caso de Clarice Lispector), dando entrevistas, a «viva voz» e fazendo leitura dos seus textos, que podem transformar-se em imagens virtuais acessáveis pela Internet. Isso evidentemente pressupõe que o autor ou sua obra já disponham de sua própria «home page» como é o caso do próprio Flusser. Basta examinar a riquíssima programação desencadeada pelos dois eventos, com a correspondente mobilização por parte dos meios de comunicação de massa (jornais, revistas, programas de rádio e televisão), para medir a repercussão que a produção cultural, literária (prosa e verso) brasileira vem tendo no Brasil e no exterior. Autores vinculados a São Paulo ocupam aí um papel de destaque: chamo atenção à produção literária de João Soares, Lygia Fagundes Telles, Ignacio de Loyola Brandão, o filme *Sábado de Giorgiotti*, entre outras manifestações culturais. Parece-me legítimo mencionar a nova safra de filmes brasileiros que muitas vezes, baseados em romances clássicos da literatura brasileira e portuguesa, vêm se apresentando em festivais de cinema nacionais e internacionais, conquistando platéias e prêmios. A cultura brasileira, e consequentemente também a paulista, está mais produtiva do que nunca, seja ela medida em termos de êxito de vendas, seja através de prêmios de qualidade, como foi o caso de *Estação Central*, de Walter Salles Junior.

4. Cidade e Cultura

Os últimos dois exemplos deixam claro que não faltam ao Brasil e a São Paulo «tradutores» entre os códigos que Flusser denominou de «velhos», «míxtos» e «novos». Brissac Peixoto e sua equipe em São Paulo constituem a melhor prova para essa afirmação. Gostaria de referir-me, a esse propósito, a um último projeto em fase de realização: O Projeto «Brás-Mitte».

Esse projeto foi discutido num «Work Shop» realizado entre 1995 e 1997, em colaboração entre Nelson Brissac Peixoto (e a equipe que trabalhou com ele no projeto Arte e Cidade), o Instituto Goethe, de São Paulo, e o Haus der Kulturen der Welt, de Berlim (Ludemann 1997). Neste projeto, artistas, arquitetos, políticos, historiadores, sociólogos, entre outros, examinaram a possibilidade de aproximar os dois centros históricos deteriorados das cidades de Berlim e São Paulo, estabelecendo-se uma comparação e eventualmente elaborando-se uma linguagem conceitual ou pictórica tal, que permitisse uma comparação entre a «Stadtmitte», o centro de Berlim, e o «Brás», o antigo centro de São Paulo. Em diferentes encontros, questionei as condições da possibilidade para uma tal comparação, apontando para as enormes diferenças existentes entre uma metrópole como Berlim e uma megalópole como São Paulo (Freitag 1997a: 110-114; 1997b).

Nestes debates não me opunha à idéia de retraduzir em «novos» códigos elementos culturais originariamente expressos em códigos tradicionais, como não tenho nenhuma objeção em «traduzir» um texto literário para outra linguagem, digamos o cinema, que para Flusser não seria mais que um código míxto. O que eu não podia aceitar era o fato de alguém querer comparar o romance, digamos «A hora da estrela» de Clarice Lispector (1977), com o filme de Suzana Amaral (1979), baseado neste livro.

Transpondo esse raciocínio para o caso concreto em discussão, não via como comparar o «Brás» e a «Mitte», porque não há equiparação possível entre São Paulo e Berlim. Não há nenhum paralelo válido entre as populações, as línguas, as crenças, as manifestações artísticas e arquitetônicas de uma e outra cidade. A história das duas cidades é tão diferente que todo cotejo se torna problemático. A mera tradição bélica dos prussianos, que redundou em duas Guerras monstruosas e numa Berlim em ruínas (em 1945), já tornava Berlim incomparável com São Paulo. Por sua vez, a especificidade da história paulista inviabiliza semelhantes confrontos. São Paulo conviveu com a escravidão durante 4 séculos e base-

ou sua economia, inicialmente, na exploração dos povos indígenas pelos «bandeirantes», que partiam do planalto paulista para «caçar» e escravizar índios e para procurar pedras preciosas. Além desses fatores históricos e culturais, cabe lembrar as realidades demográficas: Berlim conta hoje, já reunificada, com apenas 4 milhões de habitantes; enquanto São Paulo é hoje, com seus quase 20 milhões de habitantes, a segunda maior cidade do mundo. De todos os pontos de vista, são grandezas incomparáveis.

Sugeri criar uma nova terminologia, dando novos significados a conceitos já existentes. Trata-se de uma tipologia, posteriormente desenvolvida em outro texto meu sobre São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, na qual teorizei o que pretendi exprimir nos debates travados em torno do «Projeto Brás-Mitte» (Freitag 1998: 143-158).

Nessa proposta, distingo entre o conceito de «metrópole» e o de «megalópole». Os critérios de distinção não são técnicos, eletrônicos ou estéticos, como na teoria dos novos códigos, de Flusser, mas essencialmente demográficos e sociológicos. Tais critérios incluem o tamanho da cidade (número de habitantes); o tempo de formação dos núcleos urbanos; os ritmos de crescimento – períodos de expansão acelerada, estagnação ou decréscimo; o multiculturalismo (e os conflitos dele decorrentes); as formas de integração social, cultural, econômica e política; e a expansão horizontal ou vertical da cidade.

Segundo esses critérios, Berlim e Praga podem ser consideradas «metrópoles», enquanto São Paulo, Rio de Janeiro e até mesmo Brasília, teriam de ser chamadas de «megalópoles». Em outras palavras, as cidades brasileiras, não podem ser comparadas com as cidades européias, usando-se os padrões de medida europeus, que ou remontam à antiguidade clássica ou ao período feudal em transição para a sociedade burguesa.

Por essas e outras razões, não posso aceitar a crítica de Flusser (1988) a São Paulo, na medida em que ele mede a cidade segundo padrões válidos para Atenas ou Praga. Contudo aceito a sua «teoria dos códigos» segundo a qual o estatuto de «cidade» é conferido não segundo padrões deduzidos do passado clássico, mas segundo a capacidade transformadora de um povo, que não tendo tradição, língua, etnia, origens, história comuns, se mostra capaz de desenvolver uma civilização própria a partir das potencialidades implícitas em cada uma dessas tradições importadas para o novo território, combinando-as com a moderna tecnologia e traduzindo velhas falas em linguagens novas. Nesse novo amálgama de etnias, religiões, linguagens, sínteses culturais, pode-se exprimir a ânsia da busca «do homem novo», da vontade de superar o subdesenvolvimento, imposto pelo passado colonial. Acredito - como Flusser (1994) - no futu-

ro das cidades brasileiras, pela riqueza de sua cultura local, pela capacidade de seus moradores de superar as dificuldades, de gerar uma civilização nova, de propor um novo modelo urbano, no qual nenhuma etnia, religião ou classe social subjugue a outra, mas em que todos, num esforço conjunto, possam construir uma comunidade justa, num mundo real ainda repleto de injustiças.

Bibliografia

- FLUSSER, Vilém (1988): «Alte und neue Codes: São Paulo», em: Prigge, Walter (ed.) (1992): *Städtische Intellektuelle. Urbane Milieus im 20. Jahrhundert*, Frankfurt/M.: Fischer Wissenschaftsverlag, 196-219.
- FLUSSER, Vilém (1992): «Das bürgerliche Prag vor dem zweiten Weltkrieg», em: *Bodenlos*, Mannheim: Bollmann, 13-22 (Flusser Schriften, Vol. 2).
- FLUSSER, Vilém (1994): *Brasilien oder die Suche nach dem neuen Menschen. Für eine Phänomenologie der Unterentwicklung*, Mannheim: Bollmann, 261-31 (Flusser-Schriften, Vol. 5).
- FLUSSER, Vilém (1998): *Ficções filosóficas* (seleção de textos de Milton Vargas e apresentação de Maria Lilian Leão), São Paulo: Edusp.
- FREITAG, Barbara (1997a): «Culturas urbanas e subculturas da cidade», em: Ludemann, M. (org.): *Intervenções urbanas: São Paulo/Berlim*, São Paulo: Pancrom, 110-114.
- FREITAG, Barbara (1997b): «Stadtkulturen und Subkulturen der Stadt: das Projekt Brás-Mitte», em: Boeck, Andreas / Sevilla, Rafael (eds.) (1997): *Bestandsaufnahmen und Perspektiven der deutsch-brasilianischen Beziehungen*, Frankfurt/M.: TFM-Verlag, 277-289.
- FREITAG, Barbara (1998): «O mito da megalópole na literatura brasileira», em: Freitag, Barbara (org.) (1998): *Cidade e Literatura*, no. 136 da Revista *Tempo Brasileiro*, Edições Tempo Brasileiro: Rio de Janeiro, 143-158.
- FUNDAÇÃO BIENAL DE SÃO PAULO (org.) (1998): *XXIV. Bienal de São Paulo. Núcleo histórico: Antropofagia e Histórias de Canibalismos*, vol. I [curadores Paulo Herkenhoff, Adriano Pedrosa], São Paulo: A Fundação.
- JÜRGENS, Christian (1998): «Flusser ohne Wiederkehr. Ist Gott ein Paparazzo? Ein Symposium streitet für eine Philosophie der Photographie», em: *Süddeutsche Zeitung*, 2.12.1998.
- LUDEMANN, Marina (org.) (1997): *Intervenções urbanas: São Paulo/Berlim*, São Paulo: Pancrom.

IV

Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional

Bertha K. Becker

Construindo a Política Brasileira de Meio Ambiente para a Amazônia: Atores, Estratégias e Práticas

O Brasil é um produto, historicamente construído, de uma complexa interação do contexto internacional e da situação doméstica cujas importâncias variaram ao longo do tempo. Dois elementos foram centrais para sua formação. O primeiro é a economia de fronteira - paradigma de relação sociedade-natureza em que o crescimento econômico é entendido como linear e infinito, baseado na incorporação contínua de terras e recursos naturais percebidos como inesgotáveis (Boulding 1966). O segundo é a geopolítica, exercida desde os tempos coloniais.

Entre 1960-1980, o projeto nacional de rápida modernização da sociedade e do território levou ao auge a economia de fronteira e a geopolítica estatal. Neste projeto, a integração da Amazônia foi meta prioritária, resultando em intensas transformações com perversos impactos sociais ambientais que geraram conflitos generalizados na região. Conflitos que se intensificaram nos anos oitenta com a crise financeira e política do Estado brasileiro, afetado na capacidade de manter suas funções, e com a pressão ambientalista nacional e internacional.

O contexto internacional passa, então, a ter importância crescente nos processos nacionais. Ao se colocar o desafio ecológico como questão global, a Amazônia tornou-se símbolo desse desafio. E na conflitiva transição entre a economia de fronteira e um novo paradigma de desenvolvimento, sustentável, impôs-se a responsabilidade do Brasil em lidar com este imenso patrimônio natural como uma questão regional, nacional e global, pois que 64 % da Amazônia Sul-Americana estão sob a soberania brasileira. Exigiu-se uma resposta do Estado, a retomada da política territorial e a participação de novos atores.

O objetivo deste trabalho é analisar o processo pelo qual se elabora hoje a política de meio-ambiente nacional para a região Amazônica. Não se trata aqui de definir conceitos sobre globalização e modernização, mas sim de contribuir para a compreensão de um dos mecanismos pelos quais se efetuam hoje a globalização e a modernização. É constituído de três partes que correspondem a diferentes escalas de análise. A primeira

trata da Amazônia sob o ângulo do contexto e dos atores na escala global; na segunda se analisa a diversidade das demandas na escala regional; a resposta do Estado é focalizada na terceira parte. Lições da análise são apresentadas como considerações finais.

1. A Amazônia como um «Heartland» Ecológico e o Conflito/Cooperação Internacional

Propõe-se aqui que, dado o novo contexto internacional, a Amazônia Sul-Americana não deve ser percebida como região periférica e exótica, mas sim como região central, um «heartland» ecológico. Pode haver sentido em resgatar um conceito relacionado aos atributos do território, em termos de sua extensão, textura e posição geográfica, como condição de auto-suficiência econômica e autonomia política do Estado, na era da globalização, da contração do espaço e do tempo, e do ciberespaço?

A resposta é sim, considerando que os conceitos devem ser (re)situados no contexto histórico em que são construídos.¹

Hoje, relações e conceitos são redefinidos pela ação conjugada de dois elementos:

1. a revolução científico-tecnológica, que cria uma nova forma de produzir cuja matéria prima é a informação e o conhecimento, transformados em fontes de produtividade econômica e poder político (Castells 1985)
2. a crise ambiental, talvez o principal limite à expansão do capitalismo sob formas convencionadas de produzir (Daly 1991; Taylor 1997), que impõe novos padrões relacionais com os recursos.

Nesse contexto em transformação, a natureza é reavaliada. A nova forma de produzir por um lado, tenta se independizar da base de recursos utilizando menor volume de matérias primas e de energia, e produzindo no-

¹ O conceito de «heartland» foi elaborado por Halford Mackinder há cem anos para designar a massa continental eurásiana como fundamento do poder do Estado imperial. Como bem salientado por Mackinder, o avanço tecnológico é inerente ao conceito de *heartland*. Foi o desenvolvimento da navegação a vapor e da ferrovia que, alterando profundamente as relações sociais, atribuiu valor estratégico à maior massa terrestre do planeta - a Ilha Mundial - constituída de áreas costeiras do coração interior. Dotado da vantagem de ampla circulação interna pela ferrovia que lhe permitia chegar às margens da Ilha Mundial e ao mar, o *heartland* era, ao mesmo tempo, uma fortaleza natural cercada pelas cadeias montanhosas e mares gelados que a tornavam inacessível ao poder marítimo. Daí sua célebre afirmativa: quem dominar o leste da Europa dominará o *heartland*; quem dominar o *heartland* dominará a Ilha Mundial, e quem dominar a Ilha Mundial, dominará o mundo.

vos materiais. Por outro lado, a valorização dos elementos naturais se realiza num outro patamar, condicionada por novas tecnologias. É o caso, sobretudo do uso da natureza como fonte de informação, vital para a biotecnologia, apoiada na decodificação, leitura e instrumentalização da biodiversidade. Mas também o caso da possibilidade teórica ainda não solucionada da utilização de isótopos de hidrogênio como insumo energético. Em outras palavras, a natureza é valorizada como capital de realização atual ou futura e como fonte de poder para a ciência contemporânea (Becker 1997).

Em nível do espaço geográfico, territorial, a valorização estratégica da amazônia como heartland, fundamenta-se:

1. na extensão territorial, tal como proposto por Mackinder, bem como em sua auto-defesa, representada, no caso, pelo «fator amazônico» constituído pelas imensas distâncias e pela cobertura da massa florestal que, até agora, dificultaram sua ocupação;
2. no novo significado adquirido pela extensão territorial, o de um duplo patrimônio: o de terras propriamente dito, e o de um imenso capital natural, cuja expressão máxima é a biodiversidade;
3. na nova posição geográfica estratégica central, em relação aos novos blocos de poder norte-americano, europeu e asiático;
4. na sua identidade cultural que, fundada na diversidade social, constitui inestimável fonte de saber local e de conhecimento impar sobre a natureza tropical cujas práticas alternativas geram formas novas de uso e proteção da biodiversidade;
5. no potencial e na oportunidade que representa, para o mundo, de promover uma utilização alternativa de recursos naturais;
6. «last but not least», na ampliação das comunicações e da própria circulação (de informação, dinheiro, negócios) permitida pelas redes de telecomunicações que conectam pontos do território horizontalmente com outros pontos e, verticalmente, diretamente com o espaço nacional e transnacional.

Não só ao nível geográfico se fundamenta a valorização da Amazônia. Na representação simbólico-cultural a produção do heartland amazônico está condicionada pela centralidade que tem hoje no mundo a biodiversidade e a sustentabilidade. Desde os anos 70 a questão dos limites ao crescimento econômico se metamorfoseou na preocupação com a sustentabilidade da Terra como locus da vida. Para um desafio ecológico de dupla face - a valorização do capital natural e a sobrevivência humana - a

Amazônia tornou-se o símbolo maior. Diversos movimentos ambientalistas corporificados em organizações não governamentais (ONGs) estendem amplamente suas redes no heartland, graças às telecomunicações, penetrando decisivamente no imaginário planetário.

Politicizou-se, assim, a natureza, através de intensa polêmica, sob a qual jaz a desigual distribuição mundial de natureza e de tecnologia. A questão ecológica passa a fazer parte da agenda geopolítica global. Vários são os Estados e organizações prontos a «defender» o environmental heartland, refletindo o quadro da globalização contemporânea. Mas isso não invalida parafrasear Mackinder: «quem dominar o environmental heartland, dominará o capital natural do futuro»:

A apropriação de estoques de natureza sem uso imediato torna-se uma forma de controlar o capital natural para o futuro, gerando disputa entre os países centrais. Dadas suas próprias dificuldades, tentam eles separá-las através de alianças específicas para ações, via de regra, localizadas e temporárias. No plano civil, a cooperação internacional em parceria constitui uma forma de superar os conflitos entre si, e de pressionar em conjunto, os países periféricos.

Em 1990/91, dois programas selam o pacto com os parceiros internacionais no Brasil.

- o Programa Nacional do Meio Ambiente (PNMA), destinado à conservação de outros ecossistemas que não os amazônicos;
- o Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras (PP-G7), o maior programa ambiental mundial da cooperação destinado a um só país, com investimentos previstos em doação, de 250 milhões de dólares, fruto da parceria entre os governos do Brasil, do Grupo dos 7, da União Européia, de ONGs e gerido pelo Banco Mundial. Vale aqui registrar que a Alemanha é o maior doador até o momento, seguida da União Européia, revelando a sua importância como parceiros do Brasil. O objetivo central do PP-G7 era inicialmente essencialmente preservacionista: conter o deflorestamento e preservar a biodiversidade. As ONGs tinham papel central como mediadores, inclusive no controle do repasse de recursos.

As dificuldades de diálogo atrasaram o início do Programa por praticamente 5 anos, e é possível dizer que somente com a criação de uma efetiva interlocução com o governo brasileiro é que foi possível deslanchá-lo.

Através de resistências, concessões e ajustes entre os parceiros, o PP-G7 modificou sua meta preservacionista inicial para a do «desenvolvimento sustentável». Hoje, o Programa desenvolve seis projetos: Centros de Excelência e Pesquisa Dirigida, Projetos Demonstrativos, Reservas Extrativistas, Terras Indígenas, Subprograma de Recursos Naturais e NAPIAm (núcleo de sistematização de dados e informações). Além disso, oito projetos estão em fase avançada de preparação.²

Resulta, assim, ao nível mais geral que a cooperação internacional financeira e técnica, é um instrumento de pressão geopolítica, mas é também um importante instrumento de mudança, dependendo, em parte, da interlocução que se estabelece com o Estado beneficiado.

2. As Demandas Regionais

Mas a construção de Política Ambiental para a Amazônia, não é apenas reflexo das condições globais. Ela é consequência também das condições domésticas, ie, das transformações em curso no Brasil e na Amazônia, onde se verificam diversificadas demandas regionais.

Cabe aqui, chamar a atenção para a necessidade de superar os mitos sobre a região. Em primeiro lugar, ela não é um vazio demográfico, nem somente o habitat de populações indígenas - que correspondem a 1% da população total e ocupam 20 % do território. Tampouco é a fronteira do campesinato.

Nela se processou o mais intenso processo de urbanização do país entre 1960-1990, e mesmo um importante processo de industrialização. 60 % de seus 20 milhões de habitantes vivem em núcleos urbanos e ela ocupa o 2º e o 3º lugar, respectivamente, na produção nacional de extração mineral e de bens de consumo durável e de capital, produzidos estes na Zona Franca de Manaus.

Ela é, portanto, uma floresta urbanizada - cujo povoamento é fortemente concentrado. A integração fluvial e terrestre desenhou um macrozona/o regional: é ao longo e em torno desses eixos de circulação que se concentraram os investimentos públicos e privados, os imigrantes e os conflitos. Entre os eixos, grandes extensões territoriais são o domínio de populações indígenas e das unidades de conservação (UC).

² Os projetos em preparação são: Gestão de Recursos Florestais, Gestão Integrada de Recursos da Várzea, Corredores Ecológicos, Controle do Fogo e do Deflorestamento, Educação Ambiental, Projetos Demonstrativos Indígenas, Projetos Demonstrativos Municipais, Monitoramento e Análise.

Os resultados desse processo em termos de desenvolvimento foram extremamente limitados, com escassa internalização da renda e do emprego exclusão de grandes parcelas das população que vivem em condições de extrema pobreza particularmente nas cidades.

Em segundo lugar, é necessário romper definitivamente com o mito da homogeneidade amazônica. E não se trata apenas da biodiversidade mas sim, também, e de igual importância, da sociodiversidade. As experiências em curso na região se realizam num dado ecossistema, utilizado por populações de origem étnica e/ou geográfica diferentes, com técnicas, estrutura produtiva, social e política, bem como parcerias diversas.

Como consequência, a sociedade civil se organizou como nunca antes verificado, sua maior expressão sendo o Grupo de Trabalho amazônico (GTA) que congrega mais de 300 organizações extremamente variadas.

O que se observa é que os conflitos das décadas 70 e 80, se estruturaram em demandas organizadas, expressas em projetos alternativos de desenvolvimento. A coalescência de projetos resulta em dois vetores de transformação regional (Becker 1995):

- a) O vetor tecno-industrial (VTI), que reúne projetos de atores interessados na mobilização de recursos naturais e de negócios, e demandam infraestrutura para abertura de mercados no Caribe e no Pacífico - bancos nacionais, empresas nacionais - privadas e estatais - empresas internacionais, governos estaduais e segmentos das Forças Armadas. A privatização da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), um dos principais esteios da indústria extrativa mineral na região, sinaliza para o fortalecimento do capital privado nacional e internacional.
- b) O vetor tecno-ecológico (VTE) envolve projetos conservacionistas movidos por interesses diversos, e baseados em redes de alianças internacionais. Seus atores são comunidades locais, associações, sindicatos, associados ao G7, Banco Mundial, Igrejas, Cientistas e ONGs. Tratam-se de alternativas de «de baixo para cima» que, para sobreviver, se aliam a redes de parceiros transnacionais. Recentemente, implementam-se também projetos «de cima para baixo», de grande escala, e diretos ligados à conservação e à investigação - «paraísos experimentais» dos cientistas.

As transformações introduzidas pelo VTE - estreitamente vinculado ao PP-G7 - geraram uma malha de novo tipo na região, a malha ambiental. Ela se revela em experiências pontuais dispersas mas numerosas que

transformaram a Amazônia em verdadeira fronteira experimental de uso sustentável dos recursos onde se constróem, ao nível local, práticas diferentes de proteção à essa questão global que é a biodiversidade. Ela se revela também no fortalecimento da institucionalização das terras indígenas - que estão em processo de demarcação - das Reservas Extrativistas (Resex) e das UCs.

Finalmente, em 1996, consolidam-se os dois vetores. O reforço do VTE e da malha ambiental está contido na proposta do PP-G7 de criação de cinco imensos «corredores ecológicos» ou de «conservação», a partir da aglutinação de vários tipos de terras reservadas. O VTI é reforçado por Ação do Ministério do Planejamento e Orçamento que, através do Programa Brasil em Ação, implementa Eixos de Integração e Desenvolvimento, vários deles na Amazônia.

Grandes desafios se colocam, assim, para a política pública em face desses experimentos bastantes desarticulados. O temor pela perda de controle do território frente à pressão internacional, à autonomia dos governos estaduais e à demanda organizada da sociedade civil, exigiram do Estado brasileiro uma resposta.

3. A Resposta do Estado

O desafio central que se coloca para a política pública é como promover o desenvolvimento sustentável do Heartland que é percebido na escala global como uma grande unidade de conservação, e na escala local como espaço para diferentes alternativas de desenvolvimento.

De início muito tímida, dada a própria fragilidade da União e a necessidade de redefinir o seu papel, a ação governamental vem se fortalecendo gradativamente. O reconhecimento da importância da região pelo governo Brasileiro manifestou-se no tratamento estratégico que lhe é dispensado, tornando-se a única região no país a ser alvo de uma política de desenvolvimento específico.

É possível identificar alguns pontos centrais que caracterizam a estratégia do Estado na construção da política ambiental.

a) Constituir-se como um interlocutor

Os marcos da estratégia governamental foram a criação, em 1993, do Ministério Extraordinário da Amazônia Legal e do Conselho Nacional da Amazônia Legal (CONAMAZ) órgão colegiado que, presidido pelo Presidente da República e integrado por todos os Ministérios e todos os Governadores da região, é o mais abrangente Conselho da República. A

criação da Secretaria de Coordenação dos Assuntos da Amazônia Legal (SCA), cujo titular passa a exercer a Secretaria Executiva do CONAMAZ (junho de 1995) foi mais um passo nessa estratégia. Ela representou a implantação da face nacional na coordenação do PP-G7, até então gerido exclusivamente pelo Banco Mundial.

Três documentos importantes concretizam a ação da SCA. A Política Nacional Integrada para a Amazônia Legal, elaborada ainda em 1995 que estabelece três grandes diretrizes rumo ao desenvolvimento sustentável da região, constituindo um documento bastante simbiótico com o PP-G7: a reorientação do crescimento econômico, a integração interna e externa, e a valorização humana, finalidade última da política.

O Detalhamento da Metodologia para o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), em 1996, elaborado a partir de licitação estabelecida pela SCA/Banco Mundial/SAE (Secretaria de Assuntos Estratégicos), é um segundo importante documento. Ao definir o ZEE como instrumento de ordenamento e de gestão do território constituído de uma dupla face - técnica, correspondente à informação acurada sobre o território, e política, correspondente ao uso da informação como base para a negociação entre os atores envolvidos no processo - ele permitiu que, finalmente, se iniciasse esse processo previsto desde 1990.

A Agenda Amazônia 21 - Documento Básico para Discussão, de 1997 -, constitui um detalhamento das diretrizes estabelecidas na Política Nacional Integrada para a Amazônia Legal. Lançada para discussão teve, inclusive, aceitação favorável entre os demais países amazônicos, podendo vir a se constituir na versão moderna do Tratado de Cooperação Amazônica de 1978.

b) Estabelecer redes de parcerias

A consciência de que uma ação política viável exige hoje intenso diálogo entre as várias esferas de governo e destes com a sociedade civil, tem sido um elemento central na construção da política ambiental para a Amazônia.

Não se trata, portanto, no caso, de parceria internacional, mas sim, da mobilização de diferentes segmentos da sociedade regional. Para tanto, laços sólidos foram estabelecidos com o GTA, representação significativa da sociedade civil como visto acima. Ao nível governamental, foi criado um Fórum Permanente de Secretários de Planejamento e de Meio Ambiente, com participação ativa nas decisões sobre as ações na região.

Foi igualmente tentada a criação de um Fórum dos Empresários Regionais, até agora, contudo, sem grande sucesso.

c) Implementar iniciativas independentes do PP-G7

Um terceiro componente da estratégia estatal é o desenho e a negociação de projetos de grande envergadura e longa duração, independentes do PP-G7 e com parcerias diversificadas. Tratam-se de dois projetos: a) O Programa de Ecoturismo para a Amazônia (PROECOTUR), em parceria com a Embratur e a SUDAM, dimensionado para US\$ 230 milhões com apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); b) o Programa de Ecologia Molecular para o Uso Sustentável da Biodiversidade da Amazônia (PROBEM), em parceria com a Secretaria Especial de Políticas Regionais e com o CNPq, que pretende integrar pesquisas básicas e aplicadas a uma estratégia de implantação de um Polo de Biotecnologia-Bioindústria em Manaus. O PROBEM conta com o apoio da Superintendência da Zona Franca de Manaus, que vê no uso do capital natural com tecnologia avançada, uma alternativa para a sua indústria convencional, afetada pela abertura da economia brasileira e pelo Mercosul.

Paralelamente à construção da política ambiental pelo MMA, desenvolvem-se projetos e ações de outros ministérios, nem sempre convergentes com a preocupação conservacionista. Trata-se da extensão e/ou implantação de redes de articulação do território, envolvendo comunicações e circulação. As redes mais importantes são as de infraestrutura, estabelecidas pelo Programa Brasil em Ação e a sofisticada rede de informação e controle do território, que está sendo construída pelo Projeto SIPAM/SIVAM (Sistema de Proteção da Amazônia/Sistema de Vigilância da Amazônia).

4. Lições da Experiência

Algumas lições podem ser aprendidas sobre o processo de construção da política ambiental para a Amazônia.

- A política ambiental, que tem como cerne o PP-G7 e a SCA, representa, sem dúvida, um marco na mudança do paradigma da economia de fronteira para o do desenvolvimento sustentável. Vários projetos já apresentam resultados expressivos. Um deles é o conjunto de 100 Projetos Demonstrativos em implementação pelas comunidades. Outro é o de Demarcação de Terras Indígenas que está identificando 42 e demarcando 58 áreas e se encontra em estágio avançado de implementação; só uma delas, a do Alto e Médio Rio Negro, já demar-

cada, envolve uma superfície total de aproximadamente 120.000 Km² e 21 comunidades indígenas. O projeto de ciência e tecnologia vem promovendo a geração e a disseminação de conhecimentos científicos relevantes para o desenvolvimento sustentável da região, e o projeto Reservas Extrativistas efetua um importante trabalho de ensinamento para o aproveitamento racional dos recursos e melhoria da qualidade de vida da população em quatro reservas selecionadas como áreas piloto. Vale ainda enfatizar a adesão dos governos estaduais à política conservacionista através dos Planos de Gestão Ambiental Integrada (PGAI) para áreas por eles selecionadas em seus respectivos estados. É lícito, portanto, afirmar que o vetor tecno-ecológico é hoje uma realidade.

- Uma segunda lição aprendida, é que, decisivamente, a formulação e a implementação da política ambiental não é mais uma exclusividade do governo central. Dela participam novos atores, a saber: a cooperação internacional, financeira e técnica, imprescindível para qualquer projeto; os governos estaduais, que têm papel geopolítico fundamental; a sociedade civil através de suas diversas organizações, que constitui componente essencial do diálogo para a tomada de decisões.
- A política ambiental para a Amazônia é reconhecida, sem dúvida, ao nível internacional e também ao nível regional. Tem, contudo, dificuldade em ser reconhecida na esfera da União; em outras palavras, quase não há integração entre a política ambiental e as demais políticas setoriais dos outros ministérios. O maior exemplo dessa falta de integração, é a desarticulação entre os dois tipos de corredores que expressam o VTE e o VTI: os corredores ecológicos e os corredores de desenvolvimento, respectivamente. Duas providências parecem necessárias. A primeira é a urgente implementação do ZEE ao longo dos corredores de desenvolvimento, na medida em que atrairão investimentos privados e migrantes. A segunda é uma reforma institucional que atribua mais força à ação coordenadora e reguladora da SCA.
- No que se refere às experiências de desenvolvimento sustentável, sua sustentabilidade é ainda uma incógnita, embora já se reconheçam potencialidades diversas, revelam elas pelo menos duas importantes lições. Primeiro, diversidade e instabilidade de caminhos caracterizam o desenvolvimento sustentável, que não deve ser entendido como um modelo único, mas sim como um processo de mudança. Caminhos diversos que decorrem da remodelagem dos territórios não apenas por redes materiais e virtuais e tampouco apenas pela política pú-

blica. Tal remodelagem decorre também da experiência histórica dos grupos locais, em termos de sua organização social e política, de sua capacitação técnica para a produção e gestão, que influi na sua relação com a natureza. Segundo, embora se critique a dispersão e desarticulação dos projetos conservacionistas, sugere-se aqui que, na verdade, existe uma articulação que deve, contudo, ser buscada em outras escalas geográficas, que não a local. Em outras palavras, a articulação se dá nas organizações não governamentais e governamentais das escalas nacionais e internacionais, que tem importante papel no desempenho das experiências locais e que, por isso mesmo, devem levar em conta a socio-biodiversidade local. É hora da pesquisa se orientar para desvendar as condições de sucesso da sustentabilidade e contribuir para sua efetivação.

5. Bibliografia

BECKER, Bertha Koiffmann (1995): «O papel da Amazônia nos cenários para o planejamento ambiental», em: Secretaria do Meio Ambiente, Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (ed.): *Os ecossistemas brasileiros e os principais macro-vetores de desenvolvimento*, Brasília, 91-102.

BECKER, Bertha Koiffmann (1997): «Novos rumos da política regional: por um desenvolvimento sustentável da fronteira amazônica», em: Becker, Bertha Koiffmann / Miranda, Mariana (eds): *A geografia política do desenvolvimento sustentável*, Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 421-443.

BOULDING, Keneth (1966): «The economics of the coming spaceship earth», em: Jarret, H. E. (ed): *Environment quality in a growing economy*, Baltimore: Johns Hopkins.

CATELLS, Manuel (1985): «Technological change, economic restructuring and the spatial division of labour», em: Stöhr, Walter (org.): *Seminar on international division of labour and regional problems*, Viena: IGU/UNIDO/IIR.

Gerd Kohlhepp

Estratégias da Política Ambiental e Regional para a Proteção das Florestas Tropicais no Brasil. O Programa Piloto Internacional e seus Atores em Direção ao Desenvolvimento Sustentável?

1. Introdução

Por ocasião da conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento (UNCED), realizada no Rio de Janeiro em junho de 1992, tornou-se tema central a discussão de uma série de problemas relacionados à questão da destruição dos recursos florestais dos trópicos e as discrepâncias entre países industrializados e em desenvolvimento, no que tange às causas, responsabilidades e conflitos na busca dos objetivos de proteção e utilização, assim como possibilidades de providências internacionais para a proteção das florestas tropicais e transferência de recursos financeiros.

Entre os resultados da Rio-92 com o conceito básico de desenvolvimento sustentável, podem ser citadas a Declaração do Rio sobre meio ambiente e desenvolvimento, a Agenda 21, um programa de ação orientado para o futuro, e a Convenção do Clima e da Biodiversidade.

Mesmo que o objetivo de uma convenção mundial de florestas, de acordo com o direito internacional público, tão almejado pela Alemanha, não possa ter sido alcançado, pelo menos a «Declaração Básica sobre Florestas», assinada por 172 Estados, e os capítulos da Agenda 21 relativos às florestas (entre outros cap. 11: combate ao desmatamento) indicaram «princípios básicos e formas de ação» (BMZ 1997: 4) para a preservação e manejo sustentável das florestas em todos os níveis de escala.

Com o enfoque no direito de soberania nacional e a determinação de que as florestas não devem ser consideradas um «bem global», foram reduzidos preconceitos dos países tropicais em desenvolvimento contra atribuições de funções globais às florestas tropicais, assim como contra iniciativas internacionais de conservação dessas florestas.

No Rio de Janeiro chegou-se à conclusão de que a proteção das florestas tropicais não deve ser limitada à simples segregação espacial de grandes áreas de florestas, como se exigia nos debates «puristas» iniciais sobre ecologia e preservação da natureza. Os fatores sócio-econômicos e sócio-culturais em prol da população local e regional nas florestas, alcançaram maior significado com o manejo sustentável das florestas e a utilização dos seus recursos.

A proteção de áreas florestais sem qualquer tipo de aproveitamento foi, e continua sendo, uma concepção não realizável também sob ponto de vista político nos países envolvidos. Naturalmente, o objetivo é alcançar uma política nacional de desenvolvimento que poupe os recursos naturais incluindo medidas de conservação, paralelamente ao aproveitamento econômico sustentável das florestas tropicais.

No âmbito da política internacional de meio ambiente, a Comissão de Desenvolvimento Sustentável (CSD), criada depois da Rio-92, foi encarregada da execução e assistência contínua para os acordos e programas dessa natureza. Em setembro de 1995 a CSD transferiu os trabalhos relacionados às florestas para o *Intergovernmental Panel on Forests* (IPF) cujas recomendações foram apresentadas no relatório final da assembléia geral extraordinária das Nações Unidas (*Rio plus five*) em junho de 1997 (BMZ 1997; FUE 1997). Com isso, no entanto, as discutíveis questões de uma convenção internacional das florestas não puderam ser solucionadas (WÖHLCKE 1997).

Em abril de 1998, Fernando Henrique Cardoso, Presidente do Brasil, assinou um decreto que já havia sido anunciado em dezembro de 1997, no qual foram previstos mais 25 milhões de hectares de florestas na Amazônia, como áreas protegidas até o ano 2000. Assim, o governo brasileiro atingiria as metas mundialmente estabelecidas pelo Banco Mundial e pelo WWF, ou seja, ter 10% das florestas desta região protegidas por lei.

2. Desmatamento e situação atual das florestas tropicais do Brasil

No âmbito das discussões internacionais sobre preservação e uso sustentável das florestas tropicais e da Declaração Básica sobre Florestas, assinada por ocasião da Rio-92, o Brasil se comprometeu, no início dos anos 90, a participar ativamente das ações voltadas à proteção das florestas tropicais. Isto por causa da rápida e crescente destruição da floresta amazônica. Devido ao fato de que o Brasil possui 30% das florestas tropicais do mundo, o país deveria assumir uma função estratégica no problema da preservação das florestas no seu processo de desenvolvimento.

Desde o início dos anos 70, no âmbito da mentalidade do eldorado, no auge do «milagre econômico» brasileiro, as estratégias e concepções de planejamento do Estado para a ocupação do espaço amazônico e para o desenvolvimento regional, tinham como objetivo a exploração e valorização econômica dos recursos naturais dessa região. O «Programa Nacional de Integração» e o «Programa Polamazônia», contando o último com intensa expansão da participação ativa do setor privado, os projetos de colonização federais, estaduais e privados, voltados para a satisfação das necessidades básicas da população, como grandes projetos de desenvolvimento regional, contribuíram para a forte destruição das florestas tropicais da Amazônia (Kohlhepp 1981, 1984, 1987a) devido às consequências da imigração espontânea e aos efeitos de fortalecimento próprio desses processos de desenvolvimento. No processo do desmatamento, a pecuária e o agrobusiness tem participação de 50%, a colonização agrária de 40%, enquanto que a indústria, a mineração, a construção de barragens e reservatórios, o crescimento urbano e as madeiras assumem 10%.

De uma área de quase 4,1 milhões de km² de florestas naturais da Amazônia brasileira, apenas 0,6% tinha sido desmatada até o ano de 1975. A intervenção humana chegou a elevar esse índice até 3,7% em 1978 alcançando em 1988 a cifra de 9,2% (vide tab. 1). Muitos cientistas (sobretudo Sioli 1956, 1983; Fearnside 1990) já haviam chamado a atenção, em estudos gerais e regionais, sobre o perigo do rápido crescimento das taxas de desmatamento. Um estudo realizado por solicitação do Banco Mundial (Mahar 1989), que estimou um desmatamento de 12% (até 1988) da área total da região de planejamento «Amazônia Legal», provocou veementes discussões sobre taxas de desmatamento. Essa discussão alcançou dimensão política quando os dados do departamento técnico do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE- (até 9,3% de desmatamento da área total de florestas até 1988) foram corrigidos diminuindo o índice, atendendo a intervenção do Governo.

Como mostra a tabela 1, até 1996 12,6% da área total de florestas da Amazônia Brasileira já havia sido destruída (INPE 1998), significando um total de 517.000 km². Vale ressaltar as imensas diferenças regionais: enquanto que no Estado do Amazonas foi destruído apenas 1,8% de florestas, nos Estados de Mato Grosso e Rondônia, que sofreram intensa colonização, essa porcentagem encontra-se atualmente em torno dos 25%. Enquanto Pará e Mato Grosso apresentam a maior perda absoluta de florestas, nos Estados do Maranhão e Tocantins, que possuem taxa alta de Campos cerrados, concentra-se o mais alto desmatamento (tab.1).

Tabela 1: Devastação das florestas na «Amazônia Legal» (em % das áreas de florestas naturais por Estado)

Estados	Área de florestas naturais ¹ (em 1000 km ²)	Área florestal de cada Estado (em %)	Destruição da floresta ² (em %)					
			1975	1978	1988	1990	1995	1996
Pará	1.183,6	93,8	0,7	4,5	11,1	12,2	14,4	14,9
Amazonas	1.531,1	97,2	0,05	0,1	1,3	1,4	1,7	1,8
Amapá	137,4	98,4	0,1	0,1	0,6	0,9	1,3	1,3
Roraima	172,4	76,4	?	0,1	1,6	2,2	3,0	3,1
Maranhão	145,8	55,7	?	43,8	62,3	64,1	67,1	68,1
Tocantins	30,3	10,9	?	10,6	71,2	75,5	82,9	84,0
Mato Grosso	527,6	58,6	1,1	3,8	13,6	15,8	21,3	22,6
Rondônia	212,2	89,1	0,3	2,0	14,1	15,8	21,7	22,9
Acre	152,4	99,7	0,8	1,6	5,8	6,8	8,7	9,0
Amazônia Legal	4.092,8	81,3	0,6	3,7	9,2	10,1	12,1	12,6

Fontes: Kohlhepp 1998c;

¹ Taxas de acordo com SKOLE & TUCKER 1993, p. 1906

² Taxas de acordo com INPE 1998 (taxas absolutas do desmatamento; estimativa própria em % das áreas de florestas naturais). As taxas de 1978 (janeiro); 1988 (abril); 1990 ff. (agosto).

A média anual de destruição das florestas no período entre 1978 e 1988 foi de 21.130 km². Influenciada pela supressão dos incentivos fiscais, a mesma decresceu para 11.130 km² no período 1988/91. Já entre setembro de 1994 e agosto de 1995 essa média anual de destruição das florestas ultrapassou a marca de 29.000 km² (INPE 1998). Ainda não existe uma explicação plausível para este crescimento. No âmbito do ambicioso programa do INPE, de monitoramento dos desmatamentos (Kirchhoff 1992; Miranda 1994; Krug 1997), não há ainda diferenças metodicas de análise e processamento das imagens de satélite. As Imagens-Landsat, em escala 1:250.000, permitem-nos determinar alterações na vegetação em áreas de tamanho igual ou maior que 6,25 hectares. É possível que esse repentino aumento do desmatamento esteja relacionado à ação dos principais atores que, antes e imediatamente após a posse do Presidente Cardoso, tentaram desmatar uma área maior possível, pois sabiam que a re-

organização do IBAMA e a promulgação de novas leis poderiam introduzir restrições mais rigorosas.

Não é somente a destruição direta das florestas que provoca danos ao ecossistema, como também as conseqüências indiretas de interferências antropógenas. Por ocasião do corte seletivo de madeira, não só a metade da vegetação de floresta é destruída, como também a vegetação sofre devido às clareiras, facilitando o ressecamento das árvores. Isto provoca incidência maior de incêndios, como acontece com a vegetação secundária, causando a morte de numerosas espécies da flora e da fauna. O mesmo problema ocorre por ocasião de forte fragmentação do sistema florestal nas áreas de desmatamento, o que se mostra na discussão sobre a questão do tamanho mínimo aceitável como áreas de reservas florestais (Laurance 1998).

Este problema torna-se relevante na segunda maior região brasileira de mata tropical úmida, a Mata Atlântica, uma área de mais de um milhão de km² que se estende do extremo nordeste brasileiro até o nordeste do Estado do Rio Grande do Sul. Esta área sofreu exploração desde o início da era colonial. Sobre tudo a partir de meados do século XIX, registrou-se intenso desmatamento (Dean 1996, para São Paulo vide Kohlhepp 1998b), de modo que, atualmente, não restam mais que 7% da floresta nativa (Lima/Capobianco 1997; MMA 1998; SOS Mata Atlântica/INPE 1993).

3. Programa Piloto Internacional de Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras

O Programa Piloto corresponde à mais ampla tentativa feita até o momento, no sentido de juntar, em uma ação concentrada, atores globais – Banco Mundial, países do G-7, União Européia (UE) – com atores nacionais, regionais e locais, em um programa que deve constituir a realização de objetivos de desenvolvimento regional sustentável estabelecidos na Agenda 21 da Conferência do Rio em 1992 (UNCED).

A partir de um conceito inovativo de desenvolvimento ecologicamente viável, novas alternativas de uso deverão ser testadas e disseminadas na região de florestas tropicais da Amazônia. Essas novas alternativas de uso poderão contribuir, a médio e longo prazo, para uma contínua diminuição do desmatamento. Essas medidas deverão auxiliar não só financeiramente, mas também no conteúdo à reorientação da política regional de desenvolvimento da Amazônia, já iniciada pelo governo brasileiro.

O Programa Piloto é baseado em uma iniciativa alemã apresentada por ocasião da conferência mundial de economia (G-7) realizada em 1990 em Houston. O esboço do programa foi desenvolvido no âmbito das preparações da ECO/92, pelo governo brasileiro, com apoio do Banco Mundial, da UE e dos países G-7. Em Genebra, em dezembro de 1991, foram votadas as modalidades de concepção, financiamento e execução do mesmo. A coordenação do programa foi conferida ao Banco Mundial. Um fundo fiduciário (*Rain Forest Trust Fund*) foi criado, em 1992, para assumir parte dos assuntos financeiros do Programa. A maior parte do financiamento do projeto é realizado pelos países G-7 - através de doações, e não de simples créditos.

Aqui deve-se ressaltar o empenho e disposição do Brasil na execução do Programa Piloto, uma vez que o mesmo vem enfrentando várias dificuldades: por um lado, por se tratar de uma atividade internacional, ocorrem ressalvas sobre a questão da soberania nacional, e por outro, no âmbito da política interna brasileira, onde diferentes grupos de interesse econômico viam o Programa de maneira controversa, colocando-o em questionamento. Diante da iminência da ECO/92 o governo brasileiro, em 1991/92, sentiu-se obrigado a tomar decisão positiva para a execução do Programa Piloto, que serviu naturalmente como «modelo de consciência ecológica». Todos os atores do Programa Piloto estão convictos de que convenções restritivas de preservação da natureza, e especialmente na área de florestas, não poderão ser executadas politicamente com êxito, se não levarem em consideração a dimensão dos problemas sociais da população regional e local.

O principal objetivo do Programa Piloto é a otimização das formas de proteção e uso sustentável das florestas tropicais brasileiras tanto da Amazônia quanto da região litorânea (Mata Atlântica), de acordo com critérios sociais e ecológicos, visando sobretudo os interesses da população regional. Como estratégia básica de desenvolvimento, os processos de crescimento econômico devem ser adequados à capacidade de suporte dos ecossistemas naturais.

Depois das estratégias militares de exploração dos recursos naturais, nos anos 70 e início dos anos 80, o Brasil não havia, até pouco tempo, apresentado qualquer conceito básico de desenvolvimento regional da Amazônia (Kohlhepp 1984, 1987a). Hoje os princípios básicos do Programa Piloto encontram-se em concordância, não só com as metas de desenvolvimento da Amazônia, declaradas pelo atual governo (MMA & SCA 1995, 1997a; MMA & CONAMAZ 1998), mas também com uma declaração de consenso dos Estados Amazonenses, os quais desempe-

nam papel fundamental na execução da descentralização da política ambiental. O Programa Piloto tem os seguintes objetivos (MMA & SCA 1996, MMA & World Bank 1998):

- servir de modelo para a cooperação entre países industrializados e em desenvolvimento na solução de problemas ambientais globais,
- comprovar a compatibilidade entre objetivos ecológicos, econômicos, sociais e da política ambiental na proteção e uso dos recursos naturais das florestas tropicais,
- proteger espaços vitais das populações indígenas,
- preservar os recursos genéticos dos ecossistemas florestais dos trópicos,
- contribuir para a diminuição da emissão de CO₂ através da redução das queimadas na floresta amazônica.

O Programa Piloto foi concebido como um programa experimental no âmbito do qual eficazes modalidades de ações para a proteção e uso sustentável da maior região de florestas tropicais da Terra deverão ser desenvolvidas, aplicadas, além de ter seus resultados testados. Para se atingir os objetivos do Programa serão realizadas as seguintes medidas, as quais se refletirão nos diversos projetos do Programa Piloto (BMZ 1998):

- fortalecimento das instituições públicas estaduais na realização de políticas ambientais sustentáveis, considerando o conhecimento tradicional local de ONGs e do setor privado,
- melhoramento dos modos de uso dos recursos naturais e da gestão das áreas de proteção ambiental,
- apoio a pequenos projetos de ONGs regionais e transferência de resultados adquiridos,
- fomento a pesquisas aplicadas e orientadas a um manejo sustentável das florestas tropicais.

Essas medidas são parte integrante de todos os projetos do Programa Piloto.

A estrutura de coordenação do Programa Piloto mostra a função central desempenhada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) no lado brasileiro que, em cooperação com outros ministérios (Justiça, Ciências e Tecnologia), organiza o projeto. O Banco Mundial descentralizou a ad-

ministração do Programa, criando um departamento próprio em Brasília, com direção do Programa, coordenação e avaliação do mesmo; lá alguns países doadores e a UE também mantêm seus próprios coordenadores.

Nos anos da preparação do Programa Piloto o governo brasileiro introduziu mudanças fundamentais na área da política do meio ambiente. Após anos de persistentes tentativas, da parte de personalidades individuais, no sentido de chamar a atenção pública e especialmente a dos políticos sobre os problemas ambientais, foi criado, pelo governo federal, um ministério de meio ambiente, encontrando-se logo depois em pleno funcionamento e com especial atenção voltada para a região amazônica. A nível regional foi estabelecida uma primeira base para a atuação das Organizações Estaduais de Meio Ambiente (OEMA) que deverá ser melhorada no âmbito da descentralização com o apoio do Programa Piloto.

A crescente disponibilidade dos atores institucionais no âmbito global e nacional para a flexibilidade e consideração dos desafios especificamente regionais contribuíram - juntamente com um entrelaçamento mais intenso no conteúdo e no espaço - para o surgimento de um Programa que, sob condições melhoradas de uma política regional integrada, testa indicadores para um desenvolvimento sustentável.

Numerosas iniciativas inovadoras devem ser positivamente destacadas nesta fase do Programa Piloto como a diminuição de conflitos regionais através da articulação e participação da população envolvida, com a inclusão de diferentes atores locais, em uma iniciativa *bottom up* (desenvolvimento de baixo para cima), procedimentos coordenados pelos governos federal, estadual e municipal e integração de projetos em um programa suplementar de pesquisas aplicadas e direcionadas a determinados objetivos. O Programa Piloto abrange pelo menos 20 milhões de pessoas que vivem atualmente na Amazônia sendo que 80% vivem em cidades. A partir desse ponto de vista, a Amazônia é uma «urbanized forest» (Becker 1995) com «rainforest cities» (Browder/Godfrey 1997). O Programa, em sua concepção, não está adequado a estas condições, pois os problemas ambientais urbanos não são considerados. Este fato, aliás, frente às prioridades dessa fase-piloto é de fácil compreensão.

4. Componentes do Programa Piloto

Quatro subprogramas desenvolvidos no âmbito do Programa Piloto compreendem uma série de projetos parciais: *Projetos Demonstrativos* (propostas de projetos das ONGs), *Ciência e Tecnologia Aplicada*, *Política de Recursos Naturais* e *Manejo de Recursos Naturais* (unidades de conservação,

parques e reservas, etc). Os primeiros projetos foram aprovados em 1994 e implementados em 1995.

No caso dos *Projetos Demonstrativos* (PD/A) das organizações não governamentais (ONGs) e de outras organizações de base tentou-se, pela primeira vez, promover um desenvolvimento de «baixo para cima» (Hall 1997b) de modo que a população local e regional (pequenos produtores, seringueiros, grupos indígenas, ativistas ecológicos) possa articular e realizar suas propostas de uso sustentável dos recursos naturais (agrosilvicultura, reabilitação de áreas degradadas, plantas medicinais), orientadas às suas necessidades. Neste caso trata-se de teste de soluções alternativas para os problemas ambientais locais.

Perante às numerosas tentativas do governo de executar iniciativas de proteção da natureza, os Projetos Demonstrativos baseiam-se na concessão da flexibilidade de estruturação própria dos projetos dos grupos envolvidos. Nesse sentido, uma atenção especial é dispensada à capacidade de realização de pequenos projetos. O significado da formação de conhecimentos agrosilviculturais (Anderson 1990; Smith et al. 1996, 1998) e a difusão de resultados devem ser sempre ressaltados. A distribuição desses recursos é decidida pelo MMA, juntamente com a organização matriz das ONGs, o GTA (Grupo de Trabalho Amazônico) e a CMA (Comissão Mata Atlântica). Os recursos financeiros fluem, através de um fundo, diretamente às ONGs. Com recursos financeiros limitados (em média US\$ 139.000) apenas 120 dos 643 requerimentos foram deferidos, dos quais 96 para a Amazônia e 24 para a região da Mata Atlântica (MMA/SCA 1998a; atualizado pelo PD/A até dezembro de 1998). O projeto, o qual se desenvolveu de forma extremamente favorável e que mostra efeitos difusores bastante positivos, pôde ser incrementado financeiramente através de outros meios (BMZ 1998), uma vez que outras iniciativas promissoras estão sendo preparadas, como por exemplo, educação ambiental, projetos a nível municipal, assim como projetos demonstrativos de grupos indígenas. A realização de *workshops*, que tem como objetivo a troca de experiência em diferentes regiões da Amazônia e a realização de cursos de formação e treinamento tem mostrado ótimos resultados.

A comercialização adequada dos produtos gerados através do manejo sustentável, com o aumento de motivação e da capacidade de sobrevivência econômica dos grupos envolvidos terá futuramente maior significado, como é constatado nas Reservas Extrativistas. Para isso, a participação do setor privado deverá ser muito mais intensa.

O governo alemão não só participa com mais de 60% do financiamento dos Projetos Demonstrativos, mas também renunciou, neste caso excepcional, do direito de exigir do governo brasileiro garantias oficiais de que todos os recursos doados serão realmente destinados aos fins previstos. Esse tipo de garantia o governo brasileiro obviamente não poderia ceder em nome das ONGs.

Através do subprograma *Ciência e Tecnologia*, fomenta-se não só as pesquisas de ecologia tropical no sentido mais amplo (centros de pesquisa selecionados, como por exemplo o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA -, em Manaus, e o Museu Emílio Goeldi, em Belém), mas também cientistas da região. Os incentivos são destinados sobretudo à pesquisa aplicada sobre ecossistemas, às tecnologias de desenvolvimento sustentável e à melhoria das relações homem-meio ambiente. No âmbito do programa parcial denominado «pesquisa dirigida», a comissão seletora brasileira pôde aprovar, até agora, mais de 100 projetos, os quais apresentaram destacados princípios inovativos. Para fortalecer a contribuição da ciência para o desenvolvimento sustentável da região amazônica, requerido há muito tempo, faz-se necessário desenvolvimento de projetos com pesquisas orientadas às necessidades dos grupos alvo e superação dos problemas regionais específicos (Kohlhepp 1987b).

Os projetos de cooperação técnico-científica Brasil-Alemanha, desenvolvidos no âmbito do programa SHIFT (*Studies on Human Impact on Forests and Floodplains in the Tropics*) são concebidos como contribuição alemã para o Programa Piloto (BMZ 1998, BMBF 1995); e os temas desses projetos estão de conformidade com as metas desse Programa (Kohlhepp 1997). Uma transferência dos resultados do Programa SHIFT a projetos do Programa Piloto, que encontram-se em fase de preparação, seria desejável.

Com o subprograma *Política de Recursos Naturais* (SPRN) tenta-se, pela primeira vez, realizar uma divisão de trabalho afinado entre os governos central, regional e local, no que concerne à política de proteção ambiental na Amazônia. Nisto, destaca-se o importante papel desempenhado pelo fortalecimento da descentralização, na qual os órgãos federais de meio ambiente atuam através do fomento institucional nas áreas de organização, apoio técnico e pessoal qualificado, enquanto que às populações regionais e locais são dadas possibilidades para uma participação ativa. Objetivos são encontrar soluções duradouras para os conflitos de interesse e conciliar o Programa Piloto com as políticas regional e ambiental planejadas para a Amazônia.

Ademais o conceito de zoneamento encontra-se em fase de teste. A respeito disso foi realizada uma abrangente discussão metodológica (Ab' Saber 1989; SAE 1991; Schubart 1994; Becker/Egler 1997; Kohlhepp 1995a; Nitsch 1996; MMA/SCA 1997b). Para se realizar um planejamento estratégico, é prioritariamente necessário o estabelecimento de um sistema de informações sobre as condições básicas de organização espacial. Há pouco tempo passou-se a priorizar subprojetos orientados a uma gestão do meio ambiente integrada. Os subprojetos baseiam-se em um planejamento ambiental implementado pelo Estado, o qual tem se empenhado na identificação de problemas críticos e ao mesmo tempo na realização de ações estratégicas para solucionar os problemas em regiões prioritárias (MMA/World Bank 1998). As Secretarias do Meio Ambiente dos Estados do Acre, Pará e Amazonas são apoiadas na realização dos projetos por consultores da Sociedade Alemã de Cooperação Técnica (GTZ). Somente num segundo passo será possível realizar, com a participação de todos os atores, um plano de uso do solo nas regiões críticas. A execução desse plano de uso do solo apresentará, sem dúvida, diversos riscos, porém ele é imprescindível para as medidas de planejamento espacial.

O subprograma *Manejo de Recursos Naturais e Unidades de Conservação* compõe-se de uma série de projetos básicos, os quais devem contribuir para o melhoramento do uso sustentável dos recursos naturais e para a consolidação da política de meio ambiente do Brasil. Esses projetos abrangem os seguintes temas:

- Demarcação e proteção de Áreas Indígenas (PPTAL),
- Reservas extrativistas (RESEX),
- Manejo sustentável das florestas e medidas de suporte para a administração florestal (PROMANEJO),
- Manejo de recursos naturais em áreas de várzeas (PROVÁRZEA),
- Estabelecimento de «corredores ecológicos» (Parques e Reservas),
- Vigilância e controle de queimadas (PRODESQUE).

Enquanto que os dois primeiros projetos estão em andamento há anos, os outros encontram-se em fase de preparação.

No âmbito da política de manejo dos recursos naturais, o projeto de demarcação de *Áreas Indígenas* pertence aos projetos planejados há muito tempo, porém representa um tema muito questionado no contexto da política interna e altamente sensível. Tanto a proteção da população indí-

gena, que vive nas florestas tropicais, como o asseguramento do espaço vital e das formas de economia adaptadas ao meio natural constam como prioridades no Programa Piloto.

Quando o projeto Áreas Indígenas foi incorporado ao Programa Piloto (1994/95), apenas a metade das 556 reservas indígenas reconhecidas pela FUNAI (= 9,8% da área total do Brasil) eram protegidas por lei. A legalização de Áreas Indígenas caracteriza um processo complicado, que exige os procedimentos formais de identificação, definição de fronteiras, demarcação e homologação (registro oficial). No Programa Piloto, serão demarcadas 123 áreas. Isto envolve a abertura de picadas, o assentamento de marcos, etc., ou seja, uma nítida definição dos limites da área para, finalmente, se poder preparar o processo de legalização. Além disso, um total de até 42 novas áreas deverão também ser submetidas a estudos de identificação e definição cartográfica de fronteiras.

A execução dos projetos está a cargo da FUNAI, que é apoiada pelas ONGs. A Alemanha arca com a maior parte do financiamento e, através da cooperação técnica, também contribui na execução dos projetos. Já que as objeções apresentadas - depois da promulgação do decreto Nr. 1775, em 1996 - contra o reconhecimento de Áreas Indígenas (vide Kohlhepp 1998a) foram rejeitadas pelo Ministério da Justiça, espera-se que maiores prorrogações na realização do projeto possam ser evitadas, especialmente porque em novembro de 1997 foram registradas novas áreas, com um total de 8,5 milhões de hectares.

A participação da população indígena na demarcação, na vigilância e controle da área sob proteção, contribuirá para um maior êxito do projeto (Schönenberg 1998). O projeto PPTAL garantirá a proteção do espaço vital dos povos indígenas, contribuindo para a redução da destruição dos recursos naturais nas áreas habitadas por esses povos. Com isso não será possível, porém, evitar perigos de degradação e perdas dos conhecimentos tradicionais dos indígenas, assim como objetivos «modernos» na comercialização de recursos naturais pela geração mais jovem. A proteção das Áreas Indígenas ainda é muito importante porque forças contrárias às necessidades indígenas aumentam a vulnerabilidade do seu espaço vital. A conclusão do PPTAL seria um marco na «história infinita» das discussões sobre reservas e demarcações. Os meios financeiros internacionais disponíveis dificultam as atividades de obstrução dos atores nacionais do setor privado, como também os argumentos financeiro-políticos para o adiamento do projeto. A doação de terras para Áreas Indígenas permanecerá como tema constante e controverso.

O estabelecimento de quatro *Reservas Extrativistas* (Chico Mendes e Alto Juruá no Acre, Alto Cajarí no Amapá e Rio Ouro Preto em Rondônia; área total de 21.600 km²) deve permitir à população não indígena (seringueiros, coletores de castanha-do-Pará) que, em parte, vive há mais de 120 anos na região, o direito ao uso legal permanente e coletivo dos recursos florestais. Com isso deverão ser executadas formas de uso dos recursos naturais que sejam não só ecologicamente sustentáveis, mas também socialmente compatíveis e economicamente viáveis. Os objetivos mais importantes a serem alcançados são a proteção contra a destruição das florestas, o asseguramento por lei do espaço vital e econômico, fortalecimento das comunidades locais e preservação da biodiversidade. A concepção das «Reservas Extrativistas» (Allegretti 1994; Clüsener-Godt/Sachs 1994; Empereire 1996) teria boas perspectivas mesmo se a viabilidade econômica não puder ser garantida somente através da extração da borracha, incluindo outros produtos não madeireiros (frutas, palmeiras, fibras e plantas oleosas). Para isso naturalmente, seria necessária uma comercialização bem sucedida (Assies 1997) e uma intensificação do uso dos recursos que atinjam métodos da agrossilvicultura.

O planejado projeto de *Manejo sustentável das florestas* (PROMANEJO) com a participação da população local, a ser financiado principalmente pela Alemanha, encontra-se em fase inicial. Tendo em vista o aumento do consumo nacional da madeira – 37,4% da produção é absorvida pelo Sudeste, 14% pelo mercado mundial (FOE et al. 1999) – e a crescente participação da Amazônia no comércio mundial de madeira de lei, de 2% em 1989 para 8% em 1995, é de suma importância o fomento de métodos inovativos na economia florestal, de reformas na administração de florestas e da política florestal, de teste de técnicas para o manejo florestal cuidadoso na floresta nacional de Tapajós, inclusão de ONGs e atividades de «social forestry». Na futura exportação de madeira, a certificação será condição fundamental. Este procedimento já é adotado por diversas empresas madeireiras (por ex. em Itacoatiara), mas mostra-se como processo moroso.

Entre os projetos em fase de preparação, o projeto *PROVÁRZEA* merece especial atenção, tendo como objetivo promover o uso sustentável dos recursos naturais das várzeas com enfoque especial na economia pesqueira. Isto significaria alternativas economicamente viáveis para a população ribeirinha em relação ao sistema de rotação de terras.

Num projeto, o qual também foi apoiado pela Alemanha em sua fase preparatória, vem-se tentando integrar áreas de proteção ambiental já existentes em um conceito de *Corredores ecológicos*. Com isso deverá ser cri-

ada uma rede regional de grandes áreas para a proteção da biodiversidade na Amazônia e na Mata Atlântica. O conceito do projeto ainda está sendo discutido.

A situação atual sensibilizou o Banco Mundial e o Ministério do Meio Ambiente a se concentrarem em um projeto originalmente planejado para incentivar a reutilização de áreas degradadas como medida de controle dos desmatamentos e das queimadas (*PRODESQUE*). Não obstante, o enfoque central deve ser o monitoramento e, a nível local, o desenvolvimento e a aplicação de métodos para controle dos desmatamentos ilegais, da destruição das florestas e das queimadas nas áreas prioritárias do projeto da Política de Recursos Naturais.

Finalmente, em meados de 1998 foi iniciado um projeto de *Monitoramento e Avaliação* do Programa como um todo. No âmbito do mesmo será feito um estudo sistemático de cada projeto com a finalidade de avaliar os resultados e promover a difusão dos conhecimentos adquiridos. Com um *feedback* mais rápido, o Programa Piloto e seus projetos se tornarão mais transparentes e, ao mesmo tempo, a capacidade de execução das «lições aprendidas» será submetida a uma análise crítica por todos os atores. Isso será realizado em estreita cooperação com uma comissão de peritos científicos, o *International Advisory Group* (IAG), o qual, pela primeira vez desta forma e, em nome de todos os participantes, analisa a concepção, progressos no Programa e avaliações de projetos no âmbito de um programa internacional de meio-ambiente. Os projetos do Programa Piloto, que se encontram em andamento, localizam-se em todos os Estados amazonenses, de modo que, atualmente na região, existem condições favoráveis ao estabelecimento de rede de projetos interligados com a inclusão, tanto de atores locais como regionais.

Para sua fase inicial, o Programa Piloto dispõe de financiamentos garantidos e recursos já disponíveis no valor de mais de US\$ 300 milhões para a cooperação técnica, sendo que 17% encontram-se no fundo fiduciário para florestas tropicais. A Alemanha é o maior doador (45%), seguida pela UE (17%) (Kohlhepp 1998c, tabela 2). O Brasil participa com uma taxa de cerca de 10%, sobretudo com financiamento de pessoal.

Depois de uma fase inicial difícil e com a implementação dos primeiros projetos no ano de 1995, o Programa Piloto alcançou notável progresso. Inicialmente, os enormes problemas administrativos foram claramente subestimados. Estes problemas decorrem não só devido aos processos burocráticos de avaliação e deferimento, que exigem dispêndio de tempo, trabalho e capital, mas também devido às normas regulamentares de todos os participantes: Banco Mundial, países do G-7 e governo

brasileiro. Por isso só uma parte relativamente pequena dos meios financeiros aprovados pôde ser aproveitada. Devem ser consideradas também as condições institucionais e políticas que regem a execução de programas ambientais e de desenvolvimento regional.

Alguns déficits na concepção do complexo Programa Piloto permanecem no entanto latentes. Por exemplo, problemas ambientais urbanos e grande parte dos problemas relacionados aos pequenos produtores não são considerados e, além disso, inexistem, no âmbito do Programa, mecanismos de uma política ambiental orientados ao combate à pobreza. Nesta área as ONGs vem desenvolvendo trabalho pioneiro (Hall 1997b; GTA/FOE 1994, 1996), como por exemplo o Projeto POEMA que atua, com o apoio da Daimler-Benz AG (POEMA 1994), nos arredores de Belém e na Ilha de Marajó.

5. Conflitos de interesse na política regional para a Amazônia: Programa Piloto versus novos programas de investimento?

Desde os anos 90, quando o Programa Piloto foi concebido, as ações estatais na Amazônia desenvolveram-se com fortes disparidades. Por um lado são feitos novos investimentos para a ampliação da infra-estrutura, para o crescimento econômico e para a integração de mercado; por outro, há a obrigatoriedade de se seguir, em consequência do Programa Piloto e como meta da política regional, o desenvolvimento sustentável, a proteção ao espaço vital da população local e regional e a preservação do meio ambiente. A nova política regional integrada (MMA/SCA 1995, MMA/CONAMAZ 1998²) do governo central aspira a consolidação do desenvolvimento da Amazônia. Através da descentralização e participação da sociedade civil serão empreendidas atitudes decisivas no sentido do uso sustentável de recursos, orientados para os interesses da população regional. Enquanto isso, surge, através do recém-criado programa do governo «Brasil em Ação» - um mega programa - e na execução do Programa «Avança Brasil» (2000-2003) (Ministério do Planejamento e Avaliação 1997; BNDES 1998; Ministry of Planning, Budget and Management 1999), um novo potencial de conflitos de grandes dimensões que, pelo grande interesse da economia privada pode ser ainda mais intensificado.

Os termos «eixos de integração» e «corredores de desenvolvimento» lembram a ideologia de exploração e valorização do governo militar nos anos 70, quando o Programa de Integração Nacional foi realizado (Kohlhepp 1981). Hoje em dia a questão da integração é vista sob o ponto de vista do Mercosul e da globalização. Os mega projetos - navegabilidade

do Rio Madeira (Porto Velho - Itacoatiara: 1.056 km), no Teles Pires-Tapajós como também no Tocantins-Araguaia (obra paralisada no momento devido a não aprovação do RIMA), o asfaltamento do eixo Cuibá-Santarém (BR-163) e da Rodovia de acesso à Guiana Francesa no Amapá (BR-156), assim como os trabalhos de melhoria na BR-364 em Rondônia, com prolongamento via Acre para o Peru - têm que ser considerados de acordo com os objetivos da proteção ao meio ambiente (GTA/FOE 1996; 1998; Pasca/Friedrich 1998; Nepstad et al. 2000), para evitar efeitos negativos a longo prazo. Isto também diz respeito ao gasoduto de Urucú (Amazonas) para Porto Velho e Manaus como a condução de energia elétrica a grande distância de Gurí (Venezuela) para Manaus.

Tendo em vista as grandes somas de investimentos - dos quais dois terços financiados pelo governo - que já na primeira fase (até 2003) irão superar visivelmente o Programa Piloto (o montante total dos meios financeiros para o Programa abrange 3% da parte I do Programa «Brasil em Ação»), o monitoramento do meio ambiente tem que ser executado sem cortes. O Programa de investimento carece entretanto, até o momento, de componente de meio ambiente (Becker 1999).

A expansão da soja significa uma ameaça a mais para partes da floresta tropical na Amazônia. O plantio dessa leguminosa, estendeu-se com rapidez durante a última década na região dos campos cerrados no Brasil Central (Kohlhepp/Blumenschein 2000) e, recentemente, vem penetrando a periferia da Amazônia. No norte do Mato Grosso, no leste do Pará e no Amazonas (Região Humaitá - Novo Aripuanã) são realizadas numerosas ações em prol da difusão do plantio da soja (Carvalho 1999), sendo que as sementes utilizadas ainda não são geneticamente modificadas. A produção é influenciada pelos países receptores do farelo de soja, o qual é utilizado como ração, principalmente na Europa. Também é do interesse da WTO e do governo brasileiro aumentar a exportação deste produto. O Brasil tem na Amazônia uma nova fase de ampliação da infraestrutura direcionada à produção, pois a ampliação das hidrovias beneficiará sobretudo o transporte da soja para o norte, através dos afluentes do Amazonas, até o porto de transbordo de Itacoatiara, situado a leste de Manaus. Os custos de transporte por hidrovias, em relação ao transporte rodoviário para os portos de exportação de Paranaguá (Paraná) ou Santos, poderiam ser drasticamente reduzidos.

Considerando que, até o momento, importantes setores econômicos como agricultura, mineração, energia, transporte e planejamento urbano não se encontram afinados com os objetivos do Programa Piloto, mos-

tra-se cada vez mais um antagonismo aberto entre as metas dos planejadores e economistas e o Programa de meio ambiente. Este fato poderia influenciar decisivamente a disposição dos doadores internacionais para com a participação em uma segunda fase do Programa. É urgentemente necessário se iniciar a reforma do desenvolvimento regional tradicional, o qual tem sido implementado pelo Órgão Federal de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que continua a situar colonos na Amazônia sob condições precárias. Os projetos de colonização em nada puderam ser enriquecidos com experiências anteriores e, para o PPG-7, são contraproducentes. O explosivo problema dos sem-terra não poderá ser resolvido através de assentamentos desordenados na Amazônia.

Através do monitoramento da Amazônia, por satélites, conteúdo do discutido Projeto SIVAM, da Secretaria de Assuntos Estratégicos e dos militares, as atividades ilegais de corte da madeira, queimadas e até o crescente tráfico de drogas, juntamente com a sua infraestrutura poderão ser rapidamente identificadas e poderiam, conseqüentemente ser punidas. Caso os órgãos de meio ambiente, como previsto, puderem ter acesso a dados relevantes, será de grande importância para o monitoramento dos projetos de investimento como o «Avança Brasil». Através disso, poderiam ser evitados, de antemão, conflitos políticos regionais.

6. Os desafios do fenômeno El-Niño para o Programa Piloto

Preservar a floresta tropical na região da Amazônia brasileira também significa um desafio à natureza de enorme dimensão.

Resquícios do El-Niño em tempos históricos já foram comprovados, como por exemplo pela descoberta de carvão vegetal nos últimos 1500 anos tendo sido a região certamente atingida por quatro mega-Niños, após longos períodos de sêcas (Meggers 1994; Nepstad et al. 1999). Enquanto que florestas tropicais densas, em condições normais, não correm risco de incêndios, secas extremas, como a que ocorreu na região de Paragominas (Leste do Pará), no ano de 1997 - precipitação de 88 mm, em 200 dias, com uma evapotranspiração de 800 mm - podem provocar grandes queimadas. A ação antropogênica nos instáveis ecossistemas florestais da Amazônia tem contribuído para que El-Niños mais fracos cheguem a provocar incêndios de grandes dimensões e conseqüências.

De fato, o fogo é um dos tradicionais «instrumentos» da população nas florestas e representa o método mais barato das atividades agrícolas das regiões florestais. Na verdade, o método das queimadas é utilizado mundialmente nas áreas de agricultura itinerante e de rotação de terras.

Entretanto, cabe diferenciar as tradicionais queimadas, que são controladas e realizadas em pequenas áreas, sem maiores danos ao meio ambiente, das grandes queimadas. Estas surgem do processo de colonização agrária em massa e envolvem grandes empresas agrícolas, as quais usam as queimadas como uma forma de aumentar suas áreas de produção e, sobretudo, de pastagem, o que contribui para a destruição dos recursos naturais em grande escala.

As queimadas nas áreas desmatadas e de pastagens representam a tradicional forma de regeneração dos pastos e de combate às ervas daninhas. Cabe diferenciar, no entanto, um outro tipo de incêndio, até o momento não muito conhecido: são os fogos rasteiros que surgem nas áreas de florestas após longos períodos de estiagem (5 a 6 meses) regionalmente diferenciada. Depois disso a tolerância da seca nas florestas tropicais, com o seu microclima úmido e sombrio encontra-se esgotado, a água do solo absorvida e o estresse da seca que provoca caída da folhagem conduzindo a uma camada de folhas secadas pela influência da insolação. Este tipo de incêndio não pode ser detectado pelo sistema de satélite até agora utilizado; entretanto, provoca um aumento de até 60% das áreas de florestas danificadas pelo fogo, variando de acordo com a região (Nepstad et al. 1999). Através desses incêndios e devido ao seletivo corte de madeiras, o qual provoca uma forte vulnerabilidade do ecossistema florestal, eleva-se extraordinariamente o risco dos incêndios não intencionais nas áreas de florestas. Os incêndios rasteiros, que num primeiro momento deixam a copa das árvores intactas, provocam o ressecamento dos troncos e – mais tarde – elevam as chances de ameaça de fogo e da destruição completa da biomassa.

Os grandes incêndios no estado de Roraima, o estado mais ao norte da Amazônia, no final de 1997 e nos três primeiros meses de 1998 foram causados por um período de nove meses de estiagem (julho/97- março/98), incomum para a época, causando incontroláveis incêndios naquele estado. Consequentemente houve grande destruição de imensas áreas de florestas. O fogo foi iniciado nas áreas dos campos cerrados utilizadas para a pecuária e nas áreas desmatadas para assentamento dos colonos alastrando-se sobre as florestas vizinhas ressecadas pelo El-Niño. Uma frente de fogo de 115 km de extensão chegou a ameaçar até mesmo a densa área de floresta próxima a reserva dos Yanomamis. Uma área de 33.000 km², das quais 10.000 km² pertencentes a áreas de florestas, chegou a ser prejudicada pelos incêndios, de modo que no dia 22 de janeiro de 1998 o Estado de Roraima foi declarado como área em estado de emergência. Em torno de 12.000 pessoas, entre as quais 7.000 índios (Ya-

nomami, Makuxi, Wapixana), necessitaram ajuda imediata. A perda de residências, plantações, sementes, e de um rebanho de aproximados 14.000 cabeças de gado, assim como crescentes problemas de saúde provocados também pela carência de água exigiram ações de ajuda nacionais e internacionais (UNDAC 1998; Estado de Roraima/SEPLAN 1998).

Iniciou-se a implementação de medidas no sentido de aperfeiçoar equipamentos e técnicas de manejo do fogo, desenvolver estratégias de prevenções de riscos de incêndios, assim como no sentido de realizar a instalação de estrutura organizada para controle das queimadas.

As experiências com as queimadas catastróficas de Roraima esboçam um cenário ainda mais perigoso. As repetidas incidências do fenômeno «normal» El-Niño, com intervalos de tempo relativamente curtos, expõem a preservação das florestas tropicais amazônicas frente a problemas de dimensões até agora não conhecidas. Nas épocas de secas provocadas pelo El-Niño, a vulnerabilidade das florestas tropicais é fortemente elevada pela ação antropogênica nos ecossistemas florestais, os quais já se encontram em desequilíbrio ecológico, de intensidade regional variável.

De acordo com o mapa de risco (IPAM et al. 1998, Nepstad et al. 1999), na segunda metade de 1998 quase 400.000 km² de florestas tropicais intactas, i.e., quase 11% da área total de florestas da Amazônia, encontravam-se ameaçadas pelo fogo. 200.000 km² são indicados como áreas de alto risco, incluindo partes sobretudo das regiões oeste e sudoeste do Pará (68%), assim como do norte do Mato Grosso (estrada Cuiabá-Santarém), de Roraima e Maranhão. Grandes áreas dos municípios São Félix do Xingu, Santarém, Altamira, Marabá (todos no Pará), Boa Vista (Roraima) entre outros, encontram-se fortemente ameaçadas (IPAM et al. 1998).

7. Considerações Finais

Apesar de alguns problemas conceituais e algumas deficiências existentes com relação a sua implementação, o Programa Piloto constitui um dos poucos e, ao mesmo tempo, o mais amplo e concreto exemplo de programa de proteção ao meio ambiente até agora realizado entre países industrializados e em desenvolvimento. Tendo como ponto central a proteção e o uso sustentável da floresta tropical, no âmbito de uma harmônica relação homem-meio ambiente, o Programa Piloto visa superar o conflito ecológico existente entre Norte e Sul (Wöhlcke 1993). Os problemas surgidos por ocasião da implementação dos programas de desen-

volvimento regional POLONOROESTE e PLANAFLORO em Rondônia não se repetirão no caso do Programa Piloto, uma vez que foram desenvolvidos mecanismos de controle mais eficientes. O termo Programa Piloto sugere, naturalmente, uma segunda fase, que seria a principal e que desse continuidade à primeira, utilizando de forma mais ampla os conhecimentos adquiridos. Evidentemente será necessário maior volume de recursos. Caso os primeiros projetos do Programa Piloto venham a mostrar resultados positivos e possam comprovar seu caráter de transmissibilidade, é de se esperar que a participação de alguns países do G-7 venha a ser fortalecida.

A disposição do governo alemão em apoiar o Programa Piloto merece reconhecimento especial. A Alemanha assumiu não somente o papel de pioneira em relação à política ambiental, fornecendo 45% dos meios financeiros doados até agora, mas também oferece ampla e intensiva prestação de serviços através de instituições como BMZ/GTZ e KfW no âmbito da preparação e implementação de projetos no PPG-7.

O Programa Piloto, apesar de uma série de problemas ainda existentes, é um modelo de cooperação Norte-Sul no âmbito do qual, ao invés de acusações recíprocas, é estabelecida uma crescente disposição, da parte dos atores institucionais, para uma maior flexibilidade e implementação das primeiras «lições aprendidas». A mudança do conceito *top down* para um programa baseado em idéias *bottom up* mostra que a descentralização da política ambiental e regional e a crescente participação da população afetada apresentam primeiros resultados. A partir do aperfeiçoamento do conteúdo e do entrelaçamento espacial de diferentes subprojetos resultou um programa, cujos efeitos sinérgicos, a nível nacional e regional contribuiu para a formação de condições melhores para uma política de desenvolvimento regional integrada («Política Regional Integrada para a Amazônia», «Agenda 21 para a Amazônia», «Protocolo Verde») (veja contribuição de Bertha Becker neste Volume).

O Programa Piloto, apesar de ainda se encontrar em um frágil estado experimental, vem estabelecendo condições que, embora não sejam capazes de - pelo menos a curto prazo - interromper a destruição das florestas tropicais brasileiras, têm criado condições de uma ação participativa na definição de uma política ambiental no sentido da sustentabilidade. O surgimento de novas alternativas econômicas, em benefício da população, com base em métodos econômico e ambientalmente compatíveis, no sentido de uma «conservação produtiva» (Hall 1997a), juntamente com a conscientização da necessidade de preservar as florestas, poderá, sem dúvida, contribuir para uma forte diminuição do processo de destru-

ição. Para tal é preciso uma imposição política juntamente com as medidas necessárias e da continuidade das atividades.

Ainda não é possível avaliar definitivamente os resultados da fase inicial do Programa Piloto, porém é certo que nenhum dos programas e estratégias anteriores foram tão abrangentes quanto o Programa Piloto. Além disso, em comparação aos anteriores, o Programa em tela não só dispõe de um melhor apoio político e social mas também conta com uma melhor coesão em termo de participação de atores de escala global até à local.

As severas restrições impostas pelo FMI, com objetivos de promover uma drástica redução orçamentária, vêm obrigando o Brasil, desde fins de 1998, a introduzir rigorosas medidas econômicas cujas conseqüências atingiram também a área da política ambiental. Dessa forma, a contribuição brasileira para com o financiamento do Programa Piloto foi fortemente reduzida no ano de 1999. Mesmo assim, tendo em vista a elevada contribuição internacional isenta da obrigatoriedade de reembolso, o Programa Piloto pôde ter continuidade.

Dada a grande importância do Programa Piloto para proteção e uso sustentável das florestas tropicais brasileiras, problemas financeiros não poderão contribuir para um processo de mudança de opinião na avaliação de uma estratégia de desenvolvimento regional, compatível com o meio ambiente e que, de acordo com a opinião de todos os atores, é vista como necessária. Os esforços até agora realizados no âmbito do Programa Piloto justificam a grande preocupação dos atores envolvidos, no sentido de evitar que venha a ocorrer uma maior vulnerabilidade dos recursos naturais e, por conseguinte, da população regional.

Bibliografia

- AB'SABER, A.N. (1989): «Zoneamento ecológico e econômico da Amazônia. Questões de escala e método», em: *Estudos Avançados* 3(5), 4-20.
- ALLEGRETTI, M.H. (1994): «Policies for the use of renewable natural resources: the Amazon Region and extractive activities», em: CLÜSENER-GODT, M. / SACHS, I. (Orgs.): *Extractivism in the Brazilian Amazon: perspectives on regional development*, Paris, 14-33.
- ALMEIDA, O. T. (Org.) (1996): *A evolução da fronteira amazônica: Oportunidades para um desenvolvimento sustentável*, Belém: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAIZON).
- ANDERSON, A. B. (Org.) (1990): *Alternatives to deforestation: Steps toward sustainable use of the Amazon rain forest*, New York.
- ASSIES, W. (1997): «The extraction of non-timber products as a conservation strategy in Amazonia», em: *European Review of Latin American and Caribbean Studies* 62, 33-53.
- BARROS, A.C. / VERÍSSIMO, A. (Org.) (1996): *A expansão da atividade madeireira na Amazônia: Impactos e perspectivas para o desenvolvimento do setor florestal no Pará*, Belém.
- BECKER, B. K. (1995): «Undoing myths: The Amazon – an urbanized forest», em: CLÜSENER-GODT, M. / SACHS, I. (Org.): *Brazilian perspectives on sustainable development of the Amazon Region*, Paris, 53-89.
- BECKER, B. K. (1999): *Cenários de curto prazo para o desenvolvimento da Amazônia*, Cadernos do NAPIAM 6).
- BECKER, B. K. / EGLER, C.A.G. (1997): *Details of the methodology for execution of ecological-economic zoning by the states of the Amazon Region*, Brasília.
- BMBF (BUNDESMINISTERIUM FÜR BILDUNG UND FORSCHUNG) (1995): *Forschung für den Tropenwald*, Bonn.
- BMZ (BUNDESMINISTERIUM FÜR WIRTSCHAFTLICHE ZUSAMMENARBEIT UND ENTWICKLUNG) (1997): *Fünf Jahre nach Rio. Tropenwalderhaltung und Entwicklungszusammenarbeit. Erfahrungen, Leistungen, Perspektiven*, Bonn.
- BMZ (1998): *Das Internationale Pilotprogramm zur Bewahrung der tropischen Regenwälder in Brasilien* (PPG-7), Bonn (mimeo).
- BNDES (BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL) (1998): *Programa Amazônia Integrada – PAI*, Rio de Janeiro.
- BROWDER, J. O. / GODFREY, B. J. (1997): *Rainforest cities: Urbanization, development and globalization of the Brazilian Amazon*, New York.
- BURGER, D. (1991): «Nutzungsformen des Amazonaswaldes: ökologische kontra institutionelle Rahmenbedingungen», em: *Nord-Süd aktuell* 5(3), 376-386.
- CARVALHO, R. (1999): *A Amazônia rumo ao «ciclo da soja»*, São Paulo: Amigos da Terra. Programa Amazônia (Amazonia. Papers, vol. I, 2).
- CLÜSENER-GODT, M. / SACHS, I. (Orgs.) (1994): *Extractivism in the Brazilian Amazon: Perspectives on regional development*, Paris: UNESCO (Man and the Biosphere Digest 18).
- CLÜSENER-GODT, M. / SACHS, I. (Orgs.) (1995): *Brazilian perspectives on sustainable development of the Amazon Region*, Paris: UNESCO (Man and the Biosphere Series 15).

COY, M. (1992): «Regenwaldzerstörung im brasilianischen Amazonien. Ursachen und Folgen eines ökologischen und sozioökonomischen Degradierungsprozesses», em: Karlsruher Pädagogische Beiträge 26, 174-182.

DEAN, W. (1996): *A ferro e fogo. A história e a devastação da Mata Atlântica Brasileira*, São Paulo.

EMPERAIRE, L. (Org.) (1996): *La forêt en jeu. L'extractivisme en Amazonie Centrale*, Paris (Collection Latitudes 23).

ESTADO DE RORAIMA / SEPLAN (1998): *Roraima. Seca-incêndios. Síntese da situação em 7.4.1998*, Boa Vista.

FEARNSIDE, P. M. (1990): «The rate and extent of deforestation in Brazilian Amazonia», em: *Environmental Conservation* 17(3), 213-226.

FOE (FRIENDS OF THE EARTH) et al. (1999): *Acertando o alvo. Consumo de madeira no mercado interno brasileiro e promoção da certificação florestal*, São Paulo.

FUE (FORUM UMWELT UND ENTWICKLUNG) (1997): *Fünf Jahre nach dem Erdgipfel. Umwelt und Entwicklung. Eine Bilanz*, Bonn.

GOODMAN, D. / HALL, A. (Orgs.) (1990): *The future of Amazonia: Destruction or sustainable development*, New York.

GTA / FOE (GRUPO DE TRABALHO AMAZÔNICO / FRIENDS OF THE EARTH) (1994): *Políticas públicas coerentes para a região Amazônica*, São Paulo.

GTA / FOE (1996): *Políticas públicas coerentes para uma Amazônia sustentável. O desafio da inovação e o Programa Piloto*, São Paulo.

GTA / FOE (1998): *Políticas públicas para a Amazônia. Rumos, tendências e propostas*, São Paulo.

HALL, A. (1997a): «Peopling the environment: A new agenda for research, policy and action in Brazilian Amazonia», em: *European Review of Latin American and Caribbean Studies* 62, 5-31.

HALL, A. (1997b): *Sustaining Amazonia: Grassroots action for productive conservation*, Manchester, New York.

INPE (INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS) (1998): *Amazonia - Deforestation 1995-1997*, São José dos Campos.

IPAM (INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA AMAZÔNIA) et al. (1998): *RisQue 98. Mapa de risco de incêndios florestais e queimadas agrícolas na Amazônia Brasileira para o segundo semestre de 1998* (sem indicação do lugar de publicação).

KIRCHHOFF, V.W. J.H. (1992): *Queimadas na Amazônia e efeito estufa*, São José dos Campos.

KOHLHEPP, G. (1981): «Ocupação e valorização econômica da Amazônia. Estratégias de desenvolvimento do governo brasileiro e empresas privadas», em: *Revista Geográfica* 94, 67-88.

KOHLHEPP, G. (1984): «Development planning and practices of economic exploitation in Amazonia. Recent trends in spatial organization of a tropical frontier region in Brazil (1966-1981)», em: Sioli, H. (ed.): *The Amazon. Limnology and landscape ecology of a mighty tropical river and its basin*, Dordrecht, Boston, Lancaster, 649-674 (Monographiae Biologicae 6).

- KOHLHEPP, G. (1987a): *Amazonien. Regionalentwicklung im Spannungsfeld ökonomischer Interessen sowie sozialer und ökologischer Notwendigkeiten*, Köln (Problemräume der Welt 8).
- KOHLHEPP, G. (1987b): «Desafios à ciência e às políticas de desenvolvimento regional. Reflexões e recomendações sobre o futuro desenvolvimento da Amazônia», em: KOHLHEPP, G. / SCHRADER, A. (eds.): *Homem e natureza na Amazônia*, Tübingen, 485-499 (Tübinger Beiträge zur Geographischen Lateinamerikaforschung (TBGL) 3; Tübinger Geographische Studien 95).
- KOHLHEPP, G. (1991a): «The destruction of the tropical rain forests in the Amazon region of Brazil. An analysis of the causes and the current situation», em: *Applied Geography and Development* 38, 87-109.
- KOHLHEPP, G. (1991b): «Das Thema ‚Tropische Regenwälder‘. Testfall für den umweltpolitischen Dialog. Realisierungschancen einer angepassten Regionalentwicklung? Am Beispiel des brasilianischen Amazonasgebiets», em: GLEICH, A. v. / KOHLHEPP, G. / MOLS, M. (Orgs.): *Neue Konzepte in der Entwicklungszusammenarbeit mit Lateinamerika? Ein Dialog zwischen Entwicklungspolitik und Wissenschaft*, Hamburg, 43-62.
- KOHLHEPP, G. (1992): «Desenvolvimento regional adaptado: O caso da Amazônia brasileira», em: *Revista Estudos Avançados* (São Paulo) 6(16), 81-102.
- KOHLHEPP, G. (1995a): «The International Pilot Programme for Amazonia: An approach to sustainable regional development», em: *International Geographical Union, Bulletin* (Bonn) 45, 17-30.
- KOHLHEPP, G. (1995b): «As relações científicas entre a Alemanha e o Brasil», em: MONIZ BANDEIRA, L. A. / PINHEIRO GUIMARÃES, S. (Orgs.): *Brasil e Alemanha: A construção do futuro*, Brasília: IPRI, 503-512.
- KOHLHEPP, G. (1997): «Regional policies in Brazil: The spatial impact of state activity in Amazonia», em: NAERSSSEN, T. van (Org.): *The diversity of development. Essays in honour of Jan Kleinpenning*, Assen, 231-240.
- KOHLHEPP, G. (1998a): «O problema do espaço vital dos povos indígenas na Amazônia Brasileira», em: KÖNIG, H.-J. (ed.): *El indio como sujeto y objeto de la historia latinoamericana. Pasado y presente*, Frankfurt am Main, Madrid, 109-120 (Americana eystettensia. Serie A: Kongreßakten 18).
- KOHLHEPP, G. (1998b): «Regenwaldzerstörung im Amazonasgebiet Brasiliens. Entwicklungen – Probleme – Lösungsansätze», em: *Geographie heute* 19(162), 38-42.
- KOHLHEPP, G. (1998c): «Tropenwalderhaltung in Brasilien. Umweltpolitische Strategien zum Schutz und zur nachhaltigen Nutzung der Regenwälder», em: *Lateinamerika-Jahrbuch* 1998, Frankfurt am Main, 9-34.
- KOHLHEPP, G. / SCHRADER, A. (eds.) (1987): *Homem e natureza na Amazônia*, Tübingen (TBGL 3; Tübinger Geographische Studien 95).
- KOHLHEPP, G. / BLUMENSCHNEIN, M. (2000): «Brasileiros sulistas como atores da transformação rural no Centro-Oeste brasileiro: O caso de Mato Grosso», em: *Território* 8, 47-66.
- KRUG, T. et al. (1997): *Incidência de queimadas no período de junho a novembro de 1995 e 1996 detectadas pelo sensor AVHRR do satélite NOAA*, São José dos Campos.
- LAURANCE, W.F. (1998): «Fragments of the forest», em: *Natural History* 107(6), 34-39.

- LIMA, A. R. / CAPOBIANCO, J. P. R. (Orgs.) (1997): *Mata Atlântica: Avanços legais e institucionais para sua conservação*, São Paulo (Documentos do Instituto Socioambiental 4).
- MAHAR, D. J. (1989): *Government policies and deforestation in Brazil's Amazon region*, Washington, D.C.
- MEGGERS, B. J. (1994): «Archeological evidence for the impact of Mega-Niño events of Amazonia during the past two millennia», em: *Climate Change* 28, 321-338.
- MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO (1997): *Brasil em ação. Investimentos básicos para o desenvolvimento*, Brasília.
- MINISTRY OF PLANNING, BUDGET AND MANAGEMENT (1999): *Avança Brasil. Development structures for investment*, Brasília.
- MIRANDA, E. E. de et al. (1994): *Monitoramento orbital das queimadas no Brasil*, Campinas.
- MMA (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HÍDRICOS E DA AMAZÔNIA LEGAL) (1997): *Em busca do Brasil sustentável: Os novos rumos da política nacional de meio ambiente*, Brasília.
- MMA (1998): *Primeiro Relatório Nacional para a convenção sobre diversidade biológica: Brasil*, Brasília.
- MMA / CONAMAZ (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HÍDRICOS E DA AMAZÔNIA LEGAL / CONSELHO NACIONAL DA AMAZÔNIA LEGAL) (1998): *Síntese das ações para a implementação da política nacional integrada para a Amazônia Legal. Período de 1995 a 1997*, Brasília.
- MMA (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HÍDRICOS E DA AMAZÔNIA LEGAL) / PNMA (PROGRAMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE) (1995): *Os ecossistemas brasileiros e os principais macrovetores de desenvolvimento. Subsídios ao Planejamento da gestão ambiental*, Brasília.
- MMA / SCA (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HÍDRICOS E DA AMAZÔNIA LEGAL / SECRETARIA DE COORDENAÇÃO DA AMAZÔNIA) (1995): *Política nacional integrada para a Amazônia Legal*, Brasília.
- MMA / SCA (1996): *Programa Piloto para a proteção das florestas tropicais do Brasil. Pilot Program to conserve the Brazilian rain forest*, Brasília.
- MMA / SCA (1997a): *Agenda Amazônia 21. Bases para discussão*, Brasília.
- MMA / SCA (1997b): *Subprogramas de política de recursos naturais*, Brasília: SPRN.
- MMA / SCA (1998a): *PPG-7. Subprograma Projetos Demonstrativos – PD/A: Uma contribuição para o uso inteligente das florestas tropicais*, Brasília.
- MMA / SCA (1998b): *PD/A informa. Boletim bimestral*, Brasília.
- MMA / WORLD BANK (1998): *Pilot Program to conserve the Brazilian rain forest*, Brasília.
- NEPSTAD, D. C. / MOREIRA, A. G. / ALENCAR, A. A. (1999): *Flames in the rain forest: Origins, impacts and alternatives to Amazonian fires*, Brasília.
- NEPSTAD, D. et al. (2000): *Avança Brasil: os custos ambientais para a Amazônia*, Belém.
- NITSCH, M. (1996): «Aktuelle Strategien zur Verteidigung des Regenwaldes und zur Sicherung einer umweltverträglichen Entwicklung in Amazonien. Zur Problematik des „Zoneamento Ecológico-Econômico“», em: BRIESEMEISTER, D. / ROUANET, S. P. (eds.): *Brasilien im Umbruch*, Berlin, 115-140.

- PASCA, D. / FRIEDRICH, M. (1998): «Indianer/Brasilien – Wasserstraßen gefährden Lebensraum», em: *Pogrom 199* (março/abril), 41-43.
- POEMA (1994): *Trópico em movimento. Alternativas contra a pobreza e a destruição ambiental no Trópico Úmido*, Belém (Série POEMA 2).
- SAE (SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS) (1991): *Programa de Zoneamento ecológico-econômico da Amazônia Legal*, Brasília.
- SCHÖNENBERG, R. (1998): «Wo verlaufen ihre Grenzen? Reflexionen zur außenfinanzierten Vermessung indianischen Landes», em: *Tópicos* 1, 27-31.
- SCHUBART, H. O. R. (1994): «O zoneamento ecológico-econômico como instrumento para o desenvolvimento sustentável», em: D'INÇÃO, M. A. / SILVEIRA, I. M. DA (Orgs.): *Amazônia e a crise da modernização*, Belém, 490-500.
- SIOLI, H. (1956): «Über Natur und Mensch im brasilianischen Amazonasgebiet», em: *Erdkunde* 10(2), 89-109.
- SIOLI, H. (1983): *Amazonien. Grundlagen der Ökologie des größten tropischen Waldlandes*, Stuttgart.
- SKOLE, D. / TUCKER, C. (1993): «Tropical deforestation and habitat fragmentation in the Amazon: Satellite data from 1978 to 1988», em: *Science* 260, 1905-1910.
- SMITH, N.J.H. et al. (1995): *Amazonia: Resiliency and dynamism of the land and its people*, Tokyo (UNU Studies on Critical Environmental Regions).
- SMITH, N.J.H. et al. (1996): «Agroforestry trajectories among smallholders in the Brazilian Amazon: innovation and resiliency in pioneer and other settled areas», em: *Ecological Economics* 18, 15-27.
- SMITH, N. J. H. et al. (1998): *Agroforestry experiences in the Brazilian Amazon: Constraints and opportunities*, Brasília.
- SOS MATA ATLÂNTICA / INPE (1993): *Evolução dos remanescentes florestais e ecossistemas associados no domínio da Mata Atlântica no período 1985-1990. Atlas/Relatório*, São Paulo.
- THÉRY, H. (ed.) (1997a): *Environnement et développement en Amazonie Brésilienne*, Paris.
- THÉRY, H. (1997b): *Configurações territoriais na Amazônia*, Paris.
- UNAMAZ (1998): *Amazônia 21: Uma agenda para um mundo sustentável*, Brasília.
- UNDAC (UN DISASTER ASSESSMENT AND COORDINATION TEAM) (1998). *Brazil: Fires in the State of Roraima: August 1997 – April 1998*, Final Report 13.4.1998 (não publicado).
- WÖHLCKE, M. (1990): *Umwelt- und Ressourcenschutz in der internationalen Entwicklungspolitik: Probleme und Zielkonflikte*, Baden-Baden (Aktuelle Materialien zur internationalen Politik 23).
- WÖHLCKE, M. (1993): *Der ökologische Nord-Süd-Konflikt*, München.
- WÖHLCKE, M. (1997): *Umwelt und Entwicklung: Die Sondergeneralversammlung der Vereinten Nationen zur Agenda 21*, Ebenhausen (SWP-AP 3033).
- WORLD BANK (1993-1999): *Rainforest Pilot Program update* (ano 1-6), Washington, D.C.

Eugênio Lagemann

O Rio Grande do Sul Frente à Integração Regional e à Globalização

1. Introdução

A abertura comercial realizada pelo Governo Collor, a partir de 1990, num contexto de globalização das relações econômicas, e a formação do bloco regional do MERCOSUL, a partir de 1991, estabeleceram novos desafios e novas oportunidades para as diversas economias regionais brasileiras.

Nosso objetivo é o de registrar os efeitos dessas novas condicionantes sobre a economia do Estado do Rio Grande do Sul, localizado no extremo-sul do Brasil. Mais especificamente, nos interessam os efeitos sobre o fluxo de comércio - tanto internacional como interestadual - e sobre as perspectivas de crescimento dos diversos setores de atividade econômica; as perspectivas de novos investimentos na região; e a ação do governo estadual frente à nova realidade.

A indagação básica que norteará nossa reflexão é se o Rio Grande do Sul, nesse novo contexto de globalização e de integração regional, ficará alijado, assumirá apenas o papel de «corredor», ou se beneficiará por sua nova posição no contexto econômico ampliado.

Essa é uma indagação primordial para uma economia cujo modo de integração ao mercado nacional, como fornecedor de produtos alimentícios,¹ tornou-se superado a partir do início da década de 1950 e que, a partir de então, ficou praticamente à margem dos grandes movimentos de investimentos proporcionados com base nos planos de desenvolvimento formulados pelo governo federal, como o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek, no final dos anos 1950, e o II Plano Nacional de Desenvolvimento - II PND, no início da década de 1970.

No momento em que a estabilização econômica, com base no «Plano Real», criou a expectativa de novos investimentos de porte no país, a a-

¹ O que levou a economia gaúcha a ostentar o cognome de «celeiro do Brasil».

meaça de ficar novamente fora do processo de desenvolvimento nacional preocupou as classes dirigentes desse Estado, que agiram.

2. Reflexos sobre os fluxos comerciais

No período de 1949 a 1959, o comércio externo do Rio Grande do Sul² estava primordialmente voltado para o mercado brasileiro, para onde se dirigia de 82% a 86% das suas vendas (Leite 1985: 95). Pela ótica das compras, entretanto, o fluxo de comércio interestadual era proporcionalmente menos importante. O RS trazia entre 73% e 79% das suas compras do mercado interno brasileiro e do exterior de 21% a 27%.

De 1969 em diante o RS se voltou mais fortemente às exportações, numa resposta aos estímulos a elas oferecidos pelo governo federal. Em contraposição, reduziram-se as compras nos mercados externos.

Essa tendência foi invertida graças ao processo de integração regional e de abertura ao comércio externo em andamento na década de 1990: o RS ampliou sua participação no mercado nacional como vendedor, mas voltou a abastecer-se mais fortemente nos mercados internacionais.

A economia gaúcha mostrava um saldo positivo no seu comércio interestadual em 1958, que cobria, com alguma folga, o déficit constatado no fluxo de comércio internacional (Leite 1985: 93-95). Quer dizer, o RS vendia relativamente mais para o Brasil e comprava relativamente mais do exterior. Em 1969 ainda se mantinha o saldo positivo global, mas as exportações iniciaram uma tendência de crescimento, provocando um saldo positivo também na balança com o exterior. O RS começou a acumular saldos positivos nas suas relações com o mundo, para gastá-los, a partir da década de 1970, no seu abastecimento no mercado interno. Estabelecia-se, assim, um fluxo triangular de renda: nas relações com o exterior o RS recebia uma injeção de recursos que eram direcionados para dentro da economia brasileira, com a qual ele mantinha um déficit comercial³ (Secretaria da Fazenda). Recentemente, porém, o RS intensificou as vendas interestaduais e passou a ser novamente superavitário em todos os seus fluxos.

O que mais chama a atenção na análise do comércio externo do RS, no comparativo entre 1980 e 1996, é o aumento do grau de abertura da

² Designado de agora em diante no texto por RS.

³ Essa forma de comportamento dos fluxos levou o governo estadual a reclamar de prejuízos na sua receita tributária proveniente do ICM, na medida em que as exportações eram liberadas da tributação (por determinação de legislação federal), enquanto o comércio interestadual era normalmente tributado.

sua economia. Tomando como referência apenas as exportações, observa-se que elas passam de um valor correspondente a 5,6% do PIB, em 1980, para 11,3% do PIB, em 1996. Se considerarmos o total das vendas externas - exportações mais saídas interestaduais -, esses percentuais passam a ser, respectivamente, 22,2% e 51,9%, mostrando que o RS está totalmente integrado ao mercado nacional e se integrando rapidamente ao mercado internacional.

No início da década de 1980, segundo os dados da Secretaria da Fazenda, as compras interestaduais eram realizadas, basicamente, em São Paulo, responsável por 63,9% do total, secundado pelo Rio de Janeiro, com 10,7%. O quadro relativo a 1996 ainda mostra São Paulo, o centro da economia brasileira, como principal fonte interna de abastecimento, com 56,5%, com um valor absoluto de US\$ 10,9 bilhões. Mas o Rio de Janeiro, refletindo sua posição cada vez menos importante no contexto econômico nacional, caiu para quarto principal fornecedor, com 6,9%. Ele foi superado pelos estados vizinhos, mais próximos, Santa Catarina e Paraná, que aumentaram sua participação para 12,7% e 11,2%, respectivamente.

Com a abertura das fronteiras no MERCOSUL, o RS passou a reorientar seu fluxo de comércio internacional. A Argentina é, hoje, seu principal fornecedor externo, com participação entre 22,8% e 26,7% em 1997 e 1996, com valores entre US\$ 632 e US\$ 888 milhões de dólares (MICT/SEDAI). Os Estados Unidos ocupam a segunda posição, com até 20,9%. O Uruguai é o terceiro fornecedor. A Alemanha, como quarto maior fornecedor do RS, é o mais importante vendedor europeu. Mas a soma dos países do MERCOSUL indica que de 34,8% a 37,4% das compras externas do RS são realizadas junto aos parceiros de integração do Brasil.

Mais: as importações brasileiras do MERCOSUL entram primordialmente por pontos de entrada localizados na fronteira do RS: 34,2% e 38,8% do total em 1997 e 1996 (MICT/SEDAI). Uruguiana, na fronteira terrestre do RS com a Argentina, é o principal ponto de entrada de mercadorias provenientes da região do Prata para o Brasil. Mas Santos, porto marítimo do estado de São Paulo, assim como Foz do Iguaçu, fronteira terrestre com a Argentina no estado do Paraná, estão crescendo em importância.

No que concerne às vendas externas, o RS tinha em São Paulo, em 1980, o seu principal mercado consumidor, responsável por 42,1% das suas vendas, secundado, como no caso das compras, pelo estado do Rio de Janeiro, com 12,9% (Secretaria da Fazenda). Novamente à seme-

lança das vendas, o Rio de Janeiro perdeu posição em 1996, caindo para quarto lugar, com 9,7%. O seu lugar foi ocupado pelos estados vizinhos, Santa Catarina e Paraná, com, respectivamente, 14,1% e 10,6%. São Paulo permanece como principal mercado, com 39,5% do total, absorvendo produtos gaúchos no valor de aproximadamente US\$ 8 bilhões.

No mercado internacional, o RS compra preferencialmente dos parceiros do MERCOSUL, mas vende preferencialmente aos EUA. Em 1980, os EUA já absorviam 15,4% das vendas do RS, embora naquela época, a Europa ainda fosse o continente mais importante, destacando-se como grandes compradores a Alemanha, a Polônia, a Espanha e os Países Baixos. Com a integração regional, observa-se uma tendência de substituição da Europa pela região do Prata. O percentual de participação do MERCOSUL cresceu de 13,7%, em 1995, para 15,8%, em 1996, e para 17,3%, em 1997 (MICT/SEDAI). No conjunto, o destaque fica com a Argentina, que aumentou sua participação de 7,0% para 10,8%. Os EUA, porém, consolidaram sua posição de principais consumidores de produtos do RS, chegando a responder por 29,1% do total em 1996. A China apareceu como mercado promissor na década de 1990, também com participação crescente, de 4,2% para 6,0%.

O RS comprava do exterior, na década de 1980, principalmente combustíveis minerais, para as refinarias Ipiranga, privada, e Petrobrás, estatal; produtos inorgânicos e fertilizantes para a agricultura, que se modernizava a partir da década de 1960; e cereais (MF/SRF/DIEF E SF/CGICM/DEE). Em 1996 sua pauta se alterou um pouco, embora os produtos petrolíferos continuassem na ponta. Surgem os motores, as caixas de marchas e o arroz (MF/SRF/COTEC). No primeiro caso, espelha-se a integração internacional da indústria de material de transportes e, no segundo, trata-se da importação de um dos produtos agrícolas mais importantes do Estado. Esse arroz, com presença significativa na pauta de importações do Estado, 9,0%, em 1996, e 12,8%, em 1997, origina-se do Uruguai e da Argentina (MICT/SEDAI), cujos plantadores, em boa parte, são originários do RS. Quer dizer, gaúchos, no exterior, concorrendo com os gaúchos no RS! A indústria coureiro-calçadista continua adquirindo matéria-prima na região do Prata, como em 1980. O trigo e misturas, porém, foi o principal produto adquirido, em 1997, com 15,2%. Chama a atenção o grande volume de cebolas importadas, o que explica a situação cada vez mais difícil desse segmento produtivo no RS. A importação de motores sinaliza para a integração da indústria de transportes na região, gerando um fluxo de comércio externo de caráter intra-industrial.

Em 1980 o RS se apresentou no mercado internacional como vendedor de soja e seus subprodutos, de calçados, de fumo não manufaturado e de carne bovina, que totalizaram 73,9% do total (Secretaria da Fazenda). Em primeiro lugar estava o farelo de soja, utilizado na alimentação animal, com 26,6%. Os calçados respondiam por 15,2%. Em 1996, o RS ainda tinha nos produtos acima referidos 53,2% de suas exportações (MICT/SEDAI). O peso do soja tinha caído, ficando o farelo com a terceira posição. Os calçados haviam se guindado à posição de principal produto, com uma participação de 21,3% em 1996 e de 18,4% em 1997, embora estivessem enfrentando uma concorrência acirrada por parte da China e, mais recentemente, da Espanha e da Itália. O setor que está alcançando um resultado mais favorável é o dos fumos. O maior complexo fumageiro da América Latina está localizado no RS e responde por pouco mais de 13% das exportações do Estado. Finalmente, ainda cabe ressaltar o crescimento vertiginoso, de 1996 para 1997, da exportação do soja em grão que havia praticamente desaparecido da pauta no decorrer da década de 1980. Esse fato ocorreu em decorrência da Lei Complementar n.º 87/96, que retirou a incidência do ICMS sobre toda e qualquer exportação, benefício que antes só era concedido aos produtos considerados industrializados. Dessa forma, o soja em grão brasileiro ganhou em competitividade, abrindo-se-lhe o mercado externo novamente.⁴

Se frente ao mercado internacional o RS se apresenta como vendedor de mercadorias provenientes do beneficiamento de produtos agrícolas, frente ao MERCOSUL ele, mesmo já em 1980, se apresenta como vendedor de produtos industrializados mais elaborados (Secretaria da Fazenda). Assim, as máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos (basicamente, equipamentos agrícolas) ocupavam a primeira posição nas exportações para cada um dos três parceiros do Brasil, sendo responsáveis por 24,7% do total das exportações para o conjunto do grupo. Seguiam-lhes o ferro e aço, os tratores e as ferramentas e cutelarias. A madeira, porém, pela situação especial em relação ao Uruguai, ainda ocupava uma posição de destaque em 1980. Vale ressaltar, também, a presença desta-

⁴ A retirada do ICMS representa, na área tributária, a substituição da estratégia de crescimento através de substituição de importações pela estratégia de crescimento com base na integração da economia brasileira na economia internacional. Nessa concepção, as exportações eram tributadas pelo ICMS numa intensidade diretamente proporcional ao potencial de geração do valor adicionado, quer dizer, renda e emprego, na economia compradora. Assim, o grão de soja pagava alíquota de exportação integral, de 13% sobre o preço FOB, enquanto sobre o preço do farelo incidia uma alíquota efetiva menor, de 11,1%.

cada da erva-mate no comércio com o Uruguai. Em 1995, ela se tornou o principal produto vendido a esse país, onde o mate acompanha o cidadão inclusive durante o trabalho.

Em 1996 e 1997 a pauta de exportações do RS para o MERCOSUL reafirma o predomínio de produtos industrializados, com destaque para os petroquímicos, os motores, as máquinas agrícolas e os equipamentos de transporte (MICT/SEDAI). O fumo e os calçados, mais importantes produtos destinados ao mercado internacional, se fazem também presentes, mas com peso reduzido.

A posição relativa dos principais estados exportadores brasileiros frente aos mercados internacional e do MERCOSUL mostra a preponderância de São Paulo no processo de integração regional. Esse Estado responde por mais de 50% das exportações brasileiras para o MERCOSUL, enquanto a sua participação nas exportações gerais do Brasil cai para apenas 34% (MICT). Minas Gerais e o RS, por sua vez, apresentam uma participação maior nas exportações brasileiras para o mercado internacional em geral do que nas exportações dirigidas ao MERCOSUL. Esses dois estados alternam-se na posição de segundo estado exportador brasileiro tanto para o mercado internacional como para o MERCOSUL, com participações em torno de 12%.

3. Impactos e ajustes setoriais

Os impactos sobre as economias regionais resultantes da trajetória definida pela abertura da economia brasileira e pelo processo de integração regional, em lugar da estratégia desenvolvimentista através da substituição de importações, têm sido classificados em três tipos.⁵

O primeiro se relaciona às escalas de produção. A decisão de localização de determinado investimento envolve, agora, uma área maior, superando o mercado nacional, embora ele ainda continue a ser uma variável importante. O segundo se relaciona às dotações regionais de fatores de produção. Com a ampliação dos espaços considerados, haverá uma tendência de migração de empreendimentos em busca de regiões que ofere-

⁵ Tomamos a classificação utilizada nos estudos da «Projeto RS 2010». Trata-se de um projeto de iniciativa da Secretaria de Coordenação e Planejamento do Estado do Rio Grande do Sul que visa a dar suporte às opções de políticas globais e setoriais do governo estadual. Além de envolver inúmeros técnicos do governo, também foram ouvidas consultorias nacionais e regionais especializadas, sem deixar de mencionar os debates com as áreas técnicas das entidades de representação de classe dos diversos segmentos da atividade econômica.

çam determinados fatores em abundância e, também por isso, mais baratos. O terceiro impacto sobre as condições de desenvolvimento regional está sendo definido pela situação de desequilíbrio externo da economia nacional adveniente da abertura, exigindo a realização de investimentos para angariar ou poupar divisas.

Sobrepondo os resultados desses três impactos à divisão regional de trabalho no Brasil, cria-se a expectativa de uma especialização regional definida nos seguintes termos (Rio Grande do Sul 1998a: 22):

As atividades intensivas em recursos naturais, como a agricultura, a agroindústria e a indústria extrativa mineral tendem a se localizar nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte. As atividades intensivas em mão-de-obra, como por exemplo as indústrias de calçados, buscarão preferencialmente o Nordeste. As atividades intensivas em escala, como por exemplo, a indústria siderúrgica, se concentrarão no Nordeste, Sudeste e Sul. As atividades intensivas em diferenciação de produtos, como por exemplo a indústria mecânica, se expandirão no Sudeste e no Sul. E, finalmente, as atividades intensivas em conhecimento, como a indústria eletro-eletrônica, deverão se concentrar também no Sudeste e Sul.

Os serviços se desenvolvem, em geral, acoplados às diversas atividades agropastoris e industriais que lhe deverão definir a localização espacial. Entretanto, o cenário nacional deverá ser marcado também pela concentração regional de determinados serviços. Espera-se que o turismo, por exemplo, seja uma atividade mais significativa no Nordeste (com grandes investimentos nos últimos anos), Rio de Janeiro, Santa Catarina e Centro-Oeste, mais especificamente o Pantanal. Os serviços financeiros já estão concentrados, hoje, em São Paulo e assim deverá continuar. Brasília, por fim, a unidade da Federação com a maior renda per capita do País, permanecerá sendo o centro dos serviços administrativos de governo.

A análise setorial dos impactos na economia gaúcha revela, portanto, dificuldades para dois segmentos produtivos: os intensivos em recursos naturais, quer dizer, a agricultura e as agroindústrias, e as atividades industriais intensivas de mão-de-obra, como a dos calçados.

No caso da agroindústria, por ocasião da abertura comercial, segundo Benetti (Agribusiness 1998: 2): «[...] houve um processo muito forte de rompimento. Não houve período de acomodação ou de tempo para reestruturação». Ainda segundo a mesma autora, a agroindústria do Rio Grande do Sul ficou «sob o efeito de duas lâminas de uma tesoura: uma, a agricultura dos cerrados, e a outra, o MERCOSUL.»

A produtividade física média dos produtos da lavoura gaúcha, em comparação com a média brasileira atual apenas apresenta um quadro favorável para o RS no caso do arroz e da maçã (Benetti 1997: 179, tabela 4).. A situação desfavorável nos casos do feijão e da mandioca não chega a preocupar diante do papel pouco importante atualmente desempenhado por essas culturas na economia brasileira. Mas as condições de produção do milho e da soja, insumos indispensáveis para a avicultura e a suinocultura, revelam a fragilidade da situação das duas cadeias mais importantes na produção de alimentos no estado. O fumo constitui um caso à parte pelo fato de que a sua produção se limita, basicamente, ao Rio Grande do Sul e a Santa Catarina e que a indústria de beneficiamento está, em sua maioria, localizada no RS.

As condições de competitividade da agricultura do RS no contexto do MERCOSUL, tomando igualmente como referência a produtividade física da terra, são igualmente desfavoráveis para o RS nos casos do milho e da soja (Benetti 1997: 179, tabela 5). Acrescenta-se, na mesma situação, ainda a cultura do trigo. A situação de inferioridade nas taxas de desfrute da criação de bovinos já faz parte da história, sendo, portanto, uma característica estrutural conhecida há mais de um século. No arroz, o RS tem condições de competitividade mais favoráveis do que a Argentina, mas inferiores às do Uruguai. No caso específico dessa cultura, existe um agravante contra a produção gaúcha: grande parte dos produtores está excessivamente endividada, impondo-lhe custos financeiros que ameaçam a continuidade das atividades nos atuais níveis de produção.

Nos primeiros momentos do processo de abertura, entretanto, a situação ficou mais difícil para a pecuária de produção de leite, para os setores vitivinícola e de conservas, pois eles tiveram seus mercados, até então praticamente cativos, literalmente invadidos.⁶ O vinho e os pêssegos em calda ainda estão protegidos, em relação ao MERCOSUL, no «regime de adequação».⁷ Mas esta defesa está se encerrando no final de 1998. A pe-

⁶ Ao invés dos produtos argentinos, como se esperava, ocorreu a entrada de vinhos e de pêssegos europeus.

⁷ A construção do MERCOSUL, sob o ponto de vista aduaneiro, iniciou-se, a partir de junho de 1991, quando iniciou a desgravação dos fluxos entre os países-membros através do sistema de preferências. Foi o período de transição de uma «zona de preferência» para uma «área de livre comércio». A partir de 1º de janeiro de 1995 começou a ser aplicada a Tarifa Externa Comum - TEC, abrindo caminho para a formação da «união aduaneira». Entretanto, a desgravação interna gradual até 31 de dezembro de 1994 foi acompanhada da lista de exceções. Essas mercadorias passaram ao «regime de adequação», a partir de 1º de janeiro de 1995, encerrando-se essa sistemática no

cuária bovina conseguiu um certo alívio no momento em que o RS se tornou área «livre de aftosa», conseguindo um diferencial de qualidade no mercado. A região produtora de cebolas, porém, segue problemática, sem perspectivas.

A sugestão da instituição de um «Fundo de Reconversão Econômica para regiões afetadas negativamente pelo processo de integração econômica no MERCOSUL», levantada pelo Governo do RS junto ao governo federal, recebeu uma resposta negativa por parte deste. As razões alegadas foram basicamente duas: a inexistência de fontes comunitárias com essa finalidade e o desinteresse do Brasil em estimular a adoção de enfoques supranacionais, no momento. A opção é, portanto, resolver as questões regionais através de medidas de âmbito interno, como é o caso do «Reconversul», que oferece linhas de crédito favorecidas para empreendimentos na «metade Sul» do RS, a região menos desenvolvida do Estado.

A situação da indústria de calçados, intensiva em mão-de-obra, foi afetada pela migração de grandes empresas para o Nordeste, em busca de mão-de-obra mais barata e de benefícios fiscais. Outra razão está em que grande parte do mercado de calçados populares se encontra nessa região. No Nordeste também se alterou a forma de relação jurídica do trabalhador com a empresa. A sua integração em uma cooperativa de funcionários alivia as empresas dos custos decorrentes da legislação trabalhista e previdenciária. Como a estratégia da cooperativa de trabalho não era possível de ser organizada devido à resistência dos trabalhadores, no RS só poderia haver tratamento semelhante, se o setor exportador pudesse ter reduzida, pelo governo federal, sua carga incidente devido às contribuições sociais. Sem uma definição por parte do governo federal, o RS acionou o instrumento do FUNDOPEM «Nosso Emprego», descrito a diante.

Existem duas alternativas para os setores acima: a reconversão ou a reestruturação, buscando se beneficiar dos ganhos de escala.

As oportunidades para a economia gaúcha, nesse novo contexto de abertura, se encontram nas indústrias intensivas de escala, nas indústrias

dia 31 de dezembro de 1998, para o Brasil e a Argentina. Como o Uruguai e o Paraguai ainda poderão excluir alguns produtos até o final de 1999, somente nesta data o MERCOSUL deverá se constituir integralmente numa «zona de livre comércio». A união aduaneira se completará presumivelmente em 2006, com a extinção das exceções à TEC, como por exemplo os produtos de informática e de telecomunicações.

intensivas em conhecimento e nas indústrias intensivas em diferenciação de produtos.

4. Capacidade de atração de investimentos

A posição extrema do RS em relação ao mercado nacional brasileiro tem sido um problema histórico. Com a abertura da economia brasileira ao exterior, na década de 1970, já se abriu um novo espaço para a economia regional.

Num levantamento relativo às empresas de autopeças ainda mais para o início da década (Calandro 1996: 177, quadro 8), elas destacaram as vantagens e desvantagens de localização das empresas no RS. Como vantagens foram destacadas a qualidade da mão-de-obra e o seu menor custo. Também a presença do estímulo financeiro através do FUNDOPEM foi lembrada nesta categoria. Como desvantagens foram destacados, por ordem de importância, a distância dos mercados fornecedores e consumidores e o elevado custo do frete para superar o pequeno tamanho do mercado regional. A melhor localização em relação ao MERCOSUL ainda foi pouco lembrada naquele momento.

Na realidade, o RS conquistou um volume bastante razoável de investimentos nos últimos anos, superando os US\$ 7 bilhões. Os segmentos que mais se sobressaem são o automotivo, o fumo, a petroquímica, a química e a siderurgia, responsáveis por pouco mais de 70% do total. O seu volume maior deverá ser realizado durante o ano de 1998, representando 35% do total hoje previsto (Rio Grande do Sul 1998c: 33).

Segundo os resultados do seminário «O Rio Grande do Sul visto de fora», organizado pela Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul – FIERGS, a localização geográfica dentro do novo espaço criado pelo MERCOSUL, situando-se a meio caminho de seus principais pólos econômicos, Buenos Aires e São Paulo, foi – além do potencial de crescimento da própria região – um dos fatores principais para a decisão da GM e Ford de escolherem o RS como local para instalarem suas montadoras. Outros fatores elencados foram a disponibilidade de mão-de-obra qualificada, a qualidade de vida no Estado, os investimentos na ampliação e modernização da infra-estrutura e a postura administrativa do Governo (Estado [...] 1997: 7).

O quadro dos investimentos, na Tabela 1, incentivados pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul nos anos recentes, mostra que todos os segmentos acima referidos, tanto os envolvidos com a reconversão como

os com perspectivas de desenvolvimento favoráveis, estão apostando no futuro da região.

Tabela 1: Principais investimentos no Rio Grande do Sul

Indústrias	Valor do investimento (US\$ milhões)	%	Empregos diretos (Número)	%
<i>Intensivas em recursos naturais</i>	1.805	25,14	9.331	34,77
Souza Cruz (cigarros)	860	11,98	2.300	8,57
Philip Morris (cigarros)	227	3,16	265	0,99
Casa Blanca Forest (madeira)	216	3,01	1.500	5,59
<i>Intensivas em mão-de-obra</i>	107,6	1,50	5.835	21,74
Paramount (têxtil)	41	0,57	495	1,84
Azaléia (calçados)	24	0,33	2.000	7,45
<i>Intensivas em escala</i>	3.190	44,44	3.985	14,85
Copesul (petroquímica – 1ª geração)	680	9,47	200	0,75
OPP (petroquímica – 2ª geração)	600	8,36	300	1,12
<i>Intensivas em diferenciação e em conhecimento</i>	1.949	27,15	6.588	24,55
Ford (automóveis)	1.000	13,93	1.500	5,59
General Motors (automóveis)	600	8,36	2.000	7,45
DHB (autopeças)	84	1,17	475	1,77
SLC/Deere Co. (máquinas agrícolas)	70	0,98	616	2,30
Total	7.179	100	26.839	100

Fonte: Joal de Azambuja Rosa, apud SEDAI/RS. Dados parciais.

5. A ação do governo estadual

O principal instrumento de intervenção do Estado na atração de investimentos locais foi montado em pleno período do «milagre brasileiro», no início da década de 1970. Nesse momento as empresas locais, sem condições de darem o salto para frente, mas atuando num mercado promissor, estavam tendo seu controle acionário adquirido por empresas nacionais ou internacionais, caracterizando-se o fenômeno da «desgau-

chização». Entre os setores envolvidos estavam, por exemplo, o vinícola e o de produção de elevadores.

O Fundo Operação Empresa – FUNDOPEM/RS, criado em 1972 (Lei n.º 6.427, de 13 de outubro de 1972), visava a dar condições a que as empresas novas ou em expansão pudessem pagar os empréstimos tomados junto ao banco de desenvolvimento. O incentivo financeiro cobria parte do custo dos empréstimos tomados junto a ele. Ao lado desse incentivo financeiro, o Estado também tornou-se acionista em algumas empresas através da devolução do imposto sobre a circulação de mercadorias – ICM.

Durante a década de 1980, quando se pensava ser possível abrandar os efeitos sociais da crise brasileira através do estímulo às pequenas e médias empresas, o Estado também instituiu uma sistemática especial em relação a este segmento frente à tributação do consumo de mercadorias (Lei n.º 7.999, de 7 de junho de 1985). A inflação ascendente, por sua vez, associada à redução dos financiamentos dos bancos de desenvolvimento, retirou o efeito do FUNDOPEM/RS que não previa, entre os custos cobertos, os valores relativos à correção monetária dos débitos.

Para estimular as empresas, num momento em que o governo federal desativava, praticamente, sua estrutura de política industrial, o Estado partiu para o uso da dilatação do prazo de pagamento do ICM até 180 dias após o mês da ocorrência do fato gerador, o que, nas circunstâncias de inflação acelerada, tinha um efeito semelhante ao de uma isenção. Diante da dificuldade de quantificar o benefício, de natureza tributária, concedido, o governo voltou a atualizar o FUNDOPEM/RS em 1988, notadamente com a inclusão dos custos da correção monetária no valor do benefício (Lei n.º 8.575, de 27 de abril de 1988). Para um melhor gerenciamento do programa, criou-se simultaneamente o Sistema Estadual para Atração e Desenvolvimento de Atividades Produtivas – SEADAP. Depois, a abrangência dos benefícios foi aumentada e incluíram-se, também, os empreendimentos novos e os de expansão realizados com capital próprio.

A partir de 1992 esse tipo de benefício foi estendido à agroindústria através de um programa específico, o Programa Pró-Produtividade Agrícola, gerido, porém, pela Secretaria da Agricultura (Lei n.º 9.675, de 25 de junho de 1992). Seu objetivo: o aumento da produção e modernização da produção primária, sendo beneficiários de incentivo financeiro os produtores rurais, as associações de produtores e outras entidades de produção primária. O benefício é limitado a 50% do incremento real do ICMS gerado pelo projeto, pelo período máximo de cinco anos ou até a-

tingir 50% do valor do custo do investimento realizado no projeto, excetuada a área.

Especificamente para o setor dos frigoríficos, foi organizado, também em 1992 (Lei n.º 9.495, de 8 de janeiro de 1992), o Programa de Apoio aos Frigoríficos de bovinos, ovinos e bufalinos, para «apoiar as indústrias, inclusive cooperativas, em dificuldades financeiras, de forma a *permitir que se adaptem às condições de mercado* em lapso de tempo certo e pré-estabelecido». Era um benefício de natureza financeira, que não poderia superar a 9% do faturamento da empresa beneficiada. O valor do benefício⁸ deveria ser transformado, no final do período, em participação acionária ou de quotas dos empregados na empresa.

Em 1993, foi criado um programa com estímulo financeiro, semelhante ao FUNDOPEM/RS, propugnando pela melhoria das condições de competitividade da indústria de plásticos.

Em 1993 (Lei n.º 10.584, de 24 de novembro de 1995), ainda, foi criado o Fundo de Apoio à Microempresa, ao Microprodutor Rural e à Empresa de Pequeno Porte – FUNAMEP, cuja regulamentação, entretanto, só ocorreu em 1996 (Decreto n.º 36.495, de 6 de março de 1996). Esse fundo se destina a financiar investimentos fixos e capital de giro ou a prestar aval ou garantia de fiança, e a subsidiar juros de financiamento.

Enfim, o arcabouço de ação do governo se caracterizava por duas estratégias: a defesa de setores em dificuldades e a aposta em empreendimentos novos.

Com a assunção do Governo Britto, em 1995, essa divisão de estratégias ficou mais clara.

6. Defesa financeira temporária e reorganização dos setores em dificuldades

Embora concebido já por ocasião da grave crise enfrentada pela indústria em 1992, foi a conjuntura de abertura ao MERCOSUL, simultaneamente com a implantação do «Plano Real» que levou o governo a tomar uma medida concreta para, explicitamente, dar sobrevida a determinados setores «em dificuldades», principalmente da agroindústria. Um dos sintomas para estas «dificuldades» foi definido como a existência de capacidade ociosa. Este diagnóstico também prometia sucesso imediato através da decisão do governo em oferecer capital de giro em condições favorá-

⁸ As 49 empresas autorizadas receberam, no período de março de 1992 a novembro de 1994, um benefício total de R\$ 34 milhões, aproximadamente.

veis para as empresas nestas condições. Sem necessidade de investimentos (que demandariam tempo), a empresa beneficiária poderia aumentar a produção e, conseqüentemente, aumentar o número de empregados, justificando socialmente este programa.

O Fundo para Recuperação Industrial do Rio Grande do Sul – PRIN/RS foi oficializado em janeiro e regulamentado em março de 1996 (Lei n.º 10.715, de 17 de janeiro de 1996 e Decreto n.º 36.490, de 6 de março de 1996). Embora por muito tempo esperado, o programa, inicialmente, não despertou o interesse das empresas, pois o benefício era concedido apenas sobre o crescimento real do ICMS.⁹

Diante disso, ele foi alterado já em abril (Lei n.º 10.772, de 23 de abril de 1996). O benefício foi estendido a todo o ICMS corrente, independente do seu comportamento. Essa prática foi justificada pelo lançamento do programa «RS emprego – um trabalho de todos». Assim, embora com motivação própria, o PRIN/RS acabou se tornando mais um dos instrumentos acionados pelo programa RS emprego.

O benefício era de caráter financeiro. A empresa recolhia o ICMS e, num prazo de 30 dias, recebia de volta 75% do valor recolhido.¹⁰ A contraprestação da empresa era uma promessa formal de aumentar o uso da capacidade instalada e de aumentar o número de empregos.

Os setores beneficiados foram o das conservas, dos curtumes, dos vinhos e o das máquinas e implementos agrícolas.

O PRIN/RS foi instituído com caráter provisório, emergencial, com duração máxima prevista para até 24 meses, e iniciou operando em caráter experimental, por apenas 8 meses. Ao final desse período iniciou-se um processo de avaliação contínua que decidiu por sua extinção em 31 de dezembro de 1997 (Lei n.º 11.028, de 10 de novembro de 1997).

Para possibilitar uma recuperação mais sólida, passou-se a adotar programas específicos para os setores mais afetados.¹¹ Assim, o Progra-

⁹ Pela Constituição de 1988 a agregação de alguns serviços ao campo de incidência do ICM transformou esse imposto em ICMS.

¹⁰ Valor correspondente à receita do Estado neste imposto, deixando de fora os recursos destinados aos municípios.

¹¹ Em 1996 foi criado, pela Lei n.º 10.833, de 24 de julho de 1996, o Fundo de Estímulo ao Beneficiamento de Arroz no Estado do Rio Grande do Sul FEBA/RS, com o objetivo de estimular, mediante incentivo financeiro, as indústrias beneficiadoras de arroz, instaladas no RS, a aumentar a quantidade de arroz beneficiado, remetido a outras unidades da Federação, relativamente à quantidade total de arroz remetido. Por razões de impraticidade técnica, esse fundo não foi acionado, tendo já transcorrido o seu prazo de vigência que foi até 31 de março de 1998.

ma Carne de Qualidade substituiu, em 1995 (Lei n.º 10.533, de 3 de agosto de 1995 e Decreto n.º 36.182, de 18 de setembro de 1995), o Programa de Apoio aos Frigoríficos vigente até o final de 1994. Este novo programa visa ao desenvolvimento e melhoria da produção, industrialização e à comercialização da carne *vacum* e *bufalina*, proveniente de animais criados no RS. Portanto, o programa emergencial do governo anterior foi substituído por um programa com outra concepção, que objetiva enfrentar as dificuldades do setor, mudando a forma de produção. Por isso, o programa exige a realização de melhorias nas instalações que garantam níveis higiênico-sanitários compatíveis. O benefício é de natureza tributária, pois se realiza através da concessão de crédito fiscal simbólico sobre o valor das entradas, em percentuais decrescentes com a idade dos animais abatidos. Sua duração está prevista para até 31 de março de 1999.

Em 1997 (Lei n.º 10.989, de 13 de agosto de 1997) foi criado o Fundo de Desenvolvimento da Vitivinicultura do Estado – Fundovitis – com o fim de financiar as ações, projetos e programas da Política de Desenvolvimento da Vitivinicultura. Este, por sua vez, objetiva «promover a produção e o consumo de uva, de vinho e de seus derivados; controlar, inspecionar e fiscalizar a produção de uva e de vinho e seus derivados; e promover o desenvolvimento e a competitividade do setor produtor de uva e de vinho, visando à sua viabilidade técnica e econômica, principalmente, através de apoio à pesquisa, de assistência técnica e fomento, de programas e projetos de infra-estrutura e reconversão». A principal fonte dos recursos é a taxa de serviços referente à inspeção, controle, fiscalização e/ou promoção do vinho e de derivados da uva e do vinho. É um programa em parceria com o setor privado específico. A influência da abertura aos países do Prata e ao resto do mundo fica claro no reconhecimento da necessidade de reconversão no setor.

Outro setor que está buscando a sua organização em forma de parceria é a criação de ovelhas e a exploração e o beneficiamento da lã.

7. Reforma do Estado e estímulo a investimentos

O Programa de Reforma do Estado – PRE, lançado no final de 1995 (Lei n.º 10.607, de 28 de dezembro de 1995), orientou a ação de governo com um dos objetivos fundamentais de «permitir a retomada de investimentos» nas sociedades e nas atividades que seriam transferidas à iniciativa privada. Além disso, parte dos recursos da desestatização poderiam ser destinados para «investimentos necessários à implantação, no Estado,

de empreendimentos estratégicos privados, cujo montante de recursos sejam de grande relevância e revestidos de ineditismo». Quer dizer, o PRE, além de evidenciar um interesse de parceria com a iniciativa privada através dos processos de privatização e de concessão de serviços públicos, passou a sinalizar uma postura mais agressiva¹² na atração de novos empreendimentos.

O FUNDOPEM/RS, principal instrumento de atração, foi diversificado, passando a funcionar num sistema «guarda-chuva». Além do programa normal, foram adicionados programas de natureza setorial, espacial, tecnológica e especial. Caráter setorial possuíam os programas direcionados à indústria de plásticos (proplast),¹³ à geração de energia elétrica (proenerg), à produção de cigarros (proinci), à indústria de autopeças (propeças) e de óleos vegetais, exceto de soja (óleoquímico). Caráter espacial apresentavam os programas para as indústrias de calçados e de confecções que se realocizassem no interior do Estado (prointerior) e para as empresas que se instalassem ou ampliassem suas atividades na Metade Sul do Estado (metade sul). Caráter tecnológico tinha o programa destinado às indústrias que introduzissem destacadas inovações tecnológicas (Protec). O programa especial, para atender situações excepcionais, era válido para todos os programas acima.

No quadro abaixo, vemos as condições de concessão deste benefício nas suas diversas versões:

¹² A atração de investimentos na área automotiva já ocupara, de longa data, esforços do governo estadual, sem entretanto alcançar sucesso. No Governo Collares, a Assembleia Legislativa havia concedido ao Executivo, inclusive, uma ampla liberdade de negociação das condições para atrair esse tipo de investimento.

¹³ O PROPLAST foi criado anteriormente como programa próprio e incorporado nesta ocasião ao FUNDOPEM/RS.

Quadro 1: Características dos programas do FUNDOPEM/RS

Programas	Data de criação	% ICMS incremental	% ICMS recolhido	% máximo sobre investimento fixo	Período máximo do benefício
Normal	13/06/72, alt. 1988, e 15/9/95	Até 60*	-	50	8 anos
Proplast	5/2/93, alt. 31/10/95	De 60 até 75	-	50	8 anos
Proenerg	31/10/95	De 60 até 75	-	50	8 anos
Proinci	5/6/96	-	Em 1996: 37,5 Em 1997/98: 52,5 A partir de 1999: 60**	100	8 anos
Protec	5/6/96	Até 75	-	50	8 anos
Prointerior: calçados e confecções	5/6/96	Até 75	-	50	8 anos
Propeças	5/6/96	Até 75	-	50	8 anos
Metade Sul	6/3/96	Até 75	-	50	8 anos
Oleoquímico	20/9/96	De 50 até 75	-	50	8 anos
Nosso Emprego	29/4/97	Até 75	-	-	8 anos
Especial para todos os programas	15/9/95	Até 75***	Até 75**	60 a 100	8 anos
Fonte: SEDAI/RS					
Notas: * Até 17/9/95 limitado a 50%; ** Inclusive o valor do ICMS decorrente de responsabilidade por substituição tributária; *** Para programas especiais, regionais e/ou setoriais.					

Essa construção implicou e possibilitou um aumento na discriminação entre os projetos de instalação ou expansão. O menor nível de benefício era concedido na situação do FUNDOPEM normal, tradicional. Depois vinham o Proplast e o Proenerg, com uma velocidade maior no uso do benefício, já que no mínimo 60% do ICMS mensal podia ser utilizado como benefício. A vantagem do Protec, Prointerior, Propeças, Óleoquí-

mico e Metade Sul também se limitava à velocidade de gozo do benefício. O Proinci apresentava um volume maior de benefício: o limite fora elevado para até 100% do investimento fixo. Quer dizer, nesse caso, no período de até 8 anos, o Estado assumia o gasto realizado em investimento fixo. Além disso, se incluiu o ICMS decorrente da responsabilidade por substituição tributária, pois existia «iminência de perda» do investimento para outra unidade federada.

No caso do programa especial, existia, inicialmente, a possibilidade de o Conselho Diretor do Fundo fixar, por unanimidade, um percentual de até 60% sobre o custo do investimento fixo para projetos sem produto similar, com prioridade à desconcentração industrial, com geração significativa de empregos diretos, incremento do valor agregado, montante de investimentos, avanço tecnológico e preservação do meio ambiente. Mas a verdadeira arma de «guerra fiscal» foi acionada em abril de 1996:¹⁴ em casos em que se visasse «a equiparar o tratamento dispensado por outras Unidades da Federação», o Conselho Diretor passou a poder conceder incentivo de até 75% do ICMS recolhido, inclusive o decorrente de responsabilidade por substituição tributária (caso, por exemplo, bebidas e cigarros) e ampliar o limite de incentivo até o montante, quer dizer, 100% do investimento fixo realizado, o que, em parte, já beneficiara o setor fumageiro. Essa amplitude maior nos critérios expressou-se, naturalmente, nos valores despendidos.¹⁵

O Programa Especial de Incentivo à Geração de Empregos - Nosso Emprego/RS (Decreto n.º 37.373, de 23 de abril de 1997) se insere no FUNDOPEM/RS numa circunstância toda especial: em momento de crescimento do desemprego. Por isso, se abriu a possibilidade de estimular o incremento de empregos independente da realização de investimentos fixos pelas empresas beneficiadas. Um dos setores em maiores dificuldades era o dos frigoríficos no sul do Estado, os quais estavam sendo atendidos pelo Programa Carne de Qualidade, onde se exigiam investimentos para manter as condições higiênico-sanitárias. Diante das vantagens desse novo programa, houve um abandono daquele, o que obrigou o governo a uma reavaliação, sem possibilidade de reverter no

¹⁴ A Lei n.º 10.774, de 29 de abril de 1996 autorizou a alteração por 360 dias e a Lei n.º 10.966, de 26 de junho de 1997 renovou esse prazo de vigência. Decreto n.º 36.717, de 05 de junho de 1996

¹⁵ No período de 1889 a 1994 foram pagos incentivos financeiros no valor de R\$ 40 milhões a valores de 1998. No período de 1995 a maio de 1998, porém, esse valor chegou a R\$ 218 milhões, conforme a SEDAI/RS, sendo que R\$ 108 milhões apenas em 1997.

curto prazo a situação criada.¹⁶ No caso dos calçados, o efeito foi positivo, porém.

Para aumentar a credibilidade do FUNDOPEM/RS, foi alterada a forma de pagamento do incentivo. Ao invés de recolher o valor devido ao Tesouro e esperar pelo pagamento deste (o que demandava tempo e dependia do fluxo de caixa), as empresas beneficiárias foram autorizadas, a partir de setembro de 1996, a creditarem o valor diretamente contra o débito do seu ICMS (Decreto n.º 36.929, de 15 de outubro de 1996) sob a forma de «crédito presumido». Desta forma, alterou-se a característica do benefício de financeiro para tributário.¹⁷

A atração do projeto da General Motors foi um caso especial. E especial também foi o instrumento acionado. A negociação com a GM ensejou um acréscimo, no final de 1996, nas alternativas de alocação dos recursos previstas no Programa de Reforma do Estado relativos à desestatização. Agora eles também podiam ser destinados a «financiamentos voltados à implantação de empreendimentos ou complexos industriais privados destinados, dentre outras finalidades, ao incremento da economia regional, à geração de empregos e ao aumento da competitividade da indústria gaúcha». Esse financiamento, porém, seria destinado apenas a projetos com investimentos superiores a R\$ 200 milhões que, entre outras, devem incrementar as «*relações de integração comercial com os países do MERCOSUL*».

Esse empréstimo, no valor de R\$ 253 milhões, será pago após uma carência de 60 meses; o saldo devedor será amortizado em 120 parcelas mensais, iguais e sucessivas, computados os juros acumulados durante o período de carência; os juros serão de, no mínimo, 6% ao ano e capitalizados durante o período de carência. Além do empréstimo para a *instalação*, foi criado um outro empréstimo, através do Fundo de Fomento Automotivo do Estado do Rio Grande do Sul - FOMENTAR/RS (Lei n.º 10.895, de 26 de dezembro de 1996). Esse fundo destina-se ao financiamento de *capital de giro* necessário à implantação e à ampliação de indústrias do setor automotivo em área industrial específica. Esse financia-

¹⁶ O potencial de atração se mostra, pela comparação dos benefícios concedidos. O Programa Carne de Qualidade contabilizou R\$ 44 milhões no período de outubro de 1995 a fevereiro de 1998, enquanto o Nosso Emprego, até fevereiro de 1998, já aprovara benefícios no valor de R\$ 40 milhões a serem usufruídos no futuro.

¹⁷ Por tornar-se de caráter tributário, esse procedimento deveria ser aprovado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, o que não ocorreu. Essa medida também teve como efeito que os municípios arcassem com parte do ônus financeiro desse benefício.

mento obedece aos seguintes parâmetros (Decreto n.º 37.800, de 22 de setembro de 1997): a) valor equivalente a até 9% do faturamento bruto mensal proveniente do investimento e de operações de comercialização e distribuição de veículos, decorrentes de importações realizadas a partir de 1º de junho de 1997 diretamente pelas indústrias do setor automotivo ou pelas empresas credenciadas, sediadas no município de Rio Grande; b) valor equivalente a até 9% do faturamento bruto mensal gerado pelo estabelecimento; c) valor equivalente a até 12% das aquisições de máquinas, equipamentos e instrumentos industriais, excluídas aquelas ao abrigo da isenção ou do diferimento do pagamento do ICMS; d) prazo máximo de fruição de 15 anos; carência de até 10 anos; e) prazo de amortização máximo de 12 anos. Na concepção desse instrumento ainda se faz presente a visão da substituição de importações, pois uma das condições de enquadramento nominadas é a «fabricação de produtos que contribuam para substituir os adquiridos de outros Estados ou do exterior».

A atração da fábrica de automóveis da Ford foi, igualmente, tratada como um caso especial e determinou a criação de um novo fundo, o Fundo de Desenvolvimento para Complexos Industriais – FDI (Lei n.º 11.085, de 22 janeiro de 1998 e Decreto n.º 38.313, de 11 de março de 1998). Este está direcionado para projetos de complexos industriais com «investimentos acima de R\$ 500 milhões de reais, *incremento de relações com os países do MERCOSUL* e geração mínima de 1.500 empregos diretos no complexo». O valor destinado a esse Fundo pelo governo foi de R\$ 200 milhões.

Como no caso da GM, duas são as formas de financiamento: a) os destinados à implantação, desenvolvimento ou ampliação; e b) os destinados a capital de giro.

O primeiro inclui desde a aquisição do terreno até o desenvolvimento do produto e obedece aos seguintes parâmetros: a) o valor a ser liberado será definido pelo Conselho Diretor do FUNDOPEM/RS; b) a liberação de valores atenderá o cronograma físico-financeiro do projeto; c) carência de 60 meses; d) juros de, no mínimo, 6% ao ano e capitalizados durante o período de carência; amortização em 120 parcelas mensais, iguais e sucessivas, computados os juros acumulados no período de carência.

O financiamento do capital de giro apresenta as seguintes condições: a) as condições de financiamento atenderão a parâmetros econômicos ou sociais, tais como nível de produção ou número de empregados; b) a concessão do financiamento poderá ocorrer com base em percentuais (a até 11% do faturamento bruto mensal da empresa beneficiada; e até 12%

do valor de aquisição de bens do ativo fixo) ou por valores prefixados; c) o prazo máximo de fruição é de 15 anos; d) a carência de até 10 anos; e) prazo de amortização máximo de 12 anos; f) liberação do financiamento a partir do efetivo início das operações. Em casos excepcionais, poderá ser dispensada a incidência de juros, bem como a de correção monetária e de outros encargos.

A estratégia consistiu, portanto, na modernização do Estado, dividindo com a iniciativa privada a responsabilidade pela produção e oferta de bens e serviços públicos; na atualização e modernização da infraestrutura, novamente com a parceria privada; e na adoção de uma agressiva política de atração de investimentos, amparada no reconhecimento de que o RS não poderia perder, mais uma vez, o «trem da história», o que ocorreria caso o Estado não fosse escolhido como local de aplicação por ocasião da nova onda de investimentos no país.

Após alcançar a duplicação da produção petroquímica e a instalação do complexo automobilístico, a política de atração se voltou para a indústria de alta tecnologia, resultando na vinda da Dell, empresa norte-americana produtora de computadores.

Diante do quadro favorável, considerando-se satisfeito com os investimentos atraídos, o governo alterou o instrumento de atração industrial do FUNDOPEM/RS de incentivo financeiro com caráter de doação para incentivo financeiro com caráter de financiamento (Lei n.º 11.028, de 10 de novembro de 1997 e Decreto n.º 38.609, de 23 de junho de 1998). No novo FUNDOPEM/RS, entre as diretrizes fundamentais, está listada em primeiro lugar «a descentralização da produção industrial», que deverá ocorrer através da escolha de regiões econômica e/ou socialmente deprimidas. Como estratégia básica se optou pela complementação das cadeias produtivas já instaladas no Estado, desde a indústria petroquímica, a automobilística até a agroindústria.

Como novidade importante na utilização dos recursos destaca-se o financiamento para «a capitalização de empresas emergentes na área de alta tecnologia por investidores deste Estado» (Lei n.º 11.153, de 11 de maio de 1998). Até então estas estavam fora, se não realizassem simultaneamente um investimento fixo.

O valor do financiamento está limitado ao máximo de 9% do faturamento bruto incremental (o que substitui o critério anterior do ICMS incremental e corresponde, praticamente, ao seu valor). Os demais termos do contrato de empréstimo são: a) correção monetária de até 90% da inflação do período; b) juros de até 6% ao ano; c) prazo de fruição de até 8 anos; d) carência máxima de 5 anos; e) prazo de amortização de até 8 a-

nos (sendo prorrogável por igual período); e f) garantia por aval ou título de crédito. Ressalte-se que, dependendo da relevância do empreendimento para o município e a região de localização do projeto industrial, poderá ser concedido, por ocasião da liquidação dos financiamentos, abatimento, aplicado sobre o valor de cada parcela, inclusive encargos.

Como as parcelas do financiamento podem ser liberadas através de crédito em conta corrente bancária ou através da apropriação de crédito fiscal presumido, o benefício do FUNDOPEM/RS possui, hoje, um caráter híbrido, de natureza financeira e tributária.

A estrutura de operacionalização, o Sistema Estadual de Atração e Desenvolvimento da Atividades Produtivas – SEADAP, ficou mantida.

Em relação ao sistema vigente, perdeu-se, porém, a transparência quanto ao valor monetário do incentivo, que depende diretamente do comportamento da taxa de inflação e da evolução das taxas de juros. Na medida em que existe a possibilidade de um abatimento por ocasião da liquidação do financiamento, mantém-se potencialmente o caráter de doação desse programa.

A campanha eleitoral a Governador, com resultados favoráveis ao governo no que concerne ao Parlamento e desfavoráveis no que concerne ao Executivo, evidenciou um questionamento a respeito da adequação da política de incentivos seguida até recentemente.

8. Conclusão

O processo de integração regional e de abertura comercial brasileira num contexto de globalização levou o RS a abastecer-se mais fortemente nos mercados internacionais, ao qual está se integrando rapidamente, quando se observa o comportamento do grau de abertura de sua economia.

No mercado nacional, o RS passou a se relacionar mais com os seus estados vizinhos, Santa Catarina e Paraná, em desfavor do Rio de Janeiro, mantendo São Paulo como principal parceiro comercial.

Os países do MERCOSUL passaram a ser os principais fornecedores do RS, observando-se uma tendência de substituição da Europa pela região do Prata, enquanto os EUA se mantêm como principais compradores.

Para o resto do mundo o RS se apresenta como um comprador de combustíveis e um vendedor de soja e seus subprodutos, fumos e calçados. Para o MERCOSUL, porém, vende produtos industrializados mais sofisticados e compra desde produtos primários até industrializados, indicando o crescimento de fluxos comerciais de caráter intra-industrial

que deverá se acentuar com a entrada em funcionamento das indústrias automobilísticas em instalação no RS e na Argentina.

Embora São Paulo seja o centro brasileiro por excelência no processo de integração regional, concentrando o comércio exterior com a região do Prata, o RS, além de ser a principal porta de entrada do fluxo de importações do Brasil, realiza um importante intercâmbio comercial com essa região.

Diante da nova projeção de especialização regional da produção no Brasil, o RS apresenta setores com necessidade de reconversão ou reestruturação (as atividades intensivas em recursos naturais – agricultura e agroindústria – e intensivas em mão-de-obra – a indústria de calçados) e setores com potencial de crescimento altamente favorável (as indústrias intensivas em escala, em conhecimento e intensivas em diferenciação de produtos).

A experiência recente demonstra que o RS tem capacidade de atração de investimentos na proporção direta de um sucesso da integração regional e de abertura comercial que lhe retira as desvantagens decorrentes de sua posição geográfica por não mais situar-se no extremo-sul de uma região, mas no meio dela.

O arcabouço de ação do governo estadual já estava, de certa forma, organizado: o apoio a setores em dificuldades diante da nova realidade de mercado e a busca de novos investimentos. Mas decisiva foi a nova postura adotada, notadamente na gestão do Governador Antonio Britto, evidenciando uma abertura para a participação da iniciativa privada na oferta de serviços públicos e uma ação agressiva na atração de novos investimentos.

O governo do Estado do Rio Grande do Sul, não aceitando que a economia regional ficasse, mais uma vez, de fora de uma onda de investimentos que estava ocorrendo no Brasil, agiu de forma decidida, admitindo, para tanto, a troca de patrimônio e o comprometimento de significativa parcela de receitas tributárias futuras, objeto de questionamento nas eleições a Governador realizadas em outubro último.

Bibliografia

AGRIBUSINESS GAÚCHO: ENTRE AS LÂMINAS DE UMA TESOURA (1998), em: *Contexto Econômico* IV(14), 2 (Órgão Oficial do Conselho Regional de Economia, 4ª Região, Rio Grande do Sul).

BENETTI, Maria Domingues (1997): «Rio Grande do Sul: estratégias empresariais nos agronegócios, no período pós 1990, e questões emergentes», em: *Indicadores Econômicos FEE* (Porto Alegre) 25(3).

CALANDRO, Maria Lucrécia (1996): «A competitividade do setor gaúcho de autopeças», em: *Indicadores Econômicos FEE* (Porto Alegre) 24(4).

ESTADO ATRAI EMPRESAS POR CAUSA DO MERCOSUL (1998), em: *Jornal do Comércio* (Porto Alegre), 2.12.1997, 7.

LEITE, Manoel Marques (1985): *Relações externas da economia do Rio Grande do Sul; 1949/79*, Porto Alegre: UFRGS.

RIO GRANDE DO SUL (1998a): *Projeto RS 2010. Capacitação competitiva*.

RIO GRANDE DO SUL (1998b): *Projeto RS 2010. Agribusiness*.

RIO GRANDE DO SUL (1998c): *Projeto RS 2010. Investimentos*.

ROSA, Joal de Azambuja (1998): *Estudo comparado de desenvolvimento e de políticas de atração de investimentos de estados brasileiros: a perspectiva do Rio Grande do Sul*, Rio Grande do Sul (Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Projeto RS 2010).

SECRETARIA DA FAZENDA; CGICM (diversos anos): *Exportações do Rio Grande do Sul; benefícios fiscais do ICM*, Porto Alegre.

SECRETARIA DA FAZENDA; CGICM (diversos anos): *Relatório de estatísticas econômico-fiscais*, Porto Alegre.

Fontes de dados relativos às exportações e importações do Brasil e do Rio Grande do Sul:

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO – MICT

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO E DOS ASSUNTOS INTERNACIONAIS – SEDAI

MINISTÉRIO DA FAZENDA – MF

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL – SRF

Martin Coy

Entre a Globalização e a Regionalização. Efeitos da Modernização, Conflitos de Interesse e Fatores Determinantes do Desenvolvimento Regional Sustentável no Espaço Rural Brasileiro

1. Introdução

Ao observarmos o desenvolvimento e a distribuição da população no Brasil, temos a nítida impressão de que o espaço agrário vem perdendo significado perante o urbano. Enquanto em 1960, 55 % dos brasileiros ainda moravam no campo, em 1996 eram apenas 22 %. Desde a década de 70 a população rural também diminui em números absolutos: somente entre 1991 e 1996 essa diminuição chegou a quase 2 milhões (IBGE 1999). Poderíamos afirmar, então, que isso seria um indício de que o espaço rural brasileiro está se tornando, aos poucos, uma *quantité négligeable* dentro de um país urbano?

Uma série de fatores são contrários a essa suposição. A agricultura, assim como a agroindústria, sempre apresentaram grande importância no que diz respeito ao produto social e às exportações do país. Da mesma forma, a aparentemente clara estatística demográfica esconde que a tradicional oposição entre campo e cidade é substituída, nas palavras de Milton Santos, por uma bipolaridade entre *Brasil agrícola* e *Brasil urbano* (Santos 1993), implicando em uma interdependência cada vez maior dos espaços de vida e de produção urbano e rural. Apesar disso, ou exatamente devido a essa mudança, o espaço rural também continua sendo o palco dos conflitos sociais de maior relevância (Oliveira 1988). A relação contraditória entre globalização e regionalização evidencia esse contraste no espaço agrário, através da orientação funcional para os mercados externos por um lado, e da economia de sobrevivência por outro, sendo esta organizada primordialmente de forma territorial. O futuro do espaço agrícola permanece, portanto, socio-econômico e ecologicamente problemático, uma vez que se trata do equilíbrio entre a produção econômi-

ca a longo prazo, a reprodução social e a proteção dos recursos, que, no âmbito da modernização das últimas décadas, foi totalmente desprezado.

Nesta contribuição, buscaremos esclarecer a modernização agrícola e suas consequências gerais, expondo o exemplo da produção de soja e os conflitos sociais presentes no espaço rural. Em seguida, tentaremos mostrar os fatores determinantes e os elementos básicos de um desenvolvimento socio-econômico e ecologicamente sustentável.

2. A «modernização conservadora» no setor agrário brasileiro

A mudança estrutural na agricultura e no espaço rural brasileiros é fruto da modernização promovida pelo Estado nas últimas três décadas, que teve suas origens ideológicas na Revolução Verde (Martine/Garcia 1987). Fundamental aqui foi um instrumentário agrário e político-regional (Goodman et al. 1985), que, por sua vez, está baseado nos três seguintes pilares (cf. Fig. 1):

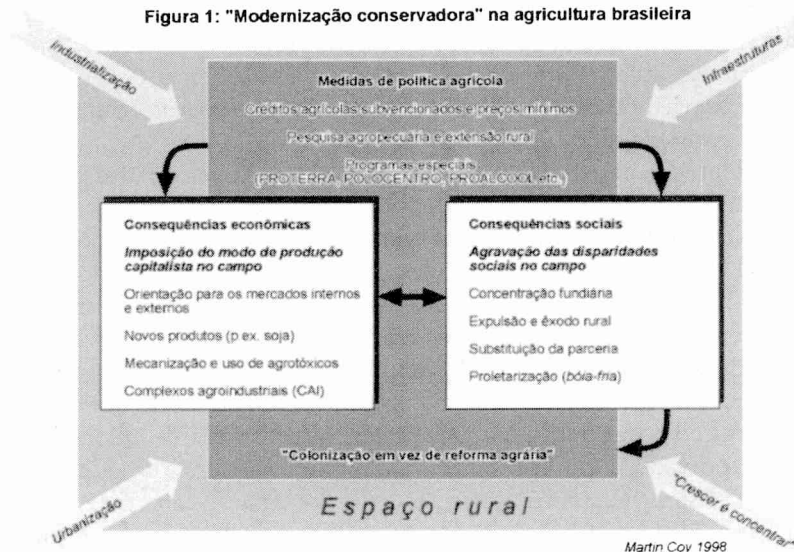
1. Na introdução de preços mínimos e de uma política de créditos subvencionados.
2. Na instituição da pesquisa agropecuária estatal e dos serviços de assistência técnica e extensão rural, a fim de desenvolver e difundir inovações agrário-tecnológicas.
3. Em programas especiais para a incorporação de regiões periféricas ou com objetivos setoriais, tal como, através da promoção da cultura de cana-de-açúcar para a produção de álcool combustível.

Além disso, observam-se transformações no setor agrário e no espaço rural como um todo, as quais resultam de mudanças estruturais e sócio-econômicas, como a industrialização e a urbanização, e de esforços que visam melhorar a infraestrutura. Prioritário na política agrária foi a promoção do aumento do output da agricultura, assim como o incentivo da orientação do setor agrário para o mercado, mas principalmente para a exportação. Neste sentido, a introdução de novos produtos de exportação e de inovações tecnológicas de crescente produtividade apresentaram importância especial. Deste contexto resultam os chamados Complexos Agroindustriais, nos quais foram reunidos a produção de implementos agrícolas, a comercialização e o processamento de produtos agrícolas de grande peso no mercado, o que levou a uma estreita relação entre a modernização agrícola e a industrialização. De um modo geral, podemos afirmar, então, que as consequências econômicas da modernização cor-

respondem a uma expansão da produção capitalista na agricultura (Coy/Lücker 1993: 21-47).

Em consequência disso, o setor camponês tradicional, que sempre havia sido responsável por uma grande parte da produção dos gêneros alimentícios, foi progressivamente deixado de lado, resultando numa diminuição da segurança alimentícia endógena (Windfuhr 1997). Neste contexto, as consequências sociais da modernização da agricultura causaram, sobretudo, o agravamento das disparidades sociais no espaço rural, além do aumento da concentração da propriedade. Esta, por sua vez, gerou uma pressão ainda maior da concorrência, resultando na quebra de muitos estabelecimentos familiares camponeses, já que a introdução da cultura mecanizada de novos produtos levou a substituição das tradicionais relações de trabalho e arrendamento, que absorviam enorme contingente demográfico do próprio campo (para o exemplo do Paraná cf. Kohlhepp 1991). Desse modo, um enorme contingente das camadas rurais inferiores foi deslocado para as cidades. Desse contingente resultam os denominados bóia-frias, os quais correspondem a uma típica expressão da modernização agrícola brasileira.

Figura 1: "Modernização conservadora" na agricultura brasileira



De uma forma geral, nota-se que as disparidades regionais e agrário-estruturais, desde sempre existentes, de forma alguma diminuíram, muito

pelo contrário, acentuaram-se consideravelmente. Contudo, uma reforma agrária a fim de eliminar esses inconvenientes nunca foi seriamente empreendida, e, exatamente por isso, fala-se em «modernização conservadora». Em seu lugar, propagou-se a colonização agrária como suposta alternativa, o que significou a exploração de terras virgens nas regiões pioneiras da Amazônia e do Centro-Oeste, com as já conhecidas consequências sócio-econômicas e ecológicas (Coy 1988; Coy/Lücker 1993).

Portanto, sob a influência das condições políticas e econômicas gerais, o papel do Estado no setor agrário se modificou nitidamente nas últimas décadas. O desenvolvimento do crédito agrário estatal é, aqui, um exemplo. Os anos setenta, por exemplo, foram particularmente caracterizados por altos investimentos em modernização, por meio de um sistema de crédito subvencionado. Contudo, desde os anos 80 o volume do crédito estatal praticamente retrocedeu ao valor da situação inicial da política de modernização devido às imposições da política de reajuste econômico e de esforços que visam a desregularização estatal. Principalmente os camponeses, para os quais existiam programas especiais de crédito durante toda a década de 70, tiveram que arcar com as consequências desse recuo do Estado. Entretanto, também os estabelecimentos rurais modernos, que dependem do crédito para investimentos necessários e para o financiamento de sua produção, saem prejudicados, uma vez que encontram-se, atualmente, em alto risco de endividamento, dependendo dos bancos privados, que conferem seus créditos de acordo com as condições de mercado.

A orientação para fora do setor agrário brasileiro sempre foi um dos principais objetivos da «modernização conservadora» (Becker, Egler 1992). Nesse sentido, quando observamos a composição da exportação nacional, percebemos que, através de produtos agrários e agroindustriais, um terço do valor de exportação brasileiro sempre é contabilizado - mesmo em caso de um desenvolvimento desfavorável dos mercados agrários mundiais (IBGE 1999). Avaliando, com o passar do tempo, a composição dos produtos agrícolas exportados, constatamos que o valor da exportação dos produtos da soja (principalmente os seus subprodutos foram exportados), que apresentou um forte crescimento desde os anos 80, ganhou significado, frente ao anterior dominante café. Este é também o caso dos produtos da carne, cujos recentes dados indicam uma crescente importância na exportação, fazendo com que o Brasil, em caso de plena realização dos acordos do GATT, aumente suas expectativas de, ao longo prazo, melhorar sua posição no mercado internacional. Essas tendências refletem a política de modernização conservadora e demons-

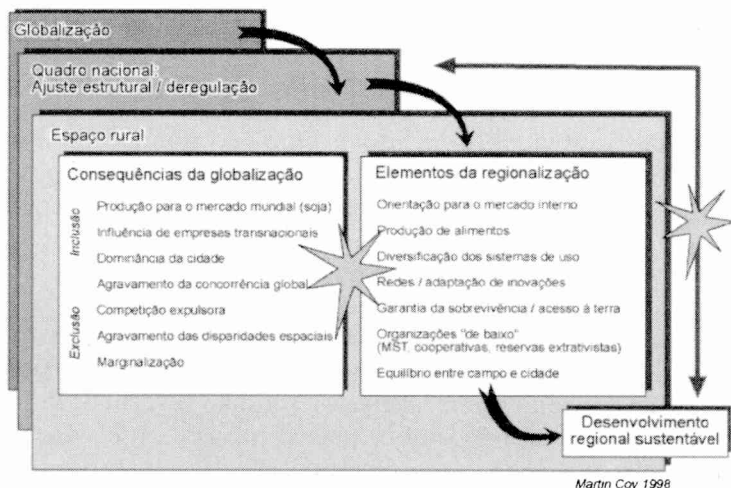
tram uma possível vulnerabilidade do setor agrário brasileiro perante a globalização.

3. Formas de inclusão no espaço rural brasileiro

A globalização atua sobre distintos campos: economicamente sobre as vias de bens e mercados financeiros; politicamente sobre a posição do estado nacional e novas formas de constituição de um regime global; informacionalmente sobre a alteração na evolução da comunicação e de decisões; e socio-culturalmente sobre a mudança dos estilos de vida e novos padrões de migração (Krätke 1995). Além disso, ela interfere sobre a esfera local através de políticas nacionais, como por exemplo através de políticas neoliberais de reajuste e de desregularização (Danielzyk/Ossenbrügge 1996). Porém, os níveis locais não perdem de forma alguma valor nesse contexto, muito pelo contrário: observa-se uma reestruturação, e, em parte, uma revalorização das interdependências locais/regionais, como adaptação ou reação em relação à globalização. Esse fenômeno é qualificado como *glocalização* ou regionalização (Krätke 1995). A globalização, por sua vez, provoca uma seleção setorial, social e regional, e uma crescente fragmentação entre inclusão e exclusão, principalmente nos países do «Terceiro Mundo». Somente segmentos da economia, da sociedade e das regiões dos países em desenvolvimento ajustam-se à globalização, os outros, em contrapartida, são deixados em segundo plano.

O espaço rural brasileiro também não se encontra fora da influência da globalização (cf. Fig. 2). Em vista da orientação da agricultura para fora, os espaços modernizados agrários estão sujeitos, antes de mais nada, a uma crescente vulnerabilidade econômica, e não só através da desregularização estatal, mas também através das relações diretas com os mercados globais e da crescente influência das bolsas de valores internacionais. Desse modo, as decisões comerciais tomadas por atores locais serão cada vez mais influenciadas pela competição global e pela concorrência dos espaços de produção. Tendências à liberalização, como a do *Uruguay Round* do GATT, puderam fortalecer ainda mais esse desenvolvimento. E, somando-se a isso, há os interesses diretos dos *global players* quanto ao espaço rural. Empresas transnacionais desempenham, no entanto, papel decisivo nos campos da biotecnologia, da produção de sementes e dos produtos químicos agrícolas (Blumenschein 1995).

Figura 2: O espaço rural brasileiro entre globalização e regionalização

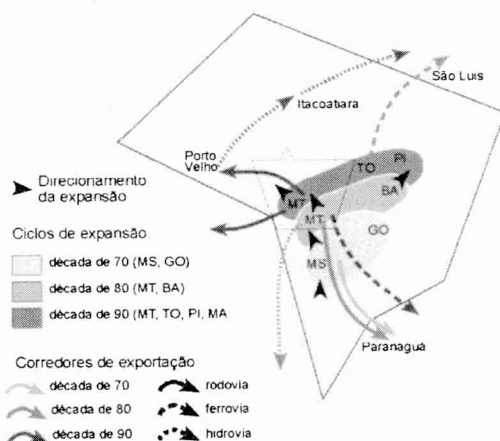


Em virtude das influências da globalização, ocorre também nos espaços rurais o aumento do significado das cidades como centros de controle e intervenção. Elas são espaços de vida e ação de novos atores rurais, por exemplo fazendeiros modernos, cujos estilos de vida e raios de ação, no âmbito da globalização, contrastam crescentemente com os de grupos camponeses (ao exemplo do Norte Matogrossense cf. Coy 1991). Estes, assim como outros grupos organizados territorialmente (p.ex. grupos indígenas), são cada vez mais isolados sob pressão da globalização. Eles são privados dos seus direitos de dispor sobre a terra ou sobre o conhecimento, e são marginalizados espacialmente, p.ex. pelo deslocamento para as periferias das cidades. A globalização também promove, portanto, a fragmentação entre inclusão e exclusão no espaço rural (Coy/Neuburger 1999).

Principalmente através do exemplo do complexo da soja podem ser verificadas as influências da globalização no espaço agrário. Em apenas poucos anos, o Brasil consolidou uma posição importante no mercado mundial desse produto. O boom ocorreu nas décadas de 60 e 70 nos três estados do sul, e fez com que houvesse um processo de expansão das principais regiões de cultivo, ascendendo, assim, os espaços interiores do Centro-Oeste brasileiro como grupos de ponta das regiões de produção de soja (cf. Fig. 3).

Figura 3

A globalização da periferia
Expansão do complexo da soja na Centro-Oeste brasileiro



Martin Coy 1998

O boom da soja do sul no Brasil e, posteriormente, na região sul do Centro-Oeste (Mato Grosso do Sul e Goiás) cedeu lugar, durante a década de 80, a um vasto território, que vai do Mato Grosso até o oeste da Bahia, conquistando, assim, as regiões de cerrado no noroeste do Mato Grosso (Chapada dos Parecis), o Tocantins, além do sul do Piauí e o sul do Maranhão (Coy/Lücker 1993). Essa recente expansão do cultivo da soja está relacionada aos seguintes fatores:

1. Disponibilidade de grandes reservas de terra no cerrado,
2. condições favoráveis de saída para a derrubada e mecanização dos chamados chapadões,
3. desenvolvimento de novas espécies adaptadas à realidade climática,
4. preços muito baixos da terra, em comparação ao sul do Brasil, e
5. imigração de fazendeiros do sul do Brasil, que, com a venda de seus bens, puderam adquirir grandes áreas de terra na região dos cerrados.

Esse grupo relativamente homogêneo de gaúchos, catarinenses e paranaenses determina, cada vez mais, as estruturas sócio-econômicas das no-

vas ilhas de modernização no Centro-Oeste. Contudo, acabam por assumir funções de uma elite econômica, política e cultural, o que contribuiu para uma mudança na identidade da região.

O recente desenvolvimento dos enclaves de modernização do cerrado pode ser interpretado como sendo o direcionamento à inclusão da periferia no processo de globalização, sob condições gerais de desregulização. Depois de o Estado ter influenciado o desenvolvimento por meio de programas especiais, o capital nacional privado e de origem internacional assumiram as iniciativas. Empresas multinacionais do meio agrário se engajaram, então, na produção de sementes e na biotecnologia, investidores japoneses financiaram o programa PRODECER, visando à exploração dessa região. A melhoria da infra-estrutura em comunicação - por exemplo, telefonia celular, ligação à internet, instituição de canais próprios de TV com satélite para o comércio agrário «des-territorializado» - deve, neste caso, ajudar a compensar as desvantagens dos produtores, os quais se encontram à periferia da concorrência global.

A grande distância para as agroindústrias e os portos de exportação foi desde o início um problema da região do cerrado. Por isso, os grupos de pressão regionais passaram a reivindicar a criação de novos corredores de exportação - e, com isso, naturalmente, uma orientação funcional imediata dos espaços de produção para o mercado ultramarino -, a fim de que pudessem ter êxito na concorrência nacional e global. Até os dias de hoje, o transporte se realiza principalmente por estradas até os portos de exportação. Nos últimos anos da década de 80, no entanto, o projeto da transformação do rio Paraguai em uma via fluvial internacional se tornou o centro dos interesses (Friedrich 1995). Este projeto, que é muito discutível por motivos ecológicos, era visto como possibilidade de ligação ao nascente mercado do Mercosul. O seguinte grande projeto foi empreendido no início dos anos 90, e dizia respeito à construção de uma estrada de ferro ligando o leste ao oeste (Ferrovia Leste-Oeste). Inovador neste projeto é que ele deveria ter sido financiado pelo considerável caixa particular do, na época, pretenso maior produtor de soja do mundo: o empresário paulista Olacyr de Moraes. Porém, este projeto acabou caindo em farsa, por problemas de financiamento. Além disso, o novo «rei da soja» brasileiro, Blairo Maggi, criou, paralelamente, um corredor próprio de exportação, partindo das suas regiões de produção do oestematogrossense em direção ao norte, inicialmente por estrada até Porto Velho, e de lá por navio para um terminal de porto particular em Itacoatiara no Amazonas, onde é efetuado o transbordo em navios de grande porte (Friedrich, Pasca 1998). Esse exemplo mostra não só como as re-

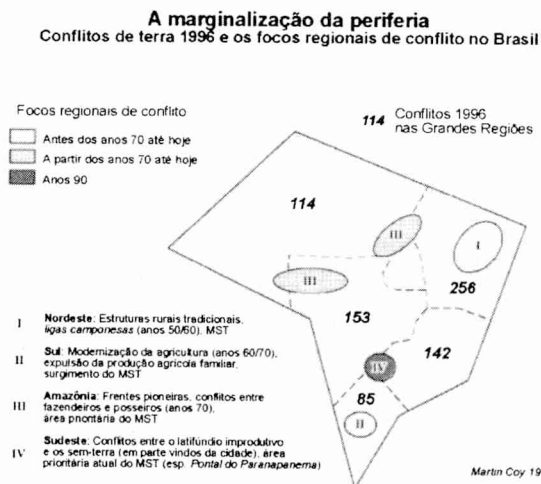
giões periféricas, pelo menos parcialmente, se desligam dos centros do sul do Brasil, mas também como a iniciativa privada assume a função dirigente do Estado, incentivando a orientação da periferia para a globalização. Neste caso, os interesses do capital privado pouco levam em consideração os perigos ecológicos e as necessidades de sobrevivência dos grupos indígenas, cujos territórios foram atravessados pelos novos corredores.

4. Formas de exclusão no espaço rural brasileiro

O Brasil pertence até hoje aos países que apresentam maior concentração de terras. E, em consequência da modernização conservadora e da ausência da reforma agrária, essa situação se tornou ainda mais crítica (Oliveira 1995). Segundo o censo agropecuário de 1985, 90 % dos estabelecimentos, que apresentavam uma área inferior a 100 ha, representavam apenas 21 % da área total do país, enquanto somente 1 % dos estabelecimentos com área superior a 1.000 ha dominavam quase 44 % da área. Somente os 26 maiores latifúndios brasileiros ocupam uma área que corresponde ao estado de São Paulo (Oliveira 1995). O censo agropecuário mais recente, de 1995, aponta, no entanto, uma diminuição do significado dos grandes estabelecimentos e o aumento do número dos pequenos estabelecimentos, principalmente do número de posseiros. Apesar da política de modernização acelerada, o campesinato brasileiro, que exerce sobretudo uma agricultura familiar de sobrevivência, de forma alguma desapareceu. Tanto neste caso, como no de posseiros e diaristas do campo, verifica-se, de forma particular, uma pobreza absoluta generalizada, pois, embora o Brasil tenha subido do 68º para o 62º lugar no rang mundial do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), segundo os recentes estudos da UNDP, as disparidades sociais e regionais internas em relação ao nível de vida e ao desenvolvimento humano se agravam cada vez mais e correspondem à diferença entre a Serra Leoa e o Canadá.

As extremas disparidades agrário-estruturais são desde sempre causa de violentos conflitos. Por exemplo, a confrontação no campo nos anos 90 aumentou abruptamente, o que pode ser verificado na Figura 4 nos números de conflitos de terra nas diferentes regiões brasileiras (Piccoli/Mato 1997; David et al. 1997).

Figura 4



As regiões brasileiras que apresentam maiores números de conflitos de terra podem ser classificadas quanto a sua origem, a sua base de formação, e em relação às atividades dos movimentos sociais:

1. Estruturas agrárias injustas fazem com que o Nordeste seja até hoje um foco dos conflitos de terra. Aqui agiram já nos anos 50 e 60 as ligas camponesas, cuja repressão, na ocasião, está relacionada ao golpe militar de 1964.
2. A partir da década de 60 houve um notável aumento dos conflitos no sul, que estavam sempre relacionados à agricultura familiar camponesa, que, por sua vez, devido à modernização conservadora, levou a desalojamentos. Isso resultou no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), no fim da década de 70, o qual é hoje sem dúvida, o mais ativo movimento social brasileiro (Fatheuer 1997; Stédile 1997).
3. Com o avanço da fronteira agrícola e com a expansão simultânea de grandes estabelecimentos agropecuários durante os anos 70 e 80, as principais zonas de conflito foram deslocadas para o Centro-Oeste e sobretudo em direção à Amazônia. Principalmente os recentes conflitos de terra no sudoeste paraense (Eldorado 1996) e em Rondônia (Corumbiara 1995) demonstram a violência no campo amazônico.

- Além dos conflitos entre posseiros e fazendeiros, pertencem também aos partidos conflitantes os grupos indígenas, os seringueiros e garimpeiros, assim como os madeireiros e as empresas de mineração.
4. Devido aos conflitos de terra e às atividades do MST desde o final dos anos 80, parte do sudoeste - principalmente o estado de São Paulo - tornou-se o centro dos interesses (Fernandes 1996). Somente na região do Pontal do Paranapanema houveram, em 1996, 43 invasões de terra pelo MST, que resultaram em assentamentos por volta de 4.000 famílias. Outras 3.000 invadiram no mesmo ano certa de 10 fazendas na mesma região.

Essas pequenas indicações fazem com que a questão atual da terra no Brasil tenha um alcance político e social, o que significa que ela não perdeu de forma alguma o seu poder. Alguns vêem no MST uma das poucas armas de luta contra a onipotência do Neoliberalismo. As atividades do MST causaram também um maior interesse da opinião pública internacional na questão agrária brasileira.

No decorrer dos anos, entretanto, os objetivos e prioridades do Movimento dos Sem-Terra se modificaram (Stédile 1997). Enquanto no início dos anos 80 as discussões giravam principalmente em torno da consciência de uma reforma agrária atrasada, na segunda metade dos anos 80, frente à confrontação com a poderosa organização dos fazendeiros, a União Democrática Ruralista (UDR), a consolidação do MST, como movimento nacional, ficou em primeiro plano. Nos últimos anos o Movimento dos Sem-Terra encaminhou-se fortemente, sob o lema «ocupar, resistir, produzir», em direção à organização de assentamentos e no desenvolvimento das condições de produção camponesa (por exemplo também em cooperativas). Desse modo, não se trata mais somente de assegurar a sobrevivência, mas também de uma maior inserção dos produtores camponeses no mercado e, com isso, da aceitação pelo menos parcial dos princípios da modernização. Assim, mecanização, cultivo da soja, contratos com agroindústrias ou até mesmo projetos agroindustriais próprios não são nenhuma raridade nos assentamentos do MST.

5. Elementos para um desenvolvimento sustentável no espaço rural brasileiro

Por fim, trataremos dos caminhos alternativos de desenvolvimento para o espaço rural brasileiro, que se orientam no princípio da sustentabilidade (Bursztyn 1993; Cavalcanti 1995; ao exemplo das frentes pioneiras na

Amazônia Coy/Neuburger 1999). Os primeiros indícios nesta direção já podem ser observados. Estes dizem respeito, inicialmente, à consolidação e diversificação do setor agrário modernizado, a fim de que ele solucione a dependência exclusiva do mercado. Trata-se, então, da estabilização dos «setores incluídos» da agricultura e do espaço rural. Além disso, o desenvolvimento alternativo se refere às condições de produção e reprodução necessárias para os «setores excluídos» do campesinato, dos Sem-Terra ou ainda dos grupos tradicionais (indígenas, seringueiros etc.) por um lado, por outro à melhoria das possíveis chances de desenvolvimento local e regional, assim como à conservação dos recursos naturais a longo prazo na base de sistemas de uso ecologicamente adaptados. Em geral, busca-se tanto o sistema e a organização da produção agrícola, como ainda a organização social e territorial do espaço rural. Tendo em vista as influências e conflitos entre medidas locais e superiores para a realização de um desenvolvimento regional sócio-econômico e ecologicamente sustentável (cf. Fig. 2), os seguintes campos de ação são de grande importância:

1. A orientação para a «segurança alimentícia», por exemplo, através de incentivos para a produção de alimentos e para circuitos econômicos regionais.
2. A redução dos riscos de vulnerabilidade decorrente da orientação para fora e da monocultura, através da diversificação da produção e da diminuição dos riscos de mercado.
3. Fortalecimento regional das estruturas de rede sócio-econômica formal e informal, assim como da adaptação de técnicas de produção e inovações às realidades regionais.
4. Garantia da estável sobrevivência sócio-econômica para todos os grupos sociais do espaço rural, que diz respeito ao acesso à terra, isto é, a realização da reforma agrária. Neste contexto, os movimentos sociais do campo (MST, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, entre outros), as organizações de auto-ajuda e a segurança dos espaços de produção (por exemplo, para tradicionais formas de produção), em relação à estabilização da situação de vida dos grupos marginalizados, têm também grande significado.

Portanto, o espaço rural não pode ser observado isoladamente do espaço urbano. O aumento da interdependência social e econômica campocidade é uma das consequências mais significantes da modernização, cu-

jos vencedores e perdedores do espaço rural encontram-se nas crescentes cidades. Por isso, no âmbito do desenvolvimento sustentável, a regionalização significa nada mais que um equilíbrio sócio-econômico entre campo e cidade (Coy/Neuburger 1999).

Concluindo, o desenvolvimento sustentável pressupõe, sobretudo, justiça sincrônica e diacrônica, da mesma forma como uma viabilidade ecológica e sócio-econômica no futuro. Isso se dá, porém, não só através de medidas estatais «de cima», mas, principalmente, através do *enablement* dos envolvidos, isto é, pela conscientização, responsabilidade e participação. O movimento brasileiro dos Sem-Terra poderia indicar um caminho neste sentido.

Bibliografia

- BECKER, B. K. / EGLER, C. A. G. (1992): *Brazil: a new regional power in the world-economy*, Cambridge.
- BLUMENSCHIEIN, M. (1995): «Die modernisierte Landwirtschaft des Cerrado und ihre Bedeutung für eine nachhaltige Entwicklung der Pantanal-Region», em: Kohlhepp, G. (Ed.): *Mensch-Umwelt-Beziehungen in der Pantanal-Region von Mato Grosso/Brasilien*, Tübingen, 221-246 (Beiträge zur angewandten geographischen Umweltforschung. Tübinger Geographische Studien 114).
- BURSZTYN, M. (Hrsg.) (1993): *Para pensar o desenvolvimento sustentável*, São Paulo.
- CAVALCANTI, C. (Hrsg.) (1995): *Desenvolvimento e natureza: Estudos para uma sociedade sustentável*, São Paulo.
- COY, M. (1988): *Regionalentwicklung und regionale Entwicklungsplanung an der Peripherie in Amazonien. Probleme und Interessenkonflikte bei der Erschließung einer jungen Pionierfront am Beispiel des brasilianischen Bundesstaates Rondônia*, Tübingen (Tübinger Geographische Studien 97).
- COY, M. (1991): «The frontier of North Mato Grosso between soybean production, timber extraction and gold mining. Incorporation and differentiation of new social spaces by private colonization and spontaneous processes», em: Kleinpenning, J.M.G. (Ed.): *The incorporative drive. Examples from Latin America*, Saarbrücken / Fort Lauderdale, 40-58 (Nijmegen Studies in Development and Cultural Change 8).
- COY, M. (1998): «Sozialgeographische Analyse raumbezogener nachhaltiger Zukunftsplanung», em: Heinritz, G.; Wiessner, R.; Winiger, M. (Eds.): *Nachhaltigkeit als Leitbild der Umwelt- und Regionalentwicklung in Europa. 51. Deutscher Geographentag Bonn 1997*, Vol. 2, Stuttgart, 56-66.
- COY, M. / LÜCKER, R. (1993): *Der brasilianische Mittelwesten. Wirtschafts- und sozialgeographischer Wandel eines peripheren Agrarraumes*, Tübingen (Tübinger Geographische Studien 108).
- COY, M. / NEUBURGER, M. (1999): *As frentes pioneiras na Amazônia brasileira entre globalização e sustentabilidade*, Buenos Aires (I Encuentro Internacional Humboldt) (CD-Rom).
- DANIELZYK, R. / OSSENBRÜGGE, J. (1996): «Globalisierung und lokale Handlungsspielräume. Raumentwicklung zwischen Globalisierung und Regionalisierung», em: *Zeitschrift für Wirtschaftsgeographie* 40(1/2), 101-112.
- DAVID, M. B. de Albuquerque / WANIEZ, Ph. / BRUSTLEIN, V. (1997): «Atlas dos beneficiários da reforma agrária», em: *Estudos Avançados* 11(31), 51-68.
- FATHEUER, T. (1997): «Die Wiederkehr des Verdrängten. Agrarreform und soziale Bewegungen in Brasilien», em: Gabbert, K. et al. (Eds.): *Land und Freiheit*, Bad Honnef, 66-80 (Lateinamerika. Analysen und Berichte 21).
- FERNANDES, B. Mançano (1996): *MST - Formação e territorialização em São Paulo*, São Paulo.
- FRIEDRICH, M. (1995): «Hidrovia Paraná - Paraguai. Wirtschaftliche, soziale und ökologische Konsequenzen für das Pantanal und den Einzugsbereich des Oberen Rio Paraguai», em: Kohlhepp, G. (Ed.): *Mensch-Umwelt-Beziehungen in der Pantanal-Region von Mato Grosso/Brasilien*, Tübingen, 125-156 (Beiträge zur angewandten geographischen Umweltforschung. Tübinger Geographische Studien 114).

FRIEDRICH, M. / PASCA, D. (1998): «Indianer/Brasilien: Wasserstraßen gefährden Lebensraum», em: *Pogrom* 199, 41-43.

GOODMAN, D. / SORJ, B. / WILKINSON, J. (1985): «Agroindústria, políticas públicas e estruturas sociais rurais: análises recentes sobre a agricultura brasileira», em: *Revista de Economia Política* 5(4), 31-56.

IBGE (1999): *Anuário Estatístico do Brasil 1998*, Rio de Janeiro (CD-ROM).

KOHLHEPP, G. (1991): «Mudanças estruturais na agropecuária e mobilidade da população rural no norte do Paraná», em: *Revista Brasileira de Geografia* 52(2), 79-94.

KRÄTKE, S. (1995): «Globalisierung und Regionalisierung», em: *Geographische Zeitschrift* 83(3/4), 207-221.

MARTINE, G. / GARCÍA, R. Coutinho (eds.) (1987): *Os impactos sociais da modernização agrícola*, São Paulo.

OLIVEIRA, A. U. de (1988): *A geografia das lutas no campo*, São Paulo.

OLIVEIRA, A. U. de (1995): «A agricultura brasileira: Desenvolvimento e contradições», em: Becker, B. K. et al. (Eds.): *Geografia e meio ambiente no Brasil*, São Paulo, 280-306.

PICCOLI, D. / MATO, A. (1997): «Conflitos no campo 96: Balanço e perspectivas», em: *Cadernos do CEAS* 172, 11-20.

SANTOS, M. (1993): *A urbanização brasileira*, São Paulo.

STÉDILE, J. P. (eds.) (1997): *A reforma agrária e a luta do MST*, Petrópolis.

WINDFUHR, M. (1997): «Die Rolle des Agrarsektors. Politische und rechtliche Rahmenbedingungen von Ernährungssicherheit», em: Gabbert, K. et al. (Eds.): *Land und Freiheit*, Bad Honnef, 17-32 (Lateinamerika. Analysen und Berichte 21).

Os Autores

Becker, Bertha K.: Doutora em Geociências; Pós-Doutorado em Planejamento Urbano no Massachusetts Institute of Technology. Professora de Geografia na Universidade Federal do Rio de Janeiro. [laget@igeo.ufrj.br]

Chacon, Vamireh: Doutor em Direito; Doutor honoris causa pela Universidade de Erlangen-Nürnberg. Professor Titular e Diretor do Instituto de Ciências Políticas e Relações Internacionais da Universidade de Brasília. Fax: 55-61-3264170

Chiappini Moraes Leite, Ligia: Doutora em Teoria Literária e Literatura Comparada. Professora Titular de Brazilianistik na Freie Universität Berlin. [lchiappi@zedat.fu-berlin.de]

Coy, Martin: Doutor em Geografia; Livre Docente. Oberassistent no Instituto de Geografia da Universidade de Tübingen. [martin.coy@uni-tuebingen.de]

Dreifuss, René Armand: Doutor em Ciências Políticas. Professor do Departamento de Ciências Políticas da Universidade Federal Fluminense em Niterói, RJ. [renard@ax.ibase.org.br]

Freitag-Rouanet, Barbara: Doutora em Sociologia. Professora Titular da Universidade de Brasília. [freitag@mbox.vol.cz]

German, Christiano: Doutor em Ciências Políticas. Livre Docente na Faculdade de História e Ciências Sociais da Universidade Católica de Eichstätt. [christiano.german@ku-eichstaett.de]

Jozef, Bella: Doutora em Letras Neo-Latinas; Professor Emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora de Literatura Hispano-Americana no Curso de Pos-Graduação da UFRJ. [bjozef@openlink.com.br]

Kohlhepp, Gerd: Doutor em Geografia. Professor de Geografia Econômica e Social na Universidade de Tübingen. [gerd.kohlhepp@uni-tuebingen.de]

Küchemann, Berlindes Astrid: Doutora em Sociologia. Professora da Universidade de Brasília. [astrid@nutechnet.com.br]

Lagemann, Eugênio: Doutor em Ciências Econômicas. Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Fiscal de Tributos Estaduais do Estado do Rio Grande do Sul.

[Lagemann@zaz.com.br]

Lopes de Souza, Marcelo: Doutor em Geografia; Pos-Doutorado na Universidade de Londres. Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro. [nuped001@marlin.com.br]

Sangmeister, Hartmut: Doutor em Ciências Econômicas. Professor de Ciências Econômicas na Universidade de Heidelberg.

[hartmut.sangmeister@urz.uni-heidelberg.de]

Santos, Cleon Ricardo dos: Arquiteto. Diretor Executivo da Universidade Livre do Meio Ambiente – Curitiba/PR.

[unilivre@unilivre.org.br]

Últimos títulos publicados:
BIBLIOTHECA IBERO-AMERICANA

Editado por el Instituto Ibero-Americano
Fundación Patrimonio Cultural Prusiano, Berlín

- Vol. 69: **Helga von Kügelgen (ed.):**
... y las palabras ya vienen cantando ... Texto y música en el intercambio hispano-alemán. 1999; 164 p.
ISBN 3-89354-569-7 (Vervuert); ISBN 84-95107-45-7 (Iberoamericana)
- Vol. 70: **Thomas Bremer, Ulrich Fleischmann (Hrsg.):**
History and Histories in the Caribbean. 2001; 272 p.
ISBN 3-89354-570-0 (Vervuert); ISBN 84-95107-25-2 (Iberoamericana)
- Vol. 71: **Rolf Kailuweit, Hans-Ingo Radatz (Hrsg.):**
Katalanisch: Sprachwissenschaft und Sprachkultur. Akten des 14. Deutschen Katalanistentags im Rahmen von „Romania I“. Jena, 28.9.-2.10.1997. 1999; 268 S.; ISBN 3-89354-571-9
- Vol. 72: **Harald Wentzlaff-Eggebert (ed.):**
Naciendo el hombre nuevo... Fundir literatura, artes y vida como práctica de las vanguardias en el Mundo Ibérico. 1999; 300 p.
ISBN 3-89354-572-7 (Vervuert); ISBN 84-95107-54-6 (Iberoamericana)
- Vol. 73: **Jaime de Salas, Dietrich Briesemeister (eds.):**
Las influencias de las culturas académicas alemana y española desde 1898 hasta 1936. 2000; 288 p.
ISBN 3-89354-573-5 (Vervuert); ISBN 84-95107-66-X (Iberoamericana)
- Vol. 74: **José Morales Saravia (Hrsg.):**
Das literarische Werk von Mario Vargas Llosa. Akten des Colloquiums im Ibero-Amerikanischen Institut, Berlin 5.-7. November 1998. 2000; 352 S.; ISBN 3-89354-574-3
- Vol. 77: **Nikolaus Böttcher, Bernd Hausberger (eds.):**
Dinero y negocios en la historia de América Latina. Geld und Geschäft in der Geschichte Lateinamerikas. Veinte ensayos dedicados a Reinhard Liehr. 2000; 552 p.
ISBN 3-89354-577-8 (Vervuert); ISBN 84-95107-68-6 (Iberoamericana)

Vol. 78: **Ulrike Mühlischlegel:**

Enciclopedia, vocabulario, dictionary. Spanische und portugiesische Lexikographie im 17. und 18. Jahrhundert. 2000; 352 p.
ISBN 3-89354-578-6

Vol. 79: **Michael Rössner (ed.):**

«¡Bailá! ¡Vení! ¡Volá!» El fenómeno tanguero y la literatura. 2000; 288 p.
ISBN 3-89354-579-4 (Vervuert); ISBN 84-95107-81-3 (Iberoamericana)

Vol. 80: **Gerd Kohlhepp (Coord.):**

Brasil: Modernização e Globalização. 2001; 276 p.
ISBN 3-89354-580-8

Vol. 81: **Barbara Potthast, Eugenia Scarzanella (eds.):**

Mujeres y naciones en América Latina. Problemas de inclusión y exclusión. 2001; 292p.
ISBN 3-89-354-581-6 (Vervuert); 84-8489-000-7 (Iberoamericana)

Vol. 82: **Günther Maihold (Hrsg.):**

Ein "freudiges Geben und Nehmen"? – Stand und Perspektiven der Kulturbeziehungen zwischen Lateinamerika und Deutschland. 2001, 192 S.
ISBN 3-89354-582-4

Vervuert

Verlagsgesellschaft

Wielandstr. 40

D - 60318 Frankfurt am Main

Tel.: (+49) 69-597 46 17

Fax: (+49) 69-597 87 43

E-mail: info@iberoamericanalibros.com



Iberoamericana

de Libros y Ediciones, S.L.

c/ Amor de Dios, 1

E - 28014 Madrid

Tel.: (+34) 91-429 35 22

Fax: (+34) 91-429 53 97

E-mail: iberoamericana@readyssoft.es

IBEROAMERICANA. AMÉRICA LATINA – ESPAÑA – PORTUGAL
Ensayos sobre letras, historia y sociedad. Notas. Reseñas
iberoamericanas
Volumen I (2001) Nueva época N.º 1

Índice

Presentación. Por Günther Maihold y Klaus Bodemer

Ensayos y artículos

Joan Torres-Pou: *La narrativa anticolonial hispano-filipina: el caso de “Noli me tangere” y “El fili-busterismo” de José Rizal*

Leonel Delgado Aburto: *Las antologías de poesía nicaragüense y el problema del texto emblemático*

Rodrigo Arocena y Judith Sutz: *Desigualdad, tecnología e innovación en el desarrollo latinoamericano*

Eduardo Sáenz Rovner: *Notas sobre la contribución de Jesús Antonio Bejarano a la historia económica de Colombia*

Dossier: Políticas y poéticas de la memoria en Argentina

Andrea Pagni: *Presentación*

Hugo Vezzetti: *El imperativo de la memoria y la demanda de justicia: el Juicio a las juntas argentinas*

Elizabeth Jelin: *Historia, memoria social y testimonio o la legitimidad de la palabra*

María Sonderéguer: *Los relatos sobre el pasado reciente en Argentina: una política de la memoria*

Alberto Giordano: *Tiempo del exilio y escritura de los recuerdos: “En estado de memoria”, de Tununa Mercado*

Edna Aizenberg: *Las piedras de la memoria: Buenos Aires y los monumentos a las víctimas*

Peter Altekruiger: *La dictadura militar argentina en la memoria: bibliografía selecta*

Foro

Elizabeth Jelin: *Memoria colectiva y represión: Perspectivas comparativas sobre los procesos de democratización en el Cono Sur de América Latina*

Andrea Pagni, conversando con Tununa Mercado: *Itinerarios de la memoria, trazos de la escritura*

Victor Bulmer-Thomas: *Perspectives on US Latin American Policy*

Eduardo A. Gamarra: *La región andina y la política de Estados Unidos*

Susanne Gratiús: *El triángulo atlántico: América Latina, Europa y Estados Unidos en el sistema global cambiante*

Notas. Reseñas iberoamericanas

Adolf Piquer Vidal, *Literatura catalana contemporánea en Valencia. Una década de crítica local*

Werner Altmann, *Salir del armario. Los estudios “gays” en España*

Literaturas hispánicas: historia y crítica

Literaturas latinoamericanas: historia y crítica

Historia y ciencias sociales: España y Portugal

Historia y ciencias sociales: América Latina

Índice de títulos reseñados

IBEROAMERICANA. AMÉRICA LATINA – ESPAÑA – PORTUGAL
Ensayos sobre letras, historia y sociedad. Notas. Reseñas
iberoamericanas
Volumen I (2001) Nueva época N.º2

Índice

Ensayos y artículos

Mónica Bernabé: *La poética del forastero en “El zorro de arriba y el zorro de abajo”, de José María Arguedas*

Gisela Kozak Rovero: *Castigo divino, de Sergio Ramírez: novela policial, folletinesca, satírica y autorreflexiva*

Rubén Darío Salas: *Mitos y utopías en el discurso político de la revolución e independencia rioplatense*

Alfredo Guerra-Borges: *Integración latinoamericana, dos épocas, dos estilos. Una reflexión comparativa*

Dossier: Teatros de la política y políticas del teatro

Marianne Braig: *Teatros de la política y política del teatro o la palabra es de quien la trabaja*

Hán Bizberg: *Behind the Scenes - Clientele and Citizens in the Mexican Political Transition*

Francisco Entrena: *Del declive del populismo estructural mexicano al neopopulismo personalista de Vicente Fox*

Anne Huffscheid: *El nuevo teatro mexicano: la performance política de Fox y Marcos*

Sergio Pereira Poza: *La nueva estética del teatro chileno bajo el régimen militar. Una revisión de la práctica escénica neoexpresionista chilena en los años ochenta*

Pilar Nieva de la Paz: *La escenificación de los roles sexuales y la censura de género durante el franquismo: el caso de Julia Maura*

Foro

Fernando M. González: *El arribo del Partido Acción Nacional y la laicidad*

Stefan Rinke: *The Loss of the Father: Chilean Cinema in the 1990s*

M.^a Francisca Vilches de Frutos: *Los meandros de la censura: una entrevista con Jerónimo López Mozo*

Martha Zapata: *Los nazis en Chile: Entrevista con Víctor Farías*

Notas. Reseñas iberoamericanas

Raimundo Allebrand, *El auge del Tango Argentino en Alemania*

Eduardo Urbina, *El “Quijote” a final de siglo: nuevas prácticas y tendencias editoriales*

Literaturas hispánicas: historia y crítica

Literaturas latinoamericanas: historia y crítica

Historia y ciencias sociales: España y Portugal

Historia y ciencias sociales: América Latina

Índice de títulos reseñados

1004 145

25.8.2001

A globalização abrange processos econômicos, políticos, sociais, culturais e estruturas espaciais que conduzem a uma formação supranacional de normas e modelos. Isto significa que, para as decisões nacionais de atuação as previsões de desenvolvimento econômico e social diminuem, sendo necessária a elaboração de estratégias para satisfazer o desafio de modernização e globalização. As atas do Congresso Internacional da Associação Alemã de Pesquisas sobre a América Latina (ADLAF) tratam a temática sob quatro aspectos: formação da cultura brasileira e do Estado Nacional, integração supranacional e identidade regional, habitat urbano, meio ambiente e desenvolvimento regional.